

CENÁRIO SOCIOECONÔMICO DE MATO GROSSO

2023 a 2027



SEPLAG
Secretaria
de Estado de
Planejamento
e Gestão



Governo de
**Mato
Grosso**

Governo do Estado de Mato Grosso

Mauro Mendes Ferreira
Governador

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Basílio Bezerra Guimarães dos Santos
Secretário

Secretaria Adjunta de Planejamento e Gestão de Políticas Públicas

Sandro Luis Brandão Campos
Secretário-Adjunto

Superintendência de Informações Socioeconômicas e Ordenamento Territorial

Keile Costa Pereira
Superintendente

Coordenadoria de Estudos e Indicadores Socioeconômicos

Debora Pinheiro da Silva
Coordenadora

Coordenação do cenário

Nilson Antônio Batista (organizador)
Gestor Governamental – Economista

Projeto gráfico e editoração

Thalita Torres dos Santos Mattos
Estagiária CEIS

Tiago Souza Sobrinho
Estagiário CGTD

COORDENADORES DAS ÁREAS FINALÍSTICAS

Eixo Institucional

SEPLAG:

Nilson Antonio Batista - Coordenador
Rogério Camargo Nery
Angélica de Andrade Monteiro

CGE

Simone Câmara Lopes

Eixo Social

SEPLAG:

Rafael Albertoni Mazetto - Coordenador

SEDUC:

Adriano Barbosa de Oliveira
André Ricardo Ramos
Annelyze Victoria Correia de Oliveira e Silva
Cleomara Nunes do Amaral
Giselle Prado da Silva Fonseca
Glaucia Eunice Gonçalves da Silva
Isaltino Alves Barbosa
Jean Carlos de Figueiredo
Kelly Katia Damasceno
Lourival Malhado Carvalho
Lucas de Albuquerque Oliveira
Lucia Aparecida dos Santos
Maria Lecy David de Oliveira
Ricardo Sávio de Souza Aguiar
Rodrigo Correa Migueis Jacob

Eixo Econômico

SEPLAG:

Breno Augusto de Barros Antunes -
Coordenador
Eduardo Matsubara

SES:

Flávio Pereira de Carvalho
Lucielena Mello

SESP:

Juliana Elizabeth da Silva Viana
Uirá Escobar Alioti

SETASC:

Demárcio Eurides Guimarães
Hélio Shigueo Miyagawa
Luciano Joia da Silva

SECITECI:

Letícia Auxiliadora Figueiredo
Oliveira
Endrigo Antunes Martins
Erivaldo Costa Portela
Olaurides Corrente
Lairce Aleluia de Campos
Fátima Araújo Barbosa Possamai

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1 - CENÁRIO INTERNACIONAL.....	8
1.1 - APRESENTAÇÃO.....	8
1.2 - PANORAMA GLOBAL.....	9
1.2.1 - China.....	11
1.2.2 - EUA.....	13
1.2.3 - Europa e Ásia Central.....	15
2 - CENÁRIO NACIONAL.....	18
2.1 - BRASIL.....	18
2.1.1 - Apresentação.....	18
2.1.2 - Panorama nacional.....	19
2.1.3 - Produção industrial 2010 - 2022.....	23
2.1.4 - Condições de emprego 2012 - 2022.....	25
2.1.5 - Política monetária.....	26
2.1.6 - Política fiscal.....	28
2.1.6.1 - Transferência de renda e Incentivos fiscais.....	28
2.1.7 - Resultado Primário.....	30
2.1.8 - Dívida Pública.....	32
2.1.9 - Conclusão.....	33
2.2 - ESTADO DE MATO GROSSO.....	34
2.2.1 - Apresentação.....	34
2.2.2 - Indicadores econômicos do estado.....	35
2.2.3 - Projeção de crescimento para o período de 2023 a 2027.....	42
3 - A DINÂMICA DO ESTADO DE MATO GROSSO.....	44
3.1 - EIXO ECONÔMICO.....	44
3.1.1 - Desempenho da economia de Mato Grosso.....	44
3.1.2 - Desempenho por atividades econômicas.....	46
3.1.3 - Produto Interno Bruto per capita.....	48
3.1.4 - PIB pela ótica da Renda.....	50
3.1.5 - Projeção do PIB de Mato Grosso.....	52
3.1.6 - Apresentações dos setores econômicos do estado de Mato Grosso.....	56
3.1.6.1 - Produção Primária.....	56
3.1.7 - Comércio Exterior do Estado de Mato Grosso.....	72

SUMÁRIO

3.1.8 - Infraestrutura de transporte.....	76
3.1.8.1 - Infraestrutura rodoviária do Brasil.....	77
3.1.8.2 - Infraestrutura rodoviária do Mato Grosso.....	78
3.1.8.3 - Infraestrutura aeroviário do Estado.....	87
3.1.8.4 - Infraestrutura ferroviária.....	90
3.1.8.5 - Projetos em Desenvolvimento.....	93
3.1.8.6 - Infraestrutura hidroviária.....	96
3.1.8.7 - Hidrovias potenciais.....	98
3.2 - EIXO SOCIAL.....	100
3.2.1 - População.....	101
3.2.2 - Projeção da População de Mato Grosso.....	100
3.2.3 - A população no espaço do território.....	102
3.3 - SAÚDE.....	105
3.3.1 - Arcabouço normativo, gestão compartilhada e regionalizada na Saúde.....	107
3.3.2 - Expectativa de vida no Brasil e Mato Grosso.....	110
3.3.2.1 - Principais indicadores da Saúde no Brasil e em Mato Grosso.....	111
3.3.3 - Objetivo Estratégico e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável.....	119
3.3.3.1 - Agenda de 2024 a 2027.....	119
3.4 - SEGURANÇA PÚBLICA.....	120
3.4.1 - Indicadores de Segurança do estado de Mato Grosso.....	124
3.4.2 - Recursos destinados à Segurança Pública.....	127
3.5 - EDUCAÇÃO.....	129
3.5.1 - Movimento e rendimento escolar.....	130
3.5.2 - Índice de desenvolvimento da educação básica - IDEB.....	140
3.5.3 - Infraestrutura escolar.....	143
3.5.4 - Do atendimento à educação no campo.....	144
3.5.5 - Do atendimento à educação Quilombola.....	145
3.5.6 - Do atendimento à educação especial.....	146
3.5.7 - Do atendimento à educação escolar indígena.....	148
3.5.8 - Plano Estadual de Educação.....	152
3.6 - ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA.....	157
3.7 - DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.....	162
3.7.1- Resultado do Período - 2018 a 2022.....	162
3.7.2 - Cenário desenvolvimento e tecnologia – 2024 a 2031.....	165
3.7.3 - Popularização da ciência.....	166
3.7.4 - Empreendedorismo inovador e ODS.....	168

SUMÁRIO

3.7.5 - Semana da inovação.....	168
3.7.6 - Cidades inovadoras.....	169
3.8 - EIXO INSTITUCIONAL.....	171
3.8.1 - Evolução da Receita do Estado - 2015-2021.....	171
3.8.2 - Evolução da Despesa do Estado - 2015-2021.....	172
3.8.3 - Despesas de pessoal - 2017-2018.....	173
3.8.4 - Investimento do Governo - 2015-2021.....	174
3.8.5. - O Quadro de pessoal do Poder Executivo.....	174
3.8.5.1 - Despesa líquida de pessoal.....	175
3.8.6 - Situação da previdência do estado.....	182
3.8.7 - Desburocratização, simplificação e Governo Digital.....	184
3.8.7.1 - Desburocratização e simplificação.....	184
3.8.7.2 - Governo Digital.....	188
3.8.8 - Acesso a informação.....	189
3.8.8.1. Portal Transparência.....	190
3.8.8.2. Pedidos de informação.....	190
3.8.8.3. Indicador de transparência.....	193
3.8.8.4. Outras avaliações de transparência.....	192
3.8.8.5. Desafios da transparência - 2023-2027.....	193
3.8.9. Inovação em Práticas Públicas.....	193
3.8.9.1. Inovações em práticas públicas no estado de Mato Grosso.....	195
3.8.10. Regime de Previdência do Servidores Públicos de Mato Grosso.....	198
3.8.10.1. Dados sobre a Previdência de Mato Grosso pré-reforma.....	199
3.8.10.2. Reforma da Previdência aprovada por meio da E.C. 103/2019.....	201
3.8.10.3. Resultados obtidos com a Reforma da Previdência no Estado de Mato Grosso – Pós Reforma.....	205

APRESENTAÇÃO

A cada quatro anos a Administração Pública precisa elaborar o planejamento onde se propõe a execução das políticas públicas para os próximos quatro anos. Essa é uma obrigação criada pelo art. 165, I, da Constituição Federal de 1988, onde instituiu o encargo de que o Poder Executivo deve estabelecer o Plano Plurianual – PPA.

O PPA é a peça mais estratégica de planejamento dos Governos e é a partir dela que a sociedade e os órgãos de controle devem acompanhar a execução das políticas públicas do Governo eleito para mandato de 4 anos. Nele estão contidos a mensagem do Governador, o cenário econômico e fiscal, os objetivos, os programas, os indicadores de resultado e as ações por onde se executarão as políticas públicas nos próximos quatro anos. O cenário socioeconômico e o cenário fiscal são partes dessa importante peça de planejamento.

O cenário socioeconômico tem pelo menos duas partes: a primeira é o momento em que se analisa a parte do econômico sobre o qual se está elaborando o planejamento, a receita estimada tem que estar dentro das condições do cenário e as despesas fixadas têm que ater ao limite da receita. A segunda, onde faz-se um retrato da situação sobre as principais políticas públicas de interesse da sociedade: como estavam e quais as bases para a elaboração das propostas de políticas públicas, esse retrato deverá servir como parâmetro para avaliação futura do planejamento do Governo.

A primeira parte é uma análise da situação econômica externa e interna de como se encontra a economia e de como ela poderá se comportar nos próximos anos do PPA. Sobre esse ponto adotamos a análise feita pelo Banco Mundial para a economia mundial e para o Brasil. Quanto ao cenário do estado de Mato Grosso, adotamos uma avaliação própria para o cenário com base nos indicadores de produção do PIB estadual. A segunda parte - Dinâmica do Estado de Mato Grosso - é um retrato sobre a situação das áreas de políticas públicas do estado. Nessa parte da dinâmica do estado dividimos o trabalho em eixos e áreas, onde procuramos traçar um retrato e abranger as principais áreas de políticas públicas prioritárias do Governo.

1. CENÁRIO INTERNACIONAL

1.1. APRESENTAÇÃO

A economia mundial passou por forte recessão em 2020 provocada por uma pandemia global, a pandemia da Covid-19. Em 2021, em tempo recorde, as principais economias conseguiram desenvolver e vacinar em massa suas populações. A Europa, China, Brasil e outros grandes países conseguiram uma relativa recuperação econômica pós-vacinação em 2021. O Produto Interno Bruto - PIB do Brasil deve crescer 5,0%¹ em 2021, 3% em 2023 e 0,8% em 2024. As previsões iniciais de 2022 mudaram muito porque o resultado final de crescimento de 3% é muito diferente da previsão inicial de 2022 que era de 0,5%. As condições econômicas mudaram desde a previsão inicial de 2022, mas 2023 é um ano que não traz boas expectativas econômicas, ao menos para as previsões de baixo crescimento em 2024. O conflito que se instalou em março de 2022 tem agravado as dificuldades das principais economias que já vinham ressentidas pela crise econômica criada pela Covid-19. Em todos os conteúdos analisados de organismos nacionais e internacionais feitas em final de 2022 foram apresentados um quadro de baixa expectativa de crescimento ou recessão em 2023, podendo ser ampliados para 2024. As análises foram feitas nos relatórios de: projeções do banco mundial do relatório *World Bank Group*, carta conjuntura Ipea², santandertrade.com³, etc. Com base nos dados e relatórios dessas agências vamos analisar o cenário internacional, no relatório do World Bank Group Flagship Report de janeiro de 2023 os dados para algumas economias foram atualizados e mostram uma piora dos estudos realizados em junho de 2022.

"Pouco mais de dois anos após o COVID-19 ter causado a recessão global mais profunda desde a segunda Guerra Mundial, a economia mundial está novamente em perigo. Desta vez é enfrentando inflação alta e crescimento lento ao mesmo tempo. Mesmo que uma recessão global seja evitada, a dor do estagflação pode persistir por vários anos- a menos que grandes aumentos de oferta sejam acionados."⁴

¹ A World Bank Group Flagship Report/june 2022. Projeções do crescimento econômico global.

² Carta conjuntura- Ipea. Nota de conjuntura nº 57/4º trimestre de 2022.

³ Economia da China - Santandertrade.com. Site de análise de mercado.

⁴ A World Banck Group flagship repórter. Relatório de junho de 2022.

1.2. PANORAMA GLOBAL

A Figura 1 traz as projeções mais recentes de crescimento econômico feita pelo Banco Mundial – BM, o crescimento do PIB global para o ano de 2023 foi revisto em junho e subiu para 2,9% contra -1,2%, sobre as previsões iniciais de janeiro de 2022.

Embora a revisão seja positiva, o BM espera que as economias dos países que respondem por mais de um terço do produto global passem por contrações do nível de atividade em parte de 2022 e 2023, podendo se estender para 2024 e não descartando a possibilidade de uma recessão global. Tudo ainda depende da situação de controle total da covid-19 e de um possível agravamento do conflito Rússia X Ucrânia. Em publicação recente, o fundo observa que, enquanto o PIB do terceiro trimestre em alguns países importantes tenha surpreendido positivamente, os índices de outubro apontam para um desaquecimento no quarto trimestre, especialmente na Europa. Na China, a paralisação frequente de atividades devida à covid-19 e os problemas no setor imobiliário (falência do grupo imobiliário Evergrande) têm contribuído para a redução do crescimento, que pode ser observado não apenas no índice *Purchasing Manager's Index* ou Índice de Gerentes de Compras - **PMI**, mas também nos dados de investimento, produção industrial e varejo. O menor crescimento da China terá influência significativa em outras economias, em razão do papel relevante do país no comércio internacional⁵.

Na Figura 1 apresentamos as projeções de crescimento do Banco Mundial para as principais economias globais. As áreas em destaque, principais economias, sofreram forte retração em 2020 com as restrições impostas pela Covid-19, retornaram com alguma força em 2021, mas devido à crise dos gargalos nas cadeias de suprimentos e o conflito Rússia X Ucrânia, perderam força. Todas elas têm em comum o fato de apresentarem um baixo crescimento em 2022 e projeções de crescimento ainda menores para 2023. A zona do EURO, que tem projeções de crescimento de 3,3% em 2022 deve crescer apenas 0% em 2023 e 1,6% em 2024. As projeções do World Bank Group são também de redução do crescimento para as economias da China que deve crescer apenas 4,3% e 5%, respectivamente em 2023 e 2024. Os EUA que cresceu 5,9% em 2021 deve crescer 1/3 disso em 2023 e menos ainda em 2024, sendo o crescimento estimado em 0,5%, veja a Figura 1.

⁵ Economia Mundial | Carta de Conjuntura (ipea.gov.br)

Figura 1 – Crescimento PIB principais economias - 2022 a 2024

e = estimativa; f = previsão;

TABELA 1.1 PIB real¹

(Alteração percentual em relação ao ano anterior, salvo indicação em contrário)

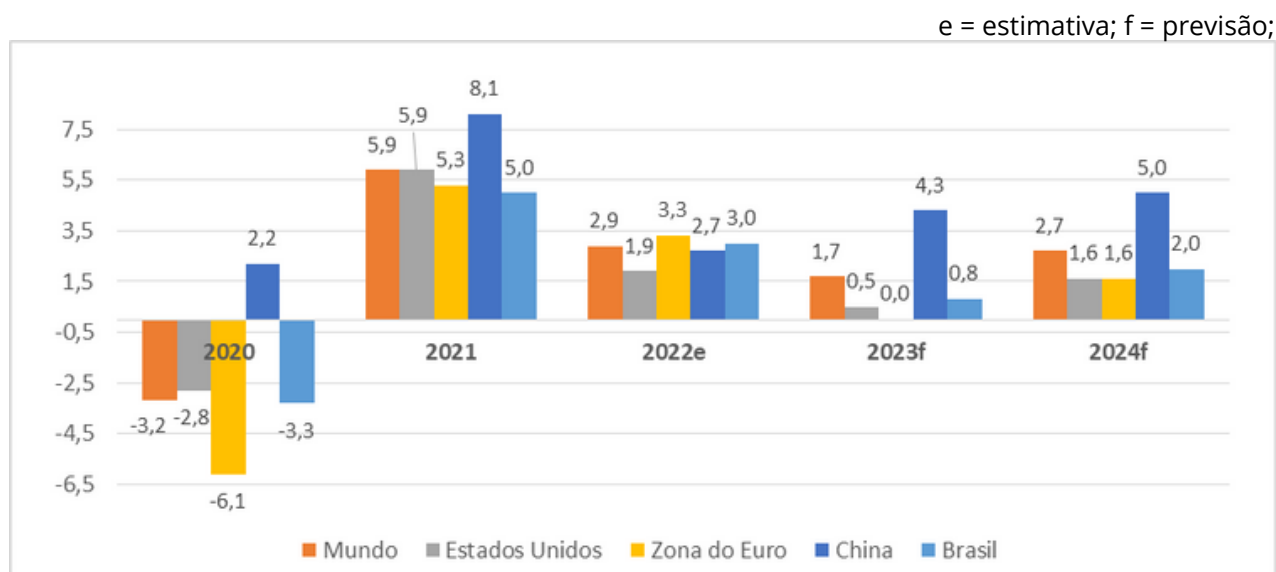
Anos						Percentuais em relação às previsões de junho de 2022		
	2020	2021	2022e	2023f	2024f	2022e	2023f	2024f
Mundo	-3,2	5,9	2,9	1,7	2,7	0,0	-1,3	-0,3
Economias avançadas	4,30	5,30	2,50	0,50	1,60	-0,1	-1,7	-0,3
Estados Unidos	-2,8	5,9	1,9	0,5	1,6	-0,6	-1,9	-0,4
Zona do Euro	-6,1	5,3	3,3	0,0	1,6	0,8	-1,9	-0,3
Japão	-4,3	2,2	1,2	1,0	0,7	-0,5	-0,3	0,1
Mercados emergentes e economias em desenvolvimento	-1,5	6,7	3,4	3,4	4,1	0,0	-0,8	-0,3
Leste Asiático e Pacífico	1,2	7,2	3,2	4,3	4,9	-1,2	-0,9	-0,2
China	2,2	8,1	2,7	4,3	5,0	-1,6	-0,9	-0,1
Indonésia	-2,1	3,7	5,2	4,8	4,9	0,1	-0,5	-0,4
Tailândia	-6,2	1,5	3,4	3,6	3,7	0,5	-0,7	-0,2
Europa e Ásia Central	-1,7	6,7	0,2	0,1	2,8	3,2	-1,4	-0,5
Federação Russa	-2,7	4,8	-3,5	-3,3	1,6	5,4	-1,3	-0,6
Turquia	1,9	11,4	4,7	2,7	4,0	2,4	-0,5	0,0
Polônia	-2,0	6,8	4,4	0,7	2,2	0,5	-2,9	-1,5
América Latina e Caribe	-6,2	6,8	3,6	1,3	2,4	1,1	-0,6	0,0
Brasil	-3,3	5,0	3,0	0,8	2,0	1,5	0,0	0,0
México	-8,0	4,7	2,6	0,9	2,3	0,9	-1,0	0,3
Argentina	-9,9	10,4	5,2	2,0	2,0	0,7	-0,5	-0,5
Oriente Médio e Norte da África	-3,6	3,7	5,7	3,5	2,7	0,4	-0,1	-0,5
Arábia Saudita	-4,1	3,2	8,3	3,7	2,3	1,3	-0,1	-0,7
Rep. Islâmica do Irã ²	1,9	4,7	2,9	2,2	1,9	-0,8	-0,5	-0,4
Rep. Árabe do Egito ³	3,6	3,3	6,6	4,5	4,8	0,5	-0,3	-0,2
Sul da Ásia	-4,5	7,9	6,1	5,5	5,8	-0,7	-0,3	-0,7
Índia ²	-6,6	8,7	6,9	6,6	6,1	-0,6	-0,5	-0,4
Paquistão ³	-0,9	5,7	6,0	2,0	3,2	1,7	-2,0	-1,0
Bangladesh ³	3,4	6,9	7,2	5,2	6,2	0,8	-1,5	-0,7
África Subsaariana	-2,0	4,3	3,4	3,6	3,9	-0,3	-0,2	-0,1
Nigéria	-1,8	3,6	3,1	2,9	2,9	-0,3	-0,3	-0,3
África do Sul	-6,3	4,9	1,9	1,4	1,8	-0,2	-0,1	0,0
Angola	-5,8	0,8	3,1	2,8	2,9	0,0	-0,5	-0,3

Fonte: Banco Mundial/World Bank Group. Flagship Report. Janeiro2023

“A crise enfrentada pelo desenvolvimento está se intensificando à medida que as perspectivas de crescimento global se deterioram”, disse o presidente do Grupo Banco Mundial, David Malpass. “Os países emergentes e em desenvolvimento estão enfrentando um período de vários anos de crescimento lento impulsionado por pesadas dívidas e investimentos fracos, à medida que o capital global é absorvido pelas economias avançadas que enfrentam níveis de dívida governamental extremamente altos e taxas de juros crescentes. A fraqueza no crescimento e no investimento empresarial irá agravar os já devastadores retrocessos na educação, saúde, pobreza e infraestrutura e as crescentes

demandas das mudanças climáticas⁶”.

Gráfico 1 - Variação PIB das principais economias - 2020 a 2024



Fonte: Banco Mundial / Elaboração: SEPLAG

1.2.1. CHINA⁷

A China é a segunda maior potência econômica mundial, a maior exportadora mundial e detentora das maiores reservas cambiais do mundo. Contudo, apesar da China ter um dos PIBs que mais cresce no mundo, o crescimento da sua economia desacelerou bruscamente para 2,2% em 2020, contra 6% em 2019, devido aos impactos provocados pela pandemia da Covid-19. A China foi o primeiro país a registrar os primeiros casos de Covid-19, e exerceu forte controle sobre sua população para conter o alastramento da pandemia. De fato, a Covid-19 foi controlada por restrições de circulação em 2020 e vacinação em 2021. Com a vacinação da população, as regras de controle foram afrouxadas e isso permitiu uma maior circulação do vírus na China. Embora não mais letal como antes devido a vacinação. A contaminação da população tem levado a *lockdown* em áreas da China, e essas interrupções podem provocar maiores consequências econômicas para a economia Global. Se o PIB Chinês crescer menos do que a estimativa de baixo crescimento de 5,2% para 2023, poderá haver maior impacto no crescimento global.

No contexto do crescimento da economia da China, em 2019 já se via o resultado de uma desaceleração estrutural, à medida que a economia se afastava de um modelo de

⁶ A World Bank Group Flagship Reporte. Global Economic prospects/June-2022.

⁷ ECONOMIA DA CHINA. **Santander Trade**, 2022. Disponível em: <https://santandertrade.com/pt/portal/analise-os-mercados/china/economia>. Acesso em: 02 de jan. 2023.

crescimento impulsionado por investimentos, o governo implementava políticas para reduzir as vulnerabilidades financeiras. Atualmente, em 2022, a demanda externa é resiliente, e o robusto consumo doméstico fortalece esse crescimento mesmo com as preocupações crescentes voltadas para os riscos financeiros diante de uma reestruturação da economia protagonizada pelo governo. Em 2021, o crescimento voltou com força, crescendo a taxa de 8,1% - após a vacinação. Os novos setores como e-commerce e serviços financeiros online, estão ganhando destaque em uma economia dominada por setores voltados para exportações. De acordo com a previsão do Fundo Monetário Internacional - FMI de outubro de 2021, espera-se que o PIB se estabilize a uma taxa de 5,6% em 2022, e 5,3% em 2023. No final de 2021, a inflação alcançou 1,1% e deve permanecer estável nos próximos dois anos em 1,8% em 2022, e 1,9% em 2023 (FMI, outubro de 2021).

A dívida pública é um dos motivos de preocupação na China. Embora o número oficial para 2021 tenha sido de 68,9% do PIB, o número real é considerado muito maior e espera-se que aumente nos próximos anos. De acordo com o relatório publicado pelo Instituto Internacional de Finanças, o estoque total da dívida corporativa, das famílias e do governo do país agora representa 303% do produto interno bruto e representa cerca de 15% de toda a dívida global.

Ultimamente, o governo tem direcionado cortes de gastos em seu orçamento e o Presidente Xi Jinping disse que restringirá os empréstimos a empresas estatais gigantes, é "a prioridade das prioridades". No entanto, o FMI antecipa um aumento da dívida pública no futuro, atingindo 72,1% em 2022 e 74,5% em 2023. Devido à pandemia, o saldo orçamentário do governo atingiu uma baixa recorde de -9,5% do PIB em 2020, comparado a -5,9% no ano anterior, porém retomou uma taxa de 6,9% em 2021. Mas espera-se que, em 2022 e 2023, mantenha-se a tendência de baixa, cuja estimativa é que o PIB chegue em -6,5% e -6%. Por outro lado, a China ainda é a maior reserva de moedas estrangeiras (estimada em 3,2 trilhões de dólares em janeiro de 2022 pelo governo chinês), o que poderá servir como um amortecedor para a volatilidade soberana externa, juntamente com um superávit em conta corrente estimado em 275,7 bilhões de dólares em 2022 (FMI, outubro de 2021).

O consumo ainda deve se recuperar dos impactos provocados pelo coronavírus, embora as vendas de bens de luxo estejam crescendo e as receitas de bilheteria tenham atingido novas máximas, a falta de recuperação no emprego e a queda na renda familiar significam que as perspectivas de uma recuperação total do consumo não são boas (OCDE, 2021)⁸.

⁸ ECONOMIA DA CHINA. **Santander Trade**, 2022. Disponível em: <<https://santandertrade.com/pt/portal/analise-os-mercados/china/economia>>. Acesso em: 02 de jan. 2023.

O Plano de Resgate Americano sustentou o consumo privado contribuindo para um crescimento geral do PIB de 6% ao longo do ano, mesmo com obstáculos do lado da oferta e da pandemia ainda em curso, os quais arrastaram de forma parcial a atividade econômica. O déficit da conta corrente aumentou nos últimos dois anos, mas prevê-se que permaneça estável em termos de PIB. O investimento e o consumo das famílias deverão ser os principais motores de crescimento em 2022, com o FMI prevendo um crescimento robusto do PIB de 5,2% antes de desacelerar para 2,2% em 2023.

Figura 2 – Indicadores da China - 2020 a 2024

Indicadores de crescimento	2020	2021	2022 (e)	2023 (e)	2024 (e)
PIB (bilhões de USD)	14,00	17,00e	20,00	21,00	23,00
PIB (crescimento anual em %, preço constante)	2,2	8,1	3,2	4,4	4,5
PIB per capita (USD)	10	12	14	15	16
Saldo do Balanço de Pagamentos (em % do PIB)	-8,1	-5,5e	-8,0	-6,5	-6,9
Dívida Pública (em % do PIB)	68,1	71,5e	76,9	84,1	89,8
Índice de inflação (%)	2,4	0,9	2,2	2,2	1,9
Taxa de desemprego (% da população economicamente ativa)	4,2	4,0e	4,2	4,1	3,9
Balanço das transações correntes (bilhões de USD)	248,84	317,30	329,59	279,29	249,78
Balanço das transações correntes (em % do PIB)	1,7	1,8	1,6	1,3	1,1

Fonte: IMF – World Economic Outlook Database, October 2021

Note: (e) Estimated Data

Fonte: Santander Trade

1.2.2. EUA⁹

Os Estados Unidos têm a maior economia do mundo, à frente da China. Depois de uma década de crescimento, o PIB voltou a ficar negativo em 2020 (-4,2%, estimativa do Fundo Monetário Internacional - FMI) devido à crise da COVID-19, que foi agravada pelo crescimento das desigualdades e infraestrutura obsoleta, que estão desacelerando o potencial de crescimento do PIB. Contudo, a contração da produção em 2020 foi menos severa do que em outras grandes e avançadas economias, e o país se recuperou rápido do impacto, retornando aos níveis de PIB pré-pandêmicos no segundo trimestre de 2021.

O Plano de Resgate Americano sustentou o consumo privado, contribuindo para um crescimento geral do PIB de 6% ao longo do ano, mesmo com obstáculos do lado

⁹ ECONOMIA DOS ESTADOS UNIDOS. Santander Trade, 2022. Disponível em: <<https://santandertrade.com/pt/portal/analise-os-mercados/estados-unidos/economia>>. Acesso em: 02 de jan. 2023.

da oferta e da pandemia ainda curso, os quais arrastaram de forma parcial a atividade econômica. O déficit da conta corrente aumentou nos últimos dois anos, mas prevê-se que permaneça estável em termos de PIB. O investimento e o consumo das famílias deverão ser os principais motores de crescimento em 2022, com o FMI prevendo um crescimento robusto do PIB de 5,2% antes de desacelerar para 2,2% em 2023.

No que diz respeito às finanças públicas, as medidas orçamentais implementadas para conter os efeitos da crise provocada pela COVID-19 pesaram no orçamento do estado, resultando num déficit de 8,8% do PIB em 2021. Apesar de alguns gastos adicionais previstos na nova lei de infraestruturas, o déficit deverá diminuir gradualmente para 8,3% em 2022 e depois novamente para 7,1% em 2023 (FMI), graças à eliminação progressiva das medidas relacionadas com a pandemia e à retomada da atividade econômica.

A relação dívida/PIB do governo, já em tendência ascendente nos últimos anos, aumentou consistentemente para financiar os gastos concedidos para apoiar famílias e empresas, atingindo 133,3% em 2021 (de um nível pré-pandemia de 108,5%). Os EUA, no entanto, desfrutam de flexibilidade de financiamento inigualável, sendo o emissor do dólar americano, principal moeda de reserva do mundo. O FMI prevê que o peso da dívida diminua para 130,7% este ano, antes de ter um leve aumento em 2023 (131,1%). A inflação global aumentou de maneira acentuada em 2021, saltando para 4,3% em meio a fortes efeitos de base, altos preços de energia e restrições de oferta. Embora haja sinais de pressão salarial em vários segmentos de mercado, a inflação deverá voltar para a meta do FED de 2% (para 2,7% em 2023 após uma taxa de 3,5% este ano), em meio ao relaxamento das restrições da cadeia de suprimentos e um ajuste nos preços globais da energia.

O primeiro impacto da crise da COVID-19 foi pensado para o mercado de trabalho dos EUA, com a taxa de desemprego disparando para 8,1% em 2020. No entanto, recuperou-se rapidamente com o desemprego caindo para 5,4% no final de 2021. O crescimento de ofertas de empregos desacelerou no final do ano, mas as horas médias de trabalho aumentaram. O FMI vê uma nova redução do desemprego, com uma taxa prevista de 3,5% em 2022, e 3% em 2023. Os cidadãos americanos desfrutam de um dos maiores PIB (PPC) per capita do mundo, estimado em 68.309 dólares em 2021 pelo FMI. No entanto, as desigualdades ainda são significativas, pois tendem a ser agravadas pelas atuais políticas públicas de saúde (com aumento do número de pessoas sem plano de saúde). Em 2020, havia 37,2 milhões de pessoas na pobreza, aproximadamente 3,3 milhões a mais do que um ano antes (Censo dos EUA – dados mais recentes disponíveis).

Figura 3 – Indicadores dos EUA - 2020 a 2024

Indicadores de crescimento	2020	2021	2022 (e)	2023 (e)	2024 (e)
PIB (bilhões de USD)	20,00	22,00	25,00	26,00	27,00
PIB (crescimento anual em %, preço constante)	-3,4	5,7e	1,6	1,0	1,2
PIB per capita (USD)	63	69e	75	78	80
Saldo do Balanço de Pagamentos (em % do PIB)	-10,8	-9,5	-4,0	-5,3	-6,0
Dívida Pública (em % do PIB)	134,5	128,1	122,1	122,9	126,0
Índice de inflação (%)	1,2	4,7	8,1	3,5	2,2
Taxa de desemprego (% da população economicamente ativa)	8,1	5,4	3,7	4,6	5,4
Balanço das transações correntes (bilhões de USD)	-619,70	-846,35	-985,25	-822,90	-746,94
Balanço das transações correntes (em % do PIB)	-3,0	-3,7	-3,9	-3,1	-2,8

Fonte: IMF – World Economic Outlook Database, October 2021

Note: (e) Estimated Data

Fonte: Santander Trade

1.2.3. EUROPA e ÁSIA CENTRAL¹⁰

Desde 2020, a economia da Europa e Ásia Central (ECA) sofreu dois grandes choques adversos: a pandemia de COVID-19 e a invasão Russa na Ucrânia. Antes da invasão, essas regiões estavam em recuperação econômica da pandemia Covid-19, mas já vinham perdendo o ímpeto ao lado do declínio da demanda externa, políticas de aperto macroeconômico e interrupções persistentes na cadeia de suprimentos decorrentes da pandemia.

O conflito desferiu mais um grande golpe na recuperação da Europa. A guerra, também desencadeou uma crise humanitária, sendo a crise de refugiados que mais cresceu na Europa desde a Segunda Guerra Mundial, deslocando cerca de um terço da população da Ucrânia. As atividades econômicas na Ucrânia ficaram impossíveis em algumas áreas com a guerra destruindo a infraestrutura produtiva e causando prejuízo a mais de 50% das empresas. O comércio internacional da Ucrânia em mercadorias praticamente parou, especialmente porque houve a perda de acesso ao Mar Negro que cortou todos os transportes marítimos do comércio que responde por metade das exportações do país.

¹⁰ GLOBAL ECONOMIC PROSPECTS: A World Bank Group Flagship Report, jun. de 2022. Disponível em <<https://thedocs.worldbank.org/en/doc/18ad707266f7740bced755498ae0307a-0350012022/original/Global-Economic-Prospects-June-2022.pdf>>. Acesso em 02 de jan. de 2023.

Nos países da ECA, fora da Europa Oriental, espera-se um crescimento menor devido aos estreitos laços econômicos com a economia russa. O crescimento para 2022 na Ásia Central deve ser de 2,4%, o que representa metade do que cresceu em 2021. O mesmo deve acontecer no Sul do Cáucaso, com baixo crescimento, sendo a expectativa de crescer metade do que cresceu em 2021, cerca de 3,4% (p 102).

As commodities, com preços globais mais altos, devem fornecer lucros inesperados que ajudem amortecer a queda da atividade em algumas economias (Azerbaijão, Cazaquistão, Uzbequistão), mas esses benefícios serão provavelmente limitados, uma razão importante são as restrições de fornecimento do sector petrolífero já operando perto da capacidade máxima no Azerbaijão e interrupção de um importante oleoduto no Cazaquistão. De forma mais ampla, as reduções acentuadas na demanda da Rússia provavelmente formam um obstáculo maior em algumas dessas economias do que os ganhos com os preços mais altos das commodities.

Na Ásia Central, sanções contra a Rússia impostas em resposta à invasão da Ucrânia traz desafios para a intermediação financeira. A guerra ampliou outras vulnerabilidades, incluindo riscos de sobre-endividamento na República do Quirguistão e Tadjiquistão. Espera-se que ambos os países experimentem contrações de produção este ano, déficits fiscais e fortes depreciações cambiais.

Na Europa Central, o principal canal econômico são as transmissões da guerra da Ucrânia, são o influxo de refugiados, os preços mais altos das commodities e a demanda externa da área do euro. As interrupções de energia no fornecimento podem colocar tensões adicionais sobre produção e exacerbar as pressões ascendentes sobre preços, especialmente sobre a luz com o corte da Rússia, as exportações diretas de gás natural para a Polónia, Bulgária e os planos anunciados da União Europeia (UE) para proibir ou eliminar gradualmente importações de combustíveis fósseis da Rússia até 2027. Prevê-se que o crescimento na Europa Central deve enfraquecer em 2022 ao lado da área do euro, caindo para 3,7%, com a desaceleração da demanda externa, inflação mais alta, políticas monetárias mais restritivas, e maior incerteza política.

O grande fluxo de pessoas deslocadas da Ucrânia - que são predominantemente mulheres, crianças e idosos - está aumentando a demanda pelos serviços públicos e habitação, pressionando sobre as finanças públicas. O fluxo foi especialmente grande na Polónia, com a chegada de refugiados ucranianos totalizando cerca de 10% da população da Polónia.

No médio prazo, a economia da Europa Central se beneficiará de financiamentos da União Europeia (UE). Nos Balcãs Ocidentais, prevê-se que o crescimento do PIB desacelere para 3,1% em 2022, refletindo maior preços das commodities e crescimento mais fraco da área do euro da guerra. A médio prazo, espera-se que a sub-região se beneficie dos esforços do Plano Econômico - EU e de Investimento recentemente adotado para os Balcãs Ocidentais. Estes financiamentos irão mobilizar financiamento para apoiar a competitividade e o crescimento, bem como a transição verde e digital.

Figura 4 – Indicadores da Europa e Ásia - 2019 a 2024f

Resumo da previsão da Europa e Ásia Central

(Crescimento real do PIB a preços de mercado em porcentagem, salvo indicação em contrário)

	2019	2020	2021e	2022f	2023f	2024f	Diferenças de pontos percentuais a partir de projeções de janeiro de 2022	
							2022f	2023f
EMDE ECA, GDP¹	2,7	-1,9	6,5	-2,9	1,5	3,3	-5,9	-1,4
GDP per capita (U.S. dollars)	2,3	-2,2	6,3	-3,1	1,4	3,2	-5,9	-1,4
EMDE ECA, GDP Federação Russa e Ucrânia	3,1	-1,3	7,9	2,8	3,5	3,8	-0,6	-0,1
EMDE ECA, GDP Turquia	3,2	-2,9	5,3	-4,5	1,0	3,0	-7,8	-1,9
(Média incluindo países que relatam componentes de despesas nas contas nacionais) ²								
EMDE ECA, GDP ²	2,6	-1,9	6,6	-3,5	1,3	3,2	-6,4	-1,4
PPP GDP	2,5	-1,9	6,6	-4,5	1,3	3,2	-7,3	-1,4
Consumo privado	3,7	-3,1	9,7	-4,3	2,4	2,8	-7,4	-0,7
Consumo público	3,0	2,5	2,2	2,7	2,2	1,7	1,2	0,1
Investimento fixo	-0,8	-1,5	7,1	-9,7	0,1	8,6	-12,5	-3,9
Exportações, GNFS ³	3,6	-6,6	9,5	-8,1	4,5	4,8	-13,8	-0,4
Importações, GNFS ³	3,0	-4,5	10,0	-4,7	5,3	5,9	-10,2	-0,8
Exportações líquidas, contribuição para o crescimento	0,4	-1,0	0,2	-1,5	-0,2	-0,3	-1,8	0,0
Itens de memorando: PIB								
Exportadores de commodities ⁴	2,6	-2,7	4,7	-9,0	-0,7	2,7	-11,7	-3,1
Exportadores de commodities Federação Russa e Ucrânia ⁵	4,6	-2,1	5,3	2,5	4,0	3,8	-1,6	-0,7
Importadores de commodities ⁵	2,8	-1,1	8,3	2,8	3,4	3,7	-0,5	0,0
Europa Central ⁶	4,5	-3,3	6,2	3,7	3,7	3,7	-1,0	0,0
Balcãs Ocidentais ⁷	3,7	-3,3	7,5	3,1	3,1	3,2	-1,0	-0,7
Europa Oriental ⁸	2,7	-3,1	3,6	-30,6	1,9	3,9	-32,0	-1,3
Sul do Cáucaso ⁹	3,8	-5,3	6,7	3,4	3,3	3,3	-0,5	-0,3
Ásia Central ¹⁰	4,9	-1,3	5,1	2,4	4,3	4,1	-1,9	-0,8
Federação Russa	2,2	-2,7	4,7	-8,9	-2,0	2,2	-11,3	-3,8
Turquia	0,9	1,8	11,0	2,3	3,2	4,0	0,3	0,2
Polônia	4,7	-2,2	5,9	3,9	3,6	3,7	-0,8	0,2

Fonte: Banco Mundial.

Nota: e = estimativa; f = previsão; PPP = paridade do poder de compra; EMDE = mercado emergente e economia em desenvolvimento. As previsões do Banco Mundial são frequentemente atualizadas com base em novas informações e mudanças nas circunstâncias (globais). Consequentemente, as projeções aqui apresentadas podem diferir daquelas contidas em outros documentos do Banco, mesmo que as avaliações básicas das perspectivas dos países não sejam diferentes em um determinado momento. O Banco Mundial atualmente não está publicando dados de produção econômica, renda ou crescimento para o Turquestão devido à falta de dados confiáveis de qualidade adequada. O Turquestão está excluído dos agregados macroeconômicos entre países.

1. O PIB e os componentes da despesa são medidos em preços médios de 2010-19 e taxas de câmbio de mercado, portanto, os agregados aqui apresentados podem diferir de outros documentos do Banco Mundial.

2. Os agregados apresentados aqui excluem Azerbaijão, Bósnia e Herzegovina, Cazaquistão, Kosovo, República do Quirguistão, Montenegro, Sérvia, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão, para os quais as limitações de dados impedem a previsão dos componentes do PIB.

3. Exportações e importações de bens e serviços não fatoriais (GNFS).

4. Inclui Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, República do Quirguistão, Kosovo, Federação Russa, Tadjiquistão, Ucrânia e Uzbequistão.

5. Inclui Albânia, Bielorrússia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Geórgia, Hungria, Moldávia, Montenegro, Macedônia do Norte, Polônia, Romênia, Sérvia e Turquia.

6. Inclui Bulgária, Croácia, Hungria, Polônia e Romênia.

7. Inclui Albânia, Bósnia e Herzegovina, Kosovo, Montenegro, Macedônia do Norte e Sérvia.

8. Inclui Belarus, Moldova, and Ukraine.

9. Inclui Belarus, Moldávia e Ucrânia.

10. Inclui Cazaquistão, República do Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão.

Fonte: relatório da Global Economic Perspectives / Tradução: SEPLAG

2. CENÁRIO NACIONAL

2.1. CENÁRIO BRASIL

2.1.1. APRESENTAÇÃO

A economia brasileira deve fechar os números do ano de 2022 em situação bem diferente das previsões iniciais do começo do ano. O quadro de insegurança política que permeou todo o processo eleitoral de 2022 ficou para trás com a posse do novo presidente ocorrida em 01/01/2023. O novo governo, eleito democraticamente em segundo turno das eleições, teve que suportar toda sorte de ataques e afrontas da direita liberal derrotada no pleito de 28/10/2022. Assim, com a posse do novo presidente deve-se enterrar o sonho de intervenção militar no Brasil. As incertezas quanto às situações de beligerância do conflito iniciado em fevereiro de 2022 entre Rússia X Ucrânia já provocaram os danos que poderiam provocar, mas ainda há uma situação final indefinida, podendo ser: uma negociação pacífica final ou o acirramento do conflito. A situação da pandemia da Covid-19 no mundo ainda é preocupante porque na China está havendo maior contaminação e ainda há *lockdown* em algumas regiões. No Brasil a pandemia está sob controle devido a vacinação em massa da população, embora, o início da vacinação, por questões políticas, tenha sido retardado, entretanto, em 2021 houve sucesso em razão de a maior parte da população ter aderido à vacina. A pandemia da Covid-19 no Brasil não parece ser mais uma grande preocupação, a menos que apareçam novas variantes do vírus que não sejam imunes à vacina, do contrário não é mais provável que possa ainda haver alguns surtos localizados. Ademais, as autoridades de saúde estão em alertas e prontos para aplicar as regras já testadas com eficiência para o controle, caso seja necessário. Entretanto, seria impossível prever os impactos de todas essas questões na economia brasileira, mas a despeito das previsões pessimistas a economia brasileira deve ter crescido em torno de 3% em 2022. Também é certo que os impactos de todas essas questões ainda continuam reverberando pelo ano de 2023 e anos seguintes.

No início de 2022, as projeções apontavam para um crescimento pífio de 0,3% para o PIB da economia brasileira, mas as estimativas foram sendo revistas e alteradas à medida que o Índice IBc-BR foi mostrando melhora das estimativas. Agora, já finalizando 2022 os números da economia já permitem uma avaliação mais otimista. As novas estimativas apontam para um crescimento de 3% para o PIB. De fato, no início de 2022 as incertezas eram muitas: ano eleitoral, ameaças de golpe,

início de um conflito internacional. Havia muitas incertezas. Embora o Brasil tenha passado por um quadro de reformas feitas ainda em 2019 - previdência e reforma trabalhista - que colocavam o Brasil com boas expectativas para o crescimento da economia, mas o quadro de incertezas foi degradante. A economia brasileira já vinha de um quadro de baixo crescimento desde a crise de 2015-2016. Verdadeiramente, nos últimos anos tínhamos alguns pontos otimistas, mas quando a economia começou a retomar o crescimento, iniciou-se a pandemia da Covid-19 no ano de 2020. Depois, em 2022, o conflito internacional.

Superadas todas essas situações e sem que haja outros choques externos é bem provável que a economia brasileira tenha um ano de 2023 com melhores possibilidades de que fora o ano de 2022, o que significa que as previsões pessimistas de crescimento de 0,8% podem ser superadas.

2.1.2. PANORAMA NACIONAL

Na última década, 2010-2020, o Brasil enfrentou pelo menos três grandes ciclos econômicos. O primeiro começou no início de um forte crescimento em 2010 com crescimento de 7,5% - crescimento de recuperação da crise de 2008. O forte crescimento de 2010 decorreu mais da recuperação da crise 2008-2009. Essa crise começou nos Estados Unidos devido ao desenvolvimento de uma bolha no setor imobiliário que culminou na falência do Banco Lehman Brothers e se estendeu para outros setores da economia americana. A crise que começou no setor imobiliário, atingiu o setor financeiro, e arrastou a economia americana e boa parte da economia mundial, tendo reflexos também na recessão econômica no Brasil em 2008-2009. Como disse o então Presidente Lula: "a crise é tsunami nos EUA e, se chegar no Brasil, será marolinha". A "marolinha" chegou forte e derrubou a economia brasileira. A economia entrou em um ciclo de baixo crescimento até 2014 quando uma nova crise afundou a economia em recessão. O período de 2014-2016 marca um ciclo de forte recessão que começou no 2º semestre de 2014 até o ano de 2016. As causas da crise são creditadas ao erro de condução na política fiscal expansionista do Governo Dilma que continuou com políticas expansionistas de incentivos fiscais quando a economia brasileira já havia esgotado o ciclo de crescimento. A taxa de desemprego no final de 2014 chegou a 6,6%, o que é uma taxa bem baixa de desemprego dado as taxas de 14% atingida em alguns momentos de recessão. A consequência da política expansionista prolongada foi o aumento de preços e o acirramento do crescimento da inflação. De 2014-2016 temos um período de forte recessão econômica, tendo a variação do PIB caído -3,5% e -3,3, respectivamente em 2015 e 2016. A inflação subiu e bateu em 10,6% em 2015;

O último período marca a retomada do ciclo de crescimento de 2017-2020. A economia brasileira retomou o ciclo de crescimento, mas a um ritmo lento, sendo a variação de 1,3% para o PIB em 2017. Em 2018, seguiu a trajetória de lento crescimento com variação de 1,8%, e 1,9% em 2019. Na esteira da retomada do crescimento arrastada veio a Crise da Covid-19 jogando o País em uma recessão em 2020, momento em que o PIB decresceu -3,3%.

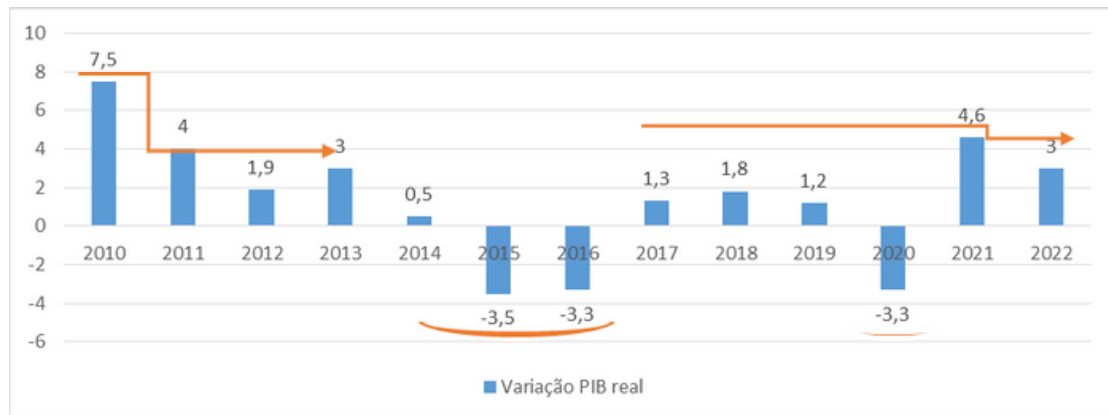
Embora o ano de 2020 tenha sido um ano muito ruim, ele representou apenas um percalço no ciclo de retomada do crescimento como podemos ver na curva do gráfico abaixo. Em 2021, a economia retornou forte com crescimento de 4,6%¹¹, e as projeções já fecham um crescimento de 3% em 2022.

As expectativas iniciais de crescimento para 2022 eram muito promissoras até fevereiro, quando se instalou o conflito Rússia X Ucrânia. A partir de março as estimativas se tornam pessimistas uma vez que não se podia prever a escalada da guerra. Ao longo de 2022, as estimativas posteriores foram precificando os impactos da invasão e o resultado do impacto global veio no aumento dos preços com a crise energética que se instalou em toda a Europa. Os embargos impostos à Rússia e os impactos dos bloqueios, a produção e oferta de insumos agrícolas, elevaram os preços das commodities e dos insumos provocando uma elevação de inflação a nível global. As estimativas para crescimento do PIB do Brasil em 2022, eram inicialmente, de crescimento de 0,3%, mas ao final de 2022 as estimativas apontam para um crescimento bom de 3%¹².

As projeções futuras para crescimento da economia brasileira, feitas pelo Banco Mundial, não são promissoras, sendo 0,8% em 2023 e 2% em 2024. Estas projeções estão de acordo com as incertezas de crescimento da economia global e também de acordo com a política monetária contracionista proposta pelo COPOM até o 2º trimestre de 2024 e os impactos que o conflito ainda provoca na economia global.

¹¹ BARROS, Alerrandre. PIB cresce 4,6% em 2021 e supera perdas da pandemia. Agencia IBGE notícias, 2022. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33066-pib-cresce-4-6-em-2021-e-supera-perdas-da-pandemia>>. Acesso em: 02 de jan. de 2022.

¹² LIRA, Roberto. Governo mantém estimativa de crescimento do PIB em 2,7% para 2022, mas rebaixa a de 2023. InfoMoney, 2022. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/economia/governo-mantem-estimativa-de-crescimento-do-pib-em-27-para-2022-mas-rebaixa-a-de-2023/>>. Acesso em: 02 de jan. de 2023.

Gráfico 2 – Crescimento do PIB Brasil – 2010 a 2022

Fonte: IBGE/Quadro/<https://sidra.ibge.gov.br/Quadro/6784>. Elaboração: SEPLAG.

Duas reformas importantes, a reforma trabalhista e a reforma da previdência criaram condições de crescimento e estabilidade econômica, mas essas reformas encontraram um momento de contração global. A crise econômica de 2020 ocasionada pela Covid-19, provocou queda de -3,3% do PIB e retardou a retomada do crescimento, mas o crescimento do PIB voltou forte, sendo 4,6% em 2021 e 3% em 2022.

No cenário de 2023, ainda persistem muitas expectativas negativas quanto ao desempenho da economia global, conforme dados do Banco Mundial, mais os impactos que a Covid-19 trouxe em 2020 e 2021, a situação de conflito internacional de 2022; todas essas questões parecem já terem sido precificadas pelos agentes econômicos. Significa que se, se não piorarem as coisas mais do que tem estado ruim (*Ceteris paribus*), a economia pode voltar a crescer em 2023 tal qual cresceu em 2022. O resultado de todos os impactos descritos anteriormente foi a elevação de preços no mercado internacional das commodities, a elevação da inflação global e baixo crescimento da economia global. Se de um lado o Brasil foi favorecido com elevação de preços dos seus principais produtos exportados, o que resultou em bom resultado nas exportações, de outro, sofreu com os impactos de aumento de preços: combustíveis, insumos para produção de condutores e chips da indústria automobilística. O crescimento econômico em 2022 veio bem melhor que a previsão inicial de 0,5%, mas veio no bojo do crescimento da inflação.

O Comitê de Política Monetária - COPOM elevou a taxa básica de juros – SELIC a 13,75% e deve mantê-la por todo o ano de 2023 com o principal objetivo de conter a alta da inflação. A manutenção de uma taxa básica de juros alta representa um freio ao crescimento econômico porque tende a inibir o consumo e o investimento e a política de juros pode estar exagerando porque a inflação já reduziu para índices próximos da meta. Em março de 2023 a inflação acumulada em 12 meses bateu 4,75%. Outros países também estão sofrendo com problemas de elevação da taxa básica de

juros e inflação. Nos EUA a inflação acumulada de 12 meses ficou em 8,2%. A situação de uma inflação subindo é que o Federal Reserve¹³ deve continuar a escalada de subida da taxa de juros que já atingiu 4%.

A escalada da inflação e juros na economia americana impacta a economia global. Assim, as expectativas para 2023 não devem ser muito diferentes das expectativas iniciais de 2022 - baixo crescimento econômico global e, como consequência, baixo crescimento também no Brasil.

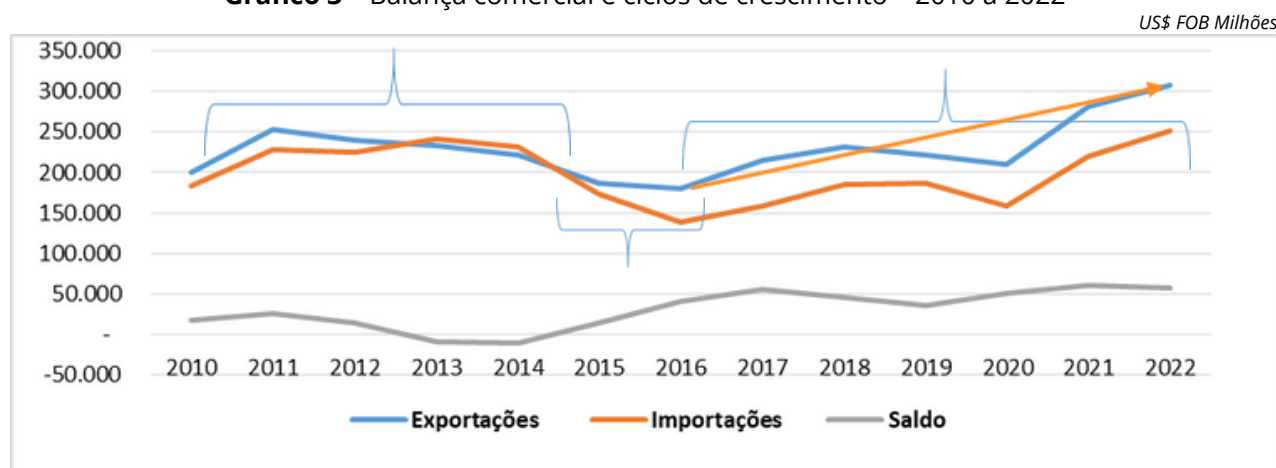
O Quadro 1 expressa em números os bons resultados das exportações brasileiras de 2021 e 2022. Enquanto o ano de 2020 mostrou queda de -5,40% das exportações, -14,60% para importações e crescimento do saldo do comércio exterior, o ano de 2021 mostrou uma forte recuperação das exportações tendo crescido 34,25%, resultado nunca antes experimentado. Naquele ano as importações cresceram 38,18%, e o saldo foi de crescimento de 21,85%. Em 2022, dados consolidados até novembro, mostram crescimento de 9,81% para exportações, 14,32% para importações e queda no saldo de -6,31%, mas observe que o saldo é positivo em US\$ FOB 57 milhões, sendo pouco menor que o resultado extraordinário de 2021. De fato, parece que as exportações brasileiras entraram em um nível de crescimento maior, após 2022.

Quadro 1 – Balança comercial Brasil - 2010 a 2022

Ano	Valor US\$ FOB - Milhões			Variação em relação ano anterior		
	Exportações	Importações	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
2022	308.362	250.831	57.531	9,81	14,32	-6,31
2021	280.815	219.408	61.407	34,25	38,18	21,85
2020	209.180	158.787	50.393	-5,4	-14,6	43,17
2019	221.127	185.928	35.199	-4,64	0,33	-24,41
2018	231.890	185.322	46.568	7,86	16,59	-16,9
2017	214.988	158.951	56.037	19,75	14,09	39,38
2016	179.526	139.321	40.205	-3,88	-19,52	193,94
2015	186.782	173.104	13.678	-15,45	-25,01	-238,17
2014	220.923	230.823	-9.900	-5	-4,42	10,53
2013	232.544	241.501	-8.957	-3,09	7,25	-160,57
2012	239.953	225.166	14.786	-5,41	-1,23	-42,46
2011	253.666	227.970	25.697	26,56	24,34	50,3
2010	200.434	183.337	17.097	-	-	-

Fonte: Dados do IBGE / Elaboração SEPLAG

¹³ MATOS, Fábio. Entenda como o aumento da taxa de juros nos EUA atinge a economia brasileira. InfoMoney, 2022. Disponível em: <<https://infomoney.com.br/economia/entenda-como-o-aumento-da-taxa-de-juros-nos-eua-atinge-a-economia-brasileira/%20>>. Acesso em: 02 de jan. de 2023.

Gráfico 3 – Balança comercial e ciclos de crescimento – 2010 a 2022

Fonte: Dados do IBGE / Elaboração: SEPLAG

Da análise do quadro 1 e gráfico 3, podemos inferir que existe uma forte correlação entre o comércio exterior e o PIB do Brasil. Em anos em que o comércio exterior declinou, o PIB também declinou, 2015-2016 e 2020. Em anos em que o comércio exterior cresceu, o PIB cresceu, 2011, 2017-2018 e 2021-2022.

Os anos 2021 e 2022, foram dois anos de forte demanda internacional por commodities e desvalorização cambial, o que fez com que a economia brasileira tivesse um bom resultado no período com crescimento de 4,6% em 2021, e estimativas de 3% em 2022. Portanto, a expectativa de crescimento econômico brasileiro nos próximos anos vai depender, em grande medida, da demanda externa por commodities. No plano da economia interna, a mudança na orientação política com o Novo Governo de 2023-2027, deve fortalecer ainda mais o comércio exterior do Brasil, e o Governo Federal tem sinalizado na manutenção de políticas sociais de renda mínima para os mais pobres, o que significa manutenção do consumo interno.

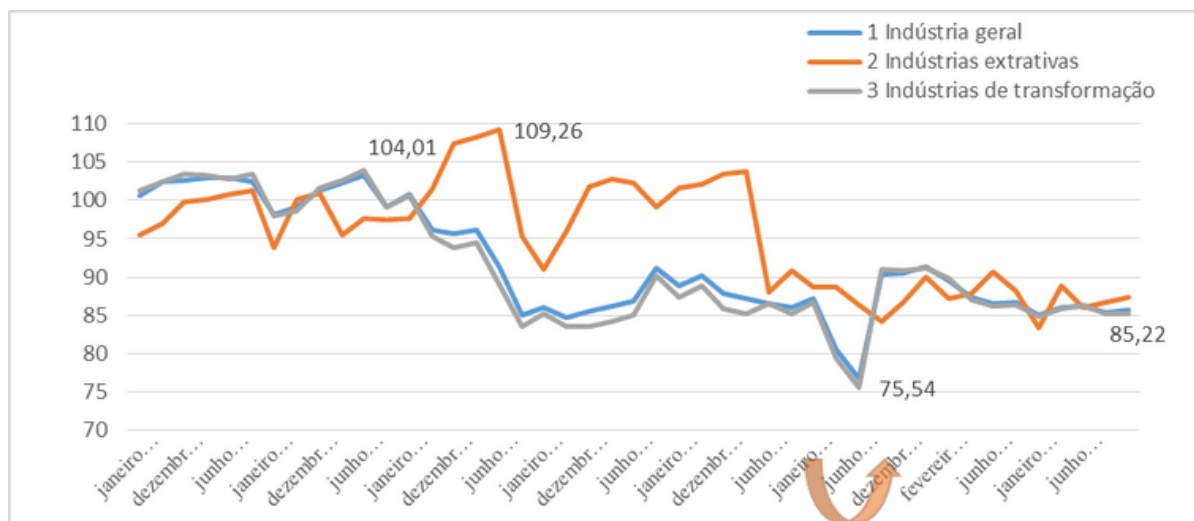
2.1.3. PRODUÇÃO INDUSTRIAL - 2010 A 2022

A situação da produção industrial no Brasil apresenta coerência com os ciclos econômicos descritos anteriormente no gráfico 1, da variação do PIB. Em 2010, a curva apresentou evolução dos índices de produção industrial conforme gráfico 4. A partir de 2011, a curva do índice de produção base fixa - 2014, apresenta lateralização, com queda em 2014-2016. Após 2017 retomada e queda em 2020. A partir do segundo semestre de 2020 o índice volta em V, mas mantém-se abaixo de 90%, observe a curva da produção industrial¹⁴. Embora o índice tenha se recuperado

¹⁴ Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física. IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9294-pesquisa-industrial-mensal-producao-fisica-brasil.html?=&t=series-historicas>>. Acesso em: 03 de jan. de 2023.

da forte queda de 2020, não teve força para manter-se em crescimento. Diferentemente do crescimento das exportações que seguiu em ritmo crescente no período pós Covid-19, 2021-2022. A situação da recuperação do setor industrial se viu prejudicada por problemas relacionados a falta de componentes eletrônicos, pelos aumentos de custos de insumos e transporte no período pós Covid-19.

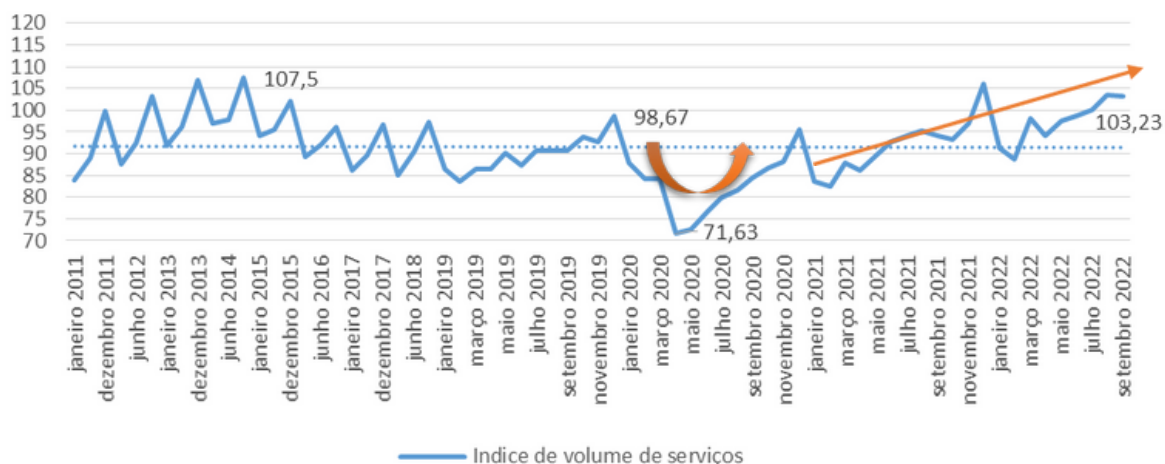
Gráfico 4 – Produção industrial, por seções industriais – 2010 a 2022



Fonte: Dados do IBGE/PIN-PF / Elaboração: SEPLAG

O gráfico 5 apresenta o índice base fixa -2014=100 para o volume de serviços. Podemos ver que a situação do volume de serviços, diferentemente da indústria, sofreu as mesmas quedas de 2015-2016 e 2020, mas com menor impacto. A recuperação do volume de serviços, que caiu para índice de 71,63 no 1º semestre de 2020, voltou em V no segundo semestre de 2020 e vem apresentando trajetória de crescimento contínuo e constante, atingindo o índice de 103,23 em setembro de 2022, mas ainda estando abaixo do 107,5 atingido em final de 2014-2015.

Gráfico 5 – Volume de serviços – 2010 a 2022



Fonte: Dados do IBGE/PIN-PF / Elaboração: SEPLAG

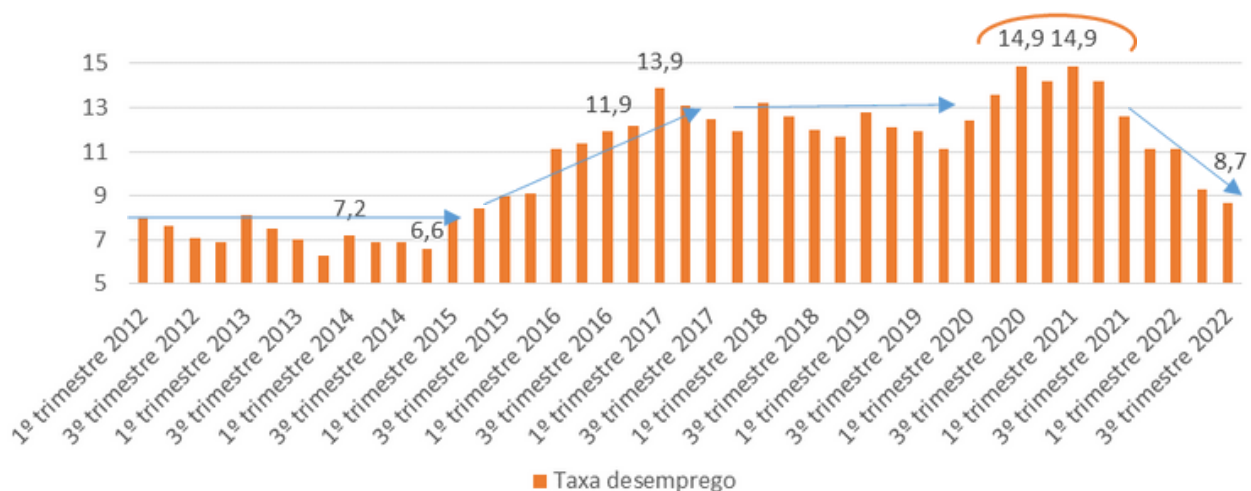
2.1.4. CONDIÇÕES DE EMPREGO - 2012 A 2022

Dadas as situações dos ciclos de crescimento para a economia brasileira apresentados no gráfico 1, variação do PIB, podemos nos perguntar como tem se comportado a dinâmica do emprego na linha de tempo.

A taxa de desocupação, ou taxa de desemprego, termo mais popularmente conhecido e aceito, mede o percentual da população desocupada procurando trabalho em relação a força de trabalho (População Economicamente Ativa – PEA). Logo, essa taxa é uma medida estatística que depende da quantidade de pessoas em busca de trabalho e não o encontra. A taxa de desemprego no Brasil chegou a atingir 14,9% no 3º trimestre de 2020, pico da pandemia da Covid-19, essa mesma taxa persistiu em 2021 devido às incertezas quanto ao efetivo controle da pandemia e aos problemas decorrentes da Pandemia pelo mundo.

A situação da taxa de desemprego já era crescente no Brasil desde a crise do período de 2015-2016. Nesse período, a economia entrou em crise e o PIB chegou a ter variações negativas, sendo -3,5 e -3,3 em 2015 e 2016, respectivamente. O desemprego que havia chegado a 6,6% em 2014, saltou para 11,9% no 3º trimestre de 2016. Desde então, a taxa de desemprego vem crescendo a despeito dos resultados econômicos de 2018-2019. No período de 2020-2021, conforme a curva, podemos atribuir ao impacto Covid-19, a taxa chegou a 14,9%, mas ao final de 2022 chega ao menor nível desde 2015, sendo 8,7%. A partir do 3º trimestre de 2021 a situação da taxa de desemprego se acentuou em queda e sendo os dados muito promissores para 2022 e 2023. A taxa de desemprego caiu para 8,7% no 3º trimestre de 2022, o que significa que o pior já ficou para trás.

Gráfico 6 – Taxa de desocupação – 2012 a 2022



Fonte: Dados do IBGE/PIN-PF / Elaboração: SEPLAG

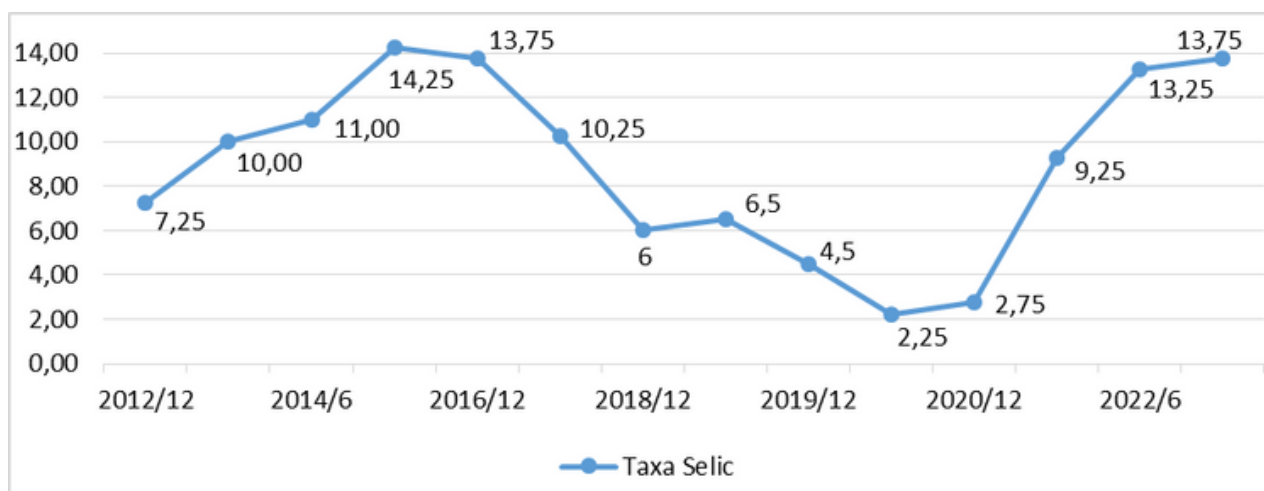
2.1.5. POLÍTICA MONETÁRIA

A crise econômica de 2015-2016 foi um período de forte recessão com altos índices de inflação – conhecido como estagflação. Dá-se esse nome quando coexistem ao mesmo tempo, recessão com inflação alta - estagflação. É um período marcado por queda do volume de produção e aumentos de preços – os preços não caem. A explicação para a crise de 2015-2016 é creditada a uma política monetária e fiscal expansionista levando o país a atingir o pleno emprego no período da Copa-2014, momento em que a taxa de desemprego caiu a 6,6% no 1º trimestre de 2015. O fim do ciclo de expansão levou à tomada de medidas equivocadas como a desoneração fiscal na tentativa de manter o nível de crescimento da economia, mas já havia um esgotamento da capacidade de produção e a inflação explodiu para 10,67% em 2015.

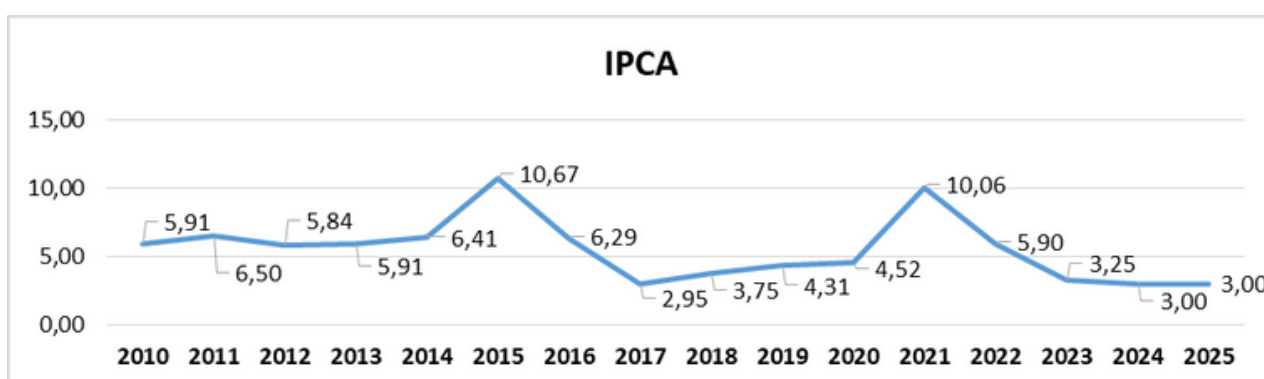
Em período de baixo crescimento econômico com elevação dos índices de inflação, a política monetária do Governo tem sido a de elevação da taxa de juros básica para conter o consumo, mas isso também retraem a economia. Assim, o Banco Central – BC subiu a taxa Selic para 14,25% em dezembro de 2015, e manteve em 13,75% até dezembro de 2016. A manutenção da taxa de juros alta fez com que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA caísse para 6,29% em dezembro de 2016. Seguiu-se o declínio da taxa de juros para 2,95% em dezembro de 2017. Com a inflação em queda, o BC sentiu confortável para reduzir gradativamente a SELIC até 2,25% em junho de 2020, mas parece que a descida de juros passou do ponto.

A inflação já vinha subindo no período anterior a 2020, mas o Banco Central seguiu com a manutenção de baixas taxas de juros. O período que compreende 2020-2022, mostrou-se novamente desafiador com crescimento da inflação decorrente, principalmente, da elevação de preços externos e desvalorização cambial. A elevação dos preços de petróleo no mercado internacional, a elevação de semicondutores, das commodities, fizeram com que ocorresse a elevação de preços a nível global. No Brasil, a inflação bateu 10,06% acumulada de 12 meses em 2021. O receituário do BC é manutenção de taxa básica de juros alta pelos próximos anos até que a inflação tenha se encaixado na projeção de meta de 3,25% em 2023 e 3% em 2024 e 2025¹⁵.

¹⁵ Os dados de 2023, 2024 e 2025 são projeções do Banco Central e os dados de 2022 são estimativas de fechamento.

Gráfico 7 – Juros Selic – 2012 a 2022

Fonte: Dados do IBGE/PIN-PF / Elaboração: SEPLAG

Gráfico 8 – Inflação anual e metas – 2010 a 2025

Fonte: Dados do IBGE/PIN-PF / Elaboração SEPLAG

Na última reunião de 2022 do COPOM¹⁶, realizada em dezembro, o Comitê de Política Monetária - COPOM decidiu pela manutenção da Selic a 13,75%, sendo o principal motivo detalhado na ata:

(O ambiente externo mantém-se adverso e volátil, marcado pela perspectiva de crescimento global abaixo do potencial no próximo ano, alta volatilidade nos ativos financeiros e um ambiente inflacionário ainda pressionado. A política monetária nos países avançados em direção a taxas restritivas e a maior sensibilidade dos mercados a fundamentos fiscais requerem maior cuidado por parte de países emergentes. Em relação à atividade econômica brasileira, a divulgação do PIB apontou ritmo de crescimento mais moderado no terceiro trimestre. O conjunto dos indicadores mais recentes corrobora o

¹⁶ Ata da reunião do dia 07 de dezembro de 2022.

cenário de desaceleração esperado pelo Copom; Apesar da queda recente, especialmente em itens voláteis e afetados por medidas tributárias, a inflação ao consumidor continua elevada; As diversas medidas de inflação subjacente seguem acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação; As expectativas de inflação para 2022, 2023 e 2024 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 5,9%, 5,1% e 3,5%, respectivamente; e no cenário de referência, a trajetória para a taxa de juros é extraída da pesquisa Focus e a taxa de câmbio parte de USD/BRL 5,25*, evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC). O preço do petróleo segue aproximadamente a curva futura pelos próximos seis meses e passa a aumentar 2% ao ano posteriormente. Além disso, adota-se a hipótese de bandeira tarifária "verde" em dezembro de 2022 e "amarela" em dezembro de 2023 e de 2024. Nesse cenário, as projeções de inflação do Copom situam-se em 6,0% para 2022, 5,0% para 2023 e 3,0% para 2024. As projeções para a inflação de preços administrados são de -3,6% para 2022, 9,1% para 2023 e 4,2% para 2024. O Comitê optou novamente por dar ênfase ao horizonte de seis trimestres à frente, que reflete o horizonte relevante, suaviza os efeitos diretos decorrentes das mudanças tributárias, mas incorpora os seus impactos secundários. Nesse horizonte, referente ao segundo trimestre de 2024, a projeção de inflação acumulada em doze meses situou-se em 3,3%. O Comitê julga que a incerteza em torno das suas premissas e projeções atualmente é maior do que o usual).

A ata detalha que no cenário para a inflação ainda persistem fatores de riscos em ambas as direções – risco de alta para o cenário inflacionário e riscos de persistências das pressões inflacionárias globais. A meta de inflação para 2022 era de 3% com faixa de 1,5% para cima ou para baixo, mas a inflação deve ficar próximo de 5,9%, acima da meta. Nesse caso, a situação requer ainda a manutenção da taxa SELIC alta. As projeções para a meta de inflação em 2023 está projetada para 3,25%, e 3% para 2024 e 2025¹⁷. Segundo a ata do COPOM, o ambiente requer maiores cuidados e cautelas por seis trimestres seguidos, o que nos coloca num ambiente de cuidado até o segundo trimestre de 2024. Assim, a política de juros altos e controle de inflação do BC não deve mudar, a despeito da mudança na orientação política do país. Nesse ambiente, a tônica da política monetária de 2023 e anos seguintes deve ser ainda de manutenção da SELIC alta, com crescimento moderado para a economia brasileira porque ainda requer política monetária de forte controle da inflação.

2.1.6. POLÍTICA FISCAL

2.1.6.1. TRANSFERÊNCIA DE RENDA E INCENTIVO FISCAL

No conjunto da política fiscal o Governo Federal tem usado os recursos do

¹⁷ Projeção feito pelo Copom até 2025. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicometas>>. Acesso em: 03 de jan. de 2023.

do orçamento para transferir renda as famílias vulneráveis e com isso manter o nível de consumo. Ainda na política fiscal se utiliza dos incentivos fiscais: isenções e desonerações. A principal e mais recente foi a desoneração de combustíveis fazendo a unificação de alíquota de Imposto sobre ICMS (Circulação de Mercadorias e Serviços) dos estados e congelando a base de cálculo. Esse mecanismo teve como principal objetivo conter a alta da inflação decorrentes do aumento de preços de combustível.

O incentivo fiscal - redução de alíquota de impostos do PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) - sob competência do Governo Federal é um processo que o governo sempre tem usado, mas a desoneração de ICMS dos estados trata-se de invasão de competência e deve ser questionada no Supremo Tribunal Federal - STF. A desoneração de combustível foi uma política tomada de forma reacionária ao aumento dos preços dos combustíveis, mas a transferência de renda já era uma política desenhada pelos Governos anteriores. O Governo Federal só fez a ampliação para atender também pessoas que ficaram sem renda no período de *Lockdown* provocada pela Covid-19 e pelos aumentos de preços de combustível.

Em 2021, quando o preço do barril de petróleo ultrapassou os US\$ 100, na bolsa de valores, os preços internos do combustível dispararam. De fato, os aumentos de preços decorrem da política de Preços de Paridade de Importação da Petrobrás - PPI da Petrobrás. A fim de intervir, o Governo Federal encaminhou o projeto de Lei Complementar nº 11 de 2020 que unificou as alíquotas de ICMS para todos os estados e congelou a base de cálculo tomando anos anteriores. Essa Lei criou uma desoneração de 17,8 bilhões para a União, segundo dados apresentados no congresso - PIS E COFINS. A mesma lei, criou também um rombo na ordem de 16 bilhões na conta dos estados e municípios, valores não compensados pela União¹⁸. A situação dos estados e Municípios deve ser questionada no STF porque o Governo Federal não pode criar desoneração esdrúxula. Logo, o tema ICMS sobre combustível deverá ser um capítulo à parte na legislatura 2023-2026. Esse uso de mecanismos de política fiscal para o combate à inflação deve render boas discussões a partir de 2023.

Segundo a Reuters, o cenário para 2023, contudo, é que o petróleo continue em patamares elevados. De acordo com pesquisa da Reuters, com 42 economistas e analistas globais, a cotação média do Brent deve ficar em US\$ 100,45 o barril em

¹⁸ Bolsonaro sanciona projeto que determina alíquota única de ICMS para combustíveis. EPBR, 2022. Disponível em: <<https://epbr.com.br/bolsonaro-sanciona-projeto-que-determina-aliquota-unica-de-icms-para-combustiveis/>>. Acesso em: 3 de jan. de 2023.

2022 e em US\$ 93,70 em 2023¹⁹). Se mantida a PPI da Petrobrás o cenário para 2023 e anos seguintes a 2022 é de preços altos e políticas contracionistas para conter a inflação.

A política de transferência de renda do Governo Federal, criada ainda no Governo do PT denominada de bolsa família, foi rebatizada em novembro de 2021 como Auxílio Emergencial - AE para atender a situação da pandemia da Covid-19. O auxílio emergencial organizou em apenas um benefício um conjunto de várias políticas assistenciais pagas de forma separada. Têm direito ao benefício as famílias em situação de extrema pobreza, famílias em situação de pobreza e famílias em emancipação. Entretanto, a assistência ampliada só começou a ser paga em novembro de 2021, sendo que as cinco parcelas iniciais pagas custaram 36,5 bilhões enquanto, no ano anterior, o bolsa família tinha 35,4 bilhões para todo o ano de 2021. As mudanças propostas no AE de 2022, ano eleitoral, custou R\$ 115,1 bilhões e as mudanças alterando de R\$ 405,00 para R\$ 600,00 reais do AE de 2023 devem ficar acima dos R\$ 100 bilhões. A manutenção de uma política assistencial tão ampla deve ser revista porque essa ampliação traz em si a possibilidade de uma ampliação de déficit fiscal do Governo Federal, o que eleva o risco Brasil.

De fato, a taxa de desemprego no Brasil caiu significativamente, o que deve colocar boa parte da população que ficou elegível no momento de *lockdown* fora dos critérios atuais da política assistencial. Como existe uma política de contenção de gastos como âncora fiscal o Governo propôs a retirada do Auxílio Brasil, rebatizado, de teto de gasto, essa retirada permitirá ao governo a aplicação da política de transferência de renda sem de infringir normas de responsabilidade fiscal, contudo traz preocupações quanto a política de estabilidade fiscal do governo.

2.1.7. RESULTADO PRIMÁRIO

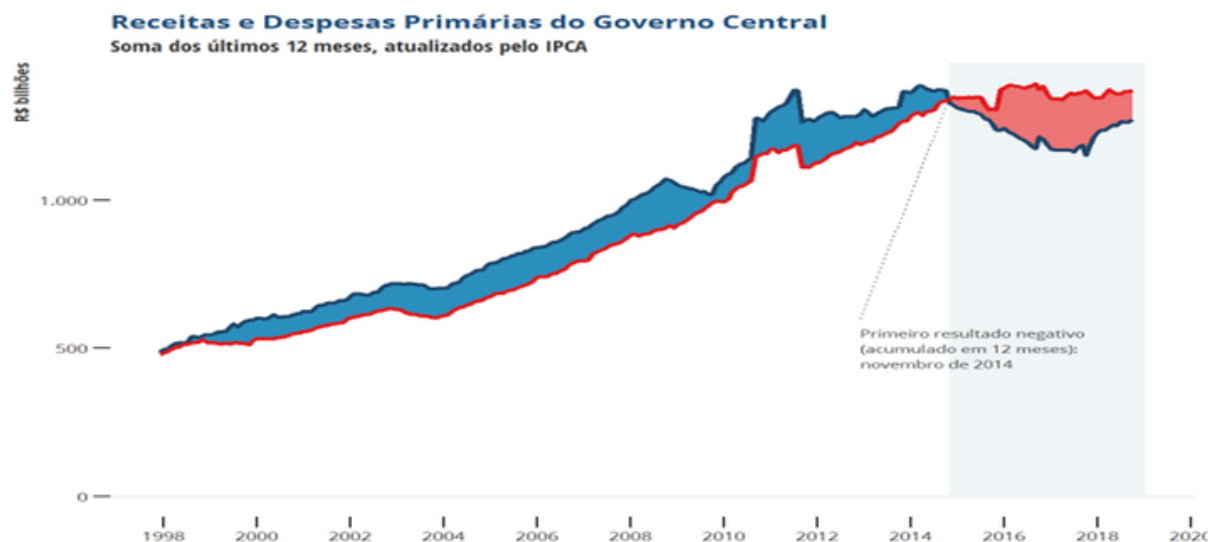
As figuras 5 e 6, retiradas do site do tesouro nacional,²⁰ retratam a situação da política fiscal do Governo Federal de 1998 a 2020. Até 2014 o resultado fiscal do Governo Federal era positivo - superávit. A partir de 2015 as contas entraram no vermelho com resultado primário negativo - Déficit. O déficit primário que vem ocorrendo desde 2015 apresentou em 2021 uma redução, sendo o déficit de R\$ 35

¹⁹ RAMALHO, André. 'Para onde vão os preços dos combustíveis em 2023 com Lula ou Bolsonaro?'. EPBR, 2022. Disponível em: <<https://epbr.com.br/para-onde-vaio-os-precos-dos-combustiveis-em-2023-com-lula-ou-bolsonaro/>>. Acesso em: 03 de jan. de 2023.

²⁰ <https://www.tesourotransparente.gov.br/historias/entendendo-os-graficos-resultado-primario-e-estoque-da-divida-publica-federal>

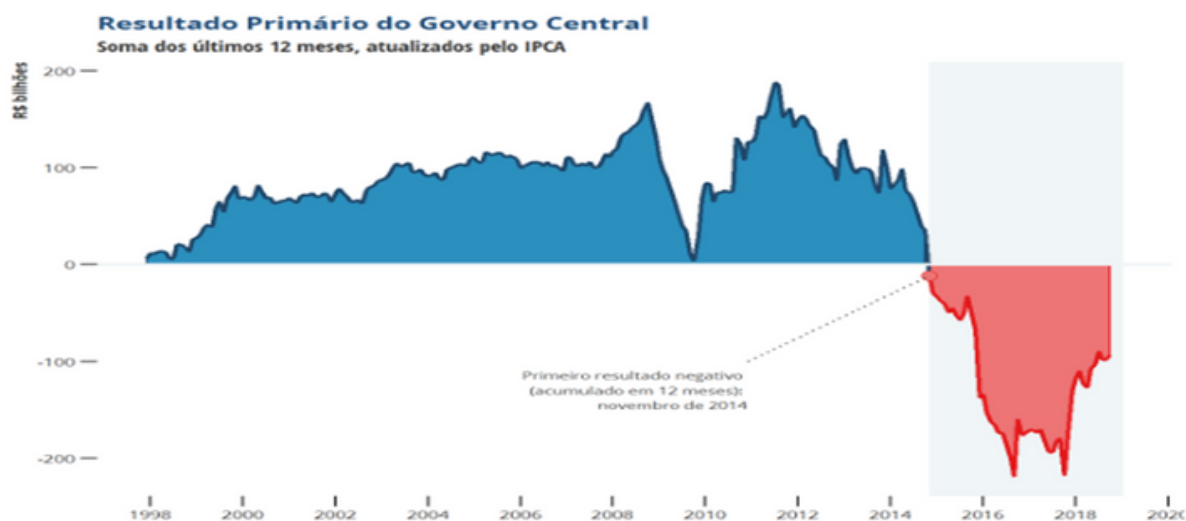
bilhões, mas ainda assim resultado negativo. O baixo crescimento da economia no período tem levado os governos a manutenção de política fiscal de transferência de renda o que tem gerado resultados negativos.

Figura 5 - Receita e despesas primárias Governo Federal – 1998 a 2020



Fonte: SNT

Figura 6 – Resultado primário – 1998 a 2020



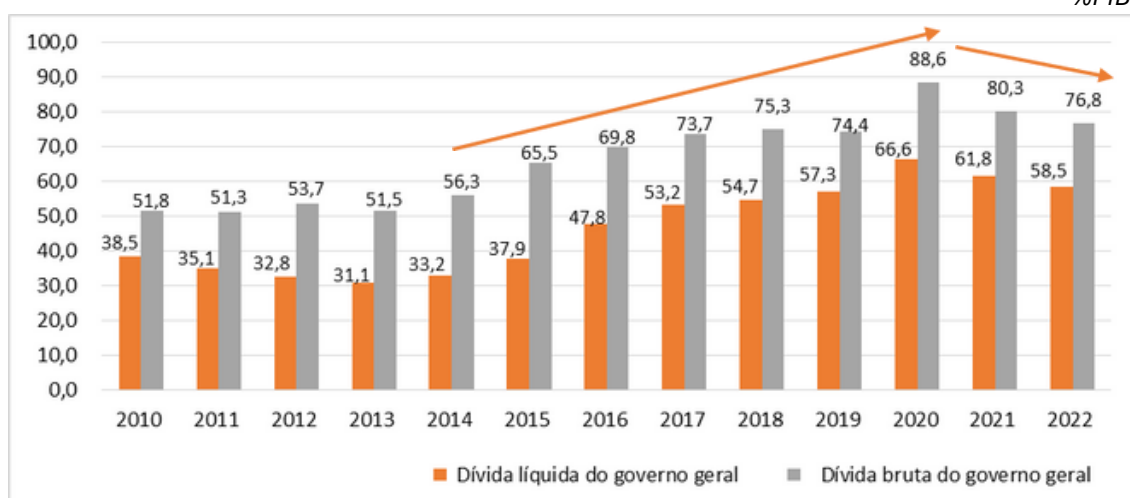
Fonte: SNT

O resultado deficitário é apurado do confronto das receitas primárias e despesas primárias e quando negativo significa que o Governo está gastando mais do que arrecada. O impacto do déficit é sentido no aumento da dívida pública do Governo, sendo estes financiados por emissão de títulos da dívida pública. Se a dívida cresce o mercado entra em desconfiança de que o governo possa honrar seus títulos e exige juros mais altos, o que acaba piorando a situação das contas do governo.

2.1.8. DÍVIDA PÚBLICA

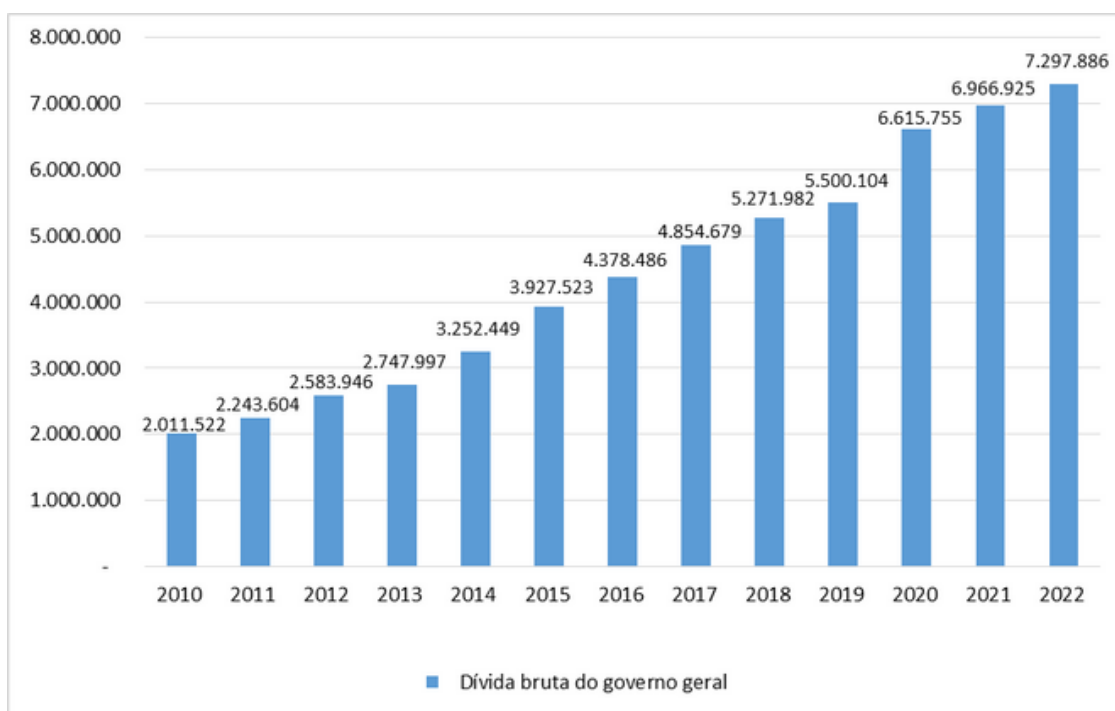
A situação da dívida pública do Governo Federal é apresentada nos gráficos abaixo, que expõem uma situação de crescimento da dívida. O déficit primário crescente, que ocorreu a partir de 2014, elevou o estoque da dívida bruta. O estoque da dívida pública bruta que em 2014 era igual a 56,3% do PIB chegou a 88,6% em dezembro de 2020, mas teve redução desde então, atingindo 76,8% em 2021. O valor total da dívida bruta em dezembro de 2022 caiu para 76,8% e atingiu R\$ 7,2 trilhões de reais.

Gráfico 9 – Dívida pública do governo – 2010 a 2022



Fonte: Dados BCB / Elaboração: SEPLAG

Gráfico 10 – Dívida pública em milhões – 2010 a 2022



Fonte: Dados BCB / Elaboração: SEPLAG

2.1.9. CONCLUSÃO

O ciclo econômico positivo que seguiu a crise de 2008-2009 levou a economia brasileira a um rápido crescimento em 2010, quando o PIB cresceu 7,5%. Mas esse rápido crescimento da economia só se deu porque estava saindo de uma recessão de 2008-2009, com queda muito acentuada no PIB no período anterior. Nos anos seguintes o crescimento do PIB perdeu força, em 2013 o PIB cresceu 3,0% e em 2014 a economia entrou em recessão, e o PIB cresceu apenas 0,5%. Seguiu-se uma recessão em 2015-2016, com quedas de -3,5% e -3,3%. Esse ambiente desafiador do período 2014-2016 só começou a ser superado em 2017 e 2018 com as reformas trabalhista e a reforma da previdência em 2019. Embora o País se esforçasse nas reformas, o resultado econômico ainda era pouco significativo do ponto de vista do crescimento econômico - cresceu 1,3% em 2017, 1,8% em 2018 e 1,2% em 2019.

O período que se inicia em 2019 onde se encontra um novo governo liberal com expectativas de retomada de crescimento, mas a economia internacional não era favorável devido à forte disputa comercial do Trumpismo²¹, EUA e China - 2017-2019. A economia global encontrou um ambiente hostil para o crescimento econômico e somou-se a isso as restrições da pandemia global que assolou o mundo em 2020 - Covid-19.

No período do Trumpismo a economia brasileira teve baixo crescimento e quando as condições mudavam no plano internacional com a vitória do Joe Biden uma pandemia global colocou a economia mundial em recessão - Covid-19. A tão esperada retomada do crescimento tinha que esperar mais um ano de recessão para crescer apenas em 2021. Superadas a pandemia de 2020 foi registrado importante crescimento em 2021, com a grande demanda internacional por commodities do Brasil, que encontrou um ambiente de subida de preços no mercado internacional, o Brasil cresceu 4,6%. O ano de 2022 começou com o conflito da Rússia X Ucrânia gerando conflito internacional, dessa forma as condições de crescimento se tornaram severas. A economia mundial precisava das commodities brasileiras e os preços delas subiram no mercado global, mas com o aumento dos preços resultou no crescimento da inflação. A interrupção do fluxo das cadeias de suprimentos fizeram os preços dispararem e com isso houve um crescimento da inflação mundial - crise energética, de condutores, da cadeia de alimentos e da cadeia de suprimentos.

Em 2022 a pandemia da Covid-19, no Brasil, parece ter entrado no controle da saúde pública. A população foi vacinada em massa e parece não representar mais

²¹<http://sindicomis.com.br/sindicomis/Noticias%202017/Artigo%20Samir%20Keedi%20Trumpismo%20e%20o%20desmonte%20do%20com%C3%A9rcio%20mundial%2015032017.pdf>

um grande perigo. As regras de *lockdown*, uso de máscaras e vacinação em massa permitiram ao Brasil abrir novamente a sua economia. A mudança de orientação política no Governo no início de 2023 pode recolocar o País na rota de expansão do comércio internacional com boas perspectivas para 2023 e anos seguintes.

Em 2021 a economia brasileira cresceu 4,6%, os dados para 2022 tem estimativas de crescimento 3%, bem acima das previsões iniciais de crescimento de 0,5%. De fato, os dados internos são otimistas: baixa taxa de desemprego, crescimento das exportações, política monetária de controle da inflação apresentando resultados. Os dados para o crescimento da economia global parecem desafiadores, mas internamente o Brasil tem boas possibilidades para um crescimento médio e gradual no médio prazo se não houver mais nenhum choque externo imprevisível.

2.2. CENÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO

2.2.1. APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas a economia do estado de Mato Grosso vem passando por grandes transformações. Os avanços tecnológicos no meio rural possibilitaram o aproveitamento de grandes extensões de áreas do cerrado e da floresta amazônica no estado. A transformação no meio rural mudou a economia agrária de subsistência para economia agrária de alto rendimento. Nesse processo, a economia do estado também se transformou para economia agro exportadora de commodities. O estado tem no seu potencial econômico a produção de commodities para exportação ao passo que o mercado consumidor interno também se expande, principalmente, no setor serviços porque à medida que novas fronteiras agrícolas se expandem, expande -se também as cidades e os serviços.

A produção e a comercialização de exportáveis são responsáveis pelo desenvolvimento de extensas cadeias produtivas nos eixos das principais rodovias do estado: Os setores de transporte de carga, alimentação, acomodação é um claro exemplo do crescimento das cadeias produtivas que cresce com o crescimento do agro. As principais lavouras temporárias de produção de alto rendimento exportáveis são: soja, milho, algodão que ocupam o primeiro, segundo e terceiro lugar no valor total das exportações, embora outras lavouras temporárias e permanentes não exportáveis também estejam em pleno desenvolvimento. Ainda no setor primário temos a pecuária de corte e leiteira. A primeira vez o estado ter o maior rebanho entre todos os estados brasileiro e a produção de carne para exportação é a quarta maior commodity exportável do estado. Com a base econômica fortemente concentrada na

pauta de commodities exportáveis o ciclo da economia tem crescimento bem acima da média de crescimento do Brasil. Com a assinatura de um novo projeto de extensão da ferrovia de Rondonópolis a Cuiabá, devendo chegar a Nova Mutum e Lucas do Rio Verde, deve –se abrir um novo ciclo de crescimento para a região que hoje já é uma das regiões de maior desenvolvimento do estado.

Em 2015 e 2016, enquanto o PIB do Brasil caiu -3,5% e -3,3%, respectivamente, o PIB do estado caiu apenas -1,6% em 2015, mas em 2016 quando o setor primário perdeu sustentação nas exportações, o PIB caiu despencou em -6,2% no estado. O fato é que em 2015 o setor exportador do estado continuou produzindo e exportando fortemente, enquanto em 2016 o setor agropecuário também entrou em recessão. De fato, o PIB do estado tem uma forte resposta com a produção para exportação que movimentava diversas cadeias do comércio e de serviços.

Enquanto o crescimento do PIB do Brasil tem estimativas de crescimento para 2022 entre 2,7%²² e 3%²³, a Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso elevou a projeção de crescimento do PIB do estado (apenas para efeito de previsão de receita pública) para 6,5%²⁴.

(...) O atual cenário econômico internacional, ainda favorável a Mato Grosso, é uma combinação muito frágil que já vem demonstrando estar iniciando sua curva descendente, desta forma deve afetar negativamente as perspectivas de preços das commodities para 2023. Fatores conjunturais extra macroeconômicos como, a incerteza fiscal nacional, problemas geopolíticos e, principalmente, uma variabilidade climatológica atípica podem ainda, sob efeito de uma tendência econômica declinante, potencializar ou mesmo amenizar os efeitos negativos do cenário que se delinea no médio prazo. Por fim, diante toda a explanação apresentada neste boletim do 5º bimestre, consolidando o bom ano econômico estadual dos três macros setores (Agropecuária, Indústria e Comércio/Serviços), atualiza-se a projeção da taxa de crescimento do PIB Mato Grosso 2022 de 4,05% para 6,5%.

2.2.2. INDICADORES ECONÔMICOS DO ESTADO

O crescimento econômico do estado de Mato Grosso tem sido destaque entre as unidades de federação, tendo alcançado a primeira posição no ranking de crescimento médio em 2020, da série 2002-2020. Na série calculada desde 2002 a 2020 da figura 7 apresenta uma variação acumulada real de 130,4%, com crescimento médio real de 4,7% em 2020. Embora o PIB de 2020 tenha sido 0, na média da série histórica o estado ocupou o 1º do ranking de crescimento médio em 2020²⁵ com crescimento médio de 4,7%.

²² Estimativas do Banco mundial.

²³ Estimativas da Money times.

²⁴ Boletim fiscal. 5º bimestre de 2022. Conjuntura econômica e cenário básico. Edição nº 05.

²⁵ Contas regionais. Produto interno bruto do estado de Mato Grosso em 2020.

Figura 7 – Crescimento médio real do PIB da série 2002 a 2020

Variação real acumulada, média e ranking das Unidades da Federação - 2002 a 2020			
Brasil e Unidades da Federação	Variação real acumulada (%)	Variação Média (%) ao ano.	ranking
Mato Grosso	130,4	4,7	1º
Tocantins	118,7	4,4	2º
Roraima	100,2	3,9	3º
Piauí	82,3	3,4	4º
Rondônia	80,7	3,3	5º
Maranhão	78,2	3,3	6º
Mato Grosso do Sul	77,6	3,2	7º
Amazonas	74,4	3,1	8º
Amapá	72,7	3,1	9º
Acre	71,0	3,0	10º
Pará	65,0	2,8	11º
Goiás	64,5	2,8	12º
Distrito Federal	59,6	2,6	13º
Paraíba	58,8	2,6	14º
Ceará	49,3	2,3	15º
Santa Catarina	49,0	2,2	16º
Alagoas	46,5	2,1	17º
Espírito Santo	46,3	2,1	18º
Pernambuco	43,9	2,0	19º
Brasil	42,0	2,0	-
Paraná	41,1	1,9	20º
Sergipe	40,8	1,9	21º
São Paulo	39,0	1,8	22º
Bahia	36,4	1,7	23º
Minas Gerais	34,0	1,6	24º
Rio Grande do Norte	32,8	1,6	25º
Rio Grande do Sul	24,3	1,2	26º
Rio de Janeiro	21,6	1,1	27º

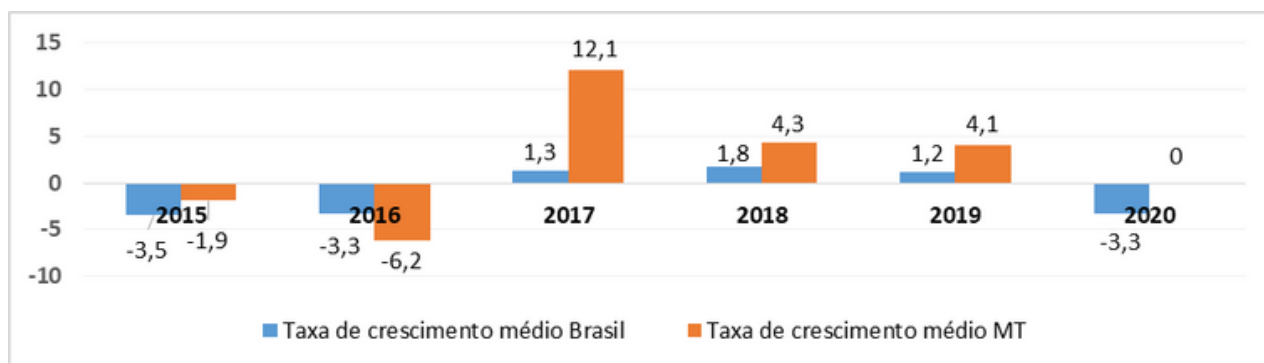
Fonte: Contas regionais: PIB do MT em 2020

Em 2020, mesmo com a crise da Covid-19, o setor primário não parou e as exportações de commodities do estado continuaram em crescimento, sustentando a atividade econômica no estado. Toda a safra foi plantada, colhida e exportada com resultados extraordinários com variação positiva de 5,96% sobre os resultados das exportações de 2019, o resultado foi que o PIB do estado ficou nulo, enquanto o PIB do Brasil ficou negativo em -3,3%. Então, no crescimento do ano 2022 foi 0, mas na série histórica 4,7% de crescimento médio.

Quadro 2 – Crescimento médio real do PIB - 2015 a 2020

Anos	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Taxa de crescimento médio Brasil (%)	-3,5	-3,3	1,3	1,8	1,2	-3,3
Taxa de crescimento médio MT (%)	-1,9	-6,2	12,1	4,3	4,1	0

Fonte: SEPLAG/MT.

Gráfico 11 – Taxa média de crescimento real do PIB de MT – 2015 a 2020

Fonte: Dados do IBGE/Santander. Elaboração da SEPLAG.

O quadro 3 apresenta o valor de total US\$ FOB do comércio exterior do estado de Mato Grosso. As crises econômicas de 2016 e 2020 tiveram resultados antagônicos. Enquanto em 2016 a crise afetou as exportações tendo sido reduzida em -3,56% em relação ao ano de 2015, a crise da Covid-19 em 2020 levou a um crescimento de 5,96% das exportações, sendo maior que o resultado de 4,7% do ano de 2019 sobre 2018. O resultado do PIB de Mato Grosso foi nulo em 2020, enquanto as exportações cresceram 5,96%. O ano de 2021, 2022 e 2023 são estimativas e projeções não se trata ainda de valor real devido a defasagem temporal de 2 anos para apuração do valor real do PIB. Logo, esses valores podem ter variações para mais ou para menos.

O ano de 2021 foi um ano muito bom para o PIB do estado, tomando como base o setor agropecuário exportador do estado. As exportações cresceram **18,76%**, o que significa que está em linha com as estimativas de crescimento do PIB do estado de 4,8%, para 2021. Já 2022 pode ter um PIB muito maior porque as exportações do estado cresceram 49,73% e isso significa que o PIB pode ficar acima de 5%. O crescimento do valor exportado cresceu 50% no ano de 2022 em virtude de aumentos de exportações de valor das commodities. A situação da variação das exportações acumulada no período 2016-2022 mostra uma variação de 104,17%, o que reflete em uma excepcional para o setor exportador nunca antes verificado.

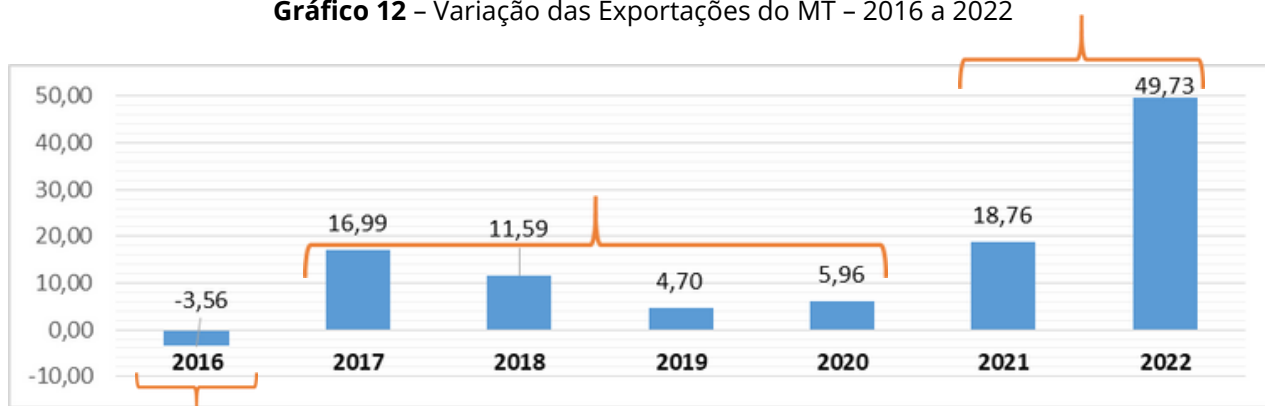
Quadro 3 – Balança comercial do Mato Grosso - 2015 a 2022

BALANÇA COMERCIAL MATO GROSSO - VALOR US\$ FOB						
Ano	Exportações	Importação	Saldo	Var. Exp. %	Var.. Imp. %	Var. Saldo %
2015	13.052.546.415	1.342.913.125	11.709.633.290			
2016	12.588.232.292	1.185.248.425	11.402.983.867	-3,56	-11,74	-2,62
2017	14.727.051.278	1.405.283.133	13.321.768.145	16,99	18,56	16,83
2018	16.433.453.498	1.595.882.492	14.837.571.006	11,59	13,56	11,38

BALANÇA COMERCIAL MATO GROSSO - VALOR US\$ FOB						
Ano	Exportações	Importação	Saldo	Var. Exp. %	Var.. Imp. %	Var. Saldo %
2019	17.206.104.736	2.013.038.708	15.193.066.028	4,7	26,14	2,4
2020	18.231.913.879	1.800.033.241	16.431.880.638	5,96	-10,58	8,15
2021	21.651.401.820	3.113.512.216	18.537.889.604	18,76	72,97	12,82
2022	32.418.406.478	5.822.140.188	26.596.266.290	49,73	87	43,47
Total	146.309.110.396	18.278.051.528	128.031.058.868			

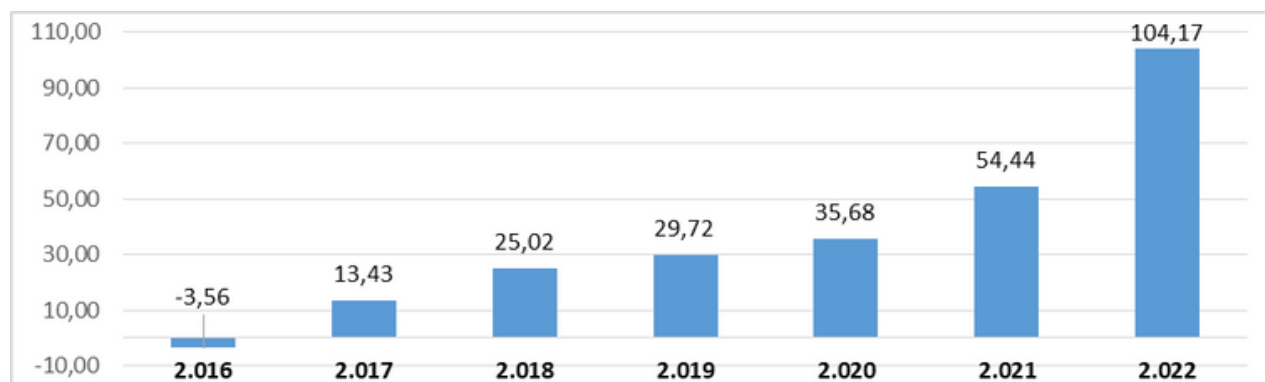
Fonte: Dados do MDIC. Elaboração da SEPLAG.

Gráfico 12 – Variação das Exportações do MT – 2016 a 2022



Fonte: Dados do MDIC. Elaboração da SEPLAG.

Gráfico 13 – Variação acumulada das Exportações do MT – 2016 a 2022



Fonte: Dados do MDIC. Elaboração da SEPLAG.

O quadro 4 apresenta a situação de produção dos três produtos que geram as maiores divisas no comércio exterior para o estado de Mato Grosso. Além de gerar as maiores divisas no comércio exterior, esses três produtos são os maiores responsáveis pelo desenvolvimento de extensas cadeias econômicas que movimentam a economia do Mato Grosso. O ano de 2023 está apresentado os dados

levantados pelo IBGE para o 1º prognóstico da safra 2023, portanto, esses dados ainda podem ter variações positivas ou negativas.

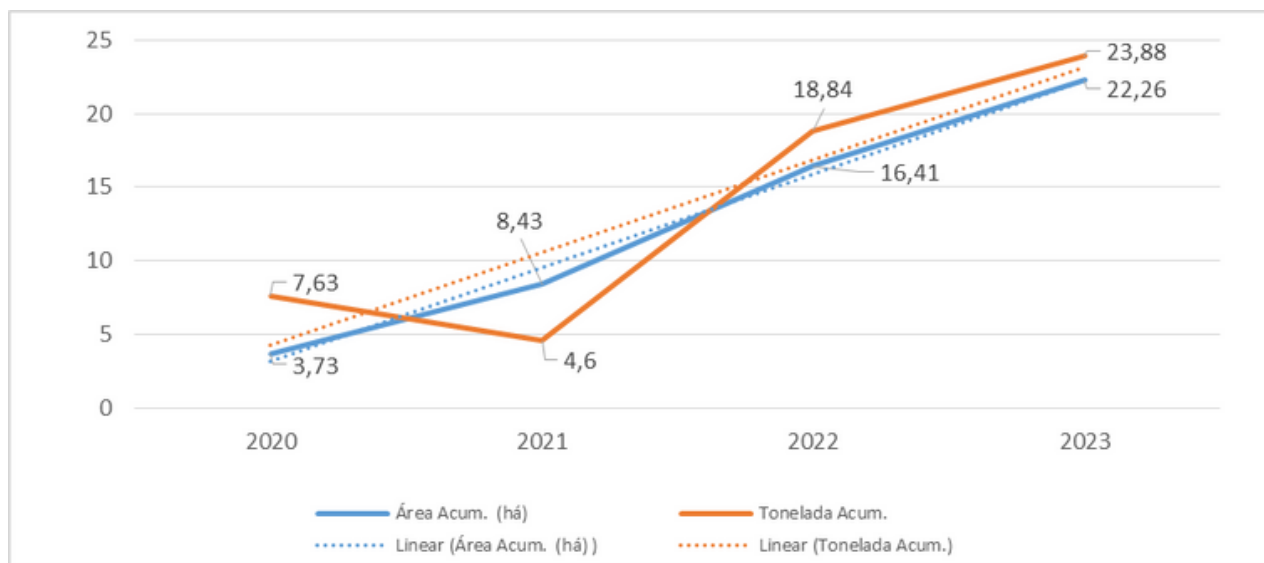
A área total cultivada por essas três culturas temporárias saiu de 15,85 milhões de (ha) para 19,68 milhões de (ha), considerando o período de 2019-2023. A variação acumulada de aumento de área plantada no período foi de 22,26%. A quantidade de toneladas produzidas saiu de 68,39 milhões de toneladas, para 85,66 milhões de toneladas. A variação positiva do aumento de toneladas também foi de 23,88%. Os dados mostram um grande aumento de área e de quantidades produzidas, significando que o estado tem elevado a produção em áreas de alta produtividade. Muitas dessas áreas aumentadas na produção das três culturas têm ocorrido com a redução de outras culturas como feijão e arroz, vez que as culturas temporárias de exportação têm apresentado melhores resultados econômicos. A redução da quantidade produzida de -3,03% em 2021, se deu em virtude de questões climáticas como falta de chuva, o que não significa redução de produtividade exceto por efeitos exógenos.

O gráfico 14 apresenta a situação de crescimento da área e da produção de 2019-2023. A queda da curva de quantidade produzida em 2021 foi decorrente de efeitos climáticos que afetaram a produtividade da safra de 2021, mas fora esse ano a inclinação da curva mostra crescimento constante de área e produção para as lavouras temporárias: soja, milho e algodão.

Quadro 4 – Área plantada e produção em toneladas - 2019 a 2023

Produto	Soja		Milho		Algodão		Total		Var. %	
	Área (há)	Tonelada	Área (há)	Tonelada	Área (há)	Tonelada	Área (há)	Tonelada	Área (há)	Ton.
2023	11.729.382	40.099.856	6.758.824	40.662.145	1.195.118	4.904.153	19.683.324	85.666.154	5,85	5,04
2022	10.924.482	38.024.883	6.479.544	38.722.585	1.192.260	4.806.508	18.596.286	81.553.976	7,98	14,24
2021	10.450.212	35.336.979	5.808.096	32.051.305	963.041	3.998.994	17.221.349	71.387.278	4,7	-3,03
2020	9.989.649	35.070.044	5.318.762	33.650.671	1.140.416	4.895.045	16.448.827	73.615.760	3,73	7,63
2019	9.724.149	32.242.463	5.026.279	31.504.274	1.106.497	4.652.784	15.856.925	68.399.521		

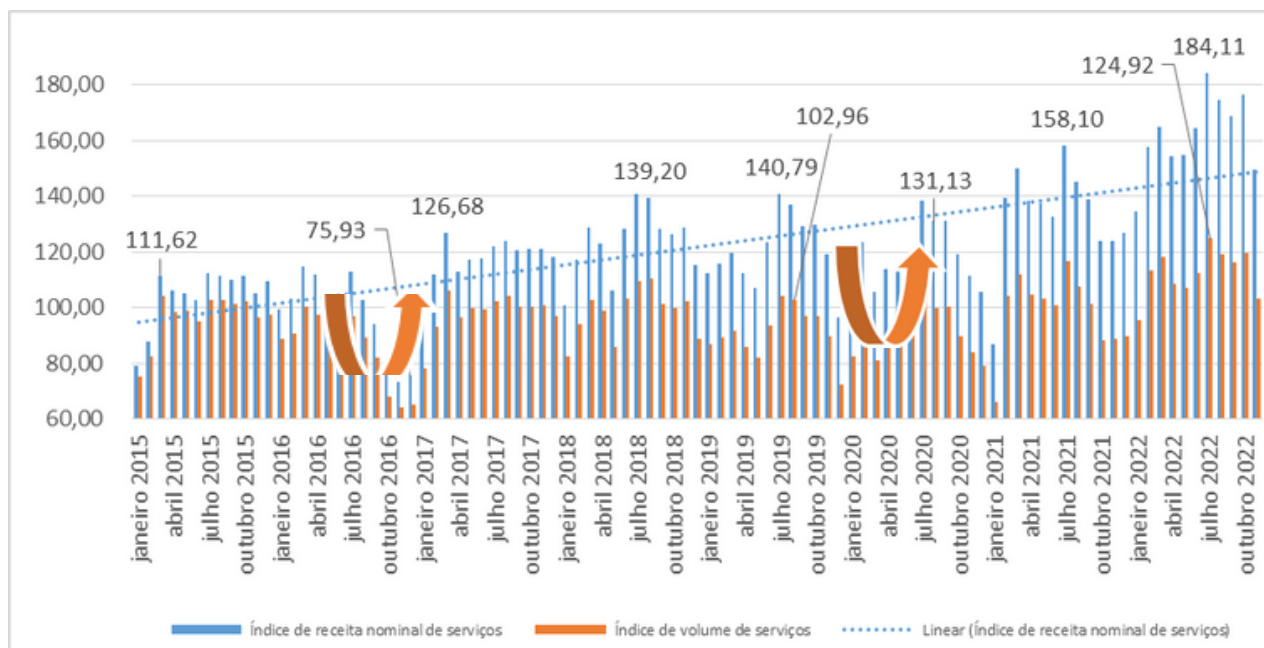
Fonte: Dados do IBGE. Elaboração da SEPLAG.

Gráfico 14 – Variação acumulada de área e produção – 2019 a 2023

Fonte: Dados do IBGE. Elaboração da SEPLAG.

O gráfico 15 apresenta o número-índice (2014=100) para a receita nominal e o volume de serviços. O índice é o indicador que representa a situação de crescimento dos setores serviços.

A série foi iniciada em 2014 com valores de referência sendo =100. A situação do indicador de serviços mostra que a queda ocorrida no setor serviços em todo o período de 2020 (queda de volume e queda de receita nominal) devido a pandemia da Covid-19 ficou para trás. O índice se recuperou e superou os valores pré-pandemia, quando o índice de receita nominal atingiu seu maior valor de 140,79 e o índice de volume atingiu 102,96. No final de 2022, o índice de receita nominal atingiu 184,11, e o índice de volume de serviços atingiu 124,92. As áreas do gráfico permitem afirmar que as receitas de serviços têm crescido mais que o volume de serviços, e isso tem se dado pelo efeito inflação. Nos meses finais de 2022, os valores para os índices mostram tendência de desaceleração, o que é compatível com a retração de final de outros exercícios. Ambos os índices chegaram aos seus menores valores na crise de 2015 quando o índice de receita caiu para 75,93. Nesse período crítico o PIB do estado decresceu em -6,2%. As duas curvas na linha mostram a queda dos índices na crise de 2015-2016 e a pandemia da Covid-19 de 2020.

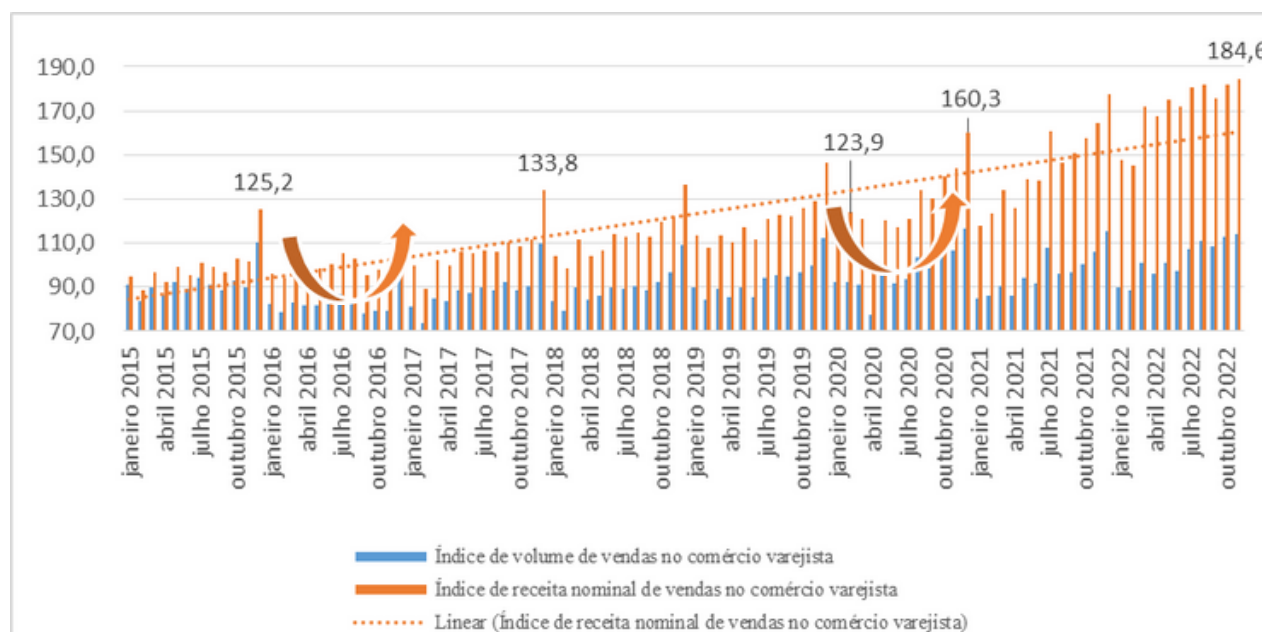
Gráfico 15 – Índice de serviços (2014=100) – 2015 a 2022

Fonte: Dados do IBGE. Elaboração da SEPLAG.

O gráfico 16 apresenta o número-índice (2014=100) para a receita nominal e o volume de comércio varejista. O índice é o indicador que representa a situação de crescimento dos setores serviços.

A série começa em 2014 com valores de referência sendo =100. O valor índice 184,6 atingido para volume de receita nominal, mostra que a situação de receitas do comércio varejista está em um nível muito superior ao da pré-pandemia, e isso significa que o setor de comércio retomou o crescimento no estado. O crescimento se deu tanto no volume de vendas, quanto no volume de receita nominal, sendo que nesta última o incremento foi maior devido ao aumento dos preços decorrente da inflação. Os indicadores demonstram que o setor de comércio varejista está no seu melhor valor desde 2015. As duas curvas na linha demonstram a queda dos índices na crise de 2015-2016 e pandemia da Covid-19 de 2020.

Gráfico 16 – Índice de comércio (2014=100) – 2019 a 2023



Fonte: Dados do IBGE. Elaboração da SEPLAG.

2.2.3. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO PARA O PERÍODO DE 2023 A 2027.

Com todos seus indicadores econômicos demonstrando que a economia do estado no final de 2022 estava completamente recuperada das crises passadas (2020-2021) e gozando de uma dinâmica econômica muito própria, sendo que o estado está em situação privilegiada. Considerando os dados econômicos das séries históricas passadas e sem considerar possíveis crises futuras, espera-se que o PIB do estado tenha crescimento médio real de 4,5% ao ano no período de 2023 a 2027, conforme quadro 5.

Quadro 5 – Projeções de crescimento real do PIB – 2023 a 2027

ANO	REALIZADO			EXPECTATIVA	PROJETADO				
	2020*	2020**	2020**		2023	2024	2025	2026	2027
%	0,0	1,6	7,1	A	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2
				B	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9
				C	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5

Nota:

*Último dado oficial do Sistema de Contas Regionais IGBE.

**Estimativa pelo Sistema Trimestral de Mato Grosso.

Fonte: Dados do IBGE. Elaboração da SEPLAG.

Cenário A: Projetado pelo método de regressão linear que tem como base a série histórica de 2002 a 2022. Taxa de crescimento real alcançando 3,2%aa.

Cenário C: Taxa de crescimento médio da série histórica de 2002 a 2022, com taxa de crescimento real alcançando 4,5%aa.

Cenário B: Taxa de crescimento médio obtido através da média do cenário A e C, com taxa de crescimento real alcançando 3,9%aa.

3. DINÂMICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

3.1. EIXO ECONÔMICO

O dinamismo da economia de Mato Grosso verificado atualmente, deve-se fundamentalmente à modernização da agricultura do estado nos últimos 30 anos. As modernas técnicas de correção e adubação dos solos, a seleção de variedades de grãos e de pastagens permitiram a inserção de novos sistemas de cultivo em áreas antes não aproveitadas ou subaproveitadas. A produção intensiva de soja é o principal resultado observado desse processo, ela e seus derivados se tornaram os principais bens exportados pelo estado, responsáveis pela geração de importantes divisas externas para o País. Hoje, a sua cadeia produtiva, dita o ritmo do crescimento econômico de Mato Grosso. Além da produção de soja, a necessidade de rotação de culturas, propiciou o aumento exponencial da segunda safra no estado, em especial na produção de milho, que se tornou a maior do Brasil, com mais de 1/3 da produção nacional. Outro produto de destaque em Mato Grosso é o algodão, cuja produção correspondeu a mais de 70% de toda a produção nacional em 2022. Não obstante, o avanço da agricultura sobre áreas originariamente destinadas à pecuária bovina, o efetivo bovino do estado manteve-se como o maior do Brasil.

O funcionamento deste sistema produtivo, demanda atividades em diversos setores da economia, como o comércio de insumos, máquinas e implementos, transportes e o setor de serviços em geral. Este também é o responsável pelo fornecimento de matérias-primas ao setor agroindustrial estadual para a produção de alimentos, rações animais, biocombustíveis, dentre outros.

3.1.1. DESEMPENHO DA ECONOMIA DE MATO GROSSO

O desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) coloca em evidência a expansão da economia mato-grossense quando comparada com as demais unidades federativas, analisando o período de 2002 a 2020, verificou-se que o PIB de Mato Grosso apresentou a maior variação nominal acumulada entre todos os estados, de **R\$ 19,2 bilhões** em 2002 para **R\$ 178,7 bilhões** em 2020, um incremento de **830,9%**, ou a uma **taxa de 13,2% ao ano (a.a.)**. Este crescimento nominal fez com que a participação da economia de Mato Grosso no total da PIB do Brasil passasse de **1,3% em 2002 para 2,3% em 2020** e subisse três colocações no ranking dos estados,

de 15º em 2002 para 12º em 2020. Para efeito de comparação, o PIB do Brasil, em termos nominais, cresceu no mesmo período 411,1% (9,5% a.a.).

Em termos de crescimento real, ou seja, o crescimento subtraindo-se o efeito das variações de preços, demonstra que Mato Grosso obteve o **maior crescimento do país, com 130,4% em volume entre 2002 e 2020 (4,7% a.a.)**. O Brasil, nesta mesma comparação, registrou avanço de **42,0% (2,0% a.a.)**.

Quadro 6 – Produto interno Bruto, valor corrente, participação percentual, posição relativa, variação nominal e variação real das Unidades Federativas do Brasil - 2002 e 2020.

UF	2002			2020			Variação Nominal (%)		Variação Real (%)	
	Valor Concorrente	Participação BR	Posição Relativa	Valor Corrente (R\$ 1.000.000)	Participação BR	Posição Relativa	Acumulada 2020/2002	Taxa Anual 2020/2002	Acumulada 2020/2002	Taxa anual 2020/2002
BRASIL	1.488.787	100,0		7.609.597	100,0		411,1	9,5	42,0	2,0
Rondônia	7.468	0,5	22	51.599	0,7	22	591,0	11,3	80,7	3,3
Acre	2.971	0,2	26	16.024	0,2	27	454,5	10,0	71,0	3,0
Amazonas	22.093	1,5	14	116.019	1,5	16	425,1	9,7	74,4	3,1
Roraima	2.392	0,2	27	16.024	0,2	27	569,9	11,1	100,2	3,9
Pará	26.482	1,8	13	215.936	2,8	10	715,4	12,4	65,0	2,8
Amapá	3.173	0,2	25	18.469	0,2	25	482,0	10,3	72,7	3,1
Tocantis	5.323	0,4	24	43.650	0,6	24	720,1	12,4	118,7	4,4
Maranhão	15.924	1,1	17	106.916	1,4	17	571,4	11,2	78,2	3,3
Piauí	7.123	0,5	23	56.391	0,7	21	691,7	12,2	82,3	3,4
Ceará	28.719	1,9	11	166.915	2,2	13	481,2	10,3	49,3	2,3
Rio Grande do Norte	13.567	0,9	18	71.577	0,9	18	427,6	9,7	32,8	1,6
Paraíba	12.747	0,9	19	70.292	0,9	19	451,4	9,9	58,8	2,6
Pernambuco	36.056	2,4	10	193.307	2,5	11	436,1	9,8	43,9	2,0
Alagoas	11.537	0,8	20	63.202	0,8	20	447,8	9,9	46,5	2,1
Sergipe	10.332	0,7	21	45.410	0,6	23	339,5	8,6	40,8	1,9
Bahia	58.843	4,0	6	305.321	4,0	7	418,9	9,6	36,4	1,7
Minas Gerais	124.071	8,3	3	682.786	9,0	3	450,3	9,9	34,0	1,6
Espírito Santo	27.049	1,8	12	138.446	1,8	14	411,8	9,5	46,3	2,1
Rio de Janeiro	184.311	12,4	1	753.824	9,9	2	309,0	8,1	21,6	1,1
São Paulo	518.879	34,9	1	2.377.639	31,2	1	358,2	8,8	39,0	1,8
Paraná	88.236	5,9	5	487.931	6,4	4	453,0	10,0	41,1	1,9
Santa Catarina	54.482	3,7	7	349.275	4,6	6	541,1	10,9	49,0	2,2
Rio Grande do Sul	98.847	6,6	4	470.942	6,2	5	376,4	9,1	24,3	1,2
Mato Grosso do Sul	16.440	1,1	16	122.628	1,6	15	645,9	11,8	77,6	3,2
Mato Grosso	19.191	1,3	15	178.650	2,3	12	830,9	13,2	130,4	4,7
Goiás	36.629	2,6	9	224.126	2,9	9	480,2	10,3	64,5	2,8
Distrito Federal	53.902	3,6	8	265.847	3,5	8	393,2	9,3	59,6	2,6

NOTA: Dados sujeitos a revisão.

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatísticas, Secretaria Estaduais de Governo e superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: SEPLAGMT/SISOT.

3.1.2. DESEMPENHO POR ATIVIDADES ECONÔMICAS

O desempenho das atividades econômicas pode ser mensurado pelo Valor Adicionado Bruto (VAB). No período de 2002 a 2020, o total de todas as atividades econômicas apresentou crescimento real acumulado em 123,2% em volume, sendo uma taxa média de 4,6% a.a. Em termos de valores nominais a variação foi 854% acumulados e taxa média de 13,4% ao ano.

A agropecuária registrou crescimento real de 324,5% em volume acumulado, e taxa média anual de 8,4% a.a. em relação ao período de 2002 a 2020. A participação encontra-se em 28,8% na economia estadual em 2020 (24,3% em 2002). A agricultura vem apresentando significativa contribuição ao setor, com contribuições expressivas do cultivo de soja, algodão herbáceo em caroço, cultivo de cereais (sobretudo o milho) e ainda a cana-de-açúcar (principais produtos agrícolas estaduais). A pecuária contribui com o efetivo de bovinos (o maior do país), e a participação dos efetivos dos suínos e galináceos que abastecem a indústria de produção de alimentos.

Em termos de valores nominais o setor da agropecuária apresentou variação de 1,034,8% acumulados, sendo uma taxa média de 14,4 % ao ano.

O setor da Indústria registrou crescimento real de 75,4% em volume e taxa média anual de 3,3 % a.a. em relação ao período de 2002 a 2020. A participação da Indústria encontra-se em 17,3% da economia regional em 2020 (18,2% em 2002).

O maior crescimento do setor advém do SIUP (Serviços Industriais de Utilidade Pública inerentes às atividades de eletricidade, gás, água, esgoto e resíduos) com 297,8% em volume acumulados (8,0% a.a.), seguido pela indústria de transformação 78,5% acumulados (3,3% a.a.), indústria extrativa 65,6 % acumulados (2,8% a.a.) e construção com 30,4% acumulados (1,5% a.a.). A maior atividade do setor é a Indústria de Transformação com 9,3% da economia regional e seus principais segmentos são a produção de alimentos (principalmente o processamento de insumos inerentes da produção agrícola), seguido por químicos (principalmente defensivos agrícolas), biocombustíveis e derivados, bebidas, produtos de madeira e minerais não metálicos.

Em termos de valores nominais, o setor da Indústria apresentou variação de 808,6% acumulados, sendo uma taxa média anual de 13,0% ao ano.

Em relação aos Serviços, o VAB setor registrou crescimento real de 95,0% acumulados e taxa média de 3,8% a.a. em relação ao período de 2002 a 2020.

A participação dos Serviços em 2020 foi de 53,8% da economia regional – trata-se do setor com a maior participação na economia do estado (figura 08). O maior crescimento dentro do setor serviços advém das atividades financeiras e serviços correlatos com 305,3% e média de 8,1% ao ano (quadro 07), mas as duas principais atividades com maiores participações foram o comércio e reparação de veículos com 16,6% e administração pública com 14,8%.

Em termos de valores nominais o setor dos Serviços apresentou variação de 793,7% acumulados, sendo uma taxa média de 12,9%.

Figura 8 – Valor nominal e participação das atividades no VAB – 2019 e 2020.

Valor nominal e participação das atividades econômicas em Mato Grosso pelo VAB - 2019 e 2020				
Atividades econômicas	2019		2020	
	(R\$ milhão)	(%)	(R\$ milhão)	(%)
Total das atividades	126.618,41	100,0	159.608,85	100,0
Agropecuária	27.051,02	21,4	46.004,32	28,8
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita	23.494,02	18,6	41.062,16	25,7
Pecuária, inclusive apoio à Pecuária	2.963,78	2,3	4.270,70	2,7
Produção florestal, pesca e aquicultura	593,22	0,5	671,45	0,4
Indústria	20.585,08	16,3	27.663,77	17,3
Indústrias extrativas	515,36	0,4	708,64	0,4
Indústrias de transformação	10.156,94	8,0	14.808,34	9,3
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	4.428,98	3,5	5.560,32	3,5
Construção	5.483,80	4,3	6.586,47	4,1
Serviços	78.982,31	62,4	85.940,76	53,8
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	22.181,28	17,5	26.539,75	16,6
Transporte, armazenagem e correio	5.315,90	4,2	6.142,63	3,8
Alojamento e alimentação	2.395,67	1,9	1.858,88	1,2
Informação e comunicação	1.661,75	1,3	1.802,54	1,1
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	4.691,09	3,7	4.727,73	3,0
Atividades imobiliárias	9.157,67	7,2	9.844,94	6,2
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	5.551,25	4,4	6.031,25	3,8
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	22.001,92	17,4	23.686,94	14,8
Educação e saúde privadas	3.007,07	2,4	2.565,41	1,6
Artes, cultura, esporte, recreação e outras atividades de serviços	1.637,71	1,3	1.590,07	1,0
Serviços domésticos	1.381,00	1,1	1.150,62	0,7

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatísticas, Secretaria Estaduais de Governo e superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: SEPLAGMT/SISOT.

NOTA: Dados sujeito a revisão.

Quadro 7 – Valor Adicionado Bruto por atividades econômicas em Mato Grosso, variação nominal e variação real – 2002 e 2020.

Atividades Econômicas	Valor Adicionado Bruto (R\$ 1.000.000)		Variação Nominal (%)		Variação Real (%)	
	2002	2020	Acumulada 2020/2002	Taxa Anual 2020/2002	Acumulada 2020/2002	Taxa anual 2020/2002
TOTAL DAS ATIVIDADES	16.714,55	159.608,85	854,9	13,4	123,2	4,6
AGROPECUÁRIA	4.053,91	46.004,32	1.034,8	14,0	324,5	8,4
INDÚSTRIA	3.044,82	27.663,77	808,6	13,0	75,4	3,2
Indústrias extrativas	58,73	708,64	1.106,6	14,8	65,6	2,8
Indústrias de Transformação	1.561,29	14.808,34	848,5	13,3	78,5	3,3
Serviços Industriais de Utilidade Pública - SIUP (Eletricidade, gás, água, e esgoto)	223,94	5.560,32	2.383,0	19,5	297,8	8,0
Construção	1.200,85	6.586,47	448,5	9,9	30,4	1,5
SERVIÇOS	9.615,83	85.940,76	793,7	12,9	95,0	3,8
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	1.200,85	26.539,75	2.075,7	18,7	70,1	3,0
Transporte, armazenagem e correio	457,10	6.142,63	1.243,8	15,5	73,2	3,1
Alojamento e alimentação	272,28	1.858,88	582,7	11,3	99,5	3,9
Informação e comunicação	365,42	1.802,54	393,0	9,3	94,6	3,8
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	739,87	4.727,73	539,0	10,9	305,3	8,1
Atividades imobiliárias	1.936,03	9.844,94	408,5	9,5	100,8	4,0
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	794,41	6.031,25	659,2	11,9	224,7	6,8
Administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social	3.049,59	23.686,94	676,7	12,1	37,2	1,8
Educação e saúde privadas	177,39	2.565,41	1.346,2	16,0	66,6	2,9
Outras atividades de serviços	603,93	2.740,68	353,9	8,8	13,3	0,7

NOTA: Dados sujeito a revisão.

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatísticas, Secretaria Estaduais de Governo e superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: SEPLAG MT/SISOT.

3.1.3. PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA

O Produto Interno Bruno per capita é resultado da razão do PIB nominal pela população do território econômico. O PIB per capita atual (estimado conforme última estimativa disponível pelo PIB dos estados – parceria IBGE e estado) encontra-se em R\$ 50.663,19 (2020) – R\$ 178,68 bilhões relativo ao PIB anual de 2020 para uma população de 3.526.220 habitantes (população estimada para data de 1 de julho para fins estatísticos), uma razão de 1,4 em relação ao PIB per capita do Brasil (R\$ 35.161,70) e terceiro maior do país, atrás apenas do Distrito Federal e São Paulo.

O atual patamar do PIB per capita do estado foi motivado, além do desempenho

desempenho econômico real, pelos também aumentos dos preços oriundos principalmente da Agropecuária, mas também na Indústria e nos Serviços.

Em termos de variação nominal o PIB per capita do estado apresentou variação de 597,3% e uma taxa anual de 11,4%, considerando o período de 2002 a 2020, sendo a segunda maior variação per capita da Unidades da Federação, apenas atrás do Piauí. O PIB per capita do Brasil subiu 325,8% no mesmo período e taxa média de 8,4% na mesma comparação.

O PIB per capita é considerado uma importante síntese de padrão de vida e desenvolvimento econômico. A medida pode ser utilizada para comparar e classificar economias entre territórios e expressa a renda média da população, mas é imperfeita no sentido que a renda é desigualmente distribuída e pode ficar longe de representar um padrão de vida típico de uma população e bem-estar.

Quadro 8 – Produto Interno Bruto Per Capita do Brasil e Unidades da Federação – 2002 e 2020.

Brasil e Unidades da Federação	Produto Interno Bruto per capita - R\$				Variação Nominal (%)	
	2002	Posição	2020	Posição	Acumulada 2020/2002	Taxa Anual
Distrito Federal	24.721,18	1	87.016,16	1	252,0	7,2
São Paulo	13.443,91	2	51.364,73	2	282,1	7,7
Mato Grosso	7.265,37	11	50.663,19	3	597,3	11,4
Santa Catarina	9.745,87	4	48.159,24	4	394,2	9,3
Mato Grosso do Sul	7.599,05	8	43.649,17	5	474,4	10,2
Rio de Janeiro	12.414,77	3	43.407,55	6	249,6	7,2
Paraná	8.927,46	6	42.366,71	7	374,6	9,0
Rio Grande do Sul	9.423,79	5	41.227,61	8	337,5	8,5
BRASIL	8.440,27	-	35.935,74	-	325,8	8,4
Espírito Santo	8.348,80	7	34.065,98	9	308,0	8,1
Minas Gerais	6.703,46	13	32.066,73	10	378,4	9,1
Goiás	7.307,95	10	31.506,97	11	331,1	8,5
Rondônia	5.147,41	16	28.722,45	12	458,0	10,0
Amazonas	7.353,15	9	27.572,96	13	275,0	7,6
Tocantins	4.344,12	21	27.448,43	14	531,9	10,8
Roraima	6.736,70	12	25.387,77	15	276,9	7,6
Pará	4.043,64	22	24.846,62	16	514,5	10,6
Amapá	5.977,03	14	21.431,53	17	258,6	7,4
Bahia	4.388,28	20	20.449,29	18	366,0	8,9
Rio Grande do Norte	4.709,83	18	20.252,90	19	330,0	8,4
Pernambuco	4.426,56	19	20.101,38	20	354,1	8,8
Sergipe	5.529,80	15	19.583,07	21	254,1	7,3
Alagoas	3.962,88	23	18.857,69	22	375,9	9,1

Brasil e Unidades da Federação	Produto Interno Bruto per capita - R\$				Variação Nominal (%)	
	2002	Posição	2020	Posição	Acumulada 2020/2002	Taxa Anual
Acre	4.876,17	17	18.420,26	23	277,8	7,7
Ceará	3.712,24	24	18.168,35	24	389,4	9,2
Paraíba	3.627,98	25	17.402,13	25	379,7	9,1
Piauí	2.440,70	27	17.184,70	26	604,1	11,5
Maranhão	2.718,05	26	15.027,69	27	452,9	10,0

NOTA: Dados consolidados.

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatísticas, Secretaria Estaduais de Governo e superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: SEPLAG MT/SISOT.

3.1.4. PIB PELA ÓTICA DA RENDA

Em termos conceituais, o PIB pode ser metodologicamente mensurado em três óticas: produção, renda e despesa. O PIB da ótica da renda são os rendimentos pagos aos fatores de produção em um dado período em um território econômico e os seus resultados devem ser equivalentes aos apurados pela ótica da produção. Atualmente, somente existem resultados do PIB para as Unidades da Federação elaborados sob as óticas da produção e renda. PIB pela ótica da despesa (total dos gastos dos agentes econômicos em termos agregados) somente existe ao patamar nacional.

O sistema de Contas Regionais - IBGE passou a incorporar a estimativa do PIB pela ótica da renda e que permite observar a distribuição da renda gerada no processo produtivo em cada Unidade da Federação a partir do ano base de 2010. Ele se divide nos seguintes componentes: remuneração dos empregados; impostos, líquidos de subsídios sobre a produção; excedente operacional bruto e rendimentos mistos da produção.

Em Mato Grosso, os resultados dos componentes dão-se da seguinte forma: remuneração dos empregados (31,4%); impostos líquidos (11,5%); e excedente operacional bruto e rendimentos mistos da produção (57,1%), referente ao ano de 2020.

Observa-se que o estado possui a remuneração dos empregados com a menor participação estadual entre todas Unidades da Federação, ao mesmo tempo que a participação do excedente operacional bruto alcança a maior participação estadual entre todas economias regionais.

Quadro 9 – Participação dos Componentes do PIB, Brasil e Unidades da Federação – 2020.

Participação dos componentes do PIB sob a ótica da renda Brasil e Unidades da Federação 2020				
UF	Remunerações	Impostos sobre a produção	Excedente Operacional Bruto (EOB e Rendimento Misto (RM))	Total
Rondônia	40,1%	11,3%	48,6%	100,0%
Acre	52,0%	10,5%	37,5%	100,0%
Amazonas	36,8%	18,6%	44,6%	100,0%
Roraima	52,3%	9,9%	37,8%	100,0%
Pará	32,3%	9,2%	58,6%	100,0%
Amapá	54,0%	7,4%	38,7%	100,0%
Tocantins	40,2%	10,2%	49,6%	100,0%
Maranhão	41,8%	12,2%	46,0%	100,0%
Piauí	46,8%	10,9%	42,3%	100,0%
Ceará	46,7%	13,3%	40,0%	100,0%
Rio Grande do Norte	47,2%	11,7%	41,1%	100,0%
Paraíba	48,2%	11,9%	39,8%	100,0%
Pernambuco	44,7%	15,8%	39,5%	100,0%
Alagoas	40,8%	10,2%	49,0%	100,0%
Sergipe	47,3%	11,2%	41,5%	100,0%
Bahia	41,2%	13,1%	45,7%	100,0%
Minas Gerais	41,6%	13,2%	45,3%	100,0%
Espírito Santo	38,3%	18,1%	43,6%	100,0%
Rio de Janeiro	43,8%	14,3%	41,9%	100,0%
São Paulo	42,1%	16,6%	41,2%	100,0%
Paraná	39,3%	13,8%	46,9%	100,0%
Santa Catarina	40,4%	18,4%	41,3%	100,0%
Rio Grande do Sul	40,5%	14,1%	45,4%	100,0%
Mato Grosso do Sul	36,1%	11,3%	52,6%	100,0%
Mato Grosso	31,4%	11,5%	57,1%	100,0%
Goiás	39,6%	11,9%	48,5%	100,0%
Distrito Federal	59,1%	10,3%	30,6%	100,0%
Brasil	42,0%	14,5%	43,6%	100,0%

NOTA: Dados sujeito a revisão.

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatísticas, Secretarias Estaduais de Governo e superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: SEPLAG MT/SISOT.

Quadro 10 – Componentes do PIB pela ótica renda – 2019 e 2020.

Componentes do PIB sob a ótica da renda em valores correntes e participações - 2019 e 2020 Mato Grosso				
Componentes	2019		2020	
	R\$ Milhão	Participações	R\$ Milhão	Participações
Valor Adicionado	126.618	89,1%	159.609	89,3%
Remuneração	53.888	37,9%	56.152	31,4%
Salários	42.709	30,1%	44.700	25,0%
Contribuição social	11.179	7,9%	11.451	6,4%
Impostos sobre a produção	16.540	11,6%	20.469	11,5%
Impostos sobre produto, líquidos de subsídios	15.504	10,9%	19.041	11,5%
Outros impostos sobre a produção líquidos de subsídios	1.037	0,7%	1.428	10,7%
Excedente Operacional Bruto (EOB) e Rendimento Misto (RM)	71.694	50,4%	102.029	57,1%
PIB - Ótica da Renda	142.122	100,0%	178.650	100,0%
PIB - Ótica Produção	142.122	..	178.650	..

NOTA: Dados sujeitos a revisão.

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatísticas, Secretaria Estaduais de Governo e superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: SEPLAG MT/SISOT.

3.1.5. PROJEÇÃO DO PIB DE MATO GROSSO

A SEPLAG MT em trabalho coordenado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística com as Unidades da Federação elaboram o PIB dos estados. Mas devido a metodologia de trabalho, existe uma defasagem de tempo de 02 anos entre o ano de referência de trabalho e a divulgação oficial no intento de conhecer a dinâmica econômica com menor defasagem, acompanhar e analisar os movimentos econômicos de curto prazo e obter informações para decisões e análise econômicas, o órgão estadual elabora e divulga o PIB Trimestral do estado.

O PIB Trimestral é um indicador antecedente que permite conhecer um panorama geral de curto prazo da economia. Os últimos dados do PIB regionais disponíveis são relativos ao ano de 2020. Pela estimativa trimestral é possível conhecer dados antecedentes não só do trimestre, mas também prováveis fechamentos de desempenho da economia referentes aos anos de 2021 e 2022. O sistema de cálculo atual expede dados em crescimento real (volume). Cabendo ressaltar que devido às características das pesquisas das estimativas trimestrais e revisões periódicas, os resultados do trimestral devem ser considerados preliminares.

No momento, PIB Trimestral de MT encontra-se com uma variação positiva total (crescimento econômico) de 1,6% ao ano de 2021 e 7,1% para 2022.

Quadro 11 – Taxas de crescimento do PIB e Valor Adicionado por setores, Brasil e Mato Grosso – 2019 a 2022

Setores	Mato Grosso				Brasil			
	2019	2020	2021*	2022*	2019	2020	2021**	2022**
Agropecuária	11,5	13,4	-7,7	11,4	0,4	4,2	0,3	-1,3
Indústria	1,3	-3,7	3,6	12,2	-0,7	-3,0	4,8	0,8
Serviços	2,0	-2,4	4,6	4,5	1,5	-3,7	5,2	4,4
Valor Adicionado Total	3,9	0,3	1,8	7,2	1,0	-3,2	4,8	3,2
Impostos Total	5,4	-1,0	0,2	6,1	2,7	-3,8	6,2	1,8
PIB Total	4,1	0,0	1,6	7,1	1,2	-3,3	5,0	3,0

NOTAS:

* Estimado pelo sistema PIB Trimestral de Mato Grosso.

** Estimado pelo Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatísticas, Secretaria Estaduais de Governo e superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Uma projeção de crescimento do PIB a média prazo, imprescindível ao planejamento de políticas públicas, faz-se necessário fechar um instante de referência inicial e final e parâmetros.

O período estabelecido como objeto é o de 2023-2027 para fins do Plano Plurianual de governo e a consistência das projeções devem ser objeto de acompanhamento dado diversos aspectos que fazem mudar a conjuntura econômica.

Em trajetória pretérita do Produto Interno Bruto de Mato Grosso – PIB MT observamos uma taxa de crescimento médio em cerca de 4,7% a.a. (2002-2020) pelo Sistema de Contas Regionais – IBGE e 4,5% a.a. (2002-2022) se consideramos a extensão pelo Sistema de Projeção Trimestral até o ano de 2022.

Quadro 12 – Comportamento Pretérito do Produto Interno Bruto, MT e BR.

Taxa Média de Crescimento do Brasil e Mato Grosso (%)		
Período	BRASIL	MATO GROSSO
2002-2020 (Sistema de Contas Regionais)	2,0	4,7
2002-2022 (Sistema Trimestral BR E MT)	1,9	4,5

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatísticas, Secretaria Estaduais de Governo e superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

A dinâmica pretérita é insumo de referência de comportamento ao futuro. Esses dados aliados com as expectativas de agentes de mercado e do próprio setor público, servem de parâmetros de perspectiva em relação ao futuro.

Forma-se um painel com coleta de projeções de diversos entes para compor um cenário, e assim corroboram mutuamente para reduzir o grau de incerteza da possível trajetória futura da economia.

Neste momento, foi possível formar um painel com 05 (cinco) entidades que tornaram públicas projeções de dinâmica do Produto Interno Bruto do país relativo ao novo ciclo de planejamento, mesmo assim nem todas completas percorrendo todo ciclo, conforme quadro abaixo.

Quadro 13 – Projeções do PIB do Brasil – 2023 a 2027

Projeções do Produto Interno Bruto do Brasil - 2023 a 2027					
Instituições / Anos	2023	2024	2025	2026	2027
Itaú BBA					
Nominal - Bilhões de Reais	10.680,7	11.410,7	11.984,0	12.591,5	-
Real (%)	0,85	1,00	1,67	1,96	-
Bradesco					
Nominal - Bilhões de Reais	10.575,1	11.319,1	12.110,72	12.957,6	-
Real (%)	1,04	1,55	1,70	1,70	-
FMI					
Nominal - Bilhões de Reais	10.378,1	10.995,4	11.590,4	12.205,4	12.859,8
Real (%)	1,03	1,91	2,00	1,97	1,99
Banco Central (FOCUS)					
Nominal - Bilhões de Reais	-	-	-	-	-
Real (%)	0,80	1,50	1,89	2,00	-
IFI - Senado					
Nominal - Bilhões de Reais	-	-	-	-	-
Real (%)	0,89	1,58	2,30	2,30	2,30

Nota: Informações públicas coletadas no primeiro bimestre de 2023

Em termos de valores nominais para a economia de Mato Grosso, podemos usar como parâmetro a participação do estado na economia nacional de acordo com o último ano de divulgação: 2,3%. Trata-se de um indicador estrutural com variação mínima entre anos. Utilizando-se a base de projeção dos valores do Fundo

Monetário Internacional para a economia brasileira, consegue-se pela participação de MT (2,3%) junto ao Brasil (PIB nacional em valores nominais) vislumbrar a possibilidade do PIB de Mato Grosso atingir cerca de **R\$ 203,7 bilhões** em 2021 e alcançar os cerca de **R\$ 301,91 bilhões** em 2027.

Quadro 14 – Projeções do PIB nominal do Mato Grosso²⁶ – 2021 a 2027

Projeção do PIB Nominal Mato Grosso - Bilhões de Reais							
Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Valor	203,77	226,87	243,65	258,14	272,11	286,55	301,91

Em termos de taxa de crescimento real (crescimento em volume, significa o crescimento da produção sem variação de preços) temos elaboradas três expectativas relativas aos anos de 2023 a 2027.

Quadro 15 – Projeções de Taxas de crescimento Real da economia do Estado de Mato Grosso – 2023 a 2027

Crescimento Real do PIB de Mato Grosso - Realizado e Projetado									
Ano	Realizado			Expectativa	Projetado				
	2020*	2021**	2022**		2023	2024	2025	2026	2027
%	0,0	1,6	7,1	A	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2
				B	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9
				C	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5

Nota:

*Último dado oficial do Sistema de Contas Regionais IGBE

**Estimativa pelo Sistema Trimestral de Mato Grosso

Expectativa A: projeção de taxa de crescimento real médio em **3,2% a.a.** pelo método da regressão linear.

²⁶ Calculado a partir da participação do PIB de MT no total do PIB do Brasil (2,35% em 2020). O PIB nominal do Brasil utilizado foi o projetado pelo Fundo Monetário Internacional – FMI.

Expectativa B: projeção de taxa de crescimento real médio em **3,9% a.a.** – situação média entre a expectativa A e expectativa B.

Expectativa C: projeção de taxa de crescimento real em **4,5% a.a.** – considerando média dos resultados anuais entre o período de 2002-2022.

3.1.6. APRESENTAÇÕES DOS SETORES ECONÔMICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO

3.1.6.1. PRODUÇÃO PRIMÁRIA

- **AGRICULTURA**

Pelo parâmetro dos dados de produção em toneladas, as lavouras temporárias são as mais representativas no estado de Mato Grosso, atualmente, 98,6% da produção das lavouras temporárias encontram-se em quatro principais produtos: os cultivos da soja (em grão) com cerca de 35 milhões de toneladas (38,4% de participação), milho (em grão) com cerca de 32 milhões de toneladas (34,8% de participação), cana-de-açúcar com cerca de 19 milhões de toneladas (21,0% de participação) e algodão herbáceo (em caroço) com cerca de 4 milhões de toneladas (4,3% de participação) de acordo com a Pesquisa Agrícola Municipal relativo ao ano de 2021 – IBGE.

O cultivo do arroz pelos dados disponíveis tem posição de quinto maior produto em termos de produção em toneladas. Mas cabe a observação a existência do decréscimo produtivo e perda de participação do cultivo do arroz no total das lavouras temporárias nos últimos anos, em parte esse movimento ocorre pela atratividade de produção pelos preços de mercado dos demais produtos.

Não obstante, ainda com produção menor, mas com significado econômico, há os cultivos de mandioca, feijão e girassol.

Em termos de valor de produção das principais lavouras temporárias, observamos a valorização dos principais produtos nos últimos anos da série, que é resultado, além os recordes produtivos, também dos preços praticados das commodities no mercado internacional, valorização da moeda americana frente a nacional e aumento das exportações que balizam os preços no mercado interno. Nesse caso específico, a soja, o milho e o algodão.

Quadro 16 – Produção dos principais cultivos da lavoura temporária em Mato Grosso – 2002 a 2021*em toneladas*

Anos	Algodão Herbáceo	Arroz	Cana-de-açúcar	Milho	Soja	Total das Lavouras Temporárias
2002	1.141.211	1.181.340	12.640.658	2.311.368	11.684.885	29.604.356
2010	1.454.675	687.137	14.564.724	8.164.273	18.787.783	44.556.028
2011	2.539.617	654.716	14.050.998	7.763.942	20.800.544	46.702.910
2012	2.804.712	456.544	17.108.709	15.646.716	21.841.292	59.078.730
2013	1.867.422	497.283	19.681.574	20.186.020	23.416.774	66.874.855
2014	2.384.448	581.439	19.032.094	18.071.316	26.495.884	66.874.855
2015	2.303.616	607.759	20.077.293	21.353.295	27.850.954	66.874.855
2016	2.220.555	501.045	19.209.764	15.339.785	26.277.303	66.874.855
2017	2.578.596	647.799	19.230.604	29.942.322	30.479.870	66.874.855
2018	3.211.351	502.090	20.433.828	26.172.540	31.608.562	82.896.384
2019	4.652.784	444.634	23.319.052	31.504.274	32.242.463	93.031.492
2020	4.895.045	378.442	20.806.469	33.650.671	35.070.044	95.688.874
2021	3.998.994	392.293	19.348.547	32.051.305	35.336.979	91.989.382

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE**Quadro 17** – Valor da Produção dos principais cultivos da lavoura temporária de Mato Grosso em preços correntes – 2002 a 2021.*mil reais*

Anos	Algodão Herbáceo	Arroz	Cana-de-açúcar	Milho	Soja	Total das Lavouras Temporárias
2002	753.341	320.262	305.612	555.845	4.043.138	6.219.908
2010	2.057.753	316.091	560.206	1.203.626	8.733.267	13.545.457
2011	3.266.943	294.792	824.816	2.894.830	13.240.572	21.240.896
2012	4.127.964	239.048	991.575	4.490.894	14.932.755	25.738.913
2013	3.396.360	306.780	1.164.480	4.725.698	17.865.802	28.578.682
2014	3.840.582	366.592	1.109.785	3.718.549	23.665.314	33.685.897
2015	4.236.265	409.357	1.211.122	5.716.970	23.876.689	36.495.994
2016	5.049.353	394.247	1.217.698	7.728.230	27.487.121	43.371.526
2017	5.533.407	405.102	1.311.622	6.964.508	27.793.060	43.121.275
2018	8.075.751	354.690	1.336.975	9.217.546	29.976.534	49.896.267
2019	10.436.718	401.172	1.506.651	11.836.056	32.764.470	58.070.708
2020	12.847.085	390.906	1.421.224	19.120.783	43.469.342	78.912.344
2021	20.867.705	592.139	1.517.998	38.447.535	88.100.858	151.356.051

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE

A lavoura permanente, pelos mesmos parâmetros de produção em toneladas, pode-se dizer que é pouco representativa na economia regional, sendo que a predominância em volume pertence às lavouras temporárias, como dito anteriormente. Porém, destacando-se do rol das temporárias podemos encontrar os produtos da banana, borracha, café, coco-da-baía, laranja e maracujá.

Quadro 18 – Principais Lavouras Permanentes, toneladas – 2002 a 2021

Produção Agrícola - Principais Lavouras Permanentes (ton.) - 2002, 2010 a 2022.							
Anos	Banana (cacho)	Borracha (látex coagulado)	Café	Coco-da-baía	Laranja	Maracujá	Total Lavouras Permanentes
2002	53.360	28.983	20.478	17.778	5.994	1.140	157.324
2010	52.348	19.615	12.182	20.451	3.933	9.528	133.502
2011	63.878	26.069	8.269	16.880	3.376	13.003	145.728
2012	57.387	26.328	6.580	15.943	3.560	12.659	135.897
2013	68.073	31.173	10.288	14.011	4.454	7.779	149.823
2014	72.727	27.857	9.952	12.980	5.214	6.588	151.036
2015	70.046	23.620	7.175	13.246	5.840	6.324	140.423
2016	72.009	23.751	5.773	11.935	5.938	5.275	137.466
2017	74.821	17.914	6.776	9.740	6.298	5.460	133.418
2018	72.875	16.189	6.963	9.603	4.258	5.099	130.701
2019	78.775	14.388	9.524	9.591	3.811	4.625	135.106
2020	72.986	14.365	8.146	9.216	4.157	4.411	127.032
2021	70.212	13.541	6.313	9.183	4.297	4.204	121.399

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE

Quadro 19 – Principais Lavouras Permanentes, valor da produção – 2002 a 2021

Valor da Produção dos principais produtos das Lavouras Permanentes (mil reais) - 2002, 2010 a 2022.							
Anos	Banana (cacho)	Borracha (látex coagulado)	Café	Coco-da-baía	Laranja	Maracujá	Total Lavouras Permanentes
2002	27.253	27.490	26.047	9.186	2.804	504	108.591
2010	70.391	42.371	27.108	17.334	3.643	15.873	201.407
2011	100.444	75.922	26.155	14.055	3.317	18.899	261.712
2012	85.240	77.366	20.894	14.431	4.121	35.303	283.347
2013	131.611	75.483	38.393	15.775	4.306	16.822	352.910
2014	123.786	77.689	30.746	17.584	5.435	14.708	338.436
2015	118.587	45.895	28.634	18.883	5.557	17.492	297.444
2016	163.166	56.803	32.206	13.233	7.853	18.639	359.673
2017	119.142	38.454	38.960	9.814	6.586	19.419	301.478
2018	136.134	34.010	30.569	10.842	5.490	16.289	300.074
2019	145.656	33.085	39.627	10.151	6.009	18.571	324.472
2020	155.019	33.300	36.796	12.899	7.822	17.259	334.022
2021	162.690	49.058	61.371	13.104	6.613	16.170	407.244

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE

A agregação da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas fazem do estado o maior produtor agrícola do país com cerca de 30% de participação na produção nacional em toneladas, conforme Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA/IBGE de outubro de 2022.

• PECUÁRIA

Em pecuária, o destaque continua no efetivo do rebanho bovino que se encontra em cerca de 32,4 milhões de cabeças de gado, maior efetivo do país, e que possui participação de 14,4% do rebanho nacional bovino. Dois outros destaques aparecem de maneira significativa na economia do estado que são os efetivos suínos e galináceos (tanto para produção de ovos e abate) que se inserem em complexos agroindustriais da produção de alimentos do estado.

Quadro 20 – Pecuária – Efetivo de Rebanho, cabeças – 2002 a 2021.

Pecuária - Efetivo de Rebanhos de Mato Grosso (cabeças)								
Anos	Bovino	Bubalino	Equino	Suíno	Caprino	Ovino	Galináceos	Codornas
2002	22.183.695	23.631	295.210	1.034.608	33.636	220.772	119.112.026	16.297
2010	28.757.438	14.795	344.918	2.109.979	40.246	549.484	41.021.664	35.570
2011	29.265.718	16.148	350.001	1.954.128	33.612	474.581	46.305.618	45.000
2012	28.740.802	19.340	319.294	1.789.390	26.281	377.904	48.013.817	39.430
2013	28.395.205	17.234	245.153	1.782.726	20.699	267.234	39.037.025	36.444
2014	28.592.183	17.889	302.543	1.840.910	22.310	307.948	46.327.158	33.430
2015	29.364.042	16.914	418.766	2.849.158	24.619	358.450	50.488.548	35.216
2016	30.296.096	19.308	372.028	2.538.530	28.120	377.245	63.572.414	34.154
2017	29.725.378	15.031	380.277	2.559.616	29.917	399.163	59.688.419	180.254
2018	30.199.598	17.014	425.553	2.745.416	35.746	456.653	60.394.411	157.721
2019	31.654.882	17.064	441.626	2.592.975	37.218	467.734	54.378.804	177.231
2020	32.338.031	24.630	547.839	2.601.292	36.242	458.621	47.157.134	176.361
2021	32.424.958	15.932	445.541	2.885.929	38.335	464.029	44.934.261	107.698

Fonte – Pesquisa Pecuária Municipal - IBGE

Em relação aos produtos de origem animal, podemos localizar a expressão da produção no leite, ovos e mel de abelha.

Quadro 21 – Produtos de origem animal, quantidades – 2002 a 2021

Produtos de Origem Animal de Mato Grosso (quantidade)				
Anos	Leite (Mil litros)	Ovos de galinha (Mil dúzias)	Ovos de codorna (Mil dúzias)	Mel de abelha (Quilogramas)
2002	467.095	40.138	301	174.845
2010	708.481	122.679	640	428.035
2011	743.191	155.918	791	379.281
2012	722.348	178.974	646	405.619
2013	681.694	193.662	605	430.960
2014	721.392	199.346	548	470.589
2015	734.080	193.751	546	456.753
2016	662.720	193.650	536	413.862
2017	615.818	195.978	2.667	480.949
2018	668.171	222.435	2.423	466.214
2019	657.527	236.006	2.525	471.636
2020	617.992	243.380	2.529	536.552
2021	545.924	248.058	1.382	440.216

Fonte – Pesquisa Pecuária Municipal - IBGE

Na piscicultura, observa-se a queda dos parâmetros de produção em toneladas em Mato Grosso no período de 2013 a 2021, de acordo com a Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE, sendo a produção atual (última mensuração da PPM para 2021) em cerca de metade do nível que atingiu no ano de 2013 (o primeiro ano de levantamento de dado anual da produção da piscicultura).

O principal produto da piscicultura é caracterizado pelo tambacu/tambatinga com cerca de 23 milhões de toneladas no ano de 2021.

Quadro 22 – Produtos de aquicultura, quilogramas – 2013 a 2021

Produção Aquicultura - Principais Produtos de Mato Grosso (quilogramas)						
Anos	Tambacu, tambatinga	Pintado, cachara, cachapira, e pintachara, surubim	Tambaqui	Tilápia	Pacu e patinga	Total
2013	47.391.390	11.028.212	9.734.447	559.470	2.205.984	71.919.503
2014	24.167.748	16.575.941	9.671.994	3.466.953	3.002.585	56.884.771
2015	22.447.272	11.018.776	6.777.782	1.871.186	2.468.561	44.583.577
2016	25.070.610	8.328.004	4.167.689	641.505	1.011.612	39.219.420
2017	22.729.616	7.463.588	3.353.675	397.734	975.163	34.919.776
2018	22.076.774	5.161.402	3.910.190	1.709.166	509.243	33.367.775
2019	21.183.309	4.930.709	4.427.940	2.413.163	456.806	33.411.927
2020	23.465.226	5.635.380	2.978.019	2.659.673	245.314	34.983.612
2021	23.634.341	5.647.205	3.318.440	2.884.678	218.515	35.703.179

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE

• EXTRATIVISMO VEGETAL

Os dois principais produtos do extrativismo vegetal no estado são Carvão Vegetal, Lenha e Madeira em Tora. Mato Grosso é o maior produtor de madeira em tora do país, seguido por Pará e Rondônia – sendo que extrai o equivalente a 30% da produção nacional com cerca de 4,5 milhões de metros cúbicos, segundo a Pesquisa do Extrativismo Vegetal e Silvicultura 2021 - IBGE. Os três estados juntos perfazem cerca de 11 milhões de metros cúbicos e 77% da produção nacional.

Os municípios líderes de produção da Madeira em tora, e também da Lenha, são os municípios de Aripuanã e Colniza em Mato Grosso, que ficam em áreas da fronteira agrícola e pertencem ao bioma amazônico no estado.

Quadro 23 – Principais produtos do extrativismo, quantidade – 2002 a 2021

Principais Produtos do Extrativismo Vegetal MT (quantidade)			
Anos	Carvão Vegetal (t)	Lenha (m³)	Madeira em tora (m³)
2002	8.065	2.008.416	2.867.779
2010	77.821	2.122.237	2.124.346
2011	51.353	2.084.086	2.153.468
2012	55.352	2.168.714	4.050.383
2013	31.319	2.152.073	1.441.082
2014	18.105	1.737.882	1.319.790
2015	14.147	1.773.669	3.069.198
2016	9.723	1.721.699	3.324.051
2017	8.872	1.379.724	3.932.901
2018	11.463	1.259.380	3.945.122
2019	11.290	1.333.252	3.753.771
2020	10.217	1.439.991	3.840.651
2021	9.384	1.566.017	4.467.365

Fonte: Pesquisa da Produção Vegetal e Silvicultura - IBGE

Em termos de Silvicultura (florestas plantadas), destaca-se também a produção de lenha e madeira em tora, especialmente eucalipto e a teca. O eucalipto com direção à demanda crescente por biomassa pelo setor produtivo. Em relação a teca, o estado é o principal produtor do Brasil, com área aproximada de 68,1 mil hectares, de acordo com o Mapeamento da Produção Silvicultura de Mato Grosso – IMEA 2022.

Quadro 24 – Principais da Silvicultura, quantidade - 2002, 2010 a 2021

Principais Produtos da Silvicultura MT (quantidade)		
Anos	Lenha (m³)	Madeira em tora (m³)
2002	146.009	15.690
2010	538.137	93.522
2011	735.950	212.122
2012	1.459.503	396.052
2013	1.449.834	196.132
2014	1.713.992	246.432
2015	1.298.270	301.085
2016	1.027.618	362.929
2017	1.176.549	306.317
2018	1.149.073	379.884
2019	1.145.599	344.633
2020	1.430.692	292.272
2021	1.874.274	317.326

Fonte: Pesquisa da Produção Vegetal e Silvicultura - IBGE

• INDÚSTRIA

A subdivisão do setor da indústria acontece da seguinte maneira: indústria extrativa; indústria de transformação; SIUP – Serviços de Utilidade Pública (correspondente ao grupo das atividades de eletricidade, gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação); e também da construção civil.

Em relação aos segmentos da indústria de transformação (produção industrial no estado) os principais são: produtos alimentícios, bebidas, biocombustíveis, processamento de madeira, químicos e minerais não-metálicos.

O setor da indústria empregava em Mato Grosso o número de 164.844 pessoas, conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS referente ao ano de 2021, isso corresponde a cerca de 19,9% do total de pessoas ocupadas formalmente na economia mato-grossense.

Quadro 25 – Pessoal ocupado 31 de dezembro – 2010 a 2021

Pessoal Ocupado em 31/12 - Mato Grosso			
Anos	Total	Indústria	Participação (%)
2010	584.995	131.469	22,5%
2011	632.314	140.617	22,2%
2012	664.057	150.830	22,7%
2013	710.081	165.045	23,2%
2014	719.817	159.848	22,2%
2015	715.372	144.996	20,3%
2016	688.747	129.713	18,8%
2017	715.106	137.884	19,3%
2018	745.347	140.563	18,9%
2019	767.418	144.902	18,9%
2020	768.900	152.493	19,8%
2021	827.926	164.844	19,9%

Fonte: Relação Anual de Informações Social - RAIS

De acordo com dados do Sistema de Contas Regionais do IBGE, o valor adicionado bruto (VAB) do setor industrial correspondeu a R\$ 27,7 bilhões em Mato Grosso, correspondente a 17,3% de participação total do VAB total das atividades econômicas da economia regional e 1,9% da industrial brasileira no ano de 2021.

Quadro 26 – Valor adicionado Bruto, Indústria – 2010 a 2020

Valor Adicionado Bruto da Indústria (Milhões Reais)							
Anos	BRASIL			MATO GROSSO			Participação (%) MT/BR
	Indústria	Total	Participação (%)	Indústria	Total	Participação (%)	
2010	904.158	3.302.840	27,4%	9.771	49.775	19,6%	1,1%
2011	1.011.034	3.720.461	24,2%	11.000	61.600	17,9%	1,1%
2012	1.065.682	4.094.259	26,0%	11.064	70.450	15,7%	1,0%
2013	1.131.626	4.553.760	24,9%	13.826	78.480	17,6%	1,2%
2014	1.183.094	4.972.734	23,8%	15.825	90.811	17,4%	1,3%
2015	1.160.787	5.155.601	22,5%	17.124	97.598	17,5%	1,5%
2016	1.150.720	5.419.822	21,2%	18.328	111.915	16,4%	1,6%
2017	1.197.800	5.671.926	21,1%	17.045	112.318	15,2%	1,4%
2018	1.313.210	6.011.150	21,8%	19.398	12.624	15,8%	1,5%
2019	1.385.804	6.356.684	21,8%	20.585	126.618	16,3%	1,5%
2020	1.484.337	6.594.937	22,5%	27.664	159.609	17,3%	1,9%

Fonte: Contas Regionais - IBGE

O critério do valor do VAB e participações das atividades econômicas da indústria no VAB total da economia de Mato Grosso, revela a atividade da indústria de transformações (e seus segmentos) como a principal atividade industrial com R\$ 14,8 bilhões - 9,3% da economia industrial regional, seguido pela construção civil com R\$ 6,6 bilhões - 4,1%, SIUP com R\$ 5,6 bilhões - 3,5% e por último a indústria extrativa com R\$ 0,7 bilhões - 0,4% para o ano de 2020.

Quadro 27 – Participação e valor nominal das atividades - 2020

Participação e valor nominal das atividades econômicas da Indústria no Valor Adicionado Bruto (VAB) de Mato Grosso - 2020		
Atividades Econômicas	(R\$ milhões)	Participação no VAB total (%)
Indústria Total	27.664	17,3
Indústria extrativa	709	0,4
Indústria de transformação	14.808	9,3
SIUP	5.560	3,5
Construção civil	6.586	4,1

Fonte: Sistema de Contas Regionais - IBGE

De acordo com a Pesquisa Industrial Anual – PIA, o valor da transformação industrial das empresas com 5 pessoas ou mais em Mato Grosso para o ano de 2020 atingiu o valor de R\$ 85,4 bilhões, posicionando o estado como segundo colocado nesse critério, atrás de Goiás, mas a frente de Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

Quadro 28 – Valor bruto da produção industrial - 2010 a 2020

Valor Bruto da Produção Industrial em empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas (milhões de Reais)						
Anos	Brasil	Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal
2010	1.804.173	96.146	18.406	28.066	45.727	3.947
2011	2.005.601	108.982	21.943	29.336	53.116	4.587
2012	2.151.718	128.659	25.900	37.782	60.216	4.761
2013	2.387.829	147.780	30.752	41.576	70.265	5.187
2014	2.491.456	159.674	33.718	42.749	77.505	5.702
2015	2.482.139	172.512	36.401	46.614	83.201	6.296
2016	2.499.190	177.823	37.691	45.840	88.659	5.633
2017	2.639.591	185.535	40.226	48.183	91.664	5.461
2018	3.054.185	211.091	47.677	60.614	96.716	6.084
2019	3.219.978	231.526	52.589	64.268	108.788	5.882
2020	3.563.982	283.184	61.370	85.404	129.615	6.795

Fonte: Pesquisa Industrial Anual - IBGE

Em termos de salários, retiradas e remunerações das unidades locais da indústria com 5 ou mais pessoas ocupadas em Mato Grosso, o valor correspondeu a R\$ 3,2 bilhões para o ano de 2020, segundo a PIA – IBGE.

Quadro 29 – Salários, retiradas e outras remunerações da indústria - 2010 a 2020

Salários, retiradas e outras remunerações das unidades locais da indústria em empresas locais com 5 ou mais pessoas ocupadas (mil reais)						
Anos	Brasil	Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal
2010	183.365.925	6.736.132	1.227.203	1.485.572	3.487.535	535.822
2011	208.170.707	7.747.245	1.420.847	1.594.207	4.118.991	613.200
2012	231.867.789	9.357.449	1.826.322	1.976.411	4.865.814	688.902
2013	257.455.638	10.880.624	2.170.018	2.283.946	5.694.243	732.417
2014	276.622.504	12.270.265	2.467.693	2.490.026	6.474.820	837.726
2015	278.873.314	12.442.891	2.521.839	2.421.223	6.673.739	826.090
2016	279.753.442	12.862.052	2.695.759	2.538.140	6.747.450	880.703
2017	285.899.435	13.820.589	2.941.426	2.636.219	7.138.303	1.104.641
2018	292.963.628	14.162.227	2.948.769	2.851.547	7.475.019	886.892
2019	299.057.177	14.665.131	3.053.625	3.048.335	7.623.324	936.847
2020	295.891.278	14.886.354	3.203.418	3.239.017	7.447.425	966.494

Fonte: Pesquisa Industrial Anual - IBGE

• SERVIÇOS

A subdivisão econômica do setor dos serviços ocorre da seguinte maneira: comércio e reparação de veículos; transporte, armazenagem e correio; alojamento e alimentação; informação e comunicação; atividades financeiras; atividades imobiliárias; atividades profissionais; administração pública; educação e saúde privados; arte e cultura; e serviços domésticos.

O setor dos serviços empregava em Mato Grosso o número de 235.512 pessoas conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS referente ao ano de 2021 (exceto comércio e administração pública), isso corresponde a cerca de 28,4% do total de pessoas ocupadas formalmente na economia mato-grossense.

Quadro 30 – Pessoal ocupado em 31 de dezembro - 2010 a 2021

Pessoal Ocupado em 31/12 - Mato Grosso			
Anos	Total	Serviços	Participação (%)
2010	584.995	145.160	24,8%
2011	632.314	159.239	25,2%
2012	664.057	169.423	25,5%
2013	710.081	183.129	25,8%
2014	719.817	192.172	26,7%
2015	715.372	198.342	27,7%
2016	688.747	196.548	28,5%
2017	715.106	204.341	28,6%
2018	745.347	214.022	28,7%
2019	767.418	214.920	28,0%
2020	768.900	215.632	28,0%
2021	827.926	235.512	28,4%

Nota: dados exceto comércio e administração pública

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS

De acordo com dados do Sistema de Contas Regionais do IBGE, o valor adicionado bruto (VAB) do setor de serviços correspondeu a R\$ 35,7 bilhões em Mato Grosso, correspondente a 22,4% de participação total do VAB das atividades econômicas da economia regional e 1,3% da industrial brasileira no ano de 2021 (participação com exceção das atividades econômicas do comércio e administração pública).

Quadro 31 – Valor adicionado dos serviços - 2010 a 2020

Valor Adicionado Bruto dos Serviços (Milhões Reais)							
Anos	BRASIL			MATO GROSSO			Participação (%) MT/BR
	Serviços	Total	Participação (%)	Serviços	Total	Participação (%)	
2010	1.284.676	3.302.840	38,9%	13.887	49.775	27,9%	1,1%
2011	1.443.102	3.720.461	38,8%	16.253	61.600	26,4%	1,1%
2012	1.627.442	4.094.259	39,7%	17.650	70.450	25,1%	1,1%
2013	1.821.570	4.553.760	40,0%	19.662	78.480	25,1%	1,1%
2014	2.046.295	4.972.734	41,2%	24.287	90.811	26,7%	1,2%
2015	2.164.552	5.511.601	42,0%	27.143	97.598	27,8%	1,3%
2016	2.317.559	5.419.822	42,8%	29.032	111.915	25,9%	1,3%
2017	2.424.021	5.671.926	42,7%	31.295	112.318	27,9%	1,3%
2018	2.559.897	6.011.150	42,6%	33.778	122.694	27,5%	1,3%
2019	2.731.485	6.356.684	43,0%	34.799	126.618	27,5%	1,3%
2020	2.703.733	6.594.937	41,0%	35.714	159.609	22,4%	1,3%

Nota: dados exceto comércio e administração pública

Fonte: Contas Regionais IBGE

O critério do valor do VAB e participações das atividades econômicas dos serviços no VAB total da economia de Mato Grosso, revela como sendo as duas principais o comércio e reparação de veículos como a principal atividade econômica do setor com R\$ 26,5 bilhões – 16,6% da economia, seguido pela administração pública R\$ 23,6 bilhões – 14,8%. O setor de serviços gerou um VAB de R\$ 85,9 bilhões e alcançou a participação de 53,8% na economia regional ao ano de 2020.

Quadro 32 – Participação e valor nominal das atividades dos serviços - 2020

Participação e valor nominal das atividades econômicas dos Serviços no Valor Adicionado Bruto (VAB) de Mato Grosso - 2020		
Atividades Econômicas	R\$ Milhões	Participação no VAB total (%)
Serviços	85.941	53,8
Comércio e reparação de veículos	26.540	16,6
Transporte, armazenagem e correio	6.143	3,8
Alojamento e alimentação	1.859	1,2
Informação e comunicação	1.809	1,1
Atividades financeiras	4.728	3,0
Atividades imobiliárias	9.845	6,2
Atividades profissionais	6.031	3,8
Administração pública	23.687	14,8
Educação e saúde privadas	2.565	1,6
Artes, cultura e esportes	1.591	1,0
Serviços domésticos	1.151	0,7

Fonte: Sistemas de Contas Regionais - IBGE

De acordo com a Pesquisa Anual de Serviços – PAS, a receita bruta de serviços alcançou o valor de R\$ 34 bilhões para o ano de 2020 em Mato Grosso (valores correspondentes aos serviços não-financeiros, exceto comércio e administração pública).

Quadro 33 – Receita Bruta de Serviços – 2010 a 2020

Receita Bruta de Serviços (mil reais)						
Anos	Brasil	Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal
2010	957.033.144	63.689.165	8.691.496	10.016.425	17.960.715	27.029.526
2011	1.103.707.679	75.048.348	10.408.834	13.465.387	21.746.136	29.428.027
2012	1.241.275.182	85.578.150	12.235.670	16.354.271	25.046.078	31.942.131
2013	1.369.228.669	99.312.835	14.159.000	19.557.713	28.117.203	37.478.919
2014	1.533.227.913	115.072.946	15.958.026	22.064.803	31.224.067	45.826.050
2015	1.581.939.983	122.169.124	16.817.022	24.590.349	34.293.772	46.467.981
2016	1.625.950.636	128.375.380	18.294.151	26.603.183	34.427.891	49.023.155
2017	1.687.173.040	132.056.451	18.391.231	29.406.439	36.368.691	47.890.090
2018	1.802.639.077	141.997.562	19.778.758	31.643.362	38.617.039	51.958.403
2019	1.949.787.763	149.368.301	21.134.960	33.277.426	39.486.778	55.469.137
2020	1.969.905.398	146.021.853	22.366.968	34.008.673	40.197.185	49.449.027

Nota: segmento empresarial não-financeiro

Fonte: Pesquisa Anual de Serviços - IBGE

Em termos de salários, retiradas e remunerações das unidades locais de serviços da empresa com 5 ou mais pessoas ocupadas em Mato Grosso, o valor correspondeu a R\$ 4,5 bilhões para o ano de 2020, segundo a PAS – IBGE.

Quadro 34 – Salários, retiradas e outras remunerações - 2010 a 2020

Salários, retiradas e outras remunerações das unidades locais da indústria de Serviços - segmento empresarial não financeiro - em empresas locais com 5 ou mais pessoas ocupadas (mil reais)						
Anos	Brasil	Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal
2010	170.725.027	10.955.756	1.120.219	1.360.917	2.812.785	5.661.832
2011	201.112.696	12.970.157	1.422.722	1.651.522	3.611.442	6.284.471
2012	225.309.913	15.140.028	1.637.413	1.974.958	4.349.244	7.178.413
2013	253.782.522	17.286.142	1.842.362	2.344.792	5.056.969	8.042.019
2014	288.651.063	20.239.666	2.159.701	2.902.990	5.742.588	9.434.387
2015	314.004.907	22.727.976	2.438.856	3.418.663	6.251.101	10.619.356
2016	327.135.616	23.999.585	2.598.902	3.378.173	6.748.938	11.273.572
2017	336.996.414	24.701.743	2.777.682	3.688.656	7.067.910	11.167.495
2018	352.055.192	25.802.306	3.049.408	3.813.499	7.394.802	11.544.597
2019	375.373.150	27.672.293	3.131.543	4.271.147	8.273.050	11.996.553
2020	373.483.755	27.127.967	3.084.009	4.489.389	7.918.135	11.636.434

Fonte: Pesquisa Anual de Serviços - IBGE

• COMÉRCIO

O comércio empregava em Mato Grosso o número de 220.684 pessoas conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais referente ao ano de 2021, isso corresponde a cerca de 26,7% do total das pessoas ocupadas formalmente na economia mato-grossense.

Quadro 35 – Pessoal ocupado em 31 de dezembro - 2010 a 2021

Pessoal Ocupado em 21/12 - Mato Grosso			
Ano	Total	Comércio	Participação
2010	584.995	154.796	26,5%
2011	632.314	167.925	26,6%
2012	664.057	177.168	26,7%
2013	710.081	189.190	26,6%
2014	719.817	193.287	26,9%
2015	715.372	192.296	26,9%
2016	688.747	185.851	27,0%
2017	715.372	186.882	26,1%
2018	745.347	196.713	26,4%
2019	767.418	203.155	26,5%
2020	768.900	206.001	26,8%
2021	827.926	220.684	26,7%

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS

De acordo com dados do Sistema de Contas Regionais do IBGE, o valor adicionado bruto (VAB) do setor do comércio correspondeu a R\$ 26,5 bilhões em Mato Grosso, correspondente a 16,6% de participação total do VAB das atividades econômicas da economia regional, e 3,2% do comércio do Brasil no ano de 2021.

Quadro 36 – Valor adicionado Bruto do Comércio - 2010 a 2020

Valor Adicionado Bruto do comércio (Milhões Reais)							
Anos	BRASIL			MATO GROSSO			Participação (%) MT/BR
	Comércio	Total	Participação (%)	Comércio	Total	Participação (%)	
2010	416.229	3.302.840	12,6%	8.689	49.775	17,5%	2,1%
2011	478.242	3.720.461	12,9%	10.603	61.600	17,2%	2,2%
2012	548.339	4.094.259	13,4%	12.993	70.450	18,4%	2,4%
2013	614.087	4.553.760	13,5%	13.514	78.480	17,2%	2,2%
2014	676.562	4.972.734	13,6%	16.956	90.811	18,7%	2,5%

Valor Adicionado Bruto do Comércio (Milhões Reais)							
Anos	BRASIL			MATO GROSSO			Participação (%) MT/BR
	Comércio	Total	Participação (%)	Comércio	Total	Participação (%)	
2015	685.708	5.155.601	13,3%	17.546	97.598	18,0%	2,6%
2016	699.767	5.419.822	12,9%	20.597	111.915	18,4%	2,9%
2017	746.159	5.671.926	13,2%	21.537	112.318	19,2%	2,9%
2018	783.047	6.011.150	13,0%	22.565	122.694	18,4%	2,9%
2019	822.590	6.356.684	12,9%	22.181	126.618	17,5%	2,7%
2020	825.346	6.594.937	12,5%	26.540	159.609	16,6%	3,2%

Fonte: Contas Regionais - IBGE

De acordo com a Pesquisa Anual do Comércio – IBGE, o valor da Receita Bruta da Revenda de Mercadorias alcançou o valor de R\$ 179,3 bilhões na economia mato-grossense no ano de 2021. Trata-se do maior valor de revenda de mercadorias da região Centro-Oeste, situando-se à frente de Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

Quadro 37 – Receita Bruta de Revenda - 2010 a 2020

Receita Bruta de Revenda de Mercadorias (mil reais)						
Ano	Brasil	Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal
2010	1.991.559.300	181.051.583	27.662.506	43.236.050	66.604.784	43.548.243
2011	2.295.305.676	211.489.059	30.948.127	53.668.081	77.285.086	49.587.765
2012	2.635.252.469	244.875.419	36.548.151	66.935.558	88.374.551	53.017.159
2013	2.965.425.283	282.899.896	42.571.180	83.692.167	98.773.507	57.863.042
2014	3.274.503.320	317.937.490	48.683.779	94.746.337	112.628.660	61.878.714
2015	3.418.672.004	335.722.762	53.866.664	102.309.533	117.153.464	62.393.101
2016	3.560.907.039	353.029.206	53.686.356	113.252.675	122.004.582	63.221.940
2017	3.689.436.354	369.694.530	57.522.655	122.050.345	125.004.582	65.116.948
2018	4.034.536.005	402.429.232	66.681.059	127.887.817	135.905.849	71.954.507
2019	4.341.436.446	446.721.299	70.442.137	148.402.515	150.243.172	77.633.475
2020	4.727.396.007	519.710.577	84.545.768	179.273.578	166.039.971	89.851.260

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS

Enquanto divisões de comércio, pode-se verificar a significativa participação do segmento do atacado perante a Receita Bruta de Revenda de Mercadoria de Mato Grosso, segundo a Pesquisa Anual de Comércio – IBGE, com valor em cerca de R\$ 118,0 bilhões em 2020.

Quadro 38 – Receita Bruta de Revenda - 2010 a 2020

Receita Bruta de Revenda de Mercadorias de Mato Grosso - Divisão de Comércio (mil reais)				
Ano	Total	Comércio de Veículos e Peças	Atacado	Varejo
2010	43.236.050	5.818.957	21.770.736	15.646.357
2011	53.668.081	6.642.842	28.863.014	18.162.357
2012	66.935.558	8.571.549	37.590.963	20.773.046
2013	83.692.167	8.935.162	49.794.700	24.962.305
2014	94.746.337	8.769.108	56.056.891	29.920.338
2015	102.309.533	7.623.264	61.321.086	33.365.183
2016	113.252.675	6.590.807	69.955.299	36.706.569
2017	122.050.345	7.991.265	75.388.242	38.670.868
2018	127.887.817	9.319.668	77.489.464	41.078.685
2019	148.402.515	11.167.533	90.995.135	46.239.847
2020	179.273.578	12.010.702	117.989.134	49.273.742

Fonte: Relação Anual do Comércio - IBGE

Em termos de salários, retiradas e remunerações das unidades locais de serviços da empresa com 5 ou mais pessoas ocupadas em Mato Grosso, o valor correspondeu a R\$ 5,6 bilhões para o ano de 2020, segundo a PAS – IBGE.

Quadro 39 – Salários, retiradas e outras remunerações - 2010 a 2020

Salários, retiradas e outras remunerações das unidades locais da indústria do Comércio (mil reais)						
Ano	Brasil	Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal
2010	109.936.622	8.746.872	1.242.348	2.000.017	3.304.522	2.199.985
2011	126.847.123	10.085.543	1.546.748	2.440.627	3.578.759	2.519.409
2012	143.642.833	11.123.432	1.705.314	2.665.846	4.017.422	2.734.850
2013	167.841.051	13.156.139	2.128.248	3.249.013	4.835.951	2.942.927
2014	192.562.222	15.030.193	2.344.034	3.907.407	5.475.112	3.303.640
2015	204.502.933	15.891.417	2.445.447	4.027.709	6.080.222	3.338.039
2016	215.691.054	16.842.632	2.622.332	4.402.353	6.476.087	3.341.860
2017	225.872.579	17.556.835	2.938.233	4.648.042	6.432.168	3.538.392
2018	237.831.073	18.776.333	3.095.985	5.103.784	6.727.085	3.849.506
2019	247.315.038	19.886.910	3.144.587	5.508.653	7.467.776	3.765.894
2020	241.387.925	20.275.177	3.121.282	5.595.465	7.614.070	3.944.360

Fonte: Relação Anual do Comércio - IBGE

3.1.7. COMÉRCIO EXTERIOR DO ESTADO DE MATO GROSSO

O estado de Mato Grosso tem se destacado na produção de commodities agrícolas, de modo que as suas exportações têm contribuído significativamente com a economia nacional. O superávit comercial gerado no estado em 2022 foi de US\$ 26,6 bi ou o equivalente a 43% do superávit brasileiro. O valor exportado por Mato Grosso em 2018 (US\$ 32,4 bi) representou 9,7% das exportações brasileiras, o quarto maior dentre as unidades da federação.

Quadro 40 – Balança Comercial de Mato Grosso e do Brasil, 2010 a 2022

Valores em US\$ 1.000.000 (FOB)								
Anos	BRASIL			MATO GROSSO			Exportações MT/BR	Participação Saldo MT/BR
	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo		
2010	200.434	183.337	17.097	8.459	987	7.472	4,2%	44%
2011	253.666	227.970	25.697	11.091	1.604	9.487	4,4%	37%
2012	239.953	225.166	14.786	13.850	1.618	12.231	5,8%	83%
2013	232.544	241.501	-8.957	15.812	1.738	14.073	6,8%	-157%
2014	220.923	230.823	-9.900	14.768	1.795	12.974	6,7%	-131%
2015	186.782	173.104	13.678	13.053	1.343	11.710	7,0%	86%
2016	179.526	139.321	40.205	12.588	1.185	11.403	7,0%	28%
2017	214.988	158.951	56.037	14.727	1.405	13.322	6,9%	24%
2018	231.890	185.322	46.568	16.433	1.596	14.838	7,1%	32%
2019	221.127	185.928	35.199	17.206	2.013	15.193	7,8%	43%
2020	209.180	158.787	50.393	18.232	1.800	16.432	8,7%	33%
2021	280.815	219.408	61.407	21.651	3.114	18.538	7,7%	30%
2022	334.463	272.702	61.761	32.418	5.822	26.596	9,7%	43%

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, SECEX, 2023

As exportações de Mato Grosso no período de 2010 a 2022 cresceram 283%, passando de US\$ 8,5 bilhões em 2010 para US\$ 32,4 bilhões em 2022. No mesmo período, as exportações brasileiras cresceram 67%. Em relação ao ano anterior, as exportações mato-grossenses de 2022 cresceram 49,7%, enquanto que as brasileiras avançaram 19,1%. A participação das exportações do estado no total exportado pelo Brasil, passou de 4,2% em 2010 para 9,7% em 2022. O saldo comercial de Mato Grosso acumulado no período de 2002 a 2022 foi de US\$ 184,3 bilhões ou o equivalente a 45,6% do saldo nacional em igual período.

Quadro 41 – Exportação por Unidade Federativa - 2022

UF	US\$ 1.000.000	Quantidade (1000 t)	Valor tonelada exportada (US\$/t)	Ranking (US\$/t)
São Paulo	69.382,89	58.383	1.188,41	6°
Rio de Janeiro	44.297,33	100.038	442,80	21°
Minas Gerais	40.029,79	167.458	239,04	25°
Mato Grosso	32.418,41	59.206	547,56	17°
Rio Grande do Sul	22.422,40	24.055	932,14	11°
Paraná	22.124,86	23.709	933,17	10°
Pará	21.471,25	175.915	122,05	27°
Goiás	14.102,70	18.660	755,77	15°
Bahia	13.910,47	17.890	777,54	14°
Santa Catarina	11.966,18	8.473	1.412,20	3°
Espírito Santo	9.117,43	5.161	362,37	23°
Mato Grosso do Sul	8.190,66	17.624	464,73	20°
Maranhão	5.722,51	14.592	392,16	22°
Tocantins	3.085,25	5.371	574,39	16°
Pernambuco	2.471,35	2.443	1.011,66	8°
Rondônia	2.344,24	2.657	882,36	12°
Ceará	2.339,93	2.489	940,09	9°
Piauí	1.650,52	3.208	514,43	18°
Amazonas	905,00	243	3.731,08	1°
Rio Grande do Norte	736,83	3.065	240,38	24°
Alagoas	588,29	1.167	504,05	19°
Roraima	425,91	401	1.061,20	7°
Distrito Federal	364,88	294	1.242,58	4°
Amapá	209,08	878	238,05	26°
Paraíba	146,78	65	2.259,07	2°
Sergipe	118,26	96	1.231,50	5°
Acre	54,37	68	805,24	13°
Não Declarada	3.865,52	8.192	471,85	N/D

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, SECEX, 2023.

Elaboração: CEIS/SISOT/SEPLAG-MT.

A análise das exportações por Unidade Federativa em 2022 posicionou Mato Grosso na quarta colocação em valor total exportado, atrás apenas de SP, RJ e MG. No ordenamento pela quantidade exportada, o estado também ocupou a quarta posição, seguindo PA, MG e RJ. Outra possibilidade de ranqueamento é pelo valor médio exportado, obtido pelo Valor da Tonelada Exportada (quociente da divisão do valor exportado (US\$) pela quantidade exportada (t)). O resultado indica que quanto maior seu resultado, maior o valor intrínseco do produto exportado.

Essa classificação, coloca o estado na 17ª posição com US\$ 547,6, evidenciando que devido ao baixo valor agregado dos produtos agrícolas, foi demandada uma elevada quantidade de produtos para atingir o valor exportado. São Paulo, primeiro colocado em valor exportado, tem a 6ª posição em relação ao Valor da Tonelada Exportada (US\$ 1.188,41), por outro lado, Amazonas tem a 1ª posição em Valor da Tonelada Exportada (US\$ 3.731,08) e 19ª em valor exportado.

Quadro 42 – Principais setores exportadores de Mato Grosso, 2010, 2021 e 2022.

Setores Exportadores	2022			2021			2010		
	US\$ 1.000.000	Quantidade (1000t)	Valor tonelada exportada (US\$/t)	US\$ 1.000.000	Quantidade (1000t)	Valor tonelada exportada (US\$/t)	US\$ 1.000.000	Quantidade (1000t)	Valor tonelada exportada (US\$/t)
Soja	18.875,29	32.226,66	585,70	13.287,26	29.671,92	447,81	5.121,37	13.425,65	381,46
Milho	6.702,72	24.418,67	274,49	3.111,71	15.324,65	203,05	1.345,88	6.825,90	197,17
Carne	3.025,06	602,86	5.017,89	2.038,17	501,18	4.066,71	1.110,78	390,65	2.843,41
Algodão	2.505,65	1.256,14	1.994,73	2.427,52	1.449,13	1.675,16	405,10	258,34	1.568,09
Ouro	734,78	0,01	51.444,251	236,74	0,00	50.780,474	131,76	0,00	38.302,761
Madeira	169,51	176,78	958,86	151,97	196,25	774,37	193,01	283,16	681,64
Couro	7,74	4,25	1.820,69	9,16	4,31	2.128,11	92,83	31,01	2.993,86
Outros	397,67	520,34	764,26	388,87	453,36	857,77	58,20	115,82	502,52
Total Geral	32.418,41	59.205,70	547,56	21.651,40	47.600,81	340,68	8.458,94	21.330,52	396,56

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, SECEX, 2023.

Elaboração: CEIS/SISOT/SEPLAG-MT.

O principal setor exportador do estado em 2022 foi a soja com embarque de US\$ 18,9 bilhões, sua participação no total exportado foi de 58,2%. Na comparação com o ano anterior, o valor exportado foi 42% maior. Quando se compara a quantidade exportada, verifica-se um crescimento de 8,6% em relação ao ano de 2021. O valor da tonelada exportada de soja variou 30,8% em 2022, quando confrontado com o ano precedente. No período de 2010 a 2022, o valor exportado pela soja variou 268,6%, a quantidade exportada 140% e o valor da tonelada exportada 53,5%.

O setor do milho participou com 20,7% das exportações, totalizando US\$ 6,7 bilhões em 2022. O crescimento do valor exportado em relação a 2021 foi de 115,4%. A quantidade exportada em 2022 apresentou um incremento de 59,3% frente a 2021. O milho teve em 2022 uma elevação de 35,2% no valor da tonelada exportada em relação a 2021. A análise levando em conta o período de 2010 a 2022, demonstra que o setor teve um crescimento de 398% no valor exportado. Enquanto a quantidade exportada aumentou 257,7%, o valor da tonelada exportada avançou 39,2% neste mesmo período.

A participação das carnes no total exportado foi de 9,3% em 2022, com o valor de US\$ 3 bilhões. Quando comparado ao ano de 2021, foi identificado um acréscimo de 48,4% no valor exportado e um aumento de 20,3% na quantidade exportada. O valor da tonelada exportada de carnes apresentou um avanço de 23,4% em relação ao ano anterior. Com base no ano de 2010, o crescimento do valor exportado em 2022 foi de 172,3%, enquanto a quantidade exportada cresceu 54,3% e o valor da tonelada exportada avançou 76,5%.

As exportações de algodão totalizaram US\$ 1,4 bilhões, equivalente a 7,7% dos embarques do estado em 2022. Em relação ao ano anterior, os valores das exportações do setor cresceram 3,2%, a quantidade exportada diminuiu 13,3% e o valor da tonelada exportada avançou 19,1%. Analisando o período de 2010 a 2018, apurou que o valor das exportações de algodão apresentou crescimento de 518,5%. A quantidade exportada avançou 386,2% e o valor da tonelada exportada aumentou 27,2%.

O setor de metais e pedras preciosas apontou crescimento de 457,7% no valor exportado em 2022 quando comparado a 2010. Nesta mesma comparação, o setor de madeiras recuou 12,2% e o setor de couros recuou 91,7%.

Quadro 43 – Exportações de Mato Grosso pelos principais países - 2010, 2021 e 2022
– valores em US\$ 1.000.000

Setores Exportadores	2022			2021			2010		
	US\$ 1.000.000	Quantidade (1000t)	Valor tonelada exportada (US\$/t)	US\$ 1.000.000	Quantidade (1000t)	Valor tonelada exportada (US\$/t)	US\$ 1.000.000	Quantidade (1000t)	Valor tonelada exportada (US\$/t)
China	11.164	15.615	715	7.046	13.064	539	2.302	5.732	381,46
Espanha	1.572	3.970	396	1.261	3.566	354	379	1.241	402
Tailândia	1.398	2.692	519	1.079	2.421	446	507	1.352	375
Irã	1.340	3.830	350	778	2.977	261	411	1.222	336
Vietnã	1.171	2.186	536	1.103	2.066	534	135	421	319
Países Baixos (Holanda)	1.168	2.369	493	891	2.339	381	797	2.210	360
Índia	1.076	464	2.319	281	316	889	17	31	566
Japão	1.001	2.910	344	484	1.757	276	175	580	302
Indonésia	968	1.731	559	785	1.550	507	251	701	357
Turquia	866	1.057	819	1.001	1.691	592	40	31	1.308
Total	32.418	59.206	548	21.651	47.601	455	8.459	21.331	397

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, SECEX, 2023.

Elaboração: CEIS/SISOT/SEPLAG-MT.

A China foi o principal destino das exportações mato-grossenses. As importações chinesas totalizaram US\$ 11,2 bilhões em 2022, ou o equivalente a 34,4% do total exportado por Mato Grosso. Os principais produtos exportados foram a soja, a carne bovina e o algodão. Em comparação com o ano anterior, o valor exportado cresceu 58,4%. A quantidade exportada cresceu 19,5% e o valor da tonelada exportada subiu 32,6% em relação a 2021. A análise do período de 2010 a 2022, mostrou um incremento de 385% no total exportado para a China. Nessa mesma comparação, a quantidade aumentou 172,4% e o valor da tonelada exportada 78%.

Em segundo lugar aparece a Espanha com US\$ 1,6 bilhões em 2022 e participando com 4,8% das exportações do estado. A soja foi o principal produto exportado, seguido pelo milho e pela carne bovina. Na comparação com 2021, o valor exportado para a Espanha avançou 24,6%, a quantidade exportada 11,3% e o valor da tonelada exportada 12%. Quando comparado com o ano de 2010, o valor exportado em 2022 apontou um acréscimo de 315,1%, a quantidade exportada subiu 219,8% e o valor da tonelada exportada 29,8%.

A Tailândia ocupa o terceiro lugar com US\$ 1,4 bilhões, ou 4,3% dos embarques do estado em 2022. A soja foi o principal produto comprado, seguido pelo algodão e a carne bovina. Em relação a 2021, o crescimento foi 29,6% no valor exportado, a quantidade exportada cresceu 11,2% e o valor da tonelada exportada aumentou 16,5%.

No período de 2010 a 2022, o valor exportado para o Irã cresceu 226,2%, atingindo US\$ 1,3 bilhões em 2022. O Vietnã expandiu em 770,2%, com US\$ 1,2 bilhões em 2022. Com US\$ 788,7 milhões em 2018, a Holanda aumentou em 46,6%.

Em 2022, a Índia apresentou o maior valor da tonelada exportada com US\$ 2.318,59, sendo o ouro o principal produto exportado, seguido pelo óleo de soja. O Japão, cujo principal produto exportado foi o milho, apresentou o menor valor da tonelada exportada com US\$ 344,0 em 2022.

3.1.8. INFRA ESTRUTURA DE TRANSPORTE

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA é o órgão responsável pela gestão da política pública de infraestrutura de transporte do estado.

3.1.8.1. INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DO BRASIL

O modal rodoviário caracteriza-se pelo transporte realizado por meio de vias, como estradas, rodovias e ruas. Considerando os tipos de revestimentos, as rodovias podem ser classificadas como planejada, não pavimentada ou pavimentada²⁷. Na parte operacional, as rodovias apresentam vantagens, pelo fato das operações de carga e descarga serem mais simplificadas, oferecendo serviços de porta a porta e, conseqüentemente, mais rapidez e regularidade na circulação de mercadorias.

São características do transporte rodoviário:

- Adequado para curtas e médias distâncias, pois os custos se tornam altos para maiores distâncias;
- Embora tenha baixo custo inicial de implantação comparado aos outros modais, exige alto custo de manutenção;
- Muito poluente com forte impacto ambiental;
- A segurança no transporte é comprometida devido a possibilidade de roubos e acidentes;
- Transporte com velocidade moderada e baixa capacidade de carga com limitação de volume e peso.

Segundo o Anuário do Transporte de 2021²⁸, a malha rodoviária no Brasil é de 1.720.700,0 km de extensão total no ano de 2019, conforme tabela I. E, considerando o período entre 2009 a 2019, em 10 anos, a malha cresceu apenas 0,5%.

Quadro 44 – Total malha rodoviária do Brasil -2019

Tipo	Km da malha	% da malha
Pavimentada	213.452	12,4
Planejada	157.309	9,1
Não pavimentada	1.349.938	78,5
Total	1.720.700	100

Fonte: Dados do Anuário CNT do transporte (2021), data base de 2019.

²⁷ Descrição do que é cada tipo de pavimento: a) Planejada: Rodovias fisicamente inexistentes, mas para as quais são previstos pontos de passagem que estabelecem uma diretriz destinada a atender a uma demanda potencial de tráfego; b) Não Pavimentada: Rodovias construídas de acordo com as normas rodoviárias em determinada classe estabelecida e que apresentam superfície de rolamento sem pavimentação. Estas rodovias, normalmente apresentam superfície em revestimento primário e permitem tráfego o ano todo. c) Pavimentada: Rodovias que apresentam superfície com pavimento asfáltico, de concreto ou de alvenaria poliédrica, construídas de acordo com as normas rodoviárias de projeto geométrico.

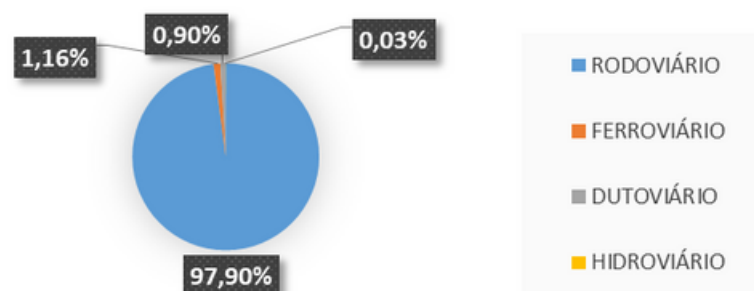
²⁸ Publicado pela Confederação Nacional de Transporte - CNT.

Apesar da fraca expansão da malha total do Brasil entre 2009 a 2019, levantamento da Fundação Dom Cabral mostra uma concentração no modal rodoviário, que pode chegar até a 75% da matriz de transportes. Apenas 9,4% das cargas passam pelo modal marítimo; 5,8% pelo aéreo; 5,4 % pelo ferroviário; 3% via cabotagem e apenas 0,7% no sistema hidroviário.

A alta dependência compromete a competitividade dos produtos brasileiros, em especial no mercado internacional, uma vez que os gastos com transporte podem representar até 7% do PIB nacional, conforme levantamento da Confederação Nacional dos Transportes (CNT).

Em Mato Grosso essa dependência chega a 97,9%, considerando exclusivamente a extensão da malha, conforme demonstrado no gráfico 17²⁹.

Gráfico 17 – Dependência de transporte por Modal - MT



Fonte: UNIGEP – SINFRA.

3.1.8.2. INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DO MATO GROSSO

A vasta extensão territorial de Mato Grosso, a grande distância dos portos e mercado consumidores entre outros fatores aumentam os custos de transporte e geram reflexos negativos sobre os preços recebidos pelos produtores — especialmente aqueles localizados em regiões mais distantes dos portos — e, também, no preço final pago pelo consumidor.

A rede de transporte é fundamental para compreender a relação entre a oferta e

²⁹

<<http://www.gasocidentemt.com.br/gasoduto.asp>>

<<https://ontl.epl.gov.br/explore-dados/consultas-a-base-de-dados/>>

<<https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/dados-estatisticos>>

a demanda no cenário de Mato Grosso. A oferta se caracteriza pela infraestrutura disponível para o transporte de cargas, mercadorias e pessoas.

A malha de transportes mato-grossense possui cinco diferentes modais: Rodoviário, Aeroportuário, Ferroviário, Hidroviário e Dutoviário. Contudo, o modal rodoviário é predominante utilizado e disponibilizado. Desta forma será mais debatido neste cenário.

A tecnologia é um instrumento facilitador do acompanhamento da oferta e da demanda, bem como dos ativos do modal rodoviário. Em Mato Grosso a oferta de infraestrutura de transportes é monitorada e visualizada por mapas e aplicativos online. Essas informações são disponibilizadas no portal **Central Infra**, alimentado ainda por planilhas em Excel. Contudo, a partir de junho de 2023, as informações serão alimentadas pelo Sistema de Informações da SINFRA, denominado de SINFRALOG.

O SINFRALOG produzirá as informações relevante para diagnóstico, planejamento, execução e acompanhamento dos projetos e obras rodoviárias, bem como o levantamento de novas demandas de infraestrutura e, também, a gestão de ativos da infraestrutura e a gestão de novas receitas relacionadas aos ativos³⁰ rodoviários do estado de Mato Grosso.

Quadro 45 – Rodovias federais e estaduais – 2022

Tabela II - MATO GROSSO - Rodovias federais e estaduais								
	Rodovia Federal - BR	A (%)	B (%)	Rodovia Estadual - MT	A (%)	B (%)	Total	% da malha
Pavimentada	4.959,60	67	35	9.298,36	30	65	14.257,96	37
Planejada	1.853,60	25	100	3.072,68	0	0	1.853,60	5
Não pavimentada	607,20	8	3	22.076,88	70	97	22.684,08	58
Total	7.420,40	100	19	31.375,24	100	81	38.795,64	100

Nota: Dados da Central Infra, competência de 2022.

Sendo coluna A o percentual em relação ao tipo de pavimento na mesma titularidade. Sendo a coluna B, o percentual do tipo de pavimento sobre o total. A soma das rodovias estaduais não contabiliza a extensão das rodovias planejadas, conforme painel gerencial de infraestrutura da Central Infra.

³⁰ Exemplo de novas receita: Gestão sobre a faixa de domínio das rodovias estaduais e autorização especial de trânsito.

A malha das rodovias estaduais e federais de Mato Grosso somam 38.795,64 km, sendo que 19% da malha é federal e 81% da malha é estadual. Dos 19% da malha federal, 67% são pavimentados. A malha estadual corresponde a 81% do total, sendo 30% pavimentada e 70% não pavimentado.

Essa malha extensa rodoviária requer muitos investimentos para pavimentar, recuperar e mantê-la. Na tabela III, está demonstrado o investimento em infraestrutura no modal rodoviário em Mato Grosso entre o exercício de 2019 a 2022. Nos últimos anos, ocorreu um aumento de 407% do investimento³¹ no modal de transporte rodoviário. Para o cálculo foi considerado as despesas classificadas no grupo 4, das ações corresponde ao transporte rodoviário.

O investimento no modal de transporte saltou de 2,97% da receita corrente líquida para a 8,65%, conforme quadro 46. Ou seja, saiu de 472,54 milhões de reais em 2019 e atingiu 2 bilhões e 398 milhões em 2022.

Quadro 46 – Investimentos em infraestrutura rodoviária - 2019 a 2022

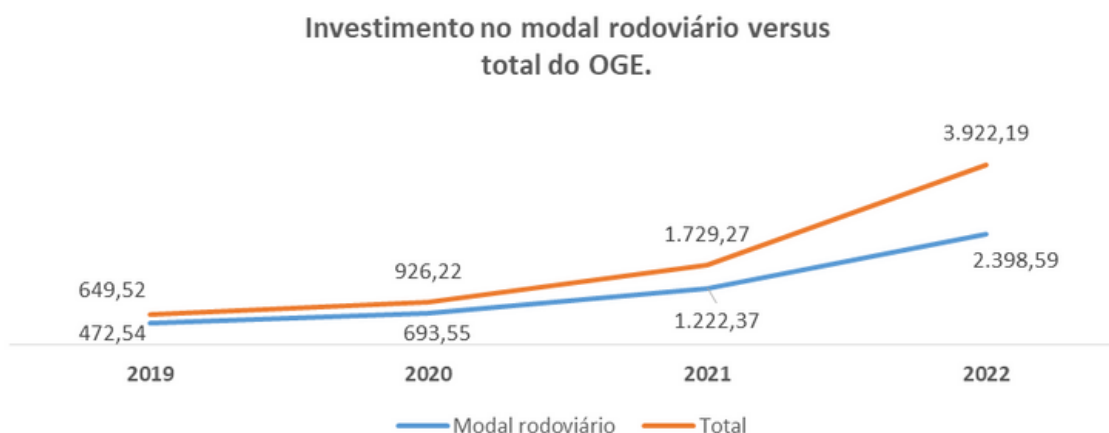
Valores em milhões. Valor nominal				
	2019	2020	2021	2022
Investimento	472,54	693,55	1.222,37	2.398,59
Receita Corrente Líquida	15.887,06	17.518,16	23.235,19	27.726,22
% de investimento	2,97	3,96	5,26	8,65

Fonte: Receita, Relatório Lei Complementar 614/2019, 6º bimestre dos anos de 2022, 2021, 2020 e 2019.

O investimento no modal de transporte rodoviário nos últimos 04 anos correspondeu em média 69,87% do investimento do Orçamento Geral do Estado - OGE³², considerando a liquidação de todos os órgãos e Poderes, conforme demonstrado no gráfico 18.

³¹ O cálculo de investimento foi contabilizado as despesas liquidadas corresponde ao segundo estágio da despesa orçamentária. A liquidação da despesa é processada pelas Unidades Executoras ao receberem o objeto do empenho (o material, serviço, bem ou obra). Conforme previsto no art. 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito e tem como objetivos: apurar a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar; e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação. A liquidação das despesas com fornecimento ou com serviços prestados terão por base: o contrato, ajuste ou acordo respectivo; a nota de empenho; e os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

³² OGE. Orçamento Geral do Estado de Mato Grosso, incluindo Poder Executivo, Legislativo e Judiciário e Órgãos Autônomos.

Gráfico 18 – Investimento modal rodoviário e total OGE - 2019 a 2022

Fonte: FIPLAN.

O resultado desse investimento, refletiu positivamente no modal de transporte, como pode ser observado no quadro que demonstra a evolução de alguns indicadores selecionados para o PPA 2020-2023³³.

Quadro 47 – Indicadores de infraestrutura modal rodoviário - 2020 a 2022

Indicadores do Modal Rodoviário						
Nº	Descrição	Período	Unidade de medida	2020	2021	2022
1	Densidade da malha pavimentada - "Federal e estadual"	Anual	Percentual	13,93	13,87	14,52
2	Extensão total de rodovias estaduais pavimentadas	Anual	Quilômetro (km)	7.460,43	7.571,07	8.158,71
3	Qualidade da malha rodoviária - "Total"	Anual	Percentual	31,88	35,93	20,79
5	Percentual de substituição de pontes de madeira por pontes de concreto e ou mistas	Anual	Percentual	1,04	2,29	12,56

Fonte: RAG – Relatório da Ação Governamental – exercício de 2022.

O **indicador nº 1** é a **Densidade da malha pavimentada - federal e estadual**. Este indicador considera a extensão total das rodovias pavimentadas federal e estadual, dividido pelo território de Mato Grosso. Nos últimos 03 anos, a malha pavimentada estadual aumentou em 876,6 km, já a malha pavimentada federal aumentou em 240,5 km. A melhor maneira de medir esse indicador é considerar as

³³ O histórico dos indicadores na tabela IV, abrangeu os 3 últimos anos que compreende o PPA 2020-2023 já executado, uma vez que o PPA anterior apresentava outros indicadores.

duas malhas em conjunto, uma vez que uma rodovia federal pode ser estadualizada. Então, uma diferença de um ano para o outro, não é necessariamente nova pavimentação. É o que ocorreu entre 2018/2017, demonstrado no quadro 48 (a malha federal diminui 15,7 km e a malha estadual aumentou 15,7 km).

Ainda no quadro 48, a densidade da malha pavimentada em rodovias estaduais e federais pode ser conferida desde 2013. Nesse período a malha pavimentada aumentou em 52,8%, saindo de 8.579,72 quilômetros e atingindo 13.118,31 quilômetros.

Quadro 48 – Densidade da malha pavimentada - 2013 a 2022

Densidade da malha pavimentada										
UF	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Federal	3.701,40	3.969,50	4.008,40	4.213,20	4.793,50	4.793,50	4.018,60	4.944,00	4.959,30	4.959,60
Estadual	4.878,32	4.878,32	6.446,61	6.697,00	6.881,42	6.987,30	7.287,13	7.460,43	7.571,07	8.158,71
Total	8.579,72	8.847,82	10.455,01	10.910,20	11.674,92	11.780,80	11.305,73	12.404,43	12.530,37	13.118,31
Densidade	9,50	9,79	11,57	12,08	12,93	13,04	12,52	13,73	13,87	14,52

Fonte: Números das Rodovias Federais – SNV – DNIT e das Rodovias Estaduais a SINFRA.

Em complemento ao quadro 48 de densidade da malha pavimentada, o quadro 49 é possível conferir um detalhamento das rodovias federais do estado de Mato Grosso. Conforme o quadro, a rede é dividida em planejada, não pavimentada e pavimentada. Nos últimos 10 anos a rede pavimentada sob jurisdição federal cresceu 402,30³⁴ quilômetros.

Quadro 49 – Densidade da malha pavimentada - 2013 a 2023

REDE DO SNV - Jurisdição Federal								
Versão SNV	Planejada	Leito Natural	Implantada	Em obras	Pista Simples	Em Obras Dupla	Pista Dupla	Total
2013	2.081,60	97,10	419,80	331,10	3.592,70	46,80	60,50	6.629,60
2014	1.361,70	413,80	521,90	328,80	3.771,70	84,30	113,50	6.595,70
2015.03A	1.350,30	413,80	576,00	235,80	3.818,30	84,30	105,80	6.584,30

³⁴ As redes planejadas e não pavimentada diminuíram na mesma medida, desta forma não influenciou na medida total em quilômetros (ver total da linha de 2013 e total da linha 2023- tabela VI). Fonte da tabela: serviços.dnit.gov.br. Clicar em snv.2023.01b para ver 2023.

REDE DO SNV - Jurisdição Federal								
Versão SNV	Planejada	Leito Natural	Implantada	Em obras	Pista Simples	Em Obras Dupla	Pista Dupla	Total
2016.12A	1.305,30	482,80	576,00	235,80	3.639,70	198,40	156,40	6.594,40
2017.06A	1.491,20	477,00	402,00	235,80	3.639,70	198,40	156,40	6.600,50
2018.11A	1.528,00	427,70	402,00	246,00	3.538,20	206,80	273,60	6.622,30
2019.10A	1.524,00	431,70	402,00	246,00	3.538,20	206,80	273,60	6.622,30
2020.10A	1.524,00	431,70	402,00	40,30	3.743,90	194,10	286,30	6.622,30
2021.10A	1.468,80	461,70	408,50	40,30	3.765,70	194,10	286,30	6.625,40
2022.10C	1.853,60	98,00	408,50	40,10	3.766,00	194,10	286,30	6.646,60
2023.01B	1.832,70	98,00	408,50	40,10	3.769,20	194,10	286,30	6.628,90

Fonte: Versão SNV – Resumo – DNIT.

O **indicador nº 2** é a **Extensão total de rodovias estaduais pavimentadas**. Esse indicador mensura a extensão em quilômetros de rodovias pavimentadas no último ano, mais o valor registrado no histórico dos anos anteriores. Nos últimos 04 anos, a malha pavimentada aumentou em 871,58 quilômetros, já nos últimos 10 anos a malha pavimentada aumentou em 3.280,39 quilômetros e no exercício de 2022, a malha pavimentada aumentou em 698,28 quilômetros.

Ainda considerando as extensões das rodovias, calculamos no quadro 50 o tempo estimado que o estado de Mato Grosso pode levar para pavimentar toda a malha estadual. Assim, considerando que atualmente as rodovias estaduais não pavimentadas somam 22.684,08 km, sendo a média de pavimentação nos últimos 10 anos de 328,03 km por ano, temos que:

- A) Para pavimentar todas rodovias levaria 69 anos considerando a média dos últimos 10 anos.
- B) Levaria 32 anos para pavimentar todas rodovias estaduais não pavimentadas considerando a média do último ano.

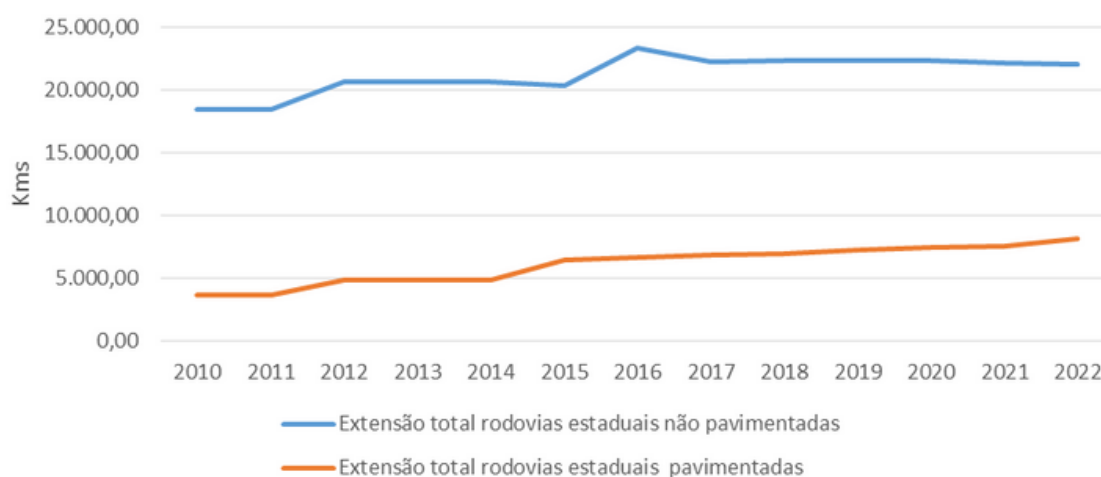
Quadro 50 – Média do tempo para pavimentar rodovias - 2022

Tempo estimado para pavimentação total	
Total de rodovia não pavimentada em 2022	22.684,08 Km
Extensão pavimenta nos últimos 10 anos	3.280,39 Km
Média anual da pavimentação	328,03 Km
Tempo para pavimentar toda a malha estadual, considerando a média dos últimos 10 anos	69 Anos
Pavimentação no último ano	698,28 Km
Tempo para pavimentar toda a malha estadual, considerando a extensão pavimentada no último ano	32 Anos

Fonte: SINFRA

O **indicador nº 3** é a **Manutenção de rodovias não pavimentadas**. Conforme já comentado anteriormente as rodovias não pavimentadas somam 22.684,08 km. No PPA 2020-2023 a meta é a manutenção de 60% das rodovias não pavimentadas, por ano, ou seja, 13.610,44 km todo.

Conforme demonstrado na Quadro 47 esse indicador foi cumprido em todos os anos. E, no gráfico 19, podemos visualizar a extensão da malha não pavimentada, versus a malha pavimentada (mensuração em km). Apesar do estado ter pavimentado, nos últimos 10 anos, 3.280,39 quilômetros, mesmo assim a malha não pavimentada cresceu 19,5%, ou seja 3.616,96 quilômetros, em razão da expansão de novas áreas e territórios populacionais.

Gráfico 19 – Extensão das rodovias estaduais – 2010 a 2022

Fonte: SINFRA

O **indicador nº 4** é a **Qualidade da malha rodoviária total**. Esse foi o único indicador que não se movimentou positivamente. Esse indicador é mensurado pela Confederação Nacional de Transporte através de pesquisa. Para essa pesquisa, a CNT utiliza uma metodologia própria, desenvolvida para avaliar as três principais características da malha rodoviária pavimentada: Pavimento, Sinalização e Geometria da Via. Esses aspectos são analisados segundo os níveis de conservação e segurança percebidos pelo usuário ao trafegar na via. O resultado da avaliação é divulgado de forma qualitativa, categorizado por meio do Modelo CNT de Classificação de Rodovias como Ótimo, Bom, Regular, Ruim ou Péssimo.

O método de coleta adotado pela Pesquisa baseia-se em normas nacionais e internacionais de relevância. Em 2022, os dados foram coletados por 22 equipes de pesquisa, que, saindo de 14 capitais, avaliaram mais de 110 mil quilômetros em 30 dias. Cada equipe foi alocada em uma rota, recebendo instruções específicas para o seu trajeto.

Os dados utilizados na Pesquisa são obtidos de três modos, que englobam: a análise visual pelo pesquisador em campo – com o registro em um sistema de coleta digital dos dados; o reconhecimento automático e a captura de imagens em vídeo; e o mapeamento prévio em escritório.

No quadro 51 estão listadas as rodovias avaliadas e classificação da avaliação geral. Foram avaliadas 30 rodovias com a extensão total de 6,188 km. Dessas, 7 rodovias são federais com a extensão de 4,773 km, ou seja, 77% dos km avaliados. E, 21 rodovias são estaduais com a extensão de 1,415 km, 23% dos km avaliados.

A única rodovia com a classificação geral “bom” é a BR-251 com a extensão de 8 quilômetros. A BR-242 e MT-140 e MT-483 foram classificadas como estado geral “ruim”, sendo que essas rodovias tem a extensão de 24 quilômetros. As demais rodovias avaliadas obtiveram a classificação geral como “regular”, conforme quadro 51, a seguir.

Quadro 51 – Qualidade das rodovias no Estado - 2022

Km Avaliados					
Rodovia	Extensão	Estado Geral	Rodovia	Extensão	Estado Geral
BR-070	839	Regular	MT-010	24	Regular
BR-158	661	Regular	MT-100	91	Regular
BR-163	1234	Regular	MT-130	111	Regular

Km Avaliados					
Rodovia	Extensão	Estado Geral	Rodovia	Extensão	Estado Geral
BR-174	615	Regular	MT-140	76	Regular
BR-242	132	Regular	MT-140/ BR-242	14	Ruim
BR-251	8	Bom	MT-208	48	Ruim
BR-364	1284	Regular	MT-235	201	Regular
MT-358	125	Regular	MT-240	59	Regular
MT-443	9	Regular	MT-242	70	Regular
MT-449	73	Regular	MT-242/ BR-242	69	Regular
MT-483	10	Ruim	MT-246	84	Regular
MT-484	29	Regular	MT-320	153	Regular
MT-487	46	Regular	MT-338	27	Regular
MT-491	18	Regular	MT-343	78	Regular
Total de Km avaliados	4773		Total de Km avaliados	1415	

Fonte: SINFRA

O **indicador 5** é o **Percentual de substituição de pontes** que é mensurado pelo número de pontes de concreto que substituíram pontes de madeira pelo número total de pontes de madeira. Esse indicador teve um salto de 12 vezes, saindo de 1,04 para 12,56, isso porque em 2020 foram substituídas 22 pontes e em 2022 foram substituídas 253 pontes, confira os dados no quadro 52.

Quadro 52 – Substituição de pontes - 2022

Km Avaliados							
Nome do indicador	Unidade de Medida	2017	2018	2019	2020	2021	2022
% de substituição de pontes de madeira por pontes de concreto e ou mistas	%	0,23	0,18	1,16	1,04	2,29	12,56
Nº de pontes de concreto que substituíram pontes de madeira no ano	Unidade	5	4	25	22	48	253
Nº total de pontes de madeira	Unidade	2.172	2.167	2.155	2.115	2.100	2.014

Fonte: SINFRA

No quadro 53 está demonstrado o total de ativos em 2023 de meios de transposição. Sendo as balsas não estão contabilizadas na tabela. Os dados demonstram a expressiva quantidade de número de pontes de madeira, evidenciando as necessidades primárias relacionadas a infraestrutura rodoviária.

Quadro 53 – Meios de transposição – 2022

Meios de transposição	
Pontes de Madeira	1998
Pontes de Concreto	523
Pontes Mistas	12
Tubos metálicos	1
Balsas	28
Total de pontes em rodovias estaduais	2534

Fonte: SINFRA

Considerando que o estado tem 1998 pontes de madeira e no ano de 2022 foram substituídas 253 pontes temos uma taxa de substituição de 12,66%. Nesse ritmo, se o estado manter o número de substituição de pontes levará quase 08 anos para substituir todas as pontes de madeira, considerando que a demanda não aumente.

3.1.8.3. INFRAESTRUTURA AEROVIÁRIO DO ESTADO

O modal aeroportuário é definido pelo transporte realizado no espaço aéreo de pessoas, produtos vendidos online e para cargas com alto valor agregado, com dimensões e peso razoáveis (Betarelli Junior, 2016).

É indicado para longas distâncias em um curto espaço de tempo, ofertando maior agilidade, segurança e conforto. Esse modal apresenta uma série de vantagens, sendo as principais são a agilidade de entrega, possibilidade de percorrer grandes distâncias e a comprovada segurança no deslocamento.

Dentre suas desvantagens estão sua menor capacidade de carga, valor de frete elevado em relação aos outros modais e custo elevado da sua infraestrutura de suporte. Em Mato Grosso é extremamente propício a expansão do transporte aéreo para cargas com alto valor agregado, e, principalmente, para deslocamento da população que estão alocadas nas mais diversas e longínquas regiões mato-grossenses. Para regular funcionamento do modal aeroportuário existe a necessidade de uma infraestrutura adequada, com área destinada a pouso, decolagem e movimentação de aeronaves.

Os aeródromos são classificados em públicos e privados, conforme a ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil. Veja como é classificado a seguir:

- **Aeródromo Privado:** Aeródromo civil que só poderá ser utilizado com permissão de seu proprietário, sendo vedada a sua exploração comercial.
- **Aeródromo Público:** Aeródromo civil destinado ao tráfego de aeronaves em geral.
- **Aeroporto:** É todo aeródromo público dotado de instalações e facilidades para apoio às operações de aeronaves e de embarque e desembarque de pessoas e cargas.

Segundo dados da ANAC (abril de 2023) e de acordo com a classificação da Superintendência de Aeroportos de Mato Grosso, o estado do Mato Grosso possui, em seus 141 municípios, os seguintes aeródromos:

- 25 aeródromos homologados;
- 687 aeródromos privados;
- 1 aeroporto internacional (Região Metropolitana de Cuiabá).

O aumento da quantidade de aeródromos que atendam aos requisitos exigidos contribui para a integração regional, potencializa a locomoção em relação a qualidade e ao tempo de deslocamento, para a população em geral, às cadeias produtivas.

• **VOOS REGULARES**

De acordo com a Aeronáutica Brasileira, voos regulares podem ser definidos como uma ligação aérea entre duas ou mais localidades, caracterizada por um número, na qual é executado serviço regular de transporte, com horário, itinerário e frequência pré-fixados em "Horários de Transporte" (HOTRAN) e "Horários de Transporte Aéreo Regional" (HOTREG).

Sendo 9 municípios têm voos regulares. São municípios de:

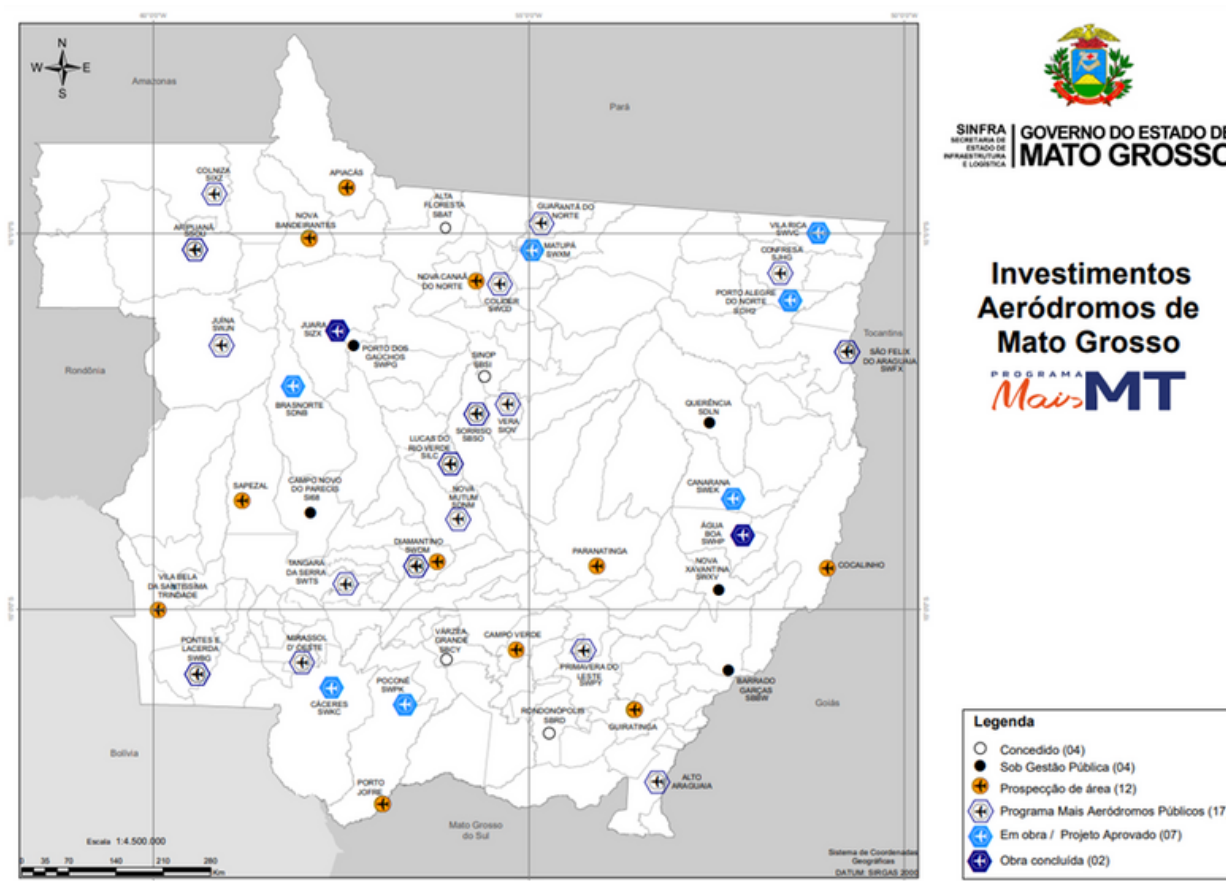
1. Água Boa;
2. Alta Floresta;
3. Aripuanã
4. Barra do Garças
5. Juína;
6. Rondonópolis;

- 7. Sinop;
- 8. Sorriso;
- 9. Várzea Grande;

Quatro aeroportos de Mato Grosso, sendo: Sinop, Rondonópolis, Alta Floresta e Várzea Grande foram concessionados por um contrato firmado, em setembro de 2019, entre a ANAC e o Centro Oeste Airports. O prazo de concessão é de 30 anos.

Consulte na figura 9, o Mapa dos Investimentos em aeródromos de Mato Grosso.

Figura 9 – Aeródromos em Mato Grosso – 2022



Fonte: SINFRA

O Governo do Estado de Mato Grosso possui um programa de aeródromos públicos. Para mais saber sobre programa, consulte em: https://lookerstudio.google.com/u/0/reporting/a517b6e2-4812-46f6-b72d-a3741001b4c7/page/p_uy9xsu4f4c

3.1.8.4. INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA

O modal ferroviário é definido pelo transporte realizado por ferrovias e tem uma importância considerável para o mercado brasileiro. É adequado para deslocamento de longas distâncias com vantajosa capacidade de carregamento.

São características deste modal:

- Baixo custo de transporte e de manutenção;
- Possui maior segurança em relação ao modal rodoviário, visto que ocorrem poucos acidentes, furtos e roubos;
- Vida útil longa da infraestrutura, vagões e locomotivas;
- Menor custo para distâncias maiores;
- Ausência de congestionamentos;
- Independe de adversidades climáticas;
- Menos poluente em termos energéticos e ambientais.

Em contrapartida, o modal ferroviário apresenta desvantagens como alto custo de implantação, rotas inflexíveis com pontos de origem e destino fixos e interdependência de outros modais de transporte para que as cargas cheguem aos terminais. De acordo com a CNT (2013) em função de suas características que lhe proporcionam grande eficiência, o modal ferroviário consagra-se como um veículo de transformação econômica, assumindo um importante papel estratégico na composição da matriz de transporte.

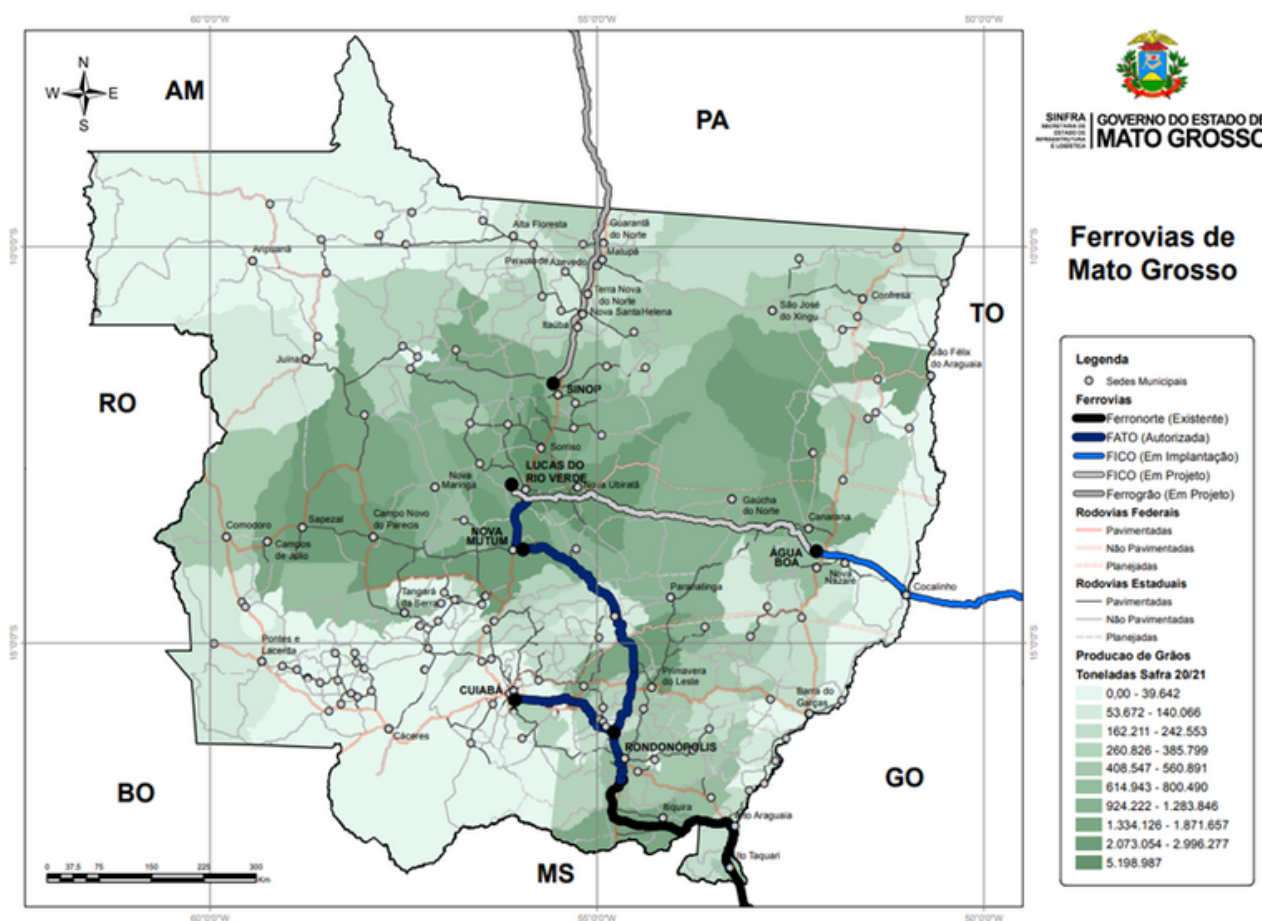
• FERROVIAS EM MATO GROSSO

A Ferronorte ou Ferrovia Norte Brasil (EF-364), é uma ferrovia diagonal brasileira com 755 km de extensão, em bitola larga, que passa pelos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, ligando Santa Fé do Sul (SP) à Rondonópolis (MT). Inicialmente a concessão foi da empresa privada Ferronorte S.A., mas atualmente pertence à Rumo Logística³⁵.

O projeto dessa ferrovia é de longo prazo e vem sendo implantado em trechos. A Declaração de Rede (2018) divulgada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aponta que a Ferronorte dentro do estado de Mato Grosso compreende aproximadamente 340 Km de extensão e possui no total 12 terminais em funcionamento nas cidades de Alto Araguaia, Alto Taquari, Itiquira e Rondonópolis.

³⁵ https://pt.wikipedia.org/wiki/Ferrovia_Norte_Brasil

Figura 10 – Traçado ferrovias de Mato Grosso – 2022



Fonte: SINFRRA

Ainda na figura 10³⁶, está desenhado em azul escuro o traçado da Ferrovia Estadual Emílio Vicente Vuolo³⁷. Essa ferrovia terá 730 km de extensão, saindo de Rondonópolis e até Lucas do Rio Verde. A definição do traçado da ferrovia estadual levou em consideração, a ferrovia federal que chega em Rondonópolis, bem como o volume da produção de grãos dos 27 municípios impactados pela nova ferrovia.

A Ferrovia Estadual Emílio Vicente Vuolo será implantada sob regime privado de exploração. A empresa vencedora e única que apresentou proposta para Chamada Pública nº 001/2021 foi Rumo Logística. Em setembro de 2021 foi assinado o Contrato de Adesão nº 021/2021 com a empresa e a SINFRRA, tendo a AGER como interveniente. O objeto do contrato é construção, operação, exploração e conservação da primeira ferrovia estadual do Brasil.

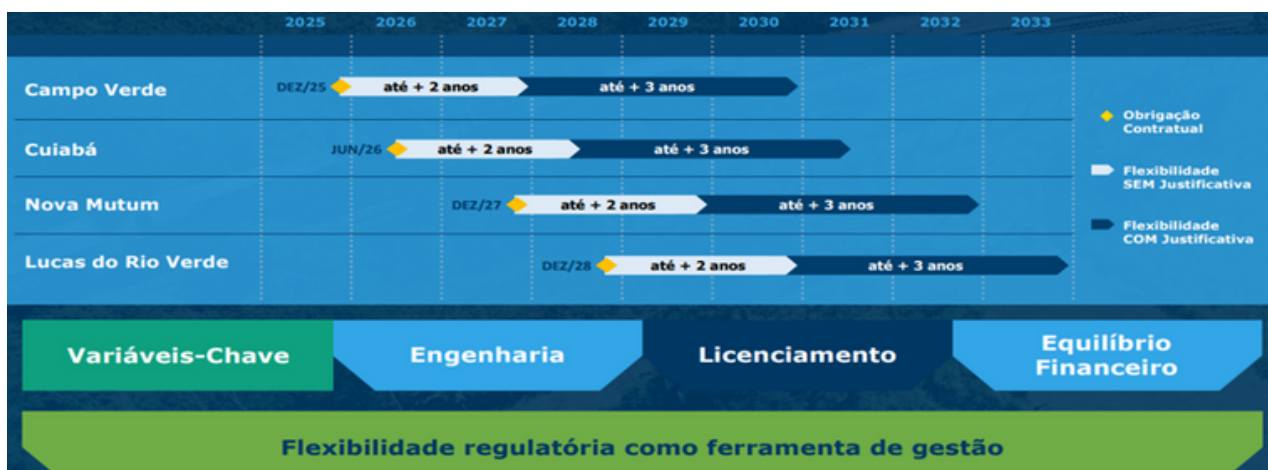
³⁶ O detalhe do traçado pode ser visualizado na figura 4

³⁷ Nome da ferrovia definido na Lei nº 11.582, de 23 de novembro de 2021.

Na figura 11, está disponível no site da Rumo Logística, na aba relações com os investidores, o cronograma do contrato, sendo a entrega da 1ª fase do projeto refere-se a ligação de Rondonópolis até Campo Verde prevista para ocorrer em dezembro de 2025. Existe a flexibilidade de até mais 02 anos sem justificativa e de até mais 03 anos com justificativa para encerramento dessa fase.

A entrega da 2ª fase do projeto liga Santa Elvira a Cuiabá, e está prevista para junho de 2026, com os mesmos prazos de flexibilidade da 1ª fase. A entrega da 3ª fase do projeto é saindo de Campo Verde a Nova Mutum e está prevista para dezembro de 2027, já na entrega da 4ª e a última fase do projeto, a ferrovia chega em Lucas do Rio Verde, sendo que ocorre a mesma flexibilidade nos prazos demais fases do projeto. O investimento total é em torno de R\$ 14 a R\$ 15 bilhões de reais.

Figura 11 – Cronograma de obra – 2022



Fonte: SINFR

Ainda segundo o site da empresa, o traçado de Rondonópolis até Campo Verde tem 211 km de extensão, possui a topografia com relevo mais acidentado e que requer maior investimento em pontes, bem como terá o maior custo por km. A ferrovia tem previsão de início de operação do terminal em janeiro de 2026.

Conforme informações da Adjunta de Logística e Concessões da Sinfra, a duplicação do trecho de 8,6 km já tem projeto básico entregue e o projeto executivo concluído.

Na figura 12, é possível visualizar a situação dos demais trechos. Para os três trechos relacionados na figura 12, já foi emitido declaração de utilidade pública. Esses trechos declarados de utilidade pública somam 188,09 km.

Figura 12 – Detalhamento dos trechos e situação – 2022

Fonte: SINFRA

3.1.8.5. PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

• FERROGRÃO

A Ferrovia Sinop-Itaituba/PA, no Distrito de Miritituba, conhecida como Ferrogrão, identificada como EF-170, visa conectar Sinop à Itaituba e faz parte do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Governo Federal desde 2016. Conforme programa de parcerias, o projeto tem por objetivo consolidar o novo corredor de exportação do Brasil pelo Arco Norte. Veja o escopo do Projeto:

- Extensão: 933 km, mais os ramais de Santarenzinho (32 km) e Itapacurá (11 km);
- Investimentos estimados: R\$ 12,7 bilhões;
- Prazo do contrato: 65 anos;
- Responsável pelos estudos: EDLP – Estação da Luz Participações Ltda. (PMI);
- Critério do Leilão: maior valor de outorga.

Ainda de acordo com o programa de parceria, no primeiro ano de operação da ferrovia, prevê-se operação de 13 milhões de toneladas de carga, número que poderá chegar a 42 milhões de toneladas, em 2050.

O empreendimento aliviará as condições de tráfego na BR-163, diminuindo o fluxo de caminhões pesados e os custos com a conservação e a manutenção. Sobre o andamento, de acordo com a ANTT (2017) a Ferrogrão precisa passar por 5 etapas até sua implantação: Estudos > Consulta Pública > Acórdão TCU > Edital > Leilão.

Segundo reportagem no site³⁸ notícias, a ferrovia aguarda a liberação do Supremo Tribunal Federal com audiência marcada para maio de 2023. Segundo o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Rafael Vitale, a ação no STF suspende a evolução administrativa do projeto, por questões ambientais. E, desta forma, não há um cronograma atualizado da ferrovia. No entanto, a concessão é um projeto que já se iniciou e o contrato foi assinado em 2022.

- **BIOCEÂNICA – FICO**

Segundo o governo federal, a Ferrovia Bioceânica é um projeto estratégico para criar uma saída alternativa para o Pacífico e acesso aos mercados asiáticos. Identificada como EF-354, a ferrovia bioceânica está sob responsabilidade da VALEC, que é uma empresa pública, controlada pela União através do Ministério dos Transportes.

Trata-se de um projeto ambicioso e antes mesmo de se ter um estudo completo de viabilidade para toda sua extensão já enfrenta impasses relacionados a impactos socioambientais, pois a ferrovia passará por áreas indígenas e de proteção ambiental. Além disso, o trecho que passa pela Cordilheira dos Andes possui geologia adversa.

A Ferrovia Bioceânica é composta por trechos que estão em diferentes fases de desenvolvimento, a parte do projeto que contempla Mato Grosso é a conhecida Ferrovia Integração Centro-Oeste – FICO.

A FICO beneficiará direta e indiretamente as cidades de Cocalinho, Nova Nazaré, Água Boa, Canarana, Gaúcha do Norte, Paranatinga, Nova Ubiratã, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Nova Maringá, Brasnorte, Sapezal, Campos de Júlio e Comodoro.

De acordo o portal www.valec.gov.br, a ferrovia FICO[1] com extensão de 888 km (383 km de Mara Rosa a Água-Boa e 505 km de Água Boa a Lucas do Rio Verde) escoará a produção de grãos (soja e milho) do centro norte do estado de Mato Grosso

³⁸ <https://www.sonoticias.com.br/politica/diretor-avalia-que-andamento-do-projeto-da-ferrovia-sinop-miritituba-passa-pelo-stf-e-ha-apreensao-se-ministra-do-meio-ambiente-for-contraria-a-obra>

³⁹ <https://portal.valec.gov.br/ferrovias/ferrovia-transcontinental/trechos/mara-rosa-go-agua-boa-mt-lucas-do-rio-verde-mt>

A FICO é um projeto da VALEC desde 2010, quando foi finalizado o Projeto Básico do primeiro segmento de Campinorte/GO a Água Boa/MT. Dois anos depois, foi concluído outro trecho adjacente, de Água Boa/MT a Lucas do Rio Verde/MT.

O projeto passou por revisão pelos técnicos da VALEC, o que resultou na atualização e otimização do traçado, otimizando inclusive a ligação da FICO com a Ferrovia Norte-Sul. Em vez de Campinorte/GO, a linha passou a ter como destino o município de Mara Rosa/GO. Dessa forma, a alteração proporcionou ganhos operacionais sem aumento de custo de implantação, quando comparado ao projeto de 2010.

Em dezembro de 2020, foi formalizado o Investimento Cruzado para o trecho de Mara Rosa a Água Boa por meio da assinatura do Anexo 9 do 3º Termo Aditivo – Renovação do Contrato de Concessão da Estrada de Ferro Vitória Minas, celebrado entre a VALEC, a Vale e a ANTT, com fundamento na Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017.

Com base no art. 25, § 1º, da referida Lei, foi exigido, como contrapartida à celebração do 3º Termo Aditivo, a realização de investimentos em malha de interesse da administração pública, não incidentes na área da Concessão (Investimentos Cruzados). Os Investimentos Cruzados foram disciplinados em instrumento celebrado pela VALEC e ANTT.

Figura 13 – Detalhamento dos trechos e situação – 2022



Fonte: SINFRA

3.1.8.6. INFRAESTRUTURA HIDROVIÁRIA⁴⁰

O modal hidroviário, também conhecido como navegação interior, caracteriza-se pelo deslocamento através de rios. As hidrovias, assim como as ferrovias, por terem jurisdição federal deve ser abordada num contexto macro. As bacias hidrográficas possuem grandes extensões e abrangem mais de um estado, devendo ser tratada num âmbito integrado nacionalmente.

O Brasil possui o maior potencial hídrico mundial, cerca de 13% de toda a água doce do planeta está concentrada nos limites brasileiros. Apesar do grande potencial hídrico do país, o modal hidroviário é o menos utilizado para a movimentação interna de cargas e pessoas, correspondendo a menos de 15%, estando abaixo inclusive das ferrovias (Pompermayer et al., 2014; Massud, 2014).

Segundo o Ministério dos Transportes, são características do transporte hidroviário de carga no Brasil:

- Possui grande capacidade de carregamento;
- Baixo custo de implantação quando se analisa uma via de leito natural, mas pode ser elevado se existir necessidade de construção de infraestruturas especiais como: eclusas, barragens, canais, etc;
- Baixo custo de transporte e manutenção;
- Transporte lento;
- É influenciado por condições climáticas;
- Assim como o modal ferroviário apresenta inflexibilidade em relação as rotas, pois possuem trajetos fixos;
- Necessita de infraestrutura de apoio para transbordo de cargas.

• HIDROVIAS POTENCIAIS EM MATO GROSSO

Em Mato Grosso, os rios possuem um papel fundamental na história, pois foi através deles que os primeiros desbravadores chegaram até o estado e mantiveram comunicações regulares (Gushiken, 2016).

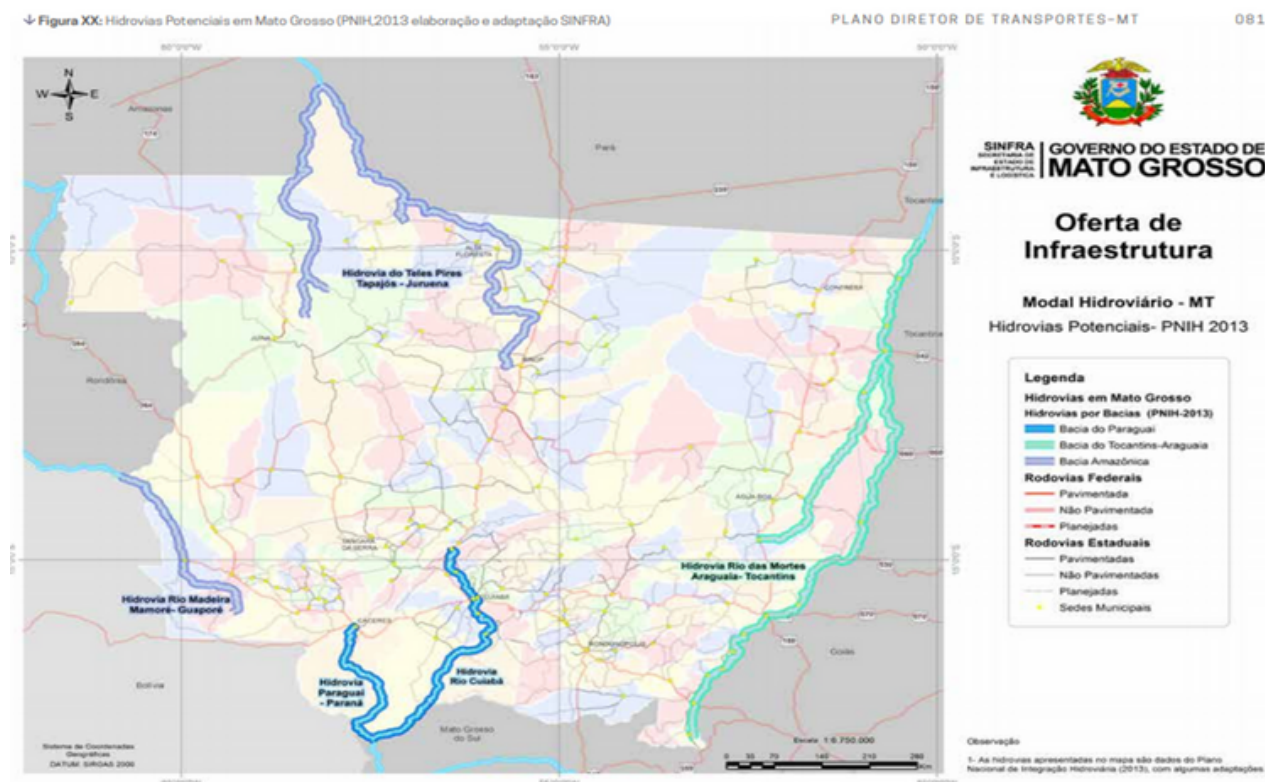
No estado existem 5 hidrovias em potencial, caracterizadas por suas bacias (ANTAQ), 2013):

⁴⁰ Fonte do Modal Hidroviário: Diagnóstico do PPA 2020-2023, elaboração Rogério Magalhães.

- Bacia do Paraguai
 - 1.Hidrovia Paraguai Paraná
 - 2.Hidrovia Rio Cuiabá
- Bacia Amazônica
 - 3.Hidrovia do Teles Pires-Tapajós- Arinos-Juruena
 - 4.Hidrovia Rio Madeira- Mamoré- Guaporé
- Bacia do Tocantins Araguaia
 - 5.Hidrovia Rio das Mortes- Araguaia-Tocantins.

Dentre as mencionadas, as que representam maior interesse para ao estado são a do Paraguai-Paraná, Rio das Mortes, Araguaia-Tocantins e Teles Pires-Tapajós-Arinos-Juruena.

Figura 14 – Hidrovias em Mato Grosso – 2022



Fonte: SINFRA

3.1.8.7. HIDROVIAS POTENCIAIS

A seguir serão abordadas informações das hidrovias com potencial de navegação no estado de Mato Grosso, na Bacia do Paraguai e na Bacia do Tocantins-Araguaia.

• BACIA DO PARAGUAI

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) desenvolveu um relatório executivo da Bacia do Paraguai em 2013, como um componente do Plano Nacional de Integração Hidroviária. De acordo com o referido relatório, a bacia do Paraguai, considerada uma região hidrográfica da Bacia do Prata, é representada pela Hidrovia do Paraguai que corta o coração da América do Sul no sentido norte-sul em uma extensão de 3.442 quilômetros, partindo da cidade de Cáceres, no estado do Mato Grosso, até Nueva Palmira, no Uruguai (ANTAQ, 2013).

Essa hidrovia permite a ligação fluvial direta do Centro-Oeste brasileiro com o oceano Atlântico. De acordo com o mencionado relatório, os trechos da Bacia do Paraguai aptos a receberem novos terminais hidroviários são:

- Rio Paraguai: da foz do ribeirão Vermelho, seu afluente da margem direita, até a foz do Rio Apa, seu afluente da margem esquerda;
- Rio Cuiabá: da cidade de Rosário do Oeste (MT) à sua foz no Rio Paraguai.

• HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ

Ainda, de acordo com a ANTAQ (2013), a Hidrovia do Paraguai interliga quatro dos cinco membros do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) - Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai - e um de seus associados - Bolívia. Idealmente, seu potencial de integração em âmbito internacional é alto, visto que facilita o transporte de cargas e, também, o comércio e intercâmbio entre os países citados. Em território brasileiro, a hidrovia estende-se por 980 quilômetros, desde a cidade de Cáceres (MT) até Porto Murtinho (MS), determinando, em alguns trajetos, a fronteira entre o Brasil e a Bolívia, como também entre Brasil e Paraguai. O território mato-grossense abrange somente o Tramo Norte, que começa na cidade de Cáceres (MT) e termina em Corumbá (MS), com 680 quilômetros de extensão. Este trecho é caracterizado como de difícil navegabilidade. O Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) desenvolvido pela UFPR/ITTI, mediante o Termo de Cooperação com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e apresentado em 2017, indica a existência de 21 pontos críticos, sendo 17 nesse mesmo trecho de 680 km.

O EVTEA contempla relatórios contendo as análises técnicas, econômicas e ambientais no que dizem respeito à operação, manutenção e melhorias para a Hidrovia, como por exemplo, estudos de dragagem, embarcações homologadas, condições de navegabilidade; movimentação de cargas, implantação de novos terminais hidroviários, caracterização ambiental e a identificação de possíveis impactos ambientais, bem como possíveis medidas compensatórias e mitigadoras. Há restrições de navegação relacionadas às frequentes mudanças naturais da posição do canal de navegação e alterações das profundidades em decorrência da dinâmica morfológica do rio Paraguai. As dragagens já fazem parte da rotina de operação da Hidrovia no tramo norte, sendo necessária sua continuidade.

O estudo apontou que, na área técnica, o investimento estimado é de aproximadamente R\$10 milhões/ano para a realização das dragagens de manutenção que asseguram a navegação. De acordo com o EVTEA, a hidrovia apresenta viabilidade técnica, econômica e ambiental, desde que tomadas as medidas propostas pelo estudo nestas três esferas. O transporte de cargas neste trecho é atualmente inexpressivo. No ano de 2017 o DNIT interviu no trecho, realizando dragagens e sinalização para garantir o aumento da confiabilidade na navegação, o DNIT prevê mais investimentos para resolver os pontos críticos determinados pelo EVTEA.

- **HIDROVIA RIO CUIABÁ**

O Rio Cuiabá e o seu prolongamento natural, o Rio São Lourenço, percorrem o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul até a confluência com o Rio Paraguai. Desde seus formadores até o Rio São Lourenço, o Rio Cuiabá tem cerca de 750 quilômetros. A partir desse trecho, segue até o Rio Paraguai em uma extensão de 230 quilômetros. A ANTAQ (2013) tratou-se essa hidrovia somente como Rio Cuiabá, já que o Rio São Lourenço é um prolongamento natural deste. Sendo assim, o Rio Cuiabá inicia em Rosário do Oeste (MT) e vai até a confluência com o Rio Paraguai, em uma extensão de 980 quilômetros (Figura 14). Portanto, o Rio Cuiabá é navegável desde sua confluência com o Rio Paraguai até Porto Jofre (MT), cerca de 435 quilômetros a jusante de Cuiabá (MT). De Porto Jofre a Cuiabá o rio perde navegabilidade devido a processos de assoreamento, decorrentes de urbanização e garimpo irregulares, que provocam a destruição das matas ciliares.

- **BACIA DO TOCANTINS ARAGUAIA**

A ANTAQ desenvolveu um relatório executivo da Bacia do Tocantins-Araguaia em 2013, como um componente do Plano Nacional de Integração Hidroviária. De acordo com o referido relatório, a Bacia Hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia possui uma área de mais de 960.000 quilômetros quadrados e abrange os territórios dos estados de Goiás, Tocantins, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Distrito Federal. É formada por diversos rios, sendo os principais e os que fazem parte do estudo: o Rio Tocantins, o Rio Araguaia e o Rio das Mortes.

- **HIDROVIA RIO DAS MORTES - ARAGUAIA-TOCANTINS**

A hidrovia é gerida pela Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia (AHITAR). De acordo com o PNIH (2013), se realizadas as obras de melhoria e viabilidade necessárias, a extensão futura dessa hidrovia pode alcançar aproximadamente 3.000 quilômetros, atravessando as regiões Centro Oeste e Norte do país, ligando o Brasil Central aos portos de Belém (PA) e Vila do Conde (PA), por exemplo. Com uma extensão total de 2.250 quilômetros, a Hidrovia Tocantins-Araguaia é navegável em três trechos: no Rio das Mortes (afluente da margem esquerda do rio Araguaia), no Rio Araguaia e no Rio Tocantins. Vale citar que além de estar em área de expansão da fronteira agrícola, principalmente no cultivo de grãos, a região desse sistema hidroviário possui imenso potencial hidro energético

3.2. EIXO SOCIAL

3.2.1. POPULAÇÃO

Os dados e estudos da população são um dos componentes fundamentais do planejamento e da formulação de políticas públicas. Pelo dados e estudos da população, bem como as suas projeções e estimativas, é possível prever com bom grau de acerto as necessidades futuras da população por bens e serviços.

A evolução da dinâmica demográfica afeta a vida da população em todas as suas dimensões: econômica, social e política. Para o censo comum, a dinâmica da população pouco importa na vida cotidiana, mas para o conhecimento científico a dinâmica populacional tem impacto direto na forma como as tendências e padrões demográficos afetam a vida social e os padrões de demandas por serviços ou

oportunidade de negócios. Isso acontece porque a mudança dos padrões demográficos exerce pressão sobre a necessidade de vagas nas escolas, sobre o meio ambiente, sobre a demanda por leitos hospitalares, sobre os gastos previdenciários etc – ou sobre a demanda por bens e consumo.

A mudança de padrões demográfico exerce pressão sobre os dados de políticas públicas em duas vertentes: por um lado pressiona o consumo dos recursos públicos com a necessidade de maior oferta de serviços públicos, por outro lado, orienta e impulsiona o desenvolvimento econômico devido a criação de novas oportunidades no mercado privado.

No estudo da dinâmica populacional, quando uma população tem um maior crescimento da população adulta em relação a sua população juvenil e senil, essa população tem aquilo que comumente se chama de bônus demográfico ou dividendo demográfico. Assim, a necessidade de um bom estudo demográfico pode demonstrar e reconhecer que há diferentes oportunidades decorrentes das mudanças do comportamento da população. A prospecção dessas oportunidades, no que se refere ao aproveitamento do dividendo demográfico, das vantagens da urbanização, das mudanças na composição da força de trabalho e de outras tantas características pode ser bem utilizadas pelas políticas governamentais.

Os dados do Quadro 54, projeção da população até 2040, mostram que até 2030 a população do estado entre 0 e 14 anos está ainda em crescimento atingindo o seu maior número em 2030 com 837.096 pessoas, mas a partir de 2030 a população jovem começa a diminuir para 799.962 pessoas em 2040. Assim, os dados são inequívocos ao demonstrar que o estado tem o seu melhor potencial de dividendo população jovem até 2030.

Esses dados da população, segundo as estimativas do IBGE, mostram que o estado de Mato Grosso vem colhendo os dividendos do bônus demográfico com o crescimento da população em idade ativa (idade de 14 a 65 anos).

Essa análise da população por faixa etária pode ser um bom indicador de formulação de políticas públicas. Um bom exemplo desse tipo de indicador, é aquele relacionado a PIA – população em idade ativa. O contingente de população que atinge a idade de 14 anos – ano inicial da PIA – pode ser um bom indicativo de políticas públicas para formação de jovens e adultos como primeiro emprego.

3.2.2. PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO DE MATO GROSSO

O estado de Mato Grosso, situado na Região Centro-Oeste, coloca-se em termos de área, como a terceira maior unidade da Federação (903.546,42 km²), correspondendo a pouco mais de 10% do território nacional. Em contrapartida, apresenta uma das mais baixas densidades demográficas do país: 3,94 hab./km² em 2021.

A estimativa da população elaborada pelo IBGE (dados de 2018) totalizou a população em 3.567.234 habitante. Com essa população, o estado de Mato Grosso ocupa a décima sexta posição no ranking nacional, correspondendo a 1,67% da população brasileira que somou 213.317.639 de pessoas. Dos estados da região Centro- Oeste, Mato Grosso é o segundo mais populoso, perdendo apenas para Goiás que totalizou 7.206.589 de pessoas.

O estado de Mato Grosso, assim como a maioria dos estados brasileiros, tem visto suas taxas de crescimento demográfico cair de 1,27% em 2011, para 1,13% em 2022. As projeções indicam que até 2026, Mato Grosso deverá ter taxas de crescimento demográfico de 0,98%, sendo inferior a 1%, o que implicará em crescimento populacional a um ritmo menor.

No Quadro 54, pode-se ver a estimativa da projeção populacional do estado de Mato Grosso no período 2010 a 2040, por grupo etário, população total. É importante salientar que os cálculos de projeção de longos anos possuem fundamental importância para o cálculo de indicadores sociodemográficos, fornecendo subsídios para a elaboração de políticas públicas e a posterior avaliação de seu impacto. Neste sentido, a projeção populacional por idade permite uma maior aderência dos componentes específicos de cada política pública às demandas em potencial de cada faixa etária. Além disso, as projeções populacionais são também utilizadas para o cálculo do Produto Interno Bruto - PIB per capita nacional e regional.

Quadro 54 – Projeção da população de Mato Grosso, por faixa etária – População Total - 2010 a 2040

GRUPO ETÁRIO	2010	2020	2022	2030	2040	2040
0-4	266.608	283.130	285.079	271.683	265.079	261.637
5-9	269.588	269.338	279.147	281.604	272.546	265.996
10-14	285.290	267.403	260.460	283.809	281.353	272.329
15-19	288.108	268.705	271.235	268.651	283.427	281.030

GRUPO ETÁRIO	2010	2020	2022	2030	2040	2040
20-24	289.771	286.015	277.113	268.245	269.968	284.785
25-29	287.890	293.399	292.706	273.502	271.550	273.396
30-34	269.150	295.743	296.120	291.266	275.247	273.460
35-39	238.568	288.797	292.715	294.286	290.521	274.809
40-44	216.142	265.548	275.273	292.301	292.076	288.554
45-49	187.025	232.085	243.449	282.023	288.321	288.384
50-54	150.713	206.765	214.445	255.760	276.338	282.844
55-59	114.898	175.476	186.121	219.769	248.344	268.716
60-64	84.516	137.271	149.405	190.632	210.097	237.939
65-69	61.260	99.697	110.229	155.031	177.913	196.750
70-74	43.725	67.859	75.364	113.372	139.185	160.507
75-79	27.202	43.484	47.974	73.945	95.711	118.343
80-84	15.248	26.085	28.538	43.013	57.286	74.876
85-89	6.794	12.452	14.125	21.604	28.871	39.046
90+	4.017	6.968	7.902	13.325	17.899	24.348
Total	3.106.513	3.526.220	3.607.400	3.893.821	4.041.732	4.167.749

Fonte: PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO, IBGE, 2018.⁴¹

Outro indicador da dinâmica populacional muito significativo para as políticas públicas é a pirâmide etária, que retrata a composição da população num dado período, levando em consideração, além da faixa etária, a fecundidade, mortalidade e o fenômeno da migração.

O estudo das pirâmides populacionais é importante no sentido de serem primordiais na elaboração de um planejamento público a médio e longo prazo. Por exemplo, se a estrutura etária da população apontar que há uma projeção de aumento na quantidade de jovens, com elevados índices de natalidade, sinaliza-se a necessidade de implantação de políticas que atendam à inclusão desta faixa etária no futuro, com medidas que visem, por exemplo, à ampliação e melhoria de creches e escolas.

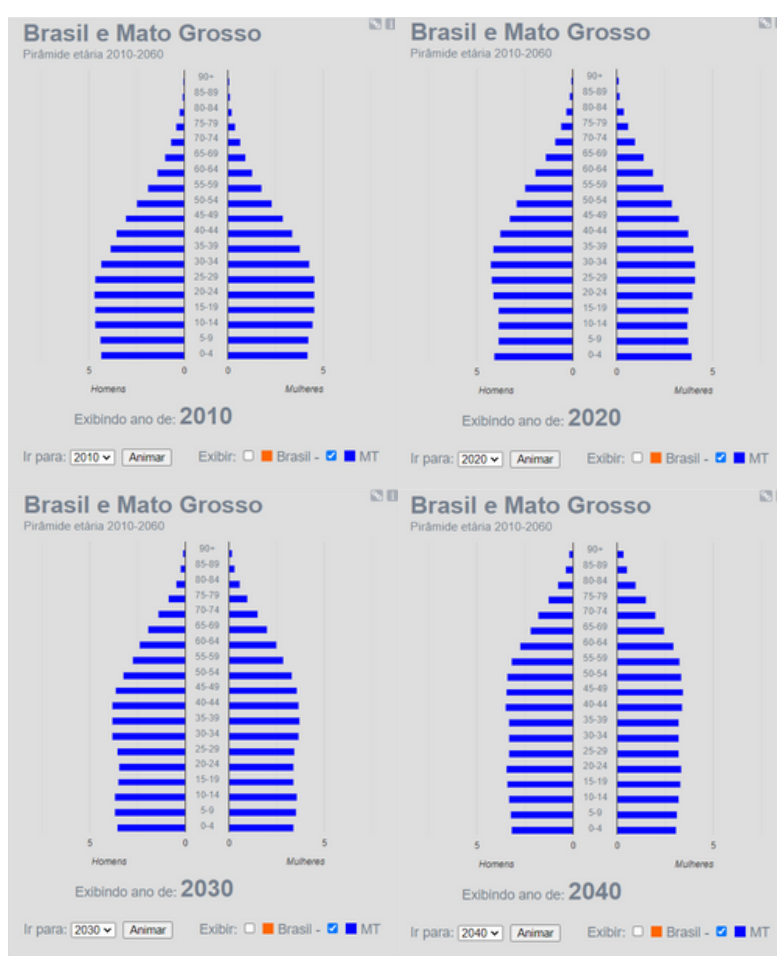
Outro aspecto indispensável na observação e análise das pirâmides etárias, é a possibilidade de conhecer a evolução da população, avaliando as taxas de natalidade em comparação à população adulta, constatando ou não a necessidade de uma política de controle ou estímulo de natalidade no país, por exemplo.

⁴¹ Até o fechamento desse relatório o IBGE não havia liberado os dados do censo de 2022, por isso usamos os dados da estimativa. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=downloads>>.

O Brasil, e particularmente Mato Grosso, está passando pelo que se considera a terceira fase do processo de transição etária, onde percebe-se um aumento substantivo da população em idade ativa. Já não apresenta os altos níveis de fecundidades do passado, o que explica um crescimento populacional mais lento, com a diminuição da mortalidade infantil e aumento da expectativa de vida.

Na figura 14, pode-se observar a estrutura etária da população de Mato Grosso no decorrer dos anos:

Figura 14 - Pirâmide etária do estado de Mato Grosso - 2010 a 2040



Fonte: Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação, IBGE.⁴²

No caso, constata-se uma mudança perceptível na estrutura populacional até 2040. Enquanto em 2010 a base era mais larga significando que o estado tinha uma população mais jovem, em 2020, essa base começa a ser diminuída. Entre 2030 e

⁴² Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>>.

2040 passa ser mais alongada e retilínea significando diminuição da população nas primeiras faixas etárias. Em 2010, enquanto a faixa etária de 60 a 64 anos representava 2,72% da população, em 2040 essa população representará 5,71%. Em termos de números absolutos, conforme a quadro 54, o número total de pessoa na faixa de 60 a 64 anos passará de 85.516 em 2010 para 237.939 pessoas em 2040.

Quadro 55 - Percentual de jovens e idosos na população – 2010 a 2040

Ano	0 a 14 anos	+ 60 anos
2010	26,4	7,81
2022	22,9	12,02
2030	21,5	15,69
2040	19,2	20,44

Fonte: Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação, IBGE.

O quadro 55 apresenta a situação de transição da população de jovens e idosos entre os anos de 2010 e 2040. Em 2010, 26,40% da população do estado tinha entre 0 e 14 anos enquanto a população maior de 60 anos representava apenas 7,81%. Em 2022, enquanto a população jovem caiu para 22,9%, a população maior de 60 anos passou a representar 12,02%. Ainda em 2022, o estado colhe o bônus demográfico com uma população jovem maior que a população idosa, mas a partir de 2040, os jovens serão menor parte da população enquanto a população idosa terá superado a população de 0 a 14 anos.

As mudanças no perfil da população exigem políticas públicas específicas, como por exemplo, as políticas de educação, saúde, mercado de trabalho e previdência, as quais devem considerar a transição da estrutura etária. Caso isso não aconteça, a eficiência dessas políticas públicas ficará comprometida, assim como a realização dos objetivos de desenvolvimento econômico e social com justiça social.

3.2.3. A POPULAÇÃO NO ESPAÇO DO TERRITÓRIO

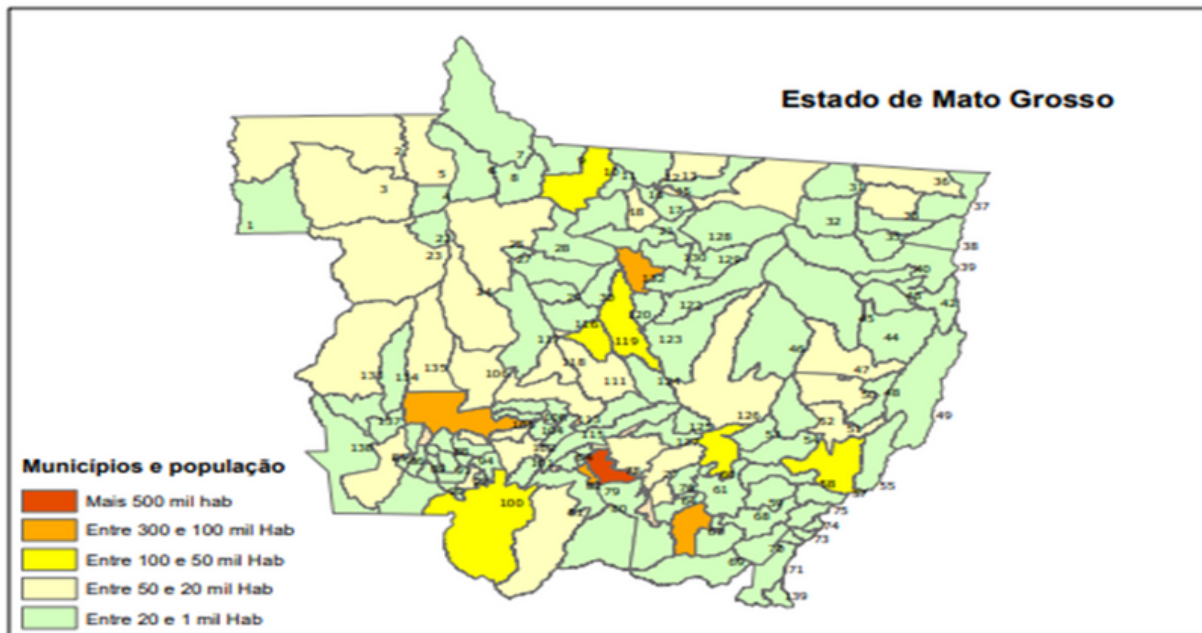
Toda população vive e reside em um determinado território, mas essa fixação não é definitiva. Desse estudo da movimentação da população surge indicadores que demonstram como a população se comporta e se movimenta no território.

Esses indicadores de movimento da população e outros como densidade populacional são temas tratados na análise da população e território. São importantes

para conhecimento de como a população está distribuída no território e também para análise de formulação de políticas públicas com ofertas de serviços.

No mapa apresenta a situação da população no território do estado de Mato Grosso com dados da estimativa da população do ano de 2021.

Figura 15 - Mapa dos municípios e população - 2021



Fonte: SEPLAG

Municípios e população			
■ Mais 500 mil hab			
Cuiabá, 141			
■ Entre 300 e 100 mil Hab			
Rondonópolis, 65			
Sinop, 132			
Tangará da Serra, 105			
Várzea Grande, 140			
■ Entre 100 e 50 mil Hab			
Alta Floresta, 10			
Barra do Garças, 56			
Cáceres, 100			
Lucas do Rio Verde, 119			
Primavera do Leste, 60			
Sorriso, 120			
■ Entre 50 e 20 mil Hab			
Açorizal, 83			
Alto Araguaia, 71			
Alto Boa Vista, 40			
Alto Garças, 70			
Alto Paraguaçu, 113			
Alto Taquari, 139			
Aplândia, 7			
Araguaiana, 55			
Araguaínia, 72			
Araputanga, 91			
Arenópolis, 109			
Barão de Melgão, 80			
Bom Jesus do Araguaia, 43			
Campinápolis, 52			
Campos de Júlio, 134			
Casa Brava do Norte, 35			
Carlinda, 11			
Castanheira, 22			
Cláudia, 130			
Cocalinho, 49			
Conquista D'Oeste, 137			
Curvelândia, 96			
Denise, 104			
Dom Aquino, 76			
Feliz Natal, 122			
Figueirópolis D'Oeste, 89			
Gaschida do Norte, 46			
General Carneiro, 58			
Górgia D'Oeste, 98			
Guiratinga, 68			
Indiávi, 90			
Ipiranga do Norte, 30			
Itenhangá, 29			
Itaúba, 21			
Itiquira, 69			
Jangada, 84			
Jauru, 87			
Juazeira, 4			
Juscimeira, 64			
Lambari D'Oeste, 94			
Luciana, 38			
Marcelândia, 128			
Matupá, 14			
Notres, 114			
Nortelândia, 110			
Nossa Senhora do Livramento, 82			
Nova Brandeiras, 6			
Nova Brasilândia, 127			
Nova Canaã do Norte, 18			
Nova Guarita, 16			
Nova Lacerda, 136			
Nova Marilândia, 107			
Nova Maringá, 117			
Nova Monte Verde, 8			
Nova Nazaré, 48			
Nova Santa Helena, 20			
Nova Ubiratã, 123			
Novo Horizonte do Norte, 26			
Novo Mundo, 12			
Novo Santo Antônio, 42			
Novo São Joaquim, 54			
Paranaíta, 9			
Pedra Preta, 67			
Planalto da Serra, 125			
Pontal do Araguaia, 57			
Ponte Branca, 73			
Porto Alegre do Norte, 34			
Porto Expedito, 59			
Porto Estrela, 101			
Porto dos Galinhos, 27			
Poxoró, 81			
Quenédia, 45			
Reserva do Cabedal, 88			
Ribeirão Cascafheira, 44			
Ribeirãozinho, 74			
Rio Branco, 93			
Rondolândia, 1			
Rosário Oeste, 115			
Salto do Céu, 92			
Chapada dos Guimarães, 78			
Colíza, 2			
Colider, 19			
Comodoro, 133			
Confresa, 33			
Colíqueçu, 5			
Diamantino, 112			
Guarantã do Norte, 13			
Jaciara, 62			
Juarina, 25			
Juína, 23			
Mirassol D'Oeste, 97			
Nova Mutum, 111			
Nova Olímpia, 103			
Nova Xavantina, 103			
Paranatinga, 51			
Paranatinga, 126			
Peixoto de Azevedo, 15			
Poconé, 81			
Pontes e Lacerda, 85			
Sapezal, 135			
São José do Rio Claro, 118			
Vila Rica, 36			
Água Boa, 50			
Santa Carmem, 131			
Santa Cruz do Xingu, 31			
Santa Rita do Trivelato, 124			
Santa Terezinha, 37			
Santa Tereza, 108			
Santo Antônio do Leste, 53			
Santo Antônio do Leverger, 79			
Serra Nova Dourada, 41			
São Félix do Araguaia, 39			
São José do Povo, 66			
São José do Xingu, 32			
São José dos Quatro Marcos, 95			
São Pedro da Cipa, 63			
Tabaporã, 28			
Tapurah, 116			
Terra Nova do Norte, 17			
Tesouro, 59			
Torixoró, 75			
União do Sul, 129			
Vale de São Domingos, 86			
Vera, 121			
Vila Bela da Santíssima Trindade, 138			

Fonte: SEPLAG/MT

3.3. SAÚDE

A saúde é um dos direitos e garantias fundamentais que constam na Constituição Federal de 1988, inserido no rol das cláusulas pétreas (§ 4º do artigo 60, CF). É um direito social, direito de todos e dever do estado, garantido por meio de políticas públicas sociais e econômicas voltadas à redução do risco de doença e de outros agravos, e de acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (artigos 6º e 196, CF, e inciso III do 3º e 216, CE/MT).

As ações e serviços de saúde são integrados em uma rede regionalizada e hierarquizada, descentralizada e com gestão compartilhada entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (artigo 198, CF), constituindo o Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS é, assim, o maior sistema de saúde do mundo e referência internacional, tendo por pilares a universalidade para brasileiros e estrangeiros; a equidade no acesso, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie; e a integralidade na assistência às necessidades.

3.3.1. ARCABOUÇO NORMATIVO, GESTÃO COMPARTILHADA E REGIONALIZADA NA SAÚDE

A **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**, é conhecida como a **Lei Orgânica do SUS**. O SUS integra serviços de saúde em diferentes níveis de atenção e assistência da população, agrupados conforme o grau de complexidade das demandas, a partir de parâmetros estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS). De acordo com a Portaria nº 4.279, de 20 de dezembro de 2010, a organização da Rede de Atenção à Saúde tem por diretrizes a **atenção primária, secundária e terciária**.

É na atenção primária, porta de entrada do SUS, que o(a) usuário(a), geralmente, tem seu primeiro atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), popularmente conhecidas como postos de saúde, local em que são realizadas ações e atendimentos voltados à prevenção e promoção à saúde, tais como assistência clínica em consultas e exames de rotina, com equipes multiprofissionais e especializadas em saúde da família, a fim de evitar dispêndio de recursos em tratamento de doenças, agravos e internações, p. ex., sedentarismo, colesterol, diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares. Segundo dados do Ministério da Saúde⁴³, de março de 2022, a Atenção Primária à Saúde (APS) tem capacidade de

⁴³ Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/atencao-primaria-e-atencao-especializada-conheca-os-niveis-de-assistencia-do-maior-sistema-publico-de-saude-do-mundo>>. Acesso em: 03 mar 2023

de atendimento médio de 564.232 pessoas por dia, em 48.161 UBS espalhadas em território nacional, em equipes divididas em Saúde da Família (47.627), Saúde da Família Ribeirinhas (202), Prisionais (316), Consultório da Rua (156), Atenção Primária (3.869), Saúde Bucal (27.041), dentre outras, onde a grande maioria dos problemas de saúde são resolvidos ou encaminhados para tratamento em rede de atenção especializada.

Já na atenção especializada, dividida em secundária e terciária, ocorrem os atendimentos de **média e alta complexidade ambulatorial** e hospitalar especializados. A média complexidade envolve atendimento direcionado em áreas como a pediatria, ortopedia, oftalmologia, ginecologia, cardiologia, neurologia, psiquiatria, oncologia, além de parte de urgências e emergências, tais como febre alta (acima de 39°), vômito permanente, falta de ar intensa, crises convulsivas, cólica renal, queda com torção, fratura e cortes com sangramento, dor intensa, dores no peito, infarto e derrame, em que o(a) usuário(a) é acolhido(a) nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) 24 horas, que funcionam 7 dias por semana, e em centros de atendimento, policlínicas e hospitais, aparelhados com equipamentos para exames mais avançados, como ecocardiograma e endoscopia, e capacidade, de acordo com dados do Ministério da Saúde, de março de 2022, de 150 a 450 pacientes atendidos por dia.

A alta complexidade da atenção especializada é formada por hospitais gerais, hospitais universitários, Santas Casas, unidades de ensino e pesquisa, de grande porte e com complexos centros cirúrgicos munidos com leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), efetuando procedimentos que demandam alta tecnologia e custos elevados, tais como cardiovasculares, oncológicos, de transplantes, dentre outros, e sendo realizados por especialistas aptos.

A integração entre os níveis em saúde especializada, secundária e terciária, permite a organização de uma rede de atuação conjunta entre as atenções primária, hospitalar, domiciliar e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) 192. O SAMU 192, que conta com equipes multiprofissionais em natureza traumática, cirúrgica, psiquiátrica, clínica, dentre outras, em vias públicas, residências e locais de trabalho, tem por objetivo atender precocemente vítimas em situação de urgência e emergência. Conforme dados do Ministério da Saúde, de março de 2022, o SAMU 192 tem cobertura de 85,89% da população nacional, com 190 centrais de regulação, 3.630 ambulâncias de suporte avançado, 2.971 ambulâncias de suporte básico, 253 motolâncias, 18 aeromédicos e 13 ambulanchas.

O Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, regulamenta a Lei nº 8.080/1990, dispondo sobre a organização do SUS, o planejamento e a assistência à saúde, e a articulação interfederativa em todo o território. A Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, por seu turno, dispõe sobre a **participação da comunidade na gestão do SUS** em instâncias colegiadas, exercida pelos Conselhos de Saúde e nas Conferências de Saúde, que acontecem a cada quatro anos, com a representação dos diversos segmentos sociais, a fim de avaliar a situação de saúde e propor diretrizes para a formulação da política do setor nos níveis correlatos.

Em conformidade com o artigo 30 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, o **Plano Estadual de Saúde (PES)** e o **Planejamento Regional Integrado (PRI)** devem nortear as ações estratégicas e a gestão da política estadual de saúde de Mato Grosso. O PES é instrumento de gestão regionalizada, que norteia a elaboração do orçamento, estabelecendo diretrizes, objetivos e metas de médio prazo para um quadriênio (inc. VIII do artigo 15 e artigo 36 da Lei nº 8.080/90), guardando consonância com este Plano Plurianual (PPA). Por sua vez, o PRI é instrumento ascendente do SUS realizado nas Macrorregiões de Saúde, visando a equidade em Plano Regional, servindo como base para o PES (§ 2º do artigo 30 da LC nº 141/2012).

O PES 2024-2027, assim como o PPA 2024-2027, está em fase de discussão para sua elaboração. A Resolução nº 01/2023 do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso (CES/MT), publicada no Diário Oficial do Estado nº 28.445 de 27 de fevereiro de 2023 (p. 230-237), traz as regras e aprova o Regimento Interno para a realização da 10ª Conferência Estadual de Saúde, de 23 a 26 de maio de 2023, e tem por tema **“Garantir Direitos e Defender o SUS, a vida e a Democracia – Amanhã Vai Ser Outro Dia”**.

O inciso V do artigo 1º, do referido Regimento Interno, estabelece que a 10ª Conferência Estadual de Saúde tem por objetivo avaliar a situação de saúde, elaborar propostas que atendam às necessidades de saúde do povo mato-grossense e definir as diretrizes que devem ser incorporadas na elaboração dos Planos Plurianuais de Saúde, nos Planos Estadual e Municipais de Saúde (2024-2027) e a revisão dos Planos anteriores.

Já o PRI, no Mato Grosso, tem início em 2017, por meio do Programa de Apoio às Secretarias Estaduais de Saúde (PASES), desenvolvido pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) em quatro grandes áreas temáticas (Planejamento e Gestão, Regionalização e Organização de Redes de Atenção à Saúde, Vigilância e

Promoção da Saúde, e Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde). Em Regionalização e Organização de Redes de Atenção à Saúde, o objetivo foi o fortalecimento das regiões de saúde, com foco na organização dos serviços em Redes de Atenção à Saúde nas Macrorregiões, ou seja, no PRI. Deste processo, resultou na conformação em **16 Regiões de Saúde** (Resolução CIB/MT nº 65, de 3 de abril de 2012) e **6 Macrorregiões** no estado de Mato Grosso (Resolução CIB/MT nº 57, de 26 de julho de 2018):

- 1. **CENTRO NOROESTE – 3 Regiões:** Centro-Norte Mato-Grossense, Médio-Norte Mato-Grossense e Noroeste Mato-Grossense;
- 2. **CENTRO NORTE – 1 Região:** Baixada Cuiabana;
- 3. **LESTE – 4 Regiões:** Araguaia Xingu, Garças Araguaia, Médio Araguaia e Norte Araguaia Karajá;
- 4. **NORTE – 5 Regiões:** Alto Tapajós, Norte Mato-Grossense, Teles Pires, Vale do Peixoto e Vale dos Arinos;
- 5. **OESTE – 2 Regiões:** Oeste Mato-Grossense e Sudoeste Mato-Grossense;
- 6. **SUL – 1 Região:** Sul Mato-Grossense.

Atualmente, após a troca de gestão no governo estadual e da ocorrência da pandemia do Covid-19, como também, da adesão pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SES-MT) ao Projeto de Fortalecimento dos Processos de Governança, Organização e Integração da Rede de Atenção à Saúde: Regionalização, proposto pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS), para o triênio 2021-2023, com a Beneficência Portuguesa de São Paulo, o PRI encontra-se em fase de análise da situação de saúde, da definição de prioridades sanitárias e de definição das diretrizes para o desenvolvimento do plano.

3.3.2. EXPECTATIVA DE VIDA NO BRASIL E MATO GROSSO

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados na Portaria PR-3.746, de 24 de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 222 em 25 de novembro de 2022 (p. 183), a projeção da expectativa de vida no Brasil, em 2021, é de 77 anos. Já no estado de Mato Grosso, é de 75 anos⁴⁴, o que

⁴⁴ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/pesquisa/53/49645?ano=2021>>. Acesso em: 09 mar 2023

expressa o aumento contínuo da longevidade da população mato-grossense, assim como a da brasileira ao longo dos anos, mas ainda abaixo da média nacional, o que pode ser justificada por inúmeros fatores, como, por exemplo, as condições de acesso à rede de atenção básica nos municípios, a cobertura de rede de esgoto, o uso indiscriminado de agrotóxicos, dentre outros.

3.3.2.1. PRINCIPAIS INDICADORES DA SAÚDE NO BRASIL E EM MATO GROSSO

A Saúde possui um extenso rol de indicadores que são apurados regularmente pelas diversas setoriais. Contudo, há uma relação específica de indicadores que servem como parâmetro para diagnosticar a situação regional em nível nacional e sinalizar um caminho para a melhoria das condições de saúde e o fortalecimento do acesso à rede assistencial. Esta relação, contudo, trará apenas os resultados referentes ao período 2018 a 2021, vez que, em muitos indicadores, o próprio ano de 2021 e, sobretudo, 2022 ainda não foram consolidados e podem sofrer alterações.

A **% da receita própria aplicada em Saúde, conforme a EC nº 29/2000⁴⁵**, demonstra o quanto o estado de Mato Grosso tem aplicado em recursos próprios, anualmente, em ações e serviços públicos em percentual acima dos 12% da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 155 e dos recursos de que tratam a alínea “a” do inciso do artigo 157 e o inciso II do caput do artigo 159 da CF, deduzidas as parcelas que foram transferidas aos Municípios, conforme a LC nº 141/2012. Em outras palavras, representa a despesa total com saúde, incluindo as financiadas por outras esferas de governo, pelo número de habitantes do estado, resultando no gasto médio em saúde, sob responsabilidade do estado, por habitante.

Quadro 56 - % da receita própria aplicada em Saúde, conforme a EC nº 29/2000, por habitante - 2018 a 2021

ANO	MATO GROSSO	BRASIL
2018	12,21	13,13
2019	12,18	13,18
2020	12,46	13,90
2021	13,31	13,61

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS/SES-MT/NGER

⁴⁵ Disponível em: <<http://siops-asp.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?SIOPS/SerHist/ESTADO/indicuf.def>>. Acesso em: 06 mar 2023

Em análise dos percentuais, observa-se que o estado de Mato Grosso tem aplicado mais a cada ano, sempre acima do mínimo constitucional obrigatório, evoluindo gradativamente no investimento e tendo, especificamente em 2021, alcançando a menor diferença em relação à média brasileira.

A **despesa total com saúde por habitante**⁴⁶ aponta o gasto médio total despendido com saúde, per capita, sob responsabilidade do estado de Mato Grosso, mas incluído o financiado por outras esferas de governo. Esta despesa, em geral, tem sido, ano a ano, maior, mas, no em 2021, superou a média brasileira em R\$ 200,00.

Quadro 57 - Despesa total do estado em Saúde, por habitante – 2018 a 2021

ANO	MATO GROSSO	BRASIL
2018	R\$ 552,48	R\$ 457,31
2019	R\$ 530,68	R\$ 482,78
2020	R\$ 613,12	R\$ 563,33
2021	R\$ 879,50	R\$ 649,01

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS/SES-MT/NGER

A **taxa de mortalidade infantil**⁴⁷ estima o risco de nascido vivo morrer antes de completar um ano de vida, por mil nascidos vivos, podendo, inclusive, ser dividida em grupos etários: fetal; neonatal (0 a 27 dias), subdividindo-se em neonatal precoce (0 a 6 dias) e neonatal tardia (7 a 27 dias); e pós-neonatal (28 a 364 dias).

Quadro 58 - Taxa de mortalidade infantil, por 1000 nascidos vivos – 2018 a 2021

ANO	MATO GROSSO	BRASIL
2018	12,2	12,2
2019	12,7	12,4
2020	12,1	11,5
2021*	12,7	11,9

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS/SES-MT/NGER

*Não consolidado

⁴⁶ Disponível em: <<http://siops-asp.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?SIOPS/SerHist/ESTADO/indicuf.def>>. Acesso em: 06 mar 2023

⁴⁷ Disponível em: <<https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/infantil-e-fetal/>>. Acesso em: 06 mar 2023

No exame da mortalidade infantil, verifica-se que a taxa mato-grossense é considerada baixa, por ser menos de 20, mas acima da média brasileira, considerando, sobretudo, que a maioria das causas eram evitáveis e reduzíveis pelas ações de imunoprevenção; por adequada atenção à mulher na gestação, no parto, ao feto e recém-nascido; por diagnóstico e tratamento adequados; por ações de promoção à saúde vinculadas à atenção básica em saúde.

A **proporção de nascidos vivos de 7 e mais consultas de pré-natal⁴⁸** mede o atendimento às gestantes nos serviços de saúde, que se tornam mães, por 100 nascidos vivos, tendo realizado, ao menos, sete consultas de atendimento pré-natal, como recomenda a lei. Da avaliação desta proporção de nascidos vivos e consultas de pré-natal, tem-se que o estado de Mato Grosso tem se mantido estável em relação à média brasileira.

Quadro 59 - Proporção de nascidos vivos de 7 e + consultas de pré-natal, por 100 – 2018 a 2021

ANO	MATO GROSSO	BRASIL
2018	71,7	70,8
2019	72,5	72,4
2020	70,2	71
2021*	72,6	73,1

Fonte: Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente - SVS/SES-MT/NGER

*Não consolidado

A **taxa de internação por infecção aguda respiratória (IRA) em menores de 5 anos⁴⁹** revela o número de internações em crianças de 5 anos por infecção respiratória aguda em vias aéreas superiores (nasofaringite, sinusite, rinite, faringite, amigdalite, laringites, traqueíte, infecções múltiplas e não especificadas, influências, pneumonias e broncopneumonia), por mil crianças nesta faixa etária. Em análise da taxa de internação por IRA, observa-se que Mato Grosso tem oscilado acima da média brasileira.

⁴⁸ Disponível em: <<https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/natalidade/nascidos-vivos/>>. Acesso em: 06 mar 2023

⁴⁹ Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sih/cnv/nrmt.def>>. Acesso em: 07 mar 2023

Quadro 60 - Taxa de internação por IRA em menores de 5 anos, por 1000 crianças – 2018 a 2021

ANO	MATO GROSSO	BRASIL
2018	20	18,5
2019	21,9	18,9
2020	5,9	5,8
2021	9,5	10,4

Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS/SES-MT/NGER

A **taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório – doença cerebrovascular**⁵⁰ estima o número de óbitos por doenças do aparelho circulatório, por 100 mil habitantes. As doenças cerebrovasculares e as isquêmicas do coração são responsáveis por cerca de 60% das mortes e estão associadas a fatores de risco, como estresse, fumo, sedentarismo, obesidade, hipertensão, diabetes. Em exame da doença cerebrovascular, observa-se que a média de Mato Grosso tem se mantida estável e abaixo da média brasileira.

Quadro 61 - Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório – cerebrovascular, por 100 mil habitantes – 2018 a 2021

ANO	MATO GROSSO	BRASIL
2018	33,6	47,9
2019	35,6	48,1
2020	35	46,7
2021*	33,3	47,8

Fonte: Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente - SVS/SES-MT/NGER

*Não consolidado

A **taxa de detecção de hanseníase**⁵¹ espelha a ocorrência de novos casos confirmados, por 10 mil habitantes, em qualquer de suas formas clínicas expostas ao bacilo *Mycobacterium leprae*, baseada em critérios adotados pelo Ministério da Saúde que orientam as ações de vigilância epidemiológica e controle de doenças. A taxa de detecção, adotada no Brasil, é baixa, se menor que 0,2; média, de 0,2 a 0,9; alta, de 1 a 1,9; muito alta, de 2 a 3,9; e situação hiperendêmica, se maior ou igual a 4.

⁵⁰ Disponível em: <<https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/dcmt/>>. Acesso em: 07 mar 2023

⁵¹ Disponível em: <<https://datasus.saude.gov.br/aceso-a-informacao/casos-de-hanseniose-desde-2001-sinan/>>. Acesso em: 07 mar 2023

Nesta classificação, tem-se que a taxa mato-grossense é hiperendêmica, mesmo se comparada à média brasileira. Este quadro agravado se deve ao período de pandemia de Covid-19, que impôs medidas de distanciamento social e diminuição de consultas para evitar aglomerações, além do absenteísmo dos regulados.

Quadro 62 - Taxa de detecção de hanseníase, por 10 mil habitantes – 2018 a 2021

ANO	MATO GROSSO	BRASIL
2018	71,7	70,8
2019	72,5	72,4
2020	70,2	71
2021	72,6	73,1

Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS/SES-MT/NGER

A **razão de exames citopatológicos cérvico-vaginais em mulheres de 25 a 69 anos**⁵² estima o acesso a diagnósticos preventivos de câncer de colo de útero, por meio do número de exames pela população feminina nesta faixa etária. Da avaliação desta razão de exames citopatológicos, tem-se que o estado de Mato Grosso tem se mantido estável e abaixo da média brasileira.

Quadro 63 - Razão de exames citopatológicos cérvico-vaginais em mulheres de 25 a 69 anos – 2018 a 2021

ANO	MATO GROSSO	BRASIL
2018	0,31	0,37
2019	0,29	0,36
2020	0,16	0,20
2021	0,25	0,30

Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS/SES-MT/NGER

A **taxa de incidência de dengue**⁵³, a partir de 2019, aponta o número de casos

⁵² Disponível em: <<https://datasus.saude.gov.br/aceso-a-informacao/producao-ambulatorial-sia-sus/>>. Acesso em: 07 mar 2023

⁵³ Disponível em:

1- <<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2020/boletim-epidemiologico-vol-51-no-02.pdf/view>>;

<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_3.pdf/view>;

<<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2022/boletim-epidemiologico-vol-53-no1.pdf/view>>;

<<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-01/view>>. Acesso em: 08 mar 2023

confirmados de dengue clássica e de febre hemorrágica, relacionada à picada do mosquito *Aedes aegypti* infectado pelo vírus dos tipos 1, 2, 3 ou 4, por 100 mil habitantes, baseada em critérios adotados pelo Ministério da Saúde que orientam as ações de vigilância epidemiológica. Em análise da taxa, tem-se que o estado de Mato Grosso tem alta incidência se comparada à média brasileira.

Quadro 64 - Taxa de incidência de dengue, por 100 mil habitantes – 2019 a 2022

ANO	MATO GROSSO	BRASIL
2019	303,7	735,2
2020	993,2	469,8
2021	620,9	255,2
2022	1013,3	679,9

Fonte: Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente - SVS/SES-MT/NGER

A **incidência de tuberculose (todas as formas)**⁵⁴ revela o número de casos notificados de tuberculose, em qualquer das formas clínicas, por 100 mil habitantes. Em exame desta doença, também muito associada à Aids, verifica-se que Mato Grosso tem se mantido abaixo da média brasileira.

Quadro 65 - Taxa de incidência de tuberculose (todas as formas), por 100 mil habitantes – 2018 a 2021

ANO	MATO GROSSO	BRASIL
2018	33,7	36,6
2019	36	36,7
2020	30	32,3
2021	28,7	33,7

Fonte: Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente - SVS/SES-MT/NGER

A **cobertura de imunizações: pentavalente**⁵⁵ espelha a cobertura do número de doses aplicadas, conforme indicação da vacina (1ª, 2ª, 3ª ou dose única), dividido pela população alvo e multiplicado por 100, de cinco vacinas individuais em uma única, que garantem a proteção contra a difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e influenza tipo B (bactéria *haemophilus*) – responsável por infecções no nariz, meninge e na garganta. Da análise desta cobertura, o estado de Mato Grosso tem se mantido acima da média brasileira.

⁵⁴ Disponível em: <<https://datasus.saude.gov.br/aceso-a-informacao/casos-de-tuberculose-desde-2001-sinan/>>. Acesso em: 08 mar 2023

⁵⁵ Disponível em: <<https://datasus.saude.gov.br/aceso-a-informacao/imunizacoes-desde-1994/>>. Acesso em: 08 mar 2023

Quadro 66 - Cobertura de imunizações: pentavalente, por 100 – 2018 a 2021

ANO	MATO GROSSO	BRASIL
2018	89,17	88,49
2019	75,52	70,76
2020	77,37	77,86
2021	76,21	71,52

Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS/SES-MT/NGER

Os **estabelecimentos de saúde no estado de Mato Grosso**⁵⁶, conforme o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), estão abaixo discriminados por tipo e quantidade.

Quadro 67 - Quantitativo de estabelecimentos de saúde – Dez/2022

TIPO DE ESTABELECIMENTO	
Central de Abastecimento	14
Central de Gestão em Saúde	161
Central de Notificação, Captação e Distrib. de Órgãos Estadual	1
Central de Regulação de Serviços de Saúde	-
Central de Regulação do Acesso	138
Central de Regulação Médica das Urgências	6
Central de Apoio à Saúde da Família	43
Centro de Atenção Hemoterapia e/ou Hematológica	29
Centro de Atenção Psicossocial	47
Centro de Imunização	39
Centro de Saúde/Unidade Básica	908
Clínica/Centro de Especialidade	1505
Consultório Isolado	3494
Cooperativa ou Empresa de Cessão de Trabalhadores na Saúde	15
Farmácia	309
Hospital Especializado	12
Hospital Geral	158
Hospital/Dia - Isolado	5
Laboratório Central de Saúde Pública – LACEN	-
Laboratório de Saúde Pública	70
Policlínica	72
Polo Academia da Saúde	60
Polo de Prevenção de Doenças e Agravos e Promoção da Saúde	11

⁵⁶ Disponível em: <<https://datasus.saude.gov.br/cnes-estabelecimentos>>. Acesso em: 09 mar 2023

Hospital Especializado	12
Posto de Saúde	147
Pronto Atendimento	41
Pronto Socorro Especializado	-
Pronto Socorro Geral	6
Serviço de Atenção Domiciliar Isolado (Home Care)	46
Telessaúde	3
Unidade de Apoio Diagnose e Terapia (SADT Isolado)	712
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	137
Unidade de Vigilância em Saúde	17
Unidade Mista	7
Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar na Área de Urgência	53
Unidade Móvel Terrestre	20

Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS/SES-MT/NGER

A regionalização da saúde no estado de Mato Grosso conta com uma Superintendência de Gestão Regional, órgão de administração regionalizada e desconcentrada da SES, que, em consonância com as diretrizes do SUS, do Plano Estadual de Saúde e a execução da Política Estadual de Saúde, promove a articulação dos **16 Escritórios Regionais de Saúde (ERS)**, quais sejam:

Quadro 68 - Escritórios regionais de saúde

Sede de escritórios regionais de saúde - MT
Água Boa
Alta Floresta
Baixada Cuiabana
Barra do Garças
Cáceres
Colíder
Diamantino
Juara
Juína
Peixoto de Azevedo
Pontes e Lacerda
Porto Alegre do Norte
Rondonópolis
São Felix do Araguaia
Sinop
Tangará da Serra

Fonte: SES-MT/NGER

A **Quantidade de Leitos SUS e não SUS⁵⁷** aponta o número de leitos disponíveis em ambientes hospitalares públicos e privados para a população, considerada a população residente, por 1000 habitantes, para atendimentos pelo SUS e não SUS, conforme CNES. **Considerando a orientação, estabelecida pela Organização Mundial de Saúde, de 3 a 5 leitos por mil habitantes, tem-se que o Mato Grosso se encontra abaixo desse padrão, com cerca de 1,5 leitos para cada mil habitantes.**

Quadro 69 - Quantidade de leitos SUS e não SUS, por 1000 habitantes em MT – 2018 a 2021

ANO	LEITOS SUS	NÃO SUS
2018	5278	1936
2019	5200	2061
2020	5363	1848
2021	5621	1902
2022	5629	1918

Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS/SES-MT/NGER

3.3.3. OBJETIVO ESTRATÉGICO E OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Como visto, dentro do comportamento dos indicadores verificados, há grande margem para que o estado de Mato Grosso tenha, como um de seus objetivos estratégicos, melhorar a saúde da população mato-grossense, fortalecendo o acesso à rede assistencial.

3.3.3.1. AGENDA DE 2024 A 2027

Considerando os instrumentos de planejamento estabelecidos, sobretudo, a estimativa de conclusão do PRI para 2023, temos os desafios:

- 1 - O aprendizado acumulado no período de pandemia do Covid-19;
- 2 - O aumento gradativo na aplicação de recursos;
- 3 - A previsão de entrega de mais 6 hospitais de saúde: Central e Julio Muller na Capital, Alta Floresta, Confresa, Juína e Tangará da Serra no interior);

⁵⁷ Disponível em: <<https://datasus.saude.gov.br/cnes-recursos-fisicos>>. Acesso em: 09 mar 2023

- 4 - A elaboração de termo de referência para contratação de sistema integrado de gestão da informação para a rede hospitalar e especializadas;
- 5 - A autorização de concurso público com 400 vagas para a SES;

Estas e outras iniciativas e ações pode vislumbrar que Mato Grosso caminha para o atendimento do apelo global e desafio da Organização das Nações Unidas (ONU), de atingimento do **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3, Saúde e Bem-Estar, conduzindo à execução da Agenda 2030 no Brasil.**

3.4. SEGURANÇA PÚBLICA

No curso do processo civilizatório as comunidades humanas experimentaram momentos dramáticos de conflitos e autodestruição, de modo que foi necessária uma constante e gradual pactuação de regras de convivência até o estabelecimento dos estados modernos, nos quais cabe ao poder público, por meio de suas instituições, o monopólio do exercício legítimo da força, com a consequente formulação de leis e instâncias de resolução de conflitos que zelem pela manutenção da paz social.

Esse percurso rumo à construção de sociedades mais pacíficas não é linear historicamente, constituindo-se de avanços e retrocessos pontuais, e se apresenta de modos distintos nos diferentes países e regiões globais. No Brasil, certamente, há muito o que se fazer, como demonstram facilmente os dados e informações produzidas periodicamente por órgãos especializados. E em Mato Grosso o cenário também é de demanda por medidas que efetivamente consolidem a manutenção da ordem pública.

Embora trate-se de fenômeno complexo, cujas causas remontam a diversas variáveis dinâmicas, com correlações e causalidades transversais que são afetadas por outros aspectos da vida, a preservação da ordem pública e da defesa social em benefício da sociedade demanda a atuação estatal por meio da implementação de políticas públicas.

Significa dizer que, entre outras obrigações que contribuem para essa necessária pacificação social, incumbe ao poder público implementar a política de segurança pública, que pelo ordenamento constitucional em vigor é competência dos estados, enquanto unidade da federação.

Em Mato Grosso, a política de segurança pública está a cargo da Secretaria de Estado de Segurança Pública que, por sua vez, está estruturada de modo que parcela das competências cabe às suas unidades desconcentradas, instituições consolidadas com expertises próprias nas diversas atividades que contribuem para o alcance do objetivo dessa política. Tais instituições são a Polícia Militar, a Polícia Judiciária Civil, o Corpo de Bombeiros Militar e a Perícia Oficial e Identificação Técnica. Há ainda, na estrutura da SESP sistemas com competências específicas, organizados em secretarias adjuntas, quais sejam, o Sistema Penitenciário e o Sistema Socioeducativo. Além disso, há unidades centralizadas de operação integradas, que congregam esforços interinstitucionais para o alcance de objetivos específicos, como o Centro Integrado de Operações Aéreas - CIOPAer, o Grupo Especial de Fronteira - GEFRON e o Centro Integrado de Operações e Controle - CIOSP.

Contribuem também para o alcance de resultados na área de segurança outros entes descentralizados na estrutura do estado, quais sejam, o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, que tem a missão de promover trânsito seguro ao cidadão para a preservação da vida, o Fundação Nova Chance – FUNAC, que tem como missão contribuir para a reinserção social de homens e mulheres privados de liberdade, ressocializando-os por meio de educação, profissionalização, trabalho, geração de renda e assistência à família, com servidores qualificados e parceiros corresponsáveis.

Essa estrutura de governo atua promovendo esforços no sentido de entregar à sociedade uma condição de vida com mais segurança, de modo que entender o contexto socioeconômico sobre o qual incide a ação governamental é de fundamental importância para o processo de planejamento e implementação da política de segurança.

O estado de Mato Grosso é território que carrega especificidades populacionais, territoriais e ambientais próprias que afetam o contexto de segurança pública, com uma relação entre a extensão territorial (903.207,047 km²) e a sua população (3.567.234 pessoas)⁵⁸ que desafiam a capilaridade e agilidade necessárias à efetiva atuação das instituições de segurança.

Nesse sentido, a proximidade com outro país (Bolívia), por meio de uma fronteira com mais de 700 Km de extensão e poucos obstáculos naturais criam mais

⁵⁸ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt.html>.

um percalço para a prevenção e repressão a delitos típicos desse tipo de região, com 28 (vinte e oito) municípios situados na faixa de fronteira, que ocupam uma área territorial total de 170.809,18 Km² ⁵⁹:

Figura 16 – Faixa de fronteiras de Mato Grosso – 170.809,18 Km² ⁶⁰:



Fonte: SESP/MT

Os biomas nos quais o estado está inserido também afetam a atuação da SESP/MT que tem, por meio do Corpo de Bombeiros Militar, a incumbência de realizar atividades de prevenção e extinção de incêndios florestais.

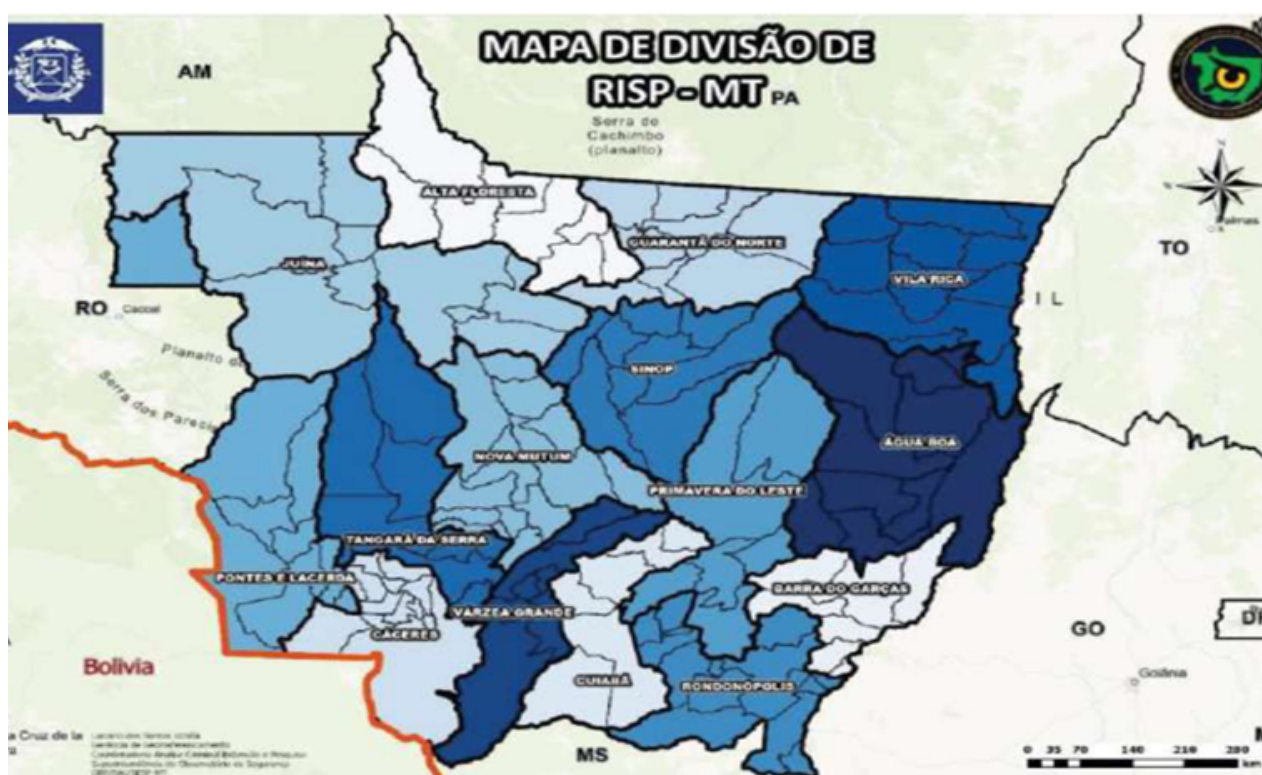
⁵⁹ <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?=&t=downloads>.

⁶⁰ <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?=&t=downloads>.

Por outro lado, há também aspectos positivos no cenário socioeconômico para o contexto da segurança pública, como o fato de que Mato Grosso possui uma dinâmica econômica que tem contribuído para o crescimento do produto interno bruto e geração de empregos, em decorrência de sua atividade agrícola, que alavanca o produto interno bruto nacional⁶¹. Essa dinâmica permitiu que Mato Grosso hoje apresente um cenário de geração de emprego que se destaca em âmbito nacional⁶².

Considerando esse cenário territorial, social e econômico diverso e complexo, a atuação estatal na área de segurança se organiza por meio das Regiões Integradas de Segurança Pública – RISP, permitindo um grau de regionalização da atuação, de forma integrada, que também tem por objetivos atenuar os efeitos das desigualdades regionais, com a instalação de comandos e outras unidades finalísticas que atendam as regiões mais distantes. Para tanto, o estado foi subdividido em 15 Regiões⁶³.

Figura 17 – Mapa das Risp-MT - 2022



Fonte: SESP

⁶¹ Vide: PIB do agronegócio brasileiro, em <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>.

⁶² Vide: Mato Grosso registra em 2022 a segunda menor taxa de desemprego do país, em <https://www.fiemt.ind.br/noticias/3006/mato-grosso-registra-em-2022-a-segunda-menor-taxa-de-desemprego-do-pais>.

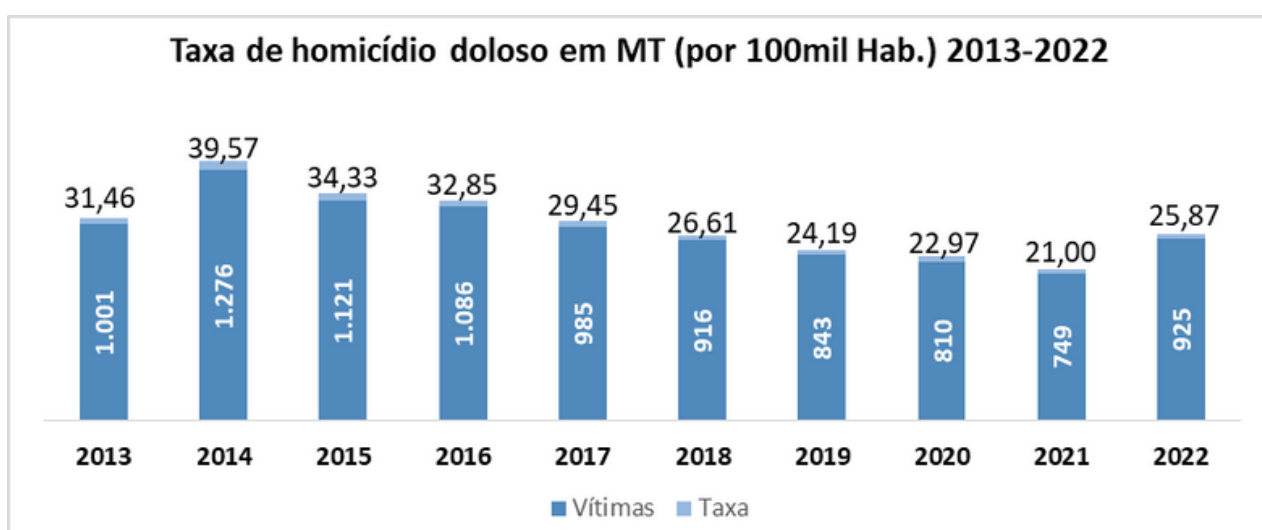
⁶³ Decreto n. 183, de 8 de julho de 2015, que institui as Regiões Integradas de Segurança Pública - RISP no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Nesse contexto, o estado também tem seus avanços e dificuldades no âmbito da segurança pública, atuando na redução da criminalidade violenta e outros delitos por meio de ações e operações coordenadas. Os resultados dessa atuação são comumente mensurados por meio de indicadores consolidados, que permitem um olhar histórico para a sua própria evolução e um olhar comparativo com as demais unidades federativas, de modo a possibilitar o aperfeiçoamento da atuação governamental.

3.4.1. INDICADORES DE SEGURANÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Para que se possa visualizar esse cenário, abaixo serão apresentados os resultados de alguns desses indicadores no tempo, focando nos principais crimes que envolvem o uso de violência e mais perturbam o bom convívio social, vejamos:

Gráfico 20 - Homicídio Doloso⁶⁴ - 2013 a 2022



Fonte: SESP/MT

É possível perceber que, embora tenha se registrado um repique no ano de 2022, em consonância com o cenário nacional⁶⁵, Mato Grosso tem observado uma tendência de queda no número de homicídios dolosos ao longo dos últimos dez anos.

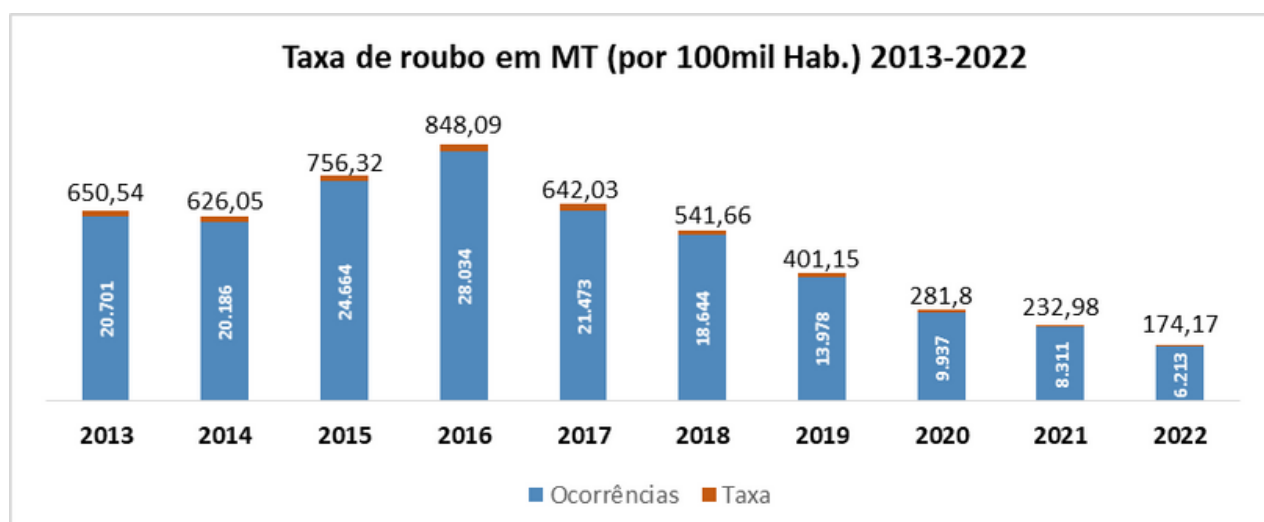
⁶⁴ Fontes: Superintendência do Observatório de Segurança Pública – SESP e Anuário da SESP 2021, disponível no site da Secretaria.

⁶⁵ Vide: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em: <<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>>.

O número registrado em 2022 não é capaz, por si, de determinar que haverá uma reversão da tendência e, embora ainda não haja estudos consolidados sobre o fenômeno, é possível que o repique esteja calcado em causas não recorrentes, como os efeitos do fim das restrições de convívio social imposto no período da pandemia de Covid-19 e o recrudescimento na disputa territorial entre organizações criminosas. Trabalhos de inteligência deverão direcionar a atuação estatal para a retomada da ascendência da curva de homicídios.

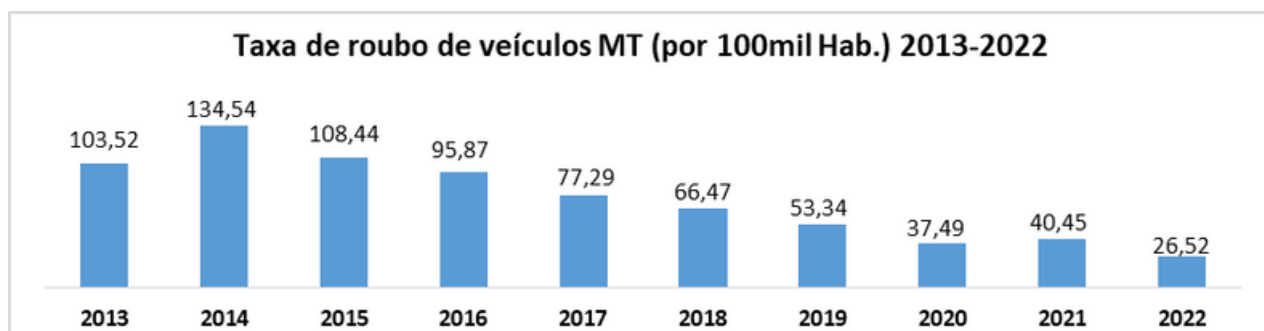
Outros indicadores relativos a crimes que envolvem o uso da violência evidenciam essa recente melhoria no contexto da segurança pública:

Gráfico 21 - Roubo⁶⁶ - 2013 a 2022



Fonte: SESP/MT

Gráfico 22 – Roubo de Veículos⁶⁷ - 2013 a 2022



Fonte: SESP/MT

⁶⁶ Fontes: Superintendência do Observatório de Segurança Pública – SESP e Anuário da SESP 2021, disponível no site da Secretaria.

⁶⁷ Ibidem.

Gráfico 23 - Roubo Seguido de Morte⁶⁸ - 2013 a 2022

Fonte: SESP/MT

Embora se deva olhar para o problema no âmbito estadual buscando medidas que atendam aos seus problemas específicos, e certamente ainda há muito o que se fazer, assim como os demais estados que atuam sobre seus cenários próprios, em âmbito nacional a redução dos indicadores de criminalidade colocou o estado de Mato Grosso em uma boa posição em relação às demais unidades da federação. Considerando o indicador Mortes Violentas Intencionais (MVI)⁶⁹, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, por meio do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022⁷⁰, considerando os números de 2021 para esse indicador (24,9) coloca Mato Grosso entre as 10 (dez) taxas mais baixas do país. Além disso, o referido documento traça a trajetória de queda desse indicador ao longo do período de 2011 a 2021:

Gráfico 24 – Taxa de mortes violentas⁷¹ 2011-2022

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022.

⁶⁸ Ibidem

⁶⁹ A categoria Mortes Violentas Intencionais (MVI) corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora. Sendo assim, a categoria MVI representa o total de vítimas de mortes violentas com intencionalidade definida de determinado território, em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>.

⁷⁰ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>.

⁷¹ Ibidem.

Na mesma linha, resguardados as ressalvas necessárias quanto à análise comparativa de fenômenos complexos, o Ranking de Competitividade dos Estados, elaborado pela entidade Centro de Liderança Pública – CLP, colocou Mato Grosso, em 2021, na 8ª (oitava) posição dentre os demais entes federativos distritais e estaduais, no que se refere ao pilar Segurança Pública⁷².

Em âmbito nacional, para além da classificação comparativa entre os entes federados, há também articulação e coordenação definidas nos termos do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, instituído pela Lei n. 13.675, de 11.06.2018, que trouxe à luz a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) traçando diretrizes para análise e enfrentamento dos riscos à harmonia e convivência social, com destaque às situações de emergência e aos crimes interestaduais e transnacionais.

Em consonância com a Política Nacional, e alinhado com o Plano Nacional de Segurança Pública, a Secretaria de Estado de Segurança Pública formulou o Plano Estadual de Segurança Pública 2020-2030⁷³, que traça objetivos estratégicos e metas para esse período, planejamento de longo prazo que deverá ser observado nos instrumentos de médio e curto prazos.

Para o aperfeiçoamento da política estadual de segurança pública e manutenção da tendência de queda dos principais indicadores de criminalidade, o estado de Mato Grosso tem realizado esforço para aumento da capacidade de investimento e destinado recursos crescentes para modernização de suas forças policiais, da capacidade de realizar investigação criminal e perícias oficiais, de defesa da vida, de bens patrimoniais e ambientais e da capacidade de reintegração de pessoas à sociedade por meio dos sistemas penitenciário de socioeducativo.

3.4.2. RECURSOS DESTINADOS À SEGURANÇA PÚBLICA

O estado de Mato Grosso está passando por um período de excelente hígidez fiscal, de modo que os recursos disponibilizados para a SESP têm crescido anualmente, expandindo a capacidade de investimentos. Para que se compreenda, o orçamento final da SESP em 2022 correspondia a um crescimento nominal de 38% em

⁷² Disponível em: <https://www.rankingdecompetitividade.org.br/centro-oeste/mt/ranking-geral/nota-do-pilar?year=2022>.

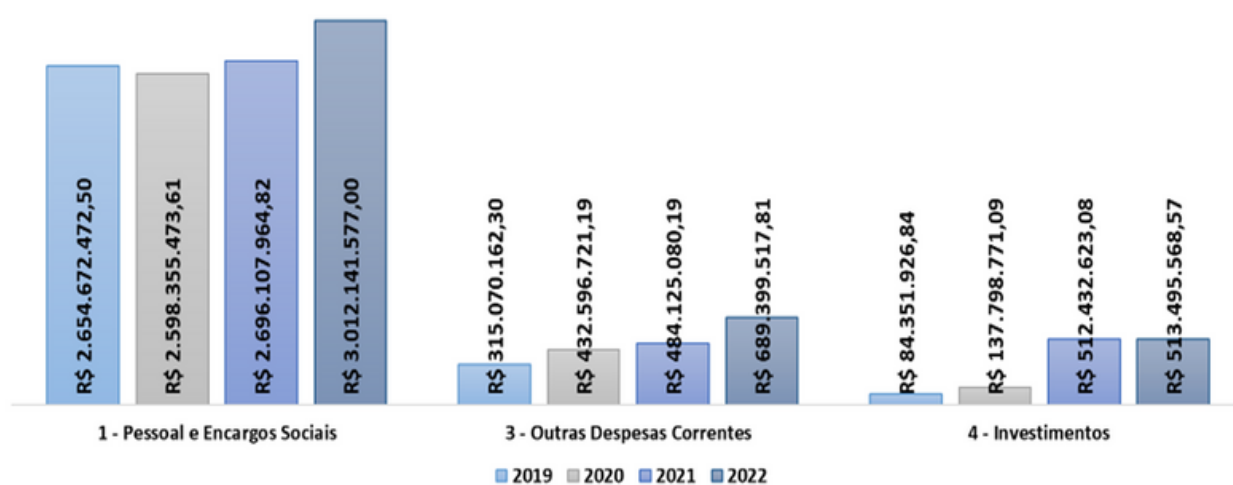
⁷³ Disponível em: https://www.sesp.mt.gov.br/documents/4713378/16315379/PESP_MT_2020-2030.pdf/d3a0b500-51f6-56f9-a6be-c4b080c2570c.

relação ao orçamento final de 2019, de R\$ 3.055.283.842,64 para 4.219.302.485,85, enquanto para o orçamento final para o grupo investimentos esse mesmo crescimento nominal foi de 509%, saindo de R\$ 84.351.926,84 para 513.495.568,57.

Vejamos como se deu essa evolução em relação aos três principais grupos de despesas (pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes e investimentos):

Figura 18 – Orçamento da SESP - 2019 a 2022

Evolução do orçamento para despesas dos Grupos 1, 3 e 4 - 2019 a 2022



Fonte: Relatório PLAN 72 – Sistema FIPLAN

Mesmo com todo esse crescimento, a SESP manteve em 2022 uma boa capacidade de execução, considerando o orçamento inicial e posteriores suplementações e anulações, atingindo 96,89% dos recursos empenhados ao final do exercício.

Figura 19 – Execução de orçamento da SESP - 2022

Grupos de Despesas	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Empenhado	%
1- Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 2.963.645.577,00	R\$ 3.012.141.577,00	R\$ 2.996.882.847,74	99,49%
2- Juros e Encargos da Dívida	R\$ 391.337,00	R\$ 259.310,04	R\$ 259.310,04	100,00%
3- Outras Despesas Corrente	R\$ 431.913.768,00	R\$ 689.399.517,81	R\$ 645.695.292,58	93,66%
4- Investimentos	R\$ 279.879.286,00	R\$ 513.495.568,57	R\$ 441.195.555,24	85,92%
5- Inversões Financeiras	R\$ -	R\$ 3.766.423,51	R\$ 3.766.423,51	100,00%
6- Amortização da Dívida	R\$ 298.544,00	R\$ 240.088,92	R\$ 240.088,92	100,00%
Total Geral	R\$ 3.676.128.512,00	R\$ 4.219.302.485,85	R\$ 4.088.039.518,03	96,89%

Fonte: Relatório PLAN 72 – Sistema FIPLAN

Essa melhora no cenário econômico do estado, que propulsionou a arrecadação, combinada com medidas de gestão, possibilitou a realização de investimentos necessários ao aperfeiçoamento da política, tornando as forças de segurança mais bem equipadas, com melhores condições de trabalho e de atendimento ao público. A infraestrutura física necessária também tem recebido investimentos importantes, com reformas, ampliações e construções de unidades finalísticas. Destaca-se a ampliação de vagas no Sistema Penitenciário decorrente de investimentos que, combinados com a expansão da aplicação de penas alternativas pelo Poder Judiciário, possibilitaram que Mato Grosso alcançasse pela primeira vez uma taxa de ocupação menor que 100%.

O cenário fiscal favorável também permitiu investimentos em pessoal, com recente instituição de verbas aos servidores da SESP, como o fardamento para militares, policiais penais e agentes do sistema socioeducativos, e o auxílio alimentação para diversas categorias civis e militares da segurança pública, além da recomposição dos quadros efetivos por meio de concurso público vigente para Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Judiciária Civil e Perícia Oficial e Identificação Técnica.

Esses são alguns dos principais elementos que compõem o atual cenário estadual em torno da execução da política de segurança pública no estado, e sobre o qual deverá ser formulada a proposta de atuação para os próximos quatro anos.

3.5. EDUCAÇÃO

O cenário da Educação demonstra a realidade educacional no estado através do movimento e rendimento escolar, ou seja, a demanda por matrículas; a rede física da educação pública e particular e o desempenho do sistema educacional, os quais refletem-se nas altas taxas de reprovação e evasão escolar. Foi realizada investigação sobre o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), principal indicador de qualidade da educação brasileira, o qual avalia o ensino fundamental e médio no país. Integram ainda o estudo a análise da infraestrutura escolar e as metas e os indicadores de resultados do Plano Estadual de Educação elaborado para o estado de Mato Grosso e atualizada em 14/06/2021.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, **"a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa,**

seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Trata-se de um direito fundamental, referindo-se ao processo de desenvolvimento individual próprio à condição humana. Além da perspectiva individual, o direito à educação passa a ser visto, sobretudo, de forma coletiva, como fruto da construção de uma política educacional que vislumbra e define ações afirmativas do estado no sentido de prover à sociedade instrumentos para alcançar seu caráter de universalidade. Tais ações perpassam pela elaboração de políticas e ações governamentais relacionadas, entre outras, à regularização do fluxo escolar, à formação de professores, inclusão no atendimento à população da educação especial, campo, quilombola e indígena e o monitoramento do currículo implementado a partir da base nacional comum curricular (BNCC) e documento de referência curricular do estado de Mato Grosso (DRC).

3.5.1. MOVIMENTO E RENDIMENTO ESCOLAR

De acordo com o Censo Escolar 2021, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o número de matrículas do sistema educacional de Mato Grosso era de 875.906 em 2021 (quadro 60): 388.168 (44,32%) da rede estadual, 378.638 (43,23%) da rede municipal, 8.821 (1,01%) da rede Federal e 100.279 (11,45%) da rede particular.

Observa-se declínio do número de matrículas de 2019 para 2020 em todas as redes, o que está relacionado ao início da pandemia de Covid-19, que levou muitos estudantes a abandonarem os estudos diante as dificuldades do ensino remoto.

Em 2021, é possível identificar uma recuperação nos números da rede estadual e municipal (7,39% e 0,21% de matrículas a mais que no ano anterior, respectivamente), enquanto a rede privada apresentou um declínio de 2,07%, isso se dá, possivelmente, devido à movimentação dos estudantes da rede privada para a rede pública no período pandêmico, assim como, o trabalho realizado na rede estadual na busca ativa dos alunos.

Quadro 70 - Matrículas do ensino público e particular, por dependência adm. – 2018 a 2021

Matrículas	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
2018	9.604	386.966	363.183	104.878	864.631
2019	10.417	387.397	372.051	110.979	880.844
2020	9.233	361.454	377.830	102.398	850.915
2021	8.821	388.168	378.638	100.279	875.906

Fonte: Censo Escolar/INEP

Além disso, ao segmentar as etapas de ensino (quadro 71), pode-se identificar que a modalidade mais afetada pela pandemia foi a Educação de Jovens e Adultos, que decaiu em 28,85% nas matrículas de 2019 para 2020.

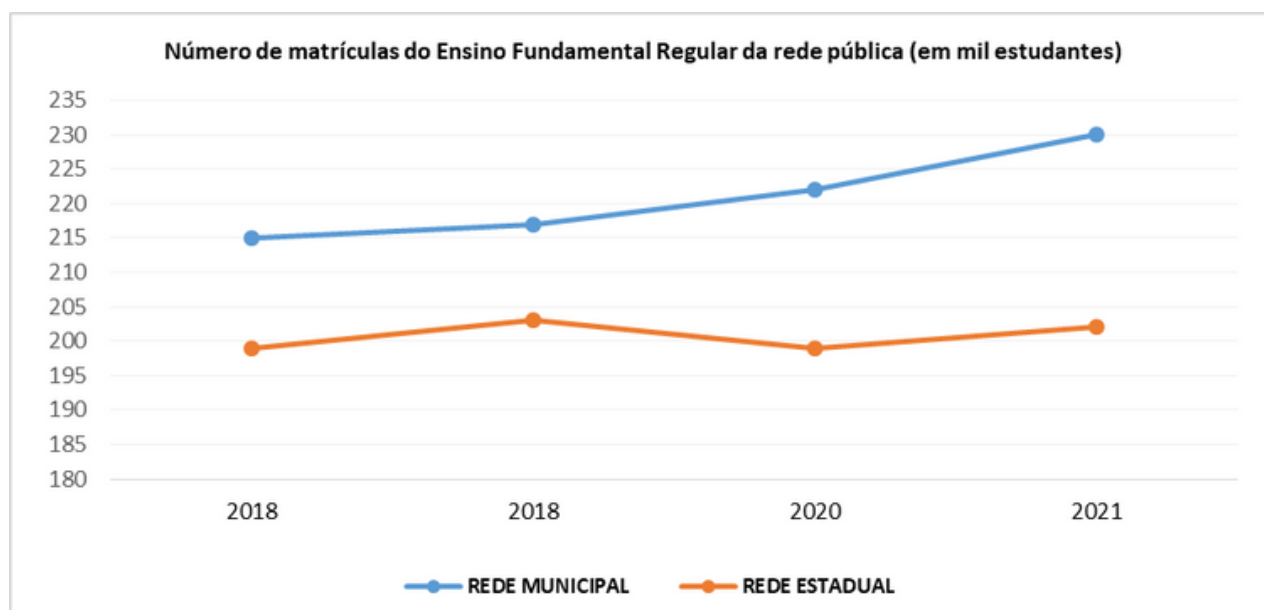
Quadro 71 – Matrículas do ensino público e particular por etapa de ensino – 2018 a 2021

Matrículas	2018	2019	2020	2021
Creches	69.213	71.180	67.108	65.968
Pré-escolas	98.682	104.312	105.712	97.957
Anos iniciais	261.750	265.693	265.952	274.249
Anos finais	209.863	212.527	211.765	212.319
Ensino médio	140.019	142.863	140.030	157.928
Educação Profissional	10.611	9.953	7.451	6.199
EJA	74.493	74.343	52.897	61.286
Educação Especial	24.226	22.816	24.400	25.730
Total	864.631	880.844	850.915	875.906

Fonte: Censo Escolar/INEP

Quando a análise é feita apenas para o Ensino Fundamental da rede pública (gráfico 25), é possível captar o efeito do Decreto Estadual nº 723/2020, que, dentre outras disposições referentes ao processo de matrículas, trata do reordenamento do atendimento entre rede estadual e municipal. O referido decreto estabelece a passagem gradativa dos anos iniciais (1º ao 5º ano) para os municípios, enquanto o estado fica responsável pelo aumento da oferta de vagas para os anos finais (6º ao 9º ano).

A partir dos dados do Censo Escolar, verifica-se que, de fato, a rede municipal aumentou em 3,43% seu número de matrículas do Ensino Fundamental, decorrência do aumento de matrículas nos anos iniciais (+5,65%) e à redução de 3,53% nos anos finais. Enquanto isso, na rede estadual, a alta de 1,43% nas matrículas nessa etapa de ensino reside justamente nos anos finais (+2,47%).

Gráfico 25 - Matrículas do ensino fundamental regular da rede pública – 2018 a 2021

Fonte: Censo Escolar/INEP

No que tange ao número de matrículas por localidade (quadro 72), observa-se que, em 2021, a rede municipal é a responsável pelo maior percentual de atendimento na zona rural (49,43% das matrículas desta localidade), mas seguida de perto pela rede estadual (48,43%). A zona urbana, no entanto, ainda concentra o maior percentual de matrículas no estado, com 766.713 do total de 875.906 (87,53%).

Quadro 72 - Matrículas por localidade e dependência administrativa – 2021

Localidade	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Urbana	766.713	6.713	335.182	324.662	100.156
Rural	109.193	2.108	52.986	53.976	123
Total	875.906	8.821	388.168	378.638	100.279

Fonte: Censo Escolar/INEP

No ranking dos cinco municípios com maior número de matrículas em 2021 (quadro 63), tem-se: Cuiabá (16,54% das matrículas de Mato Grosso), Várzea Grande (7,77%), Rondonópolis (6,46%), Sinop (4,68%) e Sorriso (3,23%). Juntos, esses municípios somam 38,67% das matrículas do estado de Mato Grosso. Em Várzea Grande e Rondonópolis, o destaque de atendimento vai para a rede estadual, que concentra 47,66% e 46,43% das matrículas, respectivamente. Nos demais municípios deste ranking, a rede municipal é responsável pela maior parte dos atendimentos, sendo 37% em Cuiabá, 41,47% em Sinop e 57,50% em Sorriso. Neste último, a rede

municipal está 29,46 pontos percentuais (p.p.) à frente da estadual, enquanto nos demais a diferença é bem menor, variando entre 1,03 e 7,04 p.p., mostrando a aproximação das duas redes em termos de número de matrículas.

Por dependência administrativa, o destaque da rede federal está em Sorriso, com 1,62% das matrículas deste município, já a rede estadual se destaca em Várzea Grande (47,66%), a rede municipal também em Sorriso (57,50%) e a rede privada em Sinop (17,32%).

Por localidade, o município deste ranking que mais possui matrículas na zona rural é Sorriso com 7,18%, sendo que, destes, 84,92% são da rede municipal e apenas 15,08% da rede estadual. Já na zona urbana, o maior percentual está em Sinop, com 99,06% das matrículas nesta localidade, sendo que, destas, 41,57% são da rede municipal e 40,17% da rede estadual.

Quadro 73 - Cinco municípios com maior número de matrículas, por localidade e dependência administrativa – 2021

Localidade	Dependência Administrativa	Cuiabá	Várzea Grande	Rondonópolis	Sinop	Sorriso
Urbana	Total	142.219	65.582	53.608	40.586	26.233
	Federal	1.730	515	485	314	457
	Estadual	52.110	31.634	25.261	16.303	7.620
	Municipal	50.947	26.350	20.352	16.871	14.529
	Privada	37.432	7.083	7.510	7.098	3.627
Rural	Total	2.655	2.447	2.998	386	2.029
	Federal	-	-	-	-	-
	Estadual	-	790	1.021	266	306
	Municipal	2.655	1.657	1.946	120	1.723
	Privada	-	-	31	-	-
Total	Total	144.874	68.029	56.606	40.972	28.262
	Federal	1.730	515	485	314	457
	Estadual	52.110	32.424	26.282	16.569	7.926
	Municipal	53.602	28.007	22.298	16.991	16.252
	Privada	37.432	7.083	7.541	7.098	3.627

Fonte: Censo Escolar/INEP

A fim de atender a demanda total de matrículas, o conjunto de redes do estado de Mato Grosso mantinha 2.699 unidades escolares distribuídas nas zonas urbana e rural em 2021. Com relação ao critério da dependência administrativa (quadro 74), o

Quadro 74 - Estabelecimentos da Educação Básica, por Localização e Dependência Administrativa - 2021

Escolas	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
Urbana	14	524	974	439	1.951
Rural	5	211	529	3	748
Total	19	735	1.503	442	2.699

Fonte: Censo Escolar/INEP

No ranqueamento dos cinco municípios com maior número de unidades escolares (Quadro 7), encontram-se: Cuiabá (14,19%), Várzea Grande (6,08%), Rondonópolis (5,22%), Sinop (2,85%) e Cáceres (2,37%). Destes, o município com maior número de escolas rurais é Cáceres, com 26,56% de suas unidades escolares sendo da zona rural. O oposto é Cuiabá, com apenas 2,35% de escolas rurais.

Quadro 75 - Municípios com maior número de escolas, por localidade e dependência administrativa - 2021

Localidade	Dependência Administrativa	Cuiabá	Várzea Grande	Rondonópolis	Sinop	Cáceres
Urbana	Total	374	149	126	75	47
	Federal	2	1	1	1	-
	Estadual	68	42	35	19	13
	Municipal	157	72	58	38	25
	Privada	147	34	32	17	9
Rural	Total	9	15	15	2	17
	Federal	-	-	-	-	1
	Estadual	-	2	2	1	2
	Municipal	9	13	12	1	14
	Privada	-	-	1	-	-
Total	Total	383	164	141	77	64
	Federal	2	1	1	1	1
	Estadual	68	44	37	20	15
	Municipal	166	85	70	39	39
	Privada	147	34	33	17	9

Fonte: Censo Escolar/INEP

Dos municípios com menor número de escolas (quadro 76), verifica-se que o único que possui escola na zona rural é Canabrava do Norte, sendo esta da rede estadual. Os municípios com menor número de escolas são Araguaína e Indiavaí, com duas

unidades escolares cada. Foi observado também que, nestes municípios, não há presença da rede federal nem da rede privada.

Quadro 76 - Municípios com menor número de escolas, por localidade e dependência administrativa – 2021

Localidade	Dependência Administrativa	Araguainha	Indiavaí	Alto Boa Vista	Canabrava do Norte	Curvelândia
Urbana	Total	2	2	3	2	3
	Estadual	1	1	1	1	1
	Municipal	1	1	2	1	2
Rural	Total	-	-	-	1	-
	Estadual	-	-	-	1	-
	Municipal	-	-	-	-	-
Total	Total	2	2	3	3	3
	Estadual	1	1	1	2	1
	Municipal	1	1	1	1	2

Fonte: Censo Escolar/INEP

De acordo com os dados do Censo Escolar 2021, somam 36 os municípios que apresentam apenas uma unidade escolar da rede estadual cada (Quadro 78), sendo que, nestes, o número de escolas municipais varia entre 1 e 10. Já dos 5 municípios que apresentam apenas uma unidade da rede municipal (Quadro 77), o número de escolas estaduais varia entre 1 e 2.

Quadro 77 - Municípios com apenas uma unidade escolar da rede municipal – 2021

Número de escolas municipais	Município
1	Araguainha
	Indiavaí
2	Alto Boa Vista
	Curvelândia
	Nova Marilândia
	Pontal do Araguaia
	Ponte Branca
	Reserva do Cabaçal
	Rio Branco
	Santa Carmem
	São Pedro da Cipa
	Serra Nova Dourada
	União do Sul

Número de escolas municipais	Município
3	Araguaiana
	Ipiranga do Norte
	Novo Horizonte do Norte
	Novo Santo Antônio
	Planalto da Serra
	Ribeirãozinho
	Santa Cruz do Xingu
	Santa Rita do Trivelato
	Vale de São Domingos
	Nova Guarita
	Santo Antônio do Leste
4	Lambari D'Oeste
	Nova Santa Helena
	Porto Estrela
	Itaúba
5	Campos de Júlio
	Conquista D'Oeste
6	Cocalinho
	Nova Lacerda
	Vera
	Tapurah
10	Nova Nazaré
	Ribeirão Cascalheira

Fonte: Censo Escolar/INEP

Quadro 78 - Municípios com apenas uma unidade escolar da rede estadual – 2021

Número de escolas municipais	Município
1	Araguainha
	Indiavaí
2	Canabrava do Norte
	Figueirópolis D'Oeste
	Salto do Céu

Fonte: Censo Escolar/INEP

Quanto à modalidade (Quadro 79), o Ensino Fundamental apresenta a maior oferta de escolas, estando presente em 72,95% das 2.699 unidades. Enquanto isso, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é ofertada por apenas 16,08% dos estabelecimentos.

Quadro 79 - Número de Estabelecimentos da Educação Básica, por modalidade – 2021

Escolas	Infantil	Fundamental	Médio	Especial	EJA	Total
Total	1.588	1.969	673	2.062	434	2.699

Fonte: Censo Escolar/INEP

Ao analisar a média de alunos por turma (Quadro 80), vê-se que na zona rural o número é bem menor que na zona urbana, para todas as etapas de ensino. A que apresenta maior discrepância é o Ensino Médio com cerca de 10 alunos por turma a mais na zona urbana do que na rural. Para todas as etapas de ensino, localidade total, a maior média está na rede estadual, com exceção do Ensino Médio, em que a prevalência é da rede federal.

Quadro 80 - Média de alunos por turma, por etapa de ensino, localidade e dependência administrativa – 2021

Localidade	Dependência Administrativa	Creche	Pré-Escola	Fundamental Anos Iniciais	Fundamental Anos Finais	Ensino Médio
Urbana	Estadual	--	--	16,0	18,3	19,1
	Federal	--	--	--	--	31,0
	Municipal	14,0	14,7	16,2	17,3	--
	Privada	--	5,7	9,3	7,8	7,6
	Total	14,0	14,7	16,1	17,8	19,8
Rural	Estadual	20,2	21,0	24,8	27,6	30,8
	Federal	--	--	--	--	29,6
	Municipal	18,9	21,4	24,2	26,4	--
	Privada	10,2	12,7	16,3	20,8	25,6
	Total	17,5	19,8	22,8	26,3	30,2
Total	Estadual	20,2	21,0	23,7	26,7	28,4
	Federal	--	--	--	--	29,9
	Municipal	18,7	20,4	23,0	24,0	--
	Privada	10,2	12,7	16,3	20,7	25,4
	Total	17,3	19,1	22,0	25,2	28,2

Fonte: Censo Escolar/INEP

No que se refere à média de horas-aula diária, em 2021, observa-se que a rede federal, atuante apenas no Ensino Médio, apresenta 10,1 horas na zona rural e 7,6 horas na zona urbana, enquanto que, na rede estadual, esta média é de apenas 4,2 e 4,3 respectivamente.

Quadro 81 - Média de horas-aula diárias, por etapa de ensino, localidade e dependência administrativa – 2021

Localidade	Dependência Administrativa	Creche	Pré-Escola	Fundamental Anos Iniciais	Fundamental Anos Finais	Ensino Médio
Urbana	Estadual	--	--	4,0	4,1	4,2
	Federal	--	--	--	--	10,1
	Municipal	5,3	4,4	4,3	4,4	--
	Privada	--	4,3	4,5	5,3	9,7
	Total	5,3	4,4	4,2	4,2	4,8
Rural	Estadual	10,0	10,0	4,1	4,2	4,3
	Federal	--	--	--	--	7,6
	Municipal	6,9	4,2	4,2	4,3	--
	Privada	6,3	4,7	4,4	4,7	5,4
	Total	6,9	4,2	4,2	4,2	4,6
Total	Estadual	10,0	10,0	4,1	4,2	4,3
	Federal	--	--	--	--	8,2
	Municipal	6,9	4,2	4,2	4,3	--
	Privada	6,3	4,7	4,4	4,7	5,4
	Total	6,8	4,3	4,2	4,2	4,6

Fonte: Censo Escolar/INEP

No que se refere à situação dos estudantes (quadro 82), os dados foram fortemente impactados pelas políticas públicas educacionais nacionais adotadas durante a pandemia, dificultando conclusões a respeito do rendimento e da movimentação nos anos de 2020 e 2021:

Quadro 82 - Situação do Aluno – 2018 a 2021

UF		RENDIMENTO		MOVIMENTO			
Ano	Dependência	Aprovado	Reprovado	Abandono	Falecido	Trasferido	Sem resultado/movimento
2018	Estadual	289.153	33.653	28.674	103	18.518	35.098
	Federal	7.351	812	307	1	6	868
	Municipal	203.305	6.589	5.900	104	16.229	148.668
	Privada	65.368	1.426	2.811	24	811	34.318
2019	Estadual	281.654	45.756	28.826	124	19.584	29.262
	Federal	8.519	832	398	2	5	313
	Municipal	207.334	5.978	4.916	61	18.295	156.216
	Privada	71.590	1.556	3.637	31	1.221	33.518

UF		RENDIMENTO		MOVIMENTO			
Ano	Dependência	Aprovado	Reprovado	Abandono	Falecido	Trasferido	Sem resultado/ movimento
2020	Estadual	327.945	2.229	3.463	99	6.500	28.379
	Federal	7.475	1.142	92	4	2	372
	Municipal	217.122	560	1.605	63	9.011	159.137
	Privada	69.483	1.248	7.017	39	605	23.112
2021	Estadual	295.083	19.453	9.111	69	32.454	8.668
	Federal	6.211	1.489	59	1	446	143
	Municipal	221.860	1.331	590	23	35.611	6.488
	Privada	62.444	581	80	8	2.976	4.396

Fonte: Censo Escolar/INEP

Quanto às taxas de rendimento em 2021, os dados apontam para uma aprovação no Ensino Médio de 81,0% na rede estadual e federal, e de 98,8% na rede privada. A maior taxa de abandono está no Ensino Médio urbano da rede estadual, com 6,3%. A maior taxa de reprovação está no Ensino Médio rural da rede federal, com 24,6%, enquanto a maior taxa de aprovação está em 100% nas escolas privadas da zona rural.

Quadro 83 - Taxas de rendimento por localização, dependência e etapa de ensino – 2021

Localização	Dependência	Taxa de Aprovação			Taxa de Reprovação			Taxa de Abandono		
		Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
Rural	Estadual	99,5	96,5	82,5	0,3	2,3	13,3	0,2	1,2	4,2
	Federal	--	--	75,1	--	--	24,6	--	--	0,3
	Municipal	99,2	97,3	--	0,4	1,2	--	0,4	1,5	--
	Privada	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Total	99,3	96,9	82,0	0,4	1,8	14,0	0,3	1,3	3,9
Urbana	Estadual	99,3	97,1	80,8	0,4	2,0	12,9	0,3	0,9	6,3
	Federal	--	--	82,4	--	--	17,2	--	--	0,4
	Municipal	99,4	98,6	--	0,5	1,1	--	0,1	0,3	--
	Privada	99,4	98,9	98,8	0,5	1,0	1,0	0,1	0,1	0,2
	Total	99,4	97,6	82,5	0,5	1,7	12,0	0,1	0,7	5,5
Total	Estadual	99,3	97,1	81,0	0,4	2,0	12,9	0,3	0,9	6,1
	Federal	--	--	81,0	--	--	18,6	--	--	0,4
	Municipal	99,4	98,2	--	0,4	1,1	--	0,2	0,7	--
	Privada	99,4	98,9	98,8	0,5	1,0	1,1	0,1	0,1	0,2
	Total	99,4	97,5	82,4	0,5	1,7	12,3	0,1	0,8	5,3

Fonte: Censo Escolar/INEP

3.5.2. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB

Em 2007, foi instituído no Brasil o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, que passou a ser referência para as políticas públicas educacionais ao reunir em um único indicador aspectos diretamente relacionados à qualidade educacional, tais como fluxo, média da proficiência na aprendizagem em língua portuguesa e matemática. E, ainda, traz projeções de metas para a educação nos níveis: Brasil, estados, municípios e escolas, a serem alcançadas bienalmente, quando é realizado a avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

O IDEB varia de 0 a 10, para 2021, o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu como meta para o Ensino Fundamental - anos iniciais, a nota 6. Essa nota corresponde a nota atingida pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Para o Ensino Fundamental - anos finais, estabeleceu-se a nota 6.0 que deve ser atingida no ano de 2025.

A seguir serão apresentados os quadros que sintetizam os resultados do IDEB com as metas projetadas e médias de proficiência para os Anos Iniciais, Finais e Ensino Médio.

Quadro 84 - Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 5º Ano - 2007 a 2021

Ano	Aprendizado	Fluxo	IDEB observado	Metas projetadas
2007	4,78	0,91	4,4	3,6
2009	5,07	0,97	4,9	4,0
2011	5,09	0,99	5,1	4,4
2013	5,15	1,00	5,1	4,7
2015	5,59	1,00	5,6	4,9
2017	5,81	0,99	5,8	5,2
2019	5,76	0,97	5,6	5,5
2021	5,57	0,99	5,5	5,8

Fonte: Dados do Ideb/Inep (2023).

A série histórica apresentada no quadro 84, revela que no período de 2007 a 2019 o estado de Mato Grosso para os anos iniciais alcançou as metas projetadas para o IDEB, entretanto, para a edição de 2021 observa-se queda de 1,8% no IDEB observado e aumento de 2,06% no fluxo ao compararmos com a edição de 2019.

É importante destacar que o aumento do fluxo está associado a estratégia do continuum curricular⁷⁴. Além de observarmos um distanciamento de 5,45% para a meta projetada de IDEB para 2021.

Na sequência será apresentado as médias de proficiências da rede Estadual para o 5º Ano do Ensino Fundamental.

Quadro 85 - Médias de Proficiência nas últimas edições do SAEB – 5º ano - 2013 a 2021

Ano	Língua Portuguesa	Matemática
2013	184,40	198,36
2015	199,83	210,41
2017	205,28	213,81
2019	202,47	213,65
2021	199,54	206,69

Fonte: Inep (2023).

Quanto à proficiência, observa-se uma evolução nos resultados de língua portuguesa e de matemática entre os anos de 2013 a 2017, com decréscimo entre os anos de 2019 e 2021.

O quadro 86 apresenta o IDEB observado com as metas projetadas entre as edições de 2007 a 2021.

Quadro 86 - Anos Finais do Ensino Fundamental – 9º Ano - 2007 a 2017

Ano	Aprendizado	Fluxo	Observado	Metas projetadas
2007	4,37	0,82	3,6	2,9
2009	4,67	0,90	4,2	3,1
2011	4,53	0,95	4,3	3,3
2013	4,37	0,97	4,2	3,7
2015	4,66	0,96	4,5	4,1
2017	4,84	0,96	4,6	4,4

⁷⁴ Considerando o § 3º do art.2º da Lei Federal Nº 14.040, DE 18 DE AGOSTO DE 2020, para o cumprimento dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, a integralização da carga horária mínima do ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, poderá ser feita no ano subsequente, inclusive por meio da adoção de um continuum de 2 (duas) séries ou anos escolares, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo CNE, a BNCC e as normas dos respectivos sistemas de ensino.

Ano	Aprendizado	Fluxo	Observado	Metas projetadas
2019	4,87	0,92	4,5	4,6
2021	4,89	0,97	4,7	4,9

Fonte: Dados do Ideb/Inep (2023)

O quadro 86 aponta que no período de 2007 a 2017 o estado de Mato Grosso, para os anos finais, alcançou as metas projetadas para o IDEB. No entanto, para a edição de 2019 observa-se quedas de 2,22% e 4,17%, no IDEB observado e no Fluxo, respectivamente, ao compararmos com a edição de 2017. Vale evidenciar que o aumento de 4,45% no IDEB observado de 2021, se compararmos com a edição de 2019 é em decorrência dos aumentos de 0,41% no aprendizado e 5,43% no fluxo. No que diz respeito a média de proficiência no 9º ano do Ensino Fundamental as edições de 2013 a 2021 apresenta os seguintes resultados em língua portuguesa e matemática, conforme quadro 87.

Quadro 87 - Médias de Proficiência nas últimas edições do SAEB – 9º ano -2013 a 2021

Ano	Língua Portuguesa	Matemática
2013	229,34	232,22
2015	237,46	241,78
2017	245,31	244,14
2019	244,76	245,91
2021	247,56	245,11

Fonte: Inep (2023).

Os dados do quadro 87 indicam melhoria na proficiência em língua portuguesa, entre os anos de 2013 a 2021, com exceção ao ano de 2019, que apresentou um decréscimo de 0,55 pontos em relação a edição de 2017.

O quadro 88 apresenta o IDEB observado em relação às metas projetadas para a última etapa da Educação Básica, ou seja, o Ensino Médio.

Quadro 88 - Ensino Médio – 3º Ano -2007 a 2021

Ano	Aprendizado	Fluxo	IDEB observado	Metas Projetadas
2007	4,01	0,75	3,0	2,6
2009	4,06	0,72	2,9	2,7
2011	4,22	0,73	3,1	2,9
2013	4,04	0,68	2,7	3,1

Ano	Aprendizado	Fluxo	IDEB observado	Metas Projetadas
2015	4,20	0,71	3,0	3,5
2017	4,16	0,77	3,2	3,9
2019	4,38	0,77	3,4	4,2
2021	4,29	0,84	3,6	4,4

Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2023)

Ao analisar o Quadro 88, verifica-se que 2011 foi o último ano em que o estado de Mato Grosso alcançou as metas previstas para o IDEB do Ensino Médio. Reforça-se que para os anos subsequentes, os resultados apontam distanciamento do IDEB observado com as metas projetadas. Cabe destacar que o aumento de 5,88% no IDEB de 2021, se compararmos com a edição de 2019, é em decorrência do aumento de 9,09% no fluxo para o mesmo período observado.

No Quadro 89 observa-se a proficiência do Ensino Médio nas edições do SAEB realizadas entre os anos de 2013 a 2021.

Quadro 89 - Médias de Proficiência nas últimas edições do SAEB – 3º ano -2013 a 2021

Ano	Língua Portuguesa	Matemática
2013	250,18	255,01
2015	259,43	257,66
2017	255,97	257,48
2019	265,38	263,27
2021	264,31	257,89

Fonte: Inep (2023).

Os resultados apresentados no quadro 89 indicam aumento da proficiência em língua portuguesa e matemática entre as edições de 2013, 2015 e 2019, com queda de proficiência nas edições de 2017 e 2021.

3.5.3. INFRAESTRUTURA ESCOLAR

Os dados do Censo Escolar 2022 evidenciam que as escolas mato-grossenses ainda apresentam fragilidades gritantes no quesito infraestrutura. Das 2.715 escolas existentes no estado no ensino público e privado, apenas 33% são atendidas pela rede pública de esgoto, 74% recebem água via rede pública, 83%, possuem coleta de lixo periódico e 99% possuem energia elétrica.

Ainda de acordo com o Censo, a presença de recursos tecnológicos, tais como laboratórios de informática e acesso à internet ainda não é realidade para muitas escolas de Mato Grosso. Apenas 39% das escolas de ensino público e privado dispõem de laboratório de informática; 95% das escolas têm acesso à internet; em 74% das escolas a internet é por banda larga. Bibliotecas e/ou salas de leitura estão presente em 59% das instituições de ensino. O censo mostra que nas escolas de educação infantil, 98% têm banheiro na escola, 99% possuem água potável e 87% oferecem merenda escolar.

As pessoas com deficiência encontram muitos estabelecimentos sem medidas que garantam acessibilidade, apenas 78% das escolas de Mato Grosso têm dependências e vias adequadas para esses estudantes ou para os que têm mobilidade reduzida. Ainda quanto às dependências, 96% das escolas possuem cozinha, 39% laboratório de informática, 12% laboratório de ciências, 51% possuem quadras de esporte, 76% sala de diretoria, 82% sala de professores, 32% sala para atendimento especial, 98% sanitário no prédio.

No que concerne a presença de equipamentos, 41% possuem aparelho de DVD, 84% impressora, 19% antena parabólica, 47% máquina copiadora, 0% retroprojeter e 83% televisão.

O Governo do Estado ampliou os investimentos em equipamentos e tecnologias no ambiente escolar, possibilitando a promoção da qualidade e equidade educacional da rede, tais como *smart tvs*, *cromebooks* e *notebooks*, bem como a utilização da Robótica Educacional; Educação *Makerspace*; Metodologia *STEAM*, e ampliação da conectividade na escola.

3.5.4. DO ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO NO CAMPO

Tendo em vista as especificidades das comunidades do campo e quilombolas (seus fazeres, saberes, cultura, tecnologias, histórias e ancestralidade) a Seduc/MT entende a necessidade de uma comunidade escolar que respeite essas características. A Política da Educação do Campo e Política da Educação Escolar Quilombola visa pensar estratégias pedagógicas para incluir os estudantes no espaço escolar, fortalecer o currículo destas escolas, desenvolver as habilidades e competências previstas pela BNCC, possibilitando, assim, a construção de um projeto educacional que respeite a realidade dos estudantes.

Assim, compõem a Política da Educação do campo a ampliação da oferta de escolas agrícolas; implantação de hortas pedagógicas no espaço da escola; projetos em educação ambiental e sustentabilidade nas escolas; material didático específico do Campo; formação continuada dos profissionais voltada para as particularidades e especificidades do campo; implementação de projetos e ações voltadas para o currículo específico ciências e saberes do campo; monitoramento e acompanhamento das políticas educacionais nas escolas do campo com o intuito melhorar os índices educacionais dos exames nacionais e estaduais, bem como estabelecer estratégias de ação em articulação com os planos de aula.

3.5.5. DO ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

A Política da Educação Escolar Quilombola propõe estratégias pedagógicas para incluir os estudantes no espaço escolar, fortalecer o currículo das escolas quilombolas e desenvolver as habilidades e competências previstas pela BNCC. São componentes desta política: produção de material pedagógico específico voltado para o componente curricular específico ciências e saberes quilombola; implementar projetos de horta na escola, educação ambiental e sustentabilidade; programa de inclusão e auxílio aos estudantes quilombolas no ensino superior através cooperação técnica com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); monitoramento e acompanhamento das políticas educacionais nas escolas quilombolas, com o intuito melhorar os índices educacionais de avaliação, estabelecendo estratégias de ação articulados aos planos de aula e necessidades dos estudantes.

Com relação ao transporte escolar que garante o acesso de crianças e adolescentes à educação básica, especialmente nas áreas rurais, o Governo do Estado tem investido na ampliação e renovação da frota, garantindo o atendimento de estudantes público alvo da educação especial; realizado serviço de fiscalização efetiva da prestação do serviço de transporte escolar. Para aprimorar essa política, o governo vem buscando implantar uma solução para gestão e otimização das rotas do transporte escolar no estado, realizando o mapeamento da malha viária existente, por meio de pesquisas de campo, rastreadores GPS instalados dentro dos veículos escolares e de imagem via satélite, os quais permitem um planejamento de rotas que atendam melhor os estudantes.

3.5.6. DO ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO ESPECIAL

O estado de Mato Grosso considera a Educação Especial enquanto modalidade transversal na escola regular que tem como público-alvo da Educação Especial, pessoas com deficiência (Pcd), transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação (AH/SD). Fundamenta-se no direito humano à educação comum com base na igualdade de oportunidades e no pleno desenvolvimento do potencial humano, no senso de dignidade e autoestima. Nesse sentido, o estado propõe políticas educacionais que fortaleçam ações inclusivas, implementando ações que considerem as especificidades dos sujeitos, o convívio entre os pares, a formação para a vida em comunidade e o mundo do trabalho.

Em vista disso, o estado tem ofertado políticas públicas educacionais voltadas para o acesso, a permanência e o sucesso escolar do público-alvo da educação especial, bem como a promoção de ações de acessibilidade voltadas para a inclusão social. Inicialmente, busca a sensibilização da sociedade sobre a condição e especificidades da pessoa com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação através de projetos formativos como o Projeto Autismo na Escola. Esse projeto envolveu as 670 escolas de Mato Grosso através das 15 Diretorias Regionais de Educação, a ação levou informações sobre autismo por meio de cartilha informativa, caderno pedagógico e oficinas de vivência para aproximadamente 350.000 estudantes, todos os professores e famílias.

A fim de garantir o acesso de todos os estudantes à escola, o estado implantou a matrícula prioritária, uma ação que consiste em permitir que prioritariamente sejam matriculados somente estudantes com deficiência e TEA, isso garante que nenhuma escola alegue a inexistência de vagas, já que nenhum estudante ainda foi matriculado. Com objetivo de garantir a permanência e a qualidade no atendimento, propõe-se medidas de apoio que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social do público-alvo da educação especial. Nessa perspectiva, o estado propõe o Atendimento Educacional Especializado (AAE) que funciona nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), o Professor de Apoio Pedagógico Especializado, o Assistente de Educação Especial, Serviços de Intérprete de Libras e Instrutor Surdo, o Centro de Apoio e Suporte à Inclusão da Educação Especial, Serviços Multidisciplinares de Acompanhamento Especializado e Equoterapia.

A rede de ensino estadual também oferta serviços de suporte à escola, ao estudante e à comunidade em geral por meio do Centro de Apoio e Suporte à Inclusão da Educação Especial (Casies). As ações desenvolvidas pelo Casies visam

oportunizar a elaboração e divulgação de conhecimentos relativos ao processo de ensino e aprendizagem, com vistas ao fortalecimento do processo de inclusão escolar das pessoas com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação, com foco no atendimento e apoio pedagógico aos professores e alunos e, orientação às famílias, bem como garantir suporte técnico e pedagógico aos sistemas de ensino.

O estado tem investido recursos para a acessibilidade arquitetônica através de construção de prédios escolares com as devidas adequações às normas de acessibilidade dispostas na Norma 9050. Há investimentos também que apontam para aquisição de equipamento de Tecnologia Assistiva, como o dispositivo Orcam que permite a leitura de livros e materiais escritos, bem como, o reconhecimento do valor monetário das notas, as informações contidas em embalagens e rótulos, a verificação de horas, a identificação de cores, entre outras funções que agregam qualidade de vida e inclusão social a pessoa com deficiência visual. O fortalecimento das ações pedagógicas também perpassa pela aquisição de materiais adaptados complementares para fortalecimento dos processos pedagógicos voltados para a inclusão da pessoa com deficiência pelo governo do estado.

Atualmente, em termos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem, Mato Grosso ocupa um lugar de destaque no cenário nacional. A fim de que nenhum estudante se distancie de um processo de avaliação eficaz e formativo, buscaram-se mecanismos para delinear um procedimento avaliativo para estudantes com deficiência e transtorno do espectro autista que não seguem o fluxo de aprendizagem da turma. O estado está empenhado em conceber um processo avaliativo desenvolvido especificamente para a pessoa com deficiência e autismo concebida como orientadora do processo de aprendizagem, possibilitando ao professor refletir e flexibilizar o currículo escolar com base nas diferentes respostas que o aluno expressa mediante os desafios acadêmicos apresentados no curso de sua escolarização.

O estado de Mato Grosso oferta quatro escolas especializadas para pessoas com deficiência e autismo com alto nível de comprometimento e suporte que por razões pessoais, educacionais ou sociais, não foram matriculadas no ensino regular e tiveram seu processo de inclusão prejudicado. Há disponibilização de fomento para 75 instituições filantrópicas, distribuídas em 62 municípios, atendendo 6.669 alunos através da descentralização de recursos repassados através de termo de fomento. Existe, ainda a oferta de uma escola bilíngue para surdos voltada para o desenvolvimento linguístico, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de forma a considerar a identidade cultural e linguística específica da

pessoa surda e surdocega, de modo que os processos educacionais vivenciados sejam ministrados na língua e nos modos e meios de comunicação mais adequados a elas e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

Em reconhecimento à supremacia do direito à educação, o estado de Mato Grosso oferta o atendimento educacional para estudantes hospitalizados ou em tratamento contínuo que passam parte do tempo em unidade de saúde, de forma a comprometer o acompanhamento escolar. Atualmente, o serviço é ofertado nos principais hospitais da capital, sendo eles: Hospital Estadual Santa Casa, Hospital Universitário Júlio Muller, Hospital de Câncer e na instituição de amparo denominada Associação dos Amigos da Criança com Câncer (AACC-MT). O estado também oferece o atendimento domiciliar para estudantes acamados com enfermidades cujo afastamento escolar seja prolongado. No que concerne às Políticas Públicas da Educação Especial, o atendimento da pessoa com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/ superdotação tem se pautado nos direitos humanos e no conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na transversalidade das ações educacionais, numa busca de identificação de recursos e processos que operam na eliminação das barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais, tecnológicas e pedagógicas.

3.5.7. DO ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

A modalidade da Educação Escolar Indígena é uma política de direito que se ancora nas formas tradicionais de organização social e cosmológica dos povos indígenas e nos modos próprios como produzem, sistematizam e transmitem seus conhecimentos. Cada povo carrega sua língua materna, seus saberes, suas tecnologias e suas ancestralidades, afirmando assim a importância de se pensar o processo de escolarização de estudantes indígenas com a necessária atenção que valorize a sua cultura original, ao mesmo tempo em que lhes apresenta a cultura da sociedade não-indígena. A construção do currículo também se pauta pela preparação do aluno para suas relações interculturais. Nesse sentido, as metodologias, as didáticas, as práticas pedagógicas e as características dos diferentes sujeitos das aprendizagens devem ser asseguradas em atenção aos modos próprios de transmissão do saber indígena.

Atualmente, o estado de Mato Grosso abriga 43 povos indígenas, estando o atendimento da COEI presente em 37 terras indígenas (TIs) distribuídas pelo estado.

São 340 aldeias, que podem ser encontradas em todas as 15 Diretorias Regionais de Educação do Estado.

No ano de 2022, o atendimento a estes 43 povos indígenas foi oferecido por 71 escolas estaduais indígenas (EEl) em funcionamento, sendo que a EEl Enawênê Nawê, mesmo possuindo seu ato de criação, está sendo atendida como sala anexa da EEl Myhyinykyta por questões de falta de infraestrutura. Há também outras 270 salas anexas atendidas por EEl e 345 salas anexas atendidas por escolas do campo, com alunos indígenas matriculados. Neste escopo, contabilizamos o total de 12.648 estudantes indígenas no ano de 2022, matriculados em 987 turmas alocadas em 609 salas físicas.

A Política Pública da Educação Escolar Indígena nasceu para propor diretrizes operacionais a fim de garantir ao estudante indígena o acesso aos códigos e conhecimentos da sociedade envolvente, assegurando o ensino bilíngue e multicultural crítico, sendo responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT) e das prefeituras que administram as 144 escolas municipais indígenas no estado segundo a legislação estadual estabelecida (total obtido no último levantamento realizado via SIPE pela Coordenadoria da Educação Indígena).

Os conteúdos nas escolas indígenas, em todos os ciclos e anos da Educação Básica, devem ser orientados pelo princípio da interdisciplinaridade e contextualização na articulação entre os diferentes campos do conhecimento, por meio do diálogo transversal entre disciplinas diversas e do estudo e pesquisa de temas da realidade dos estudantes e de suas comunidades. Com isso, o educando é instigado a ressignificar a escola a partir da sua própria concepção de mundo.

Enquanto modalidade, a educação indígena se pauta nos princípios da afirmação étnica, linguística e cultural das sociedades indígenas; na defesa da autonomia das terras indígenas e dos seus projetos societários, considerando suas estruturas sociais e as práticas sociais, culturais, religiosas e econômicas; nas diferentes formas de produção de conhecimento, processos próprios e métodos de ensino e aprendizagem; na articulação e no intercâmbio entre os conhecimentos autóctones das sociedades indígenas e os de outras sociedades (nacionais e internacionais); na recuperação das memórias históricas das sociedades indígenas, com a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências nas escolas localizadas nas aldeias e nas escolas não indígenas, bem como, em todos os espaços educativos públicos ou privados; no acesso às informações, aos conhecimentos técnicos, científicos e culturais da sociedade nacional e das demais sociedades

indígenas; no uso de materiais didático-pedagógicos produzidos de acordo com o contexto sociocultural de cada povo indígena; na arquitetura das edificações escolares com características e padrões que mantenham as características das edificações nas comunidades indígenas; na busca de constituição de um quadro de profissionais preferencialmente indígenas em todos os cargos das unidades educativas, em conformidade com a lei de carreira específica dos profissionais da Educação Escolar indígena.

A organização curricular se baseia em eixos temáticos, projetos de pesquisa, eixos geradores ou matrizes conceituais, em que os conteúdos das diversas disciplinas podem ser trabalhados numa perspectiva interdisciplinar. Nisso, materiais didáticos específicos, escritos na língua portuguesa, nas línguas indígenas e bilíngues, que reflitam a perspectiva intercultural da educação diferenciada, devem ser elaborados pelos professores indígenas e seus estudantes e publicados pelos respectivos sistemas de ensino.

As disciplinas que compõem a parte diversificada do Currículo da Educação Escolar Indígena evidenciam uma das principais diferenças entre as escolas indígenas e as não indígenas, com a inclusão da Área de Ciências e Saberes Indígenas. Essas atividades consistem no ensino do que seria a “cultura indígena”, visando a sua perpetuação e ressignificação, de modo geral, realizada pelos próprios professores indígenas.

Embora as disciplinas tenham surgido como um “espaço de celebração de vínculo” entre escola e comunidade, com a participação das lideranças e “dos mais velhos”, essas práticas pedagógicas têm intuito a socialização dos conhecimentos entre gerações. As aulas semanais das Ciências e Saberes Indígenas são como “rituais pedagógicos”, que integram o currículo das escolas específicas e diferenciadas. O processo de ensino-aprendizagem é centralizado nas experiências socioculturais das diversas etnias e tem como objetivo a transmissão e reconstrução de saberes práticos, como: a confecção de objetos artesanais produzidos por sementes, palhas, barro, danças, pinturas corporais, plantação de roças, sustentabilidade territorial entre outras. Isso chama a atenção para as práticas socioculturais e evidencia a função social da escola específica e diferenciada. Considerando as especificidades dos povos indígenas de Mato Grosso e suas diversidades socioculturais, a modalidade da Educação Escolar Indígena no Documento de Referência Curricular para Mato Grosso deve assegurar às comunidades indígenas uma organização escolar e curricular voltada para a valorização dos saberes, numa perspectiva intercultural e no cumprimento dos princípios da Escola Indígena. Nesse sentido, o

currículo das escolas indígenas está ligado às concepções e práticas que definem o papel sociocultural da escola.

Na oferta da educação infantil, deve-se ter um currículo construído a partir da consulta às comunidades, no que se refere a formas de atendimento, espaços e conteúdo a serem trabalhados, inclusive no que se refere à faixa etária de acesso. Nessa fase da educação escolar, o currículo terá de priorizar o ensino com base nas pedagogias indígenas, e o ensino ocorrer sempre em língua materna, devendo ser iniciada a alfabetização em língua portuguesa somente a partir dos Anos Finais, garantindo aos alunos a produção escrita na língua portuguesa em articulação com a língua materna e com a oralidade.

Uma questão importante na abordagem sobre a especificidade da Educação Escolar Indígena está centrada também na formação inicial e continuada para professores indígenas e não-indígenas que atuam em EEIs, sendo este um dos grandes desafios: a formação docente para a busca da implementação do currículo e de práticas pedagógicas da escola específica, diferenciada, intercultural e bilíngue. Nesse sentido, considerando que algumas línguas indígenas estão perigosamente ameaçadas, o currículo das escolas indígenas deve priorizar a continuidade dos trabalhos de revitalização linguística por meio dos projetos de autoria indígena. Como componente pedagógico dinâmico, a formação dos profissionais que atuam na Educação Indígena deve ser flexível, adaptada aos contextos socioculturais das comunidades indígenas em seus projetos societários, previstos na legislação vigente. Para isso, devem ser consideradas as condições de escolarização dos professores indígenas e as condições de formação no trabalho; os espaços e tempos das instituições educativas próximas à comunidade.

Atualmente, nas escolas indígenas, são observados os critérios de reconhecimento das especificidades das escolas indígenas quanto aos seus aspectos comunitários, bilíngues e multilíngues, de interculturalidade e diferenciação. Também há a preocupação em flexibilizar a organização dos tempos e espaços curriculares, tanto no que se refere à Base Nacional Comum Curricular, quanto à parte diversificada da área de Ciências e Saberes Indígenas. Há editais de fomento para projetos cujo objetivo é garantir a inclusão dos saberes e procedimentos culturais produzidos pelas comunidades indígenas, assim como revitalizar línguas maternas em processo de extinção. O calendário anual deve contemplar o mínimo de 200 dias letivos (com o mínimo de 800 horas), respeitando-se a flexibilidade necessária para o calendário das escolas indígenas, que poderá ser organizado de modo independente do ano civil, de acordo com as atividades produtivas e socioculturais das comunidades -

assim como na Educação do Campo, a pedagogia da alternância também deve ser observada para a Educação Indígena.

Buscando uma oferta educacional que esteja alinhada às necessidades dos estudantes indígenas e, ao mesmo tempo, valorizando as ciências e saberes desses povos, está sendo implantado, com início no ano de 2023, o projeto estrutural e arquitetônico com escolas indígenas modulares, com salas construídas de acordo com o modelo de construção das aldeias indígenas. Há também a expectativa de implantação do modelo de escola em tempo integral para aquelas onde se faça possível a utilização dos espaços nos turnos matutino e vespertino. Tem sido aplicado intenso esforço para que se ampliem as vias de diálogo entre as redes e os entes federais, sendo a COEI intermediadora frequente na resolução de conflitos e peça-chave nos estudos de questões que concernem aos povos indígenas, de modo mais amplo, além da esfera educacional.

3.5.8. PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

O Plano Estadual de Educação abrange todos os níveis de ensino, desde da educação infantil até a educação superior, nas suas diversas modalidades e para as diferentes demandas. Segundo esse plano, a universalização da educação básica só será alcançada se a desarticulação histórica nos papéis das esferas municipais, estadual e federal for superada. É neste sentido que o PEE, priorizará o planejamento conjunto entre as esferas nos três níveis de ensino, ou seja, educação infantil, ensino fundamental e médio.

O Plano Estadual de Educação relacionou as seguintes metas e indicadores de resultados para o estado de Mato Grosso.

Quadro 90 – Meta e indicadores de resultados do Plano Estadual de Educação – 2021 a 2026

META	INDICADOR	2024
META 1 - Ofertar a educação infantil na pré-escola para 100% (cem por cento) de crianças de 4 e 5 anos até 2024 e ampliar a educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% de crianças de 0 a 03 anos até 2024.	INDICADOR 1.A - Número de crianças de 4 a 5 anos atendidas em relação ao total de crianças nessa faixa etária.	100%
	INDICADOR 1.B - Número de crianças de 0 a 3 anos atendidas e relação ao total de crianças nessa faixa etária.	50%

META	INDICADOR	2024
<p>META 2 - Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que, pelo menos, 95% dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada até o ano de 2024.</p>	<p>INDICADOR 2.A - Porcentagem de crianças de 6 a 14 anos matriculadas no ensino fundamental ou que já concluíram o ensino fundamental - taxa líquida de matrícula.</p>	100%
	<p>INDICADOR 2.B - Porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram o ensino fundamental.</p>	95%
<p>META 3 - Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) até o ano de 2024.</p>	<p>INDICADOR 3.A - Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos que frequentam a escola ou já concluíram a educação básica - taxa de atendimento.</p>	85%
	<p>INDICADOR 3.B - Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio ou que já concluíram a educação básica - taxa líquida de matrícula.</p>	85%
<p>META 4 - Universalizar até 2024, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.</p>	<p>INDICADOR 4.A - Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola.</p>	100%
	<p>INDICADOR 4.B - Percentual de matrículas de estudantes de 4 a 17 anos de idade com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento - TGD e altas habilidades ou superdotação que estudam em classes comuns da educação básica.</p>	100%
<p>META 5 - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental.</p>	<p>INDICADOR 5.A - Porcentagem de crianças do 3º ano do ensino fundamental por nível de proficiência em leitura.</p>	100%
	<p>INDICADOR 5.B - Porcentagem de crianças do 3º ano do ensino fundamental por nível de proficiência em escrita.</p>	100%
	<p>INDICADOR 5.C - Porcentagem de crianças do 3º ano do ensino fundamental por nível de proficiência em Matemática.</p>	100%
<p>META 6 - Oferecer Educação em Tempo Integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes da educação básica.</p>	<p>INDICADOR 6.A - Porcentagem de escolas públicas da educação básica com matrículas em tempo integral.</p>	50%
	<p>INDICADOR 6.B - Porcentagem de matrículas na rede pública em tempo integral na educação básica.</p>	25%

META	INDICADOR	2024
<p>META 7 - Fomentar a qualidade da educação básica em 100% (cem por cento) das unidades de ensino do sistema estadual de educação, com foco na melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem durante a vigência do Plano.</p>	<p>INDICADOR 7.A - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb - anos iniciais.</p>	100%
	<p>INDICADOR 7.B - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb - anos finais.</p>	100%
	<p>INDICADOR 7.C - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb - ensino médio.</p>	100%
<p>META 8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano para as populações do campo, da região de menor escolaridade no estado e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.</p>	<p>INDICADOR 8.A - Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - Campo (em anos de estudo).</p>	12
	<p>INDICADOR 8.B - Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - 25% mais pobres (em anos de estudo).</p>	12
	<p>INDICADOR 8.C - Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - Negros (em anos de estudo).</p>	12
<p>META 9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 94,5% (noventa e quatro e meio por cento) até 2022 e reduzir o analfabetismo absoluto e funcional em 50% (cinquenta por cento) até o final da vigência deste PEE.</p>	<p>INDICADOR 9.A - Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais (%).</p>	94,5
	<p>INDICADOR 9. B - Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos (%).</p>	50% do ano de referência
<p>META 10 - Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos - EJA, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.</p>	<p>INDICADOR 10.A - Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.</p>	25%
<p>META 11 - Ampliar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, de modo a triplicá-las até 2024, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público até 2024.</p>	<p>INDICADOR 11.A - Matrículas na educação profissional técnica.</p>	300% do ano de referência
	<p>INDICADOR 11.B - Porcentagem das matrículas na Educação Profissional Técnica de nível médio em relação ao total de matrículas do ensino médio.</p>	50%

META	INDICADOR	2024
<p>META 12 - Elevar a taxa bruta de matrículas na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas no segmento público.</p>	<p>INDICADOR 12.A - Porcentagem de matrículas na educação superior pública em relação à população de 18 a 24 anos - taxa bruta de matrícula.</p>	50%
	<p>INDICADOR 12.B - Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos na educação superior pública - taxa líquida de matrícula.</p>	33%
	<p>INDICADOR 12.C - Porcentagem de matrículas na educação superior pública.</p>	40%
<p>META 13 - Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício na educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) de doutores.</p>	<p>INDICADOR 13.A - Percentual de docentes com mestrado na educação superior.</p>	75%
	<p>INDICADOR 13.B - Percentual de docentes com doutorado na educação superior.</p>	35%
<p>META 14 - Elevar gradualmente o número de matrículas em 30% (trinta por cento) para os cursos de mestrado e doutorado.</p>	<p>INDICADOR 14.A - Quantidade de títulos de mestrado concedidos por ano no estado.</p>	30%
	<p>INDICADOR 14.B - Quantidade de títulos de doutorado concedidos por ano no estado.</p>	30%
<p>META 15 - Garantir em regime de colaboração entre a União, o Estado e os municípios, formação específica inicial de modo que todos que atuam na educação possuam formação em nível superior até 2024.</p>	<p>INDICADOR 15.A - Porcentagem de professores da educação básica com curso superior.</p>	100%
	<p>INDICADOR 15.B - Proporção de docentes que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento que lecionam - anos finais do ensino fundamental.</p>	100%
	<p>INDICADOR 15.C - Proporção de docentes que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento que lecionam - ensino médio.</p>	100%
	<p>INDICADOR 15.D - Porcentagem de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.</p>	100%
<p>META 16 - Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica até 2024 e garantir a todos os</p>	<p>INDICADOR 16.A - Percentual de profissionais da educação básica com pós-graduação lato sensu e stricto sensu.</p>	50%

META	INDICADOR	2024
profissionais da educação básica formação continuada na sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações do sistema de ensino.	INDICADOR 16.B - Percentual de profissionais da educação básica que realizaram curso de formação continuada.	100%
META 17 - Promover continuamente o sistema único de ensino considerando as diferentes realidades sociais e culturais dos municípios.	INDICADOR 17.A - Número de municípios que cumprem o art. 11 da Lei Complementar nº 49, de 1º de outubro de 1998 em relação ao número total de municípios.	100%
	INDICADOR 17.B - Número de municípios com adesão ao regime de colaboração dividido pelo total de municípios de Mato Grosso.	100%
META 18 - Garantir a existência e cumprimento de planos de carreira para os profissionais de educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino durante a vigência do Plano Estadual de Educação, tomando como referência o piso salarial nacional definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal, para a educação básica pública.	INDICADOR 18.A - Percentual de unidades federativas que possuem plano de carreira dos profissionais da educação.	100%
	INDICADOR 18.B - Percentual de unidades federativas que preveem o limite máximo de 2/3 de horas atividade.	100%
	INDICADOR 18.C - Percentual de unidades federativas que atendem ao piso salarial nacional profissional.	100%
META 19 - Garantir, em leis específicas aprovadas no âmbito do Estado e dos municípios, a efetivação da gestão democrática na educação básica e superior pública, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho.***	INDICADOR 19.A - Percentual de entes federados (estado e municípios) com Legislação para a Gestão Democrática aprovada e implantada.	100%
	INDICADOR 19.B - Percentual de unidades escolares que selecionam diretores de escolas públicas da rede de ensino estadual por meio de critério técnicos, de mérito e desempenho e consulta pública a comunidade escolar.	100%
	INDICADOR 19.C - Percentual de municípios que selecionam diretores de escolas públicas da rede de ensino municipal por meio de critérios técnicos, de mérito e desempenho e consulta pública a comunidade escolar.	100%
META 20 - Garantir a aplicação imediata e integral dos recursos financeiros públicos, destinados à educação, de acordo com a Legislação Estadual e Municipal, com a transparência pública dos recursos arrecadados.	INDICADOR 20.A - Total de recursos aplicados na educação pelo total de recursos destinados para a educação.	100%

3.6. ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

A dinâmica demográfica que resulta da distribuição populacional no território mato-grossense desta atualidade, nos quesitos capacidade de fixação, movimentação e crescimento de populações está muito definida a partir da organização da matriz econômica estadual com base no agronegócio, consolidada em 2005, que doravante irá traçar todo arranjo da organização socioeconômica de Mato Grosso e com ela a territorialização das vulnerabilidades sociais, especialmente à pobreza.

Com forte concentração populacional em territórios com mais de 50 mil habitantes que somam treze municípios, sendo mais da metade da população (54%), é também nesses municípios que estão concentrados 52% do produto Interno Bruto, com 65% do estoque de empregos formais do setor privado, onde residem 53% das pessoas vulneráveis à pobreza e 51% dos extremamente pobres no estado.

Nesse arranjo que reflete o movimento de pessoas pelo trabalho, destacam-se 35 municípios que tiveram acréscimos populacionais acima da média estadual, desde a consolidação do agro na organização socioeconômica de Mato Grosso, onde 60% possuem economia lastreada no agronegócio.

Com aproximados 2/3 dos municípios (72%) com 20 mil e menos habitantes, concentrando menos de 1/4 da população estadual (22%), por apresentar pouca capacidade econômica (26% do PIB estadual) o que associa baixa capacidade de gerar empregos (16% do estoque total de empregos) e com isso pouca a nenhuma capacidade para reter população. É nessa tipologia que irá ocorrer 31% da extrema pobreza estadual, predominando territórios vinculados às bases de matrizes produtivas pregressas vinculadas à exploração minerária dos séculos XIX e início do século XX e as vinculadas aos padrões de ocupação induzida do território nacional dos anos pré PND - Plano Nacional de Desenvolvimento (1964-1985).

O efeito mais imediato dessa dinâmica está demonstrado nas categorias dos grupos etários: fortemente concentrando na população mais jovens nos territórios de econômica mais dinâmicas; concentração de crianças e idosos nos territórios em degradação econômica com uma franca indução ao envelhecimento em situação de pobreza pela alta concentração econômica; nas de classes intermediárias, quando os territórios estão vinculados à economia do agro, grandes movimentações de fluxos migratórios de jovens trabalhadores; quando não o são, estão associados a provedores desses fluxos.

A dinâmica das vulnerabilidades também irá possuir na matriz econômica uma boa parcela das suas expressões, uma vez que o principal vetor aos fatores das suas formações é a falta de dinheiro, e com isso a pouca capacidade de autonomia ao protagonismo econômico para exercício de cidadania e decorrentes privações a acessos de bens e serviços, como ainda o reforço de inseguranças no enfrentamento de riscos sociais.

Quadro 91 - Dados da pobreza e extrema pobreza – 2021 a 2022

Indicadores	2020	2021	2022
Pessoas extremamente pobres	2,50%	2,25%	14,40%
Pessoas vulneráveis à pobreza	21,05%	22,16%	19,65%

Fonte: Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis Pnad em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Ano 2022: SETASC/SAAS/SGS/Vigilância Socioassistencial MT/Registra SUAS 2022: Dados sujeitos a revisão pela fonte.

Quadro 92 – Conceitos de extrema pobreza e pobreza

Extremamente pobreza	Vulneráveis a pobreza
Pessoas em situação de extrema pobreza (rendimento domiciliar de até R\$145,00 per capita mensais)	Pessoas em situação de pobreza (rendimento domiciliar entre R\$145,00 a R\$ 420,00 per capita mensais)

Fonte: Síntese de indicadores sociais - 2019

Diante dos fatos e índices da situação do estado de Mato Grosso, desenvolvemos várias ações com intuito de mitigar os efeitos causados no programa Ser Família:

- 1) Geração de renda:** Intermediação de Mão de Obra pelo SINE - Qualificação social e Profissional; capacitação de jovens em parcerias com o sistema S; repasse de recursos via Ser Família Emergencial;
- 2) Segurança alimentar:** Entregas de cestas básicas e marmitex; entregas de filtros e refeições servidas no restaurante prato popular;
- 3) Atendimento ao cidadão:** levando bens e serviços com os Centros de Referência de Direitos Humanos em Cuiabá e Cáceres, Centro de atendimento ao Cidadão no Shopping de Várzea grande, os SINE Estadual e as parcerias com os 31 nos municípios,

os Procon's no estado e os 52 municipais, sendo importante ferramenta para levar cidadania a população, que necessita, seja em documentação, efetivação de direitos, dar entrada nos programas sociais, levando dignidade, gerando renda e bem-estar social.

4) Qualificação: Em 2023 intensificaremos os cursos de qualificação, 50.000 vagas nos 141 municípios, com investimento na ordem de mais de R\$ 65.000.000 (milhões) dando maior oportunidade de empregabilidade, novo formato do Programa Ser Família, de distribuição de renda dividido em Idoso, Criança, Pessoas com deficiência, Indígena e Mulheres;

5) Programa Ser Criança: contra turno escolar, preparando a futura geração para se ter maior autonomia e independência, e o Ser família Habitação levando moradia para os mais vulneráveis sem contrapartida.

Em 2019 e 2022 entregamos:

- Programa Aconchego: distribuiu cobertores para as famílias de baixa renda nos 141 municípios - total de 469 mil cobertores; entrega de 1.000 kits de Bengalas e Regletes para deficientes visuais.
- Programa Ser Família Habitacional: considerando a quantidade família inscritas no CadÚnico, em torno de 529 mil, com um déficit habitacional de mais 140 mil famílias, o Governo Estadual vem trabalhando para minimizar essa situação. A partir de 2022 até o momento, foram 79 municípios conveniados, com mais de 3.500 unidades habitacionais, com investimento de mais de R\$ 270.000.000,00. Diante do percentual de mais de 26% do quantitativo de famílias do CadÚnico inscritas, o Governo Estadual, cumprindo seu plano de Governo, vai construir em parcerias com os Governos Municipais e o Governo Federal, mais de 40 mil unidades de moradia.
- A entrega de acessórios para deficientes visuais, a emissão de documentos civis e promoção de cursos de qualificação são ações que visam a autonomia e o aumento da empregabilidade diante de um mercado cada vez mais concorrido. Esperamos que essas oportunidades gerem protagonismo e sustentabilidade para as famílias beneficiárias das ofertas.

Por fim, os recursos transferidos com os Programas Ser Família, aqui até 2022, no caso o Emergencial para mais de 124 mil famílias, contribuindo para a melhoria da

auto estima dos beneficiários, levando recursos para a economia, com geração de renda de mais de R\$166.000.000,00, sendo que a partir de 2023 vigorará o novo Ser Família aqui em dois anos com transferências para os mais vulneráveis em aproximadamente R\$240.000.000,00, levando superação, esperança, respeito e dignidade.

A SETASC, preocupada em buscar a autonomia e a redução das desigualdades sociais das populações mais vulneráveis, investiu nas ações estruturantes mais de R\$ 680.000.000,00 no período de 2019 a 2022.

A dinâmica das vulnerabilidades também irá possuir na matriz econômica uma boa parcela das suas expressões, uma vez que o principal vetor aos fatores das suas formações é a falta de dinheiro, e com isso, a pouca capacidade de autonomia ao protagonismo econômico para exercício de cidadania e decorrentes privações a acessos de bens e serviços, como ainda o reforço de inseguranças no enfrentamento de riscos sociais.

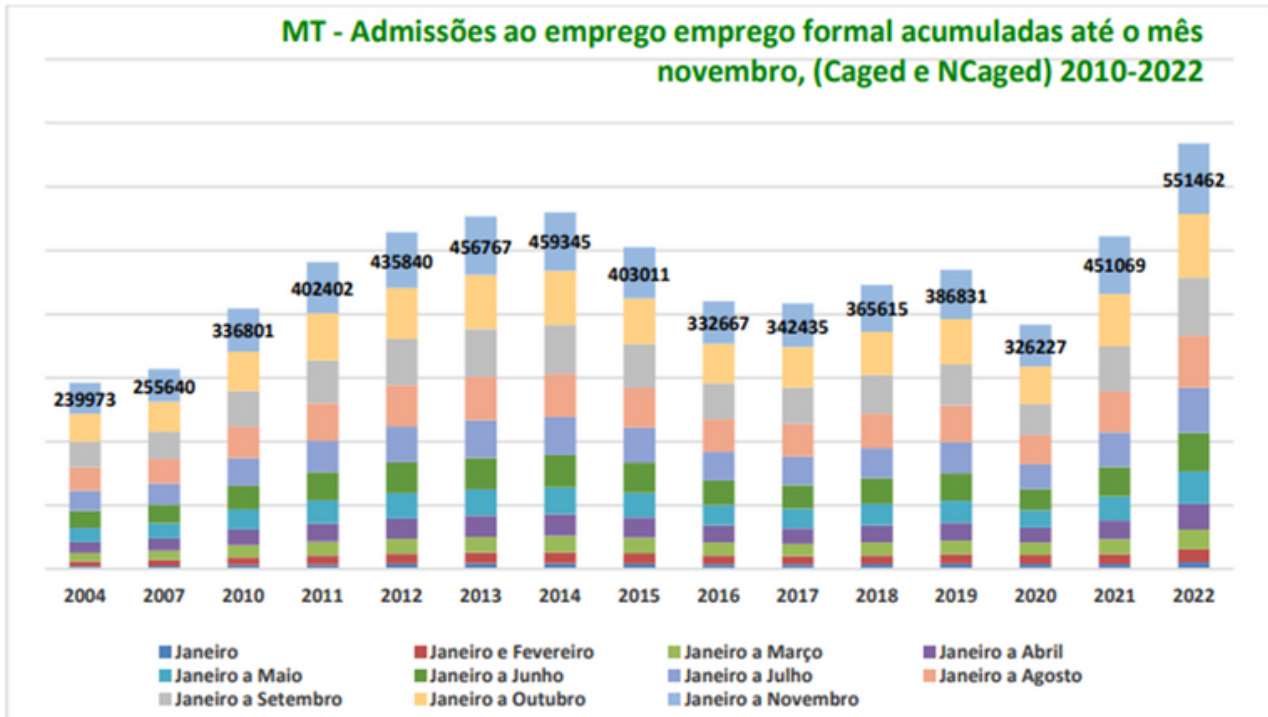
Das 1.600.000 de pessoas inscritas no CadÚnico (CAD), quase 43,2% da população total residente em Mato Grosso encontram-se vulneráveis à pobreza, e nesse conjunto de vulneráveis 1/3 registram extrema pobreza atingindo 14,4% da população total, ou seja, de 3.700.000 de pessoas, o que representa uma expressão considerável quando a média mensal de incrementos nesse perfil socioeconômico atinge 19 mil pessoas ao mês em 2022, janeiro a novembro.

Nessa população, 53% possui idade entre 16 e 59 anos (860 mil pessoas) e nesse recorte 44% (377 mil) estão ocupadas em alguma atividade laboral, 64% na informalidade o que corresponde a 38% do total estadual de trabalhadores nesse perfil de atividade, também excetuadas o emprego em atividades domésticas e o trabalho não remunerado, 64% possui escolarização até o ensino médio incompleto; 55% desse grupo é mulher, e somente 24% (49,6 mil pessoas) possuem emprego formalizado pelas leis trabalhistas.

Pressão de demanda também, e essencialmente, deve ser esperada para os benefícios eventuais, que em 2022 para um grupo observado de 137 municípios, 4 atenderam 101.000 mil famílias, e somente 7% delas eram novos usuários da proteção social na rede estatal do SUAS, com 75% da concessão no atendimento de vulnerabilidades temporárias em 80% dos municípios, numa demonstração que os níveis gerais de salário e de empregabilidade em alta, não têm arrefecido as demandas protetivas na rede socioassistencial, que desde 2015 já mostrava sinais de

esgotamento da infraestrutura de cobertura.

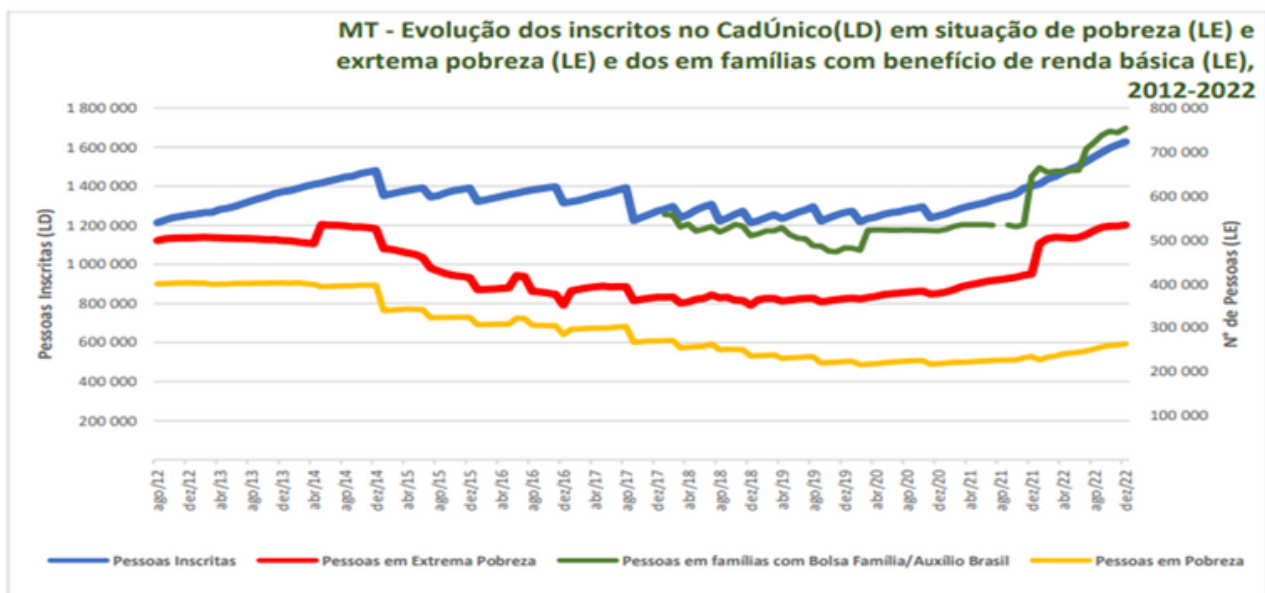
Figura 20 - Admissão ao emprego formal - acumulado - 2010 a 2022



Fonte: SETASC/MT

Figura 21 - Vulnerabilidade à pobreza – 2013 a 2022

Dinâmica da Vulnerabilidade à Pobreza



Fonte: SETASC/MT

3.7. DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

A política pública de desenvolvimento científico e tecnológico para o desenvolvimento sustentável do estado está a cargo da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECITECI.

O estado de Mato Grosso é responsável direto pela positividade da balança comercial do país pela sua capacidade singular de produzir e exportar alimentos à base de proteína vegetal ou animal para o mercado estrangeiro, entretanto, é também um imenso importador, dependente das tecnologias desenvolvidas em outras nações. Isso gera um desequilíbrio não desejado, e que só pode ser mitigado pelo desenvolvimento científico-tecnológico-inovador dentro do estado, cuja única unidade da administração direta onde se desenvolve a expertise para transferência internacional de tecnologia é a SECITECI.

A Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação é a principal agente de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do estado de Mato Grosso e uma referência de liderança do setor em nível nacional, tendo seu Secretário de Estado, sido eleito para a liderança do centro-oeste do Conselho Nacional dos Secretários de Ciência, Tecnologia e Inovação – CONSECTI, em coincidência de mandato do Governador do Estado de Mato Grosso como presidente do Consórcio de Desenvolvimento Brasil Central, que reúne todas as unidades federadas do Centro-Oeste.

A vocação da SECITECI é a construção de uma política de estado que promova a evolução da ciência, da tecnologia e da inovação, com a atração de investimentos de empresas de base tecnológica, fomento à pesquisa e ao desenvolvimento experimental - P&D, através de atividades científicas e técnicas que promovam a cultura da inovação, e tragam soluções para minorar as desigualdades regionais.

3.7.1. RESULTADO DO PERÍODO - 2018 A 2022

Os resultados obtidos pelas ações coordenadas pela SDCTI no período 2018-2022 são considerados absolutamente satisfatórios dadas as condições vividas no período em que se atravessou uma pandemia e o investimento médio anual do estado pela

FONTE 100 tendo se limitado a R\$ 733.293,60 (Setecentos e trinta e três mil, duzentos e noventa e três reais e sessenta centavos).

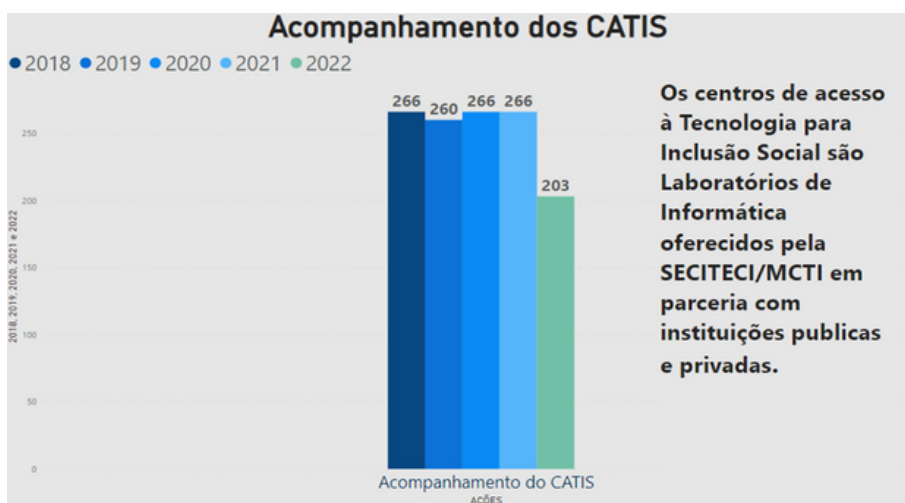
A seguir apresentamos os números alcançados pela Superintendência de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação - SDTCI e relacionamos suas principais ações.

Figura 22 – Ações – 2018 a 2022

AÇÕES DO PARQUE TECNOLÓGICO	2018	2019	2020	2021	2022	INDICADORES
Repasse do Terreno do Parque Tecnológico	0	1	0	0	0	Terreno
Criação e Manutenção de Site	0	1	1	1	1	Sites
Servidores disponibilizados para o Parque	2	2	2	2	2	Servidores
Prospecção de Instituições, Empresa e empreendedores inovadores e start'ups	46	16	25	105	105	Prospecções
Acompanhamento do Programa Centelha	0	0	0	1	1	Programa
Programa Células Empreendedoras	1	1	0	0	0	Programa
Programa Células Experience	0	1	0	0	0	Programa
PROFNIT	1	1	1	1	2	Pontos Focais
Construção do Centro de Inovação do Parque Tecnológico	1	1	1	1	1	Obras
Cidades Inovadoras	22	0	0	90	0	Municípios
Realização e Participação em Eventos de Empreendedorismo e Inovação do Ecossistema	16	28	17	23	21	Eventos
Escritórios de Negócios do Parque Tecnológico	1	1	0	0	1	Escritórios
Meet'ups	4	3	5	6	4	Encontros
Prêmio INOVA MT	0	0	0	115	96	Empresas
Bolsistas Parque	6	6	6	6	6	Bolsistas
Total de Ações do Parque Tecnológico em Ano	78	62	58	146	144	
Total de Ações do Parque Tecnológico em todos os Anos	488					

Fonte: SECITECI/MT

Figura 23 – Acompanhamento dos CATIS – 2018 a 2022



Fonte: SECITECI/MT

Figura 24 – Popularização da Ciência – 2018 a 2022

AÇÕES DA COORD. DE POPULARIZAÇÃO DE CIÊNCIA	2018	2019	2020	2021	2022	INDICADORES
Bolsistas MT Ciências	8	8	8	8	8	Bolsistas
Circuito Itinerante da Ciência - MT CIÊNCIAS	41	44	37	42	47	Experimentos
Curso de Iniciação à Capacitação Científica	40	0	0	0	0	Professores
Maratona Teen	0	0	0	1	0	Evento Realizado
Mostra Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação - MECTI	33	40	18	40	44	Trabalhos Selecionados
MT CIÊNCIAS	28000	32500	5000	4500	14000	Pessoas
Oficinas de Robótica	1	0	1	0	0	Oficinas
Participação na Caravana da Transformação	4000	0	0	0	0	Pessoas
Semana Nacional de CT&I	15000	15000	6000	6000	5000	Pessoas
Total de Ações por Ano	123	92	64	91	99	
Total de Público Alcançado em Ano	47000	47500	11000	10500	19000	
Total de Público Alcançado em todos os Anos	135000					

Fonte: SECITECI/MT

Figura 25 – Desenvolvimento regional – 2018 a 2022

AÇÕES DA COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	2018	2019	2020	2021	2022	INDICADORES
Acompanhamento dos Centros de Acesso à Tecnologia para Inclusão Social - CATIS	266	260	266	266	203	Acompanhamentos
Coworking MT Criativo	0	0	1	1	0	Ambiente de Inovação
Criação do Fórum Permanente dos Ambientes de Inovação	0	1	4	0	0	Fóruns
Decreto para Regulamentação da Lei Estadual de Inovação	0	0	1	0	0	Decreto
Participação em outros Conselhos	0	0	3	2	2	Conselhos
Publicação da Lei Complementar 650/2019 - medida de incentivo à CT&I	0	1	0	0	0	Lei
Reestruturação do Conselho Estadual de CT&I	3	4	4	3	3	Reuniões
Total em Ano	269	266	279	272	208	
Total em todos os Anos	1294					

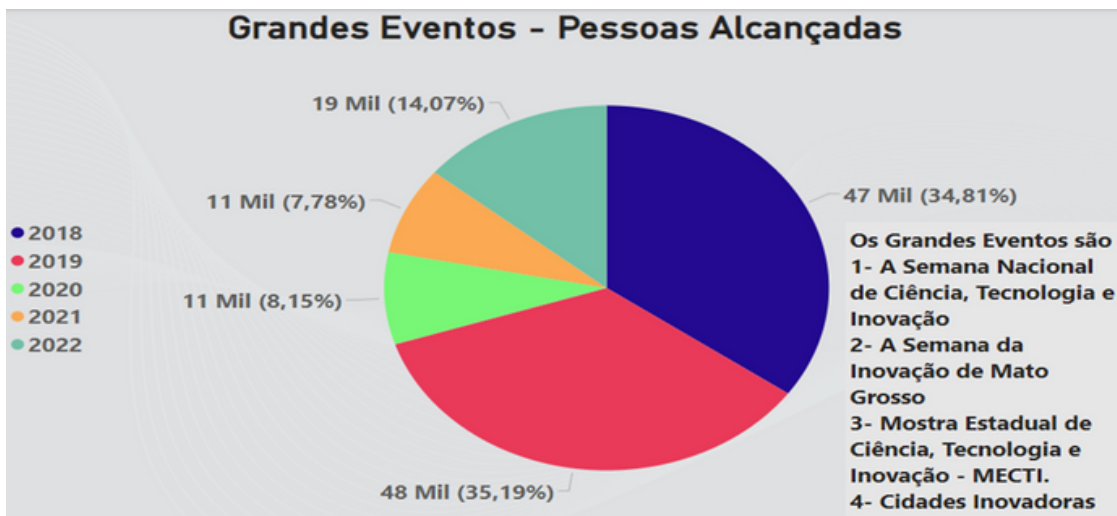
Fonte: SECITECI/MT

Figura 26 – Pesquisa – 2018 a 2022

AÇÕES DA COORDENADORIA DE PESQUISA	2018	2019	2020	2021	2022	INDICADORES
Acompanhamento dos Bolsistas HackaMT	0	0	0	8	2	Bolsistas
Circuito Jovem Empreendedor	45	5	0	0	0	Circuitos
Criação do Programa de Recondicionamento de computadores - RECYTEC	0	0	0	0	1	Programa
Gestão Técnica/Financeira do Centro Interdisciplinar de Estudos em Biocombustíveis - CIEB	1	1	1	1	0	Acompanhamento
Planejamento Estratégico da SECITECI	0	0	0	1	1	Planejamento
Programa Células Empreendedoras	1	1	0	0	0	Programa
Realização do HACKAMT - Maratona de Soluções Tecnológicas para o Setor Público	0	0	0	1	2	Evento Realizado
Realização e Participação em Eventos Científicos	2	5	3	3	2	Eventos
Total de Ações em Ano	48	11	4	14	8	
Total de Ações em Todos os Anos	85					

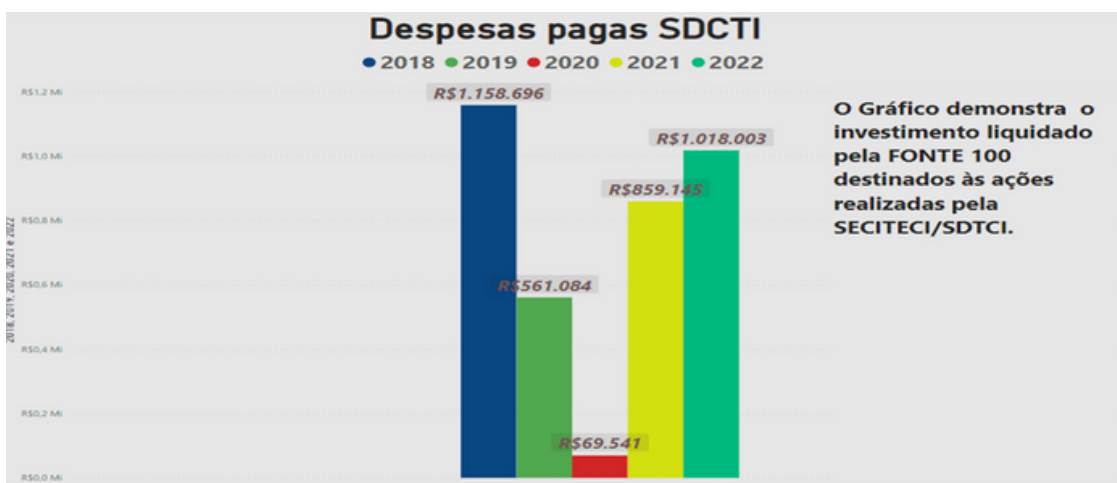
Fonte: SECITECI/MT

Figura 27 – Pessoas alcançadas – 2018 a 2022



Fonte: SECITECI/MT

Figura 28 – Despesas com a fonte 100 – 2018 a 2022



Fonte: SECITECI/MT

3.7.2. CENÁRIO DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA – 2024 A 2031

O Cenário para CT&I no estado de Mato Grosso é o de imperiosas transformações. A Inovação é a palavra de ordem nas estratégias de desenvolvimento econômico e social, tanto no setor público quanto no privado. As empresas de base tecnológica tornaram-se players globais, que desafiam os poderes constituídos e setores estabelecidos da economia tradicional, a acompanharem seus resultados inovadores na altíssima velocidade em que seus produtos e serviços se desenvolvem. Nesses setores, a necessidade de promover a inovação nas cadeias produtivas passou a ser

o vetor principal para a sobrevivência empresarial mediante as exigências do mercado tanto da qualidade dos produtos e serviços quanto da sustentabilidade das operações.

A população passa por uma revolução cultural ao substituir serviços analógicos pelas soluções digitais, e a própria sustentação do estado depende da sua capacidade em dominar todas as condições necessárias à manutenção de sua parcela da soberania nacional.

A SECITEC possui uma agenda de atividades programadas que necessita ser ampliada e expandida para além da região metropolitana do vale do rio Cuiabá, alcançando todas as regiões do estado. Essa demanda deverá ser atendida pelas ações articuladas : 1- Da Popularização da Ciência; 2- Da Pesquisa e Inovação; e 3- Do Desenvolvimento Regional e do Parque Tecnológico de Mato Grosso.

Não somente a capital Cuiabá e Várzea Grande, mas também os municípios mais dinâmicos do interior, necessitam de apoio para irradiar esse conhecimento para os outros municípios em seu entorno, sendo essas ações de extrema importância na difusão da Ciência, Tecnologia e Inovação e no combate à desigualdade regional.

3.7.3. POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA

A SECITECI/SDCTI desenvolve a maior ação de popularização da ciência, o MT Ciências – Circuito Itinerante da Ciência de Mato Grosso. O MT Ciências conta com uma unidade móvel que é composta por 6 ambientes de exposições, divididos na parte interna e externa (tendas). A parte interna se inicia com a sala de projeções e holografia, ciência da natureza composta de 13 (treze) experimentos relacionados a biologia, física e matemática.

A terceira sala “Luz, som e movimento” é além do auditório com apresentação de filmes sobre ciência, tecnologia e inovação em 3 dimensões, podendo ser utilizado para capacitações e oficinas. A parte externa é composta de 2 (duas) tendas infláveis, com 10 (dez) experimentos das diversas áreas do conhecimento, planetário digital que aborda conceitos de astronomia e a tenda com as novas tecnologias como óculos 360° e drones.

O Projeto todo é interativo e suas exposições são realizadas com visitas guiadas pelos monitores. É o único museu de ciências itinerante sobre rodas do Brasil. Nos últimos cinco anos o MT Ciências atendeu 50 mil pessoas em 51 municípios. A meta para os próximos quatro anos é dobrar o número de atendimentos para 100 mil pessoas em 70 municípios. Para que essa meta seja alcançada é necessário que o MT Ciências receba investimentos na ordem de R\$ 1.000.000,00 por ano.

Também no campo da interiorização, está previsto a ampliação para mais 8 (oito) municípios do **Programa Recytec**, o programa é desenvolvido por meio da parceria entre o Governo do Estado de Mato Grosso através da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECITECI/SDTCI) com o Ministério das Comunicações e a ONG Programando o Futuro, iniciando um novo marco na reciclagem e recondicionamento de eletrônicos no estado, regulamentado no Decreto n. 1.336 de 30/03/2022.

O objetivo é promover o recondicionamento de computadores, que serão destinados para o atendimento de projetos de inclusão digital, desenvolvidos em espaços públicos, como escolas, bibliotecas, e outras iniciativas de acesso à informação e inclusão digital, por intermédio das Estações de Metarreciclagem, dos Pontos de Inclusão Digital, e dos Polos de Formação e de Economia Circular. O projeto também assegura a reciclagem e o descarte ambientalmente adequado de equipamentos eletrônicos inservíveis de órgãos e entidades do poder público. Tem com finalidade a implementação da Política de logística reversa, de acordo com os fins sociais previstos no Decreto Estadual nº 194/2015, de 15 de julho de 2015, promover a doação desses bens com a finalidade de inclusão digital, democratização do acesso à informação, capacitação de jovens e adultos nas áreas de conhecimento da tecnologia e inserção no mercado de trabalho.

Os resultados obtidos desde a inauguração de junho 2022 até dezembro do mesmo ano foram 60 toneladas (60 mil kg) de materiais recolhidos, sendo 28 toneladas do primeiro Desfazimento via decreto, tivemos 7 campanhas realizadas, dentre elas a Gincana promovida na SECITECI para o recolhimento de materiais eletrônicos não utilizados.

3.7.4. EMPREENDEDORISMO INOVADOR E ODS

Em 2021 foi lançado o Prêmio Inova Mato Grosso, realizado em parceria entre a SECITEC/SDCTI, a Fapemat e o Parque Tecnológico Mato Grosso, como forma de reconhecer as empresas que atuam na gestão de inovação no estado.

É uma premiação que ocorre dentro da Semana da Inovação, que reconhece as melhores práticas inovadoras implementadas pelas empresas mato-grossenses. Cerca de 150 empresas participam anualmente e, com a ampliação do alcance comunicacional da SECITECI, esse número crescerá gradativamente.

Ainda na pauta do Desenvolvimento Regional, a SECITECI/SDCTI promoverá o Circuito Itinerante de Empreendedorismo Inovador e Desenvolvimento Sustentável, o projeto tem o objetivo de promover o empreendedorismo inovador e desenvolvimento sustentável, regional, científico, tecnológico e de inovação com eventos regionais formado por palestras e oficinas a partir das quais serão criados 10 ou mais Conselhos Municipais de Ciência Tecnologia e Inovação nas cidades polos das regiões e do estabelecimento de um embaixador municipal da CT&I nos demais municípios de Mato Grosso, integrando essa nova rede à SECITECI/SDCTI e ao Parque Tecnológico MT.

O Circuito Mato-grossense de Empreendedorismo Inovador e Desenvolvimento Sustentável consistirá na realização de 13 eventos nos municípios realizados em dois dias consecutivos, sempre que possível articulado ao calendário do MT Ciências, com encerramento dado com uma reunião presencial e on-line do Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação com a participação dos conselhos municipais a serem criados e embaixadores da CT&I nos 141 municípios do estado de Mato Grosso.

Dentre as atividades programadas de amplo alcance da SECITECI/SDCTI estão a realização de grandes eventos de CT&I. Dentre eles destacam-se: 1- a Semana Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; 2- a Semana da Inovação; 3- a Mostra Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação – MECTI; e 4 – Cidades Inovadoras.

3.7.5. SEMANA DA INOVAÇÃO

A finalidade da SNCT é mobilizar a população, em especial crianças e jovens, em torno de temas e atividades de C&T, valorizando a criatividade, a atitude científica e a inovação. A Semana tem como proposta mostrar a importância da ciência e da tecnologia na vida de todos e para o desenvolvimento do país, oferecendo também

uma oportunidade para a população brasileira conhecer e discutir os resultados, a relevância e os impactos da pesquisa científico-tecnológica, principalmente daquelas realizadas no Brasil, e suas aplicações.

A SNCT é uma realização do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECITECI), e a participação de parceiros como a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Escolas Técnicas Estaduais, Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso (FIEMT), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Secretarias Municipais de Educação, Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso (FAPEMAT) e Instituto FARMUN.

Disseminar as ações do estado em prol da promoção da gestão da inovação é o principal objetivo da Semana da Inovação, atividade programada da SECITECI/SDCTI.

A Primeira e a Segunda Semana da Inovação de Mato Grosso (SIMT) foram realizadas em 2021 e 2022 tendo sido a primeira realizada de forma totalmente virtual por causa da pandemia e a segunda de forma presencial. Com o foco em debater iniciativas inovadoras e tecnológicas voltadas à sociedade e inserir a agenda da SECITECI no centro das estratégias do Ecossistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A Mostra Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação - MECTI tem como objetivo fomentar a iniciação científica júnior nas unidades escolares de Mato Grosso. Consolidada como atividade permanente da SECITECI/SDCTI, também deve ser ampliada a partir de 2024. É um evento cuja etapa final é realizada paralelamente à Semana Nacional de CT&I. Os melhores projetos nas áreas de Ciências, Engenharia, Economia Criativa e Agro são premiados com bolsas ATP-A (CNPq) para os professores/orientadores e Bolsas ICJr para alunos participantes.

3.7.6. CIDADES INOVADORAS

A SECITECI/SDCTI, realiza o evento “Cidades Inovadoras”, a primeira edição foi em 2018 na Arena Pantanal contando com 22 municípios de Mato Grosso, e a segunda edição on-line teve a participação de 25 municípios de Mato Grosso e 75 de outros estados, rodadas de negócios e a participação de palestrantes e painelistas de Portugal, Luxemburgo e Israel.

Há múltiplas formas de conceituar as “Cidades Inovadoras”, mas qualquer definição está sempre centrada nas pessoas, pois são elas a essência das cidades. Encontramos definições que tratam como inovadoras as cidades cujos governantes e cidadãos adotam e incentivam as práticas de sustentabilidade e prezam pelo empreendedorismo, como forma de favorecer o crescimento econômico, político e social, envolvendo pessoas, instituições e empresas na busca de melhor qualidade de vida, e promovendo a sinergia e a cooperação na sociedade.

De forma mais pragmática, há indicadores que levam em conta o número de conexões de banda larga para acesso à internet, a cobertura 4G e 5G, o número de patentes e de bolsas do CNPQ, o número de pólos tecnológicos, de incubadoras de empresas, e de empresas de tecnologia, setores estratégicos para o desenvolvimento da sociedade que vive nas cidades. A SECITECI/SDCTI tornará a partir de 2024 o Cidades Inovadoras evento anual do calendário da Secretaria.

A maior e mais estratégica intervenção do estado para promover a inserção de Mato Grosso no cenário nacional e internacional da Inovação é a Implantação do Parque Tecnológico Mato Grosso. Concebido tendo como base o conceito de “3” Parques em “1”, com olhares para os aspectos de Parque Tecnológico, Parque científico e Parque de Serviços, a equipe da SDCTI/Parque Tecnológico Mato Grosso, desenvolveu aproximadamente 500 atividades de prospecção e interação entre os agentes do ecossistema de inovação de Mato Grosso e instituições, empresas, personalidades e governos do exterior como China, Itália, Luxemburgo, Emirados Árabes Unidos, Egito, países da América Latina - ZICOSUR, Portugal, Israel, Estados Unidos e outros.

Atuando nos conceitos científico, de serviços e no aspecto tecnológico, a implantação física do Parque Tecnológico MT, com a inauguração do Centro de Inovação no município de Várzea Grande em 2023, demandará investimentos em equipamentos nacionais e importados, mobiliário, equipamento do anfiteatro e rede lógica na ordem de R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais) em 2024 e mais R\$ 3.600.000,00 (Três milhões e seiscentos mil reais) anualmente para manutenção e custeio do Centro de Inovação.

No mesmo sentido de expansão, a SECITECI inaugurou em Cuiabá, o Escritório de Negócios do Parque Tecnológico. Localizado na Avenida Mato Grosso, centro da capital, o escritório de negócios chefiado pelo diretor Rafael Bastos, ampliará a rede de prospecções de investimentos das empresas de base tecnológica nacionais e estrangeiras para o Parque Tecnológico, e também ampliará suas atividades de

conexão junto aos empreendedores.

O investimento para ampliação das prospecções e interação entre os agentes do ecossistema de inovação pelo escritório do parque tecnológico em Cuiabá deve ser na ordem de R\$1.000.000,00 (Um milhão de reais) anuais e seu custeio e manutenção de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais) anuais.

3.8. EIXO INSTITUCIONAL

O eixo institucional tem como objetivo analisar a Administração Pública do Estado de Mato Grosso no que tange a governança pública e gestão do orçamento e também a situação das principais despesas, bem como os principais indicadores de receita e despesa nos últimos 7 anos.

3.8.1. EVOLUÇÃO DA RECEITA DO ESTADO - 2015 A 2021

No Quadro 93 apresentamos os dados gerais do orçamento executado do estado de Mato Grosso do período 2015-2021. Nas despesas estão incluídos os restos a pagar, nas receitas estão incluídas apenas as receitas realizadas. No período de sete anos as receitas correntes cresceram 112,86%, as receitas de capital 77,63%. Na média do período, as receitas correntes cresceram em média 16,12% ao ano.

Em 2015 as receitas correntes participavam com 85,05% das receitas totais e demonstra que o estado aumentou a arrecadação em 2017 para 86,06%. A arrecadação continuou crescendo ainda em 2019, a participação da receita corrente na receita total subiu para 87,01% em 2019. Os dados do orçamento geral apresentam crescimento contínuo e constante das receitas de 2015-2021. O comportamento da receita corrente e receita total não demonstra nenhuma situação de perda de arrecadação. No final de 2019 o estado apresentou superávit de R\$ 870,68 milhões.

Quadro 93 – Variação da execução da receita - 2015 a 2021

Em R\$ 1000,00

RECEITAS TOTAL **	2015	2017	2018	2019	2021	P% 2015	P.% 2017	P.% 2018	P% 2019	Var.% 2021/15
Receitas (exceto intra-orçamentárias) (I)	12.486.395	15.325.458	16.669.988	19.143.579	26.480.513	86,99	84,26	89,24	92,28	112,07
Receita Corrente	12.206.795	15.112.065	16.076.313	18.050.017	25.983.855	85,05	83,09	86,06	87,01	112,86
Receitas de Capital	279.600	213.394	593.675	1.093.562	496.657	1,95	1,17	3,18	5,27	77,63
Receitas Intra-Orçamentárias (II)	1.586.261	1.229.293	1.452.763	1.602.335	2.114.546	11,05	6,76	7,78	7,72	33,3
Subtotal das Receitas (III)=(I+II)	14.353.056	16.554.751	18.122.751	20.745.915	28.595.058	100	91,02	97,01	100	99,23
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III+IV)	14.353.056	16.554.751	18.122.751	20.745.915	28.595.058	100	91,02	97,01	100	99,23
Déficit	-	1.632.612	558.236	0	-					
TOTAL (VII) = (V+VI)	14.353.056	18.187.363	18.680.987	20.745.915	28.595.058	100	100	100	100	99,23

Fonte: SISOT/SEPLAG. Dados do 6º semestre RREO. Anexo I

3.8.2. EVOLUÇÃO DA DESPESA DO ESTADO - 2015-2021

As despesas correntes cresceram 70,12% no período de 2015-2021 e as despesas de capital cresceram 239,58%. As despesas correntes e de capital estão dentro dos parâmetros de crescimento do orçamento geral, analisando os dados da execução geral de 2015-2021. Entretanto, houve um crescimento significativo das despesas correntes (despesas de pessoal) que saltaram de uma participação de 78,80% em 2015 para 84,06% em 2018, mas voltou aos patamares de 2015 em 2019.

Em 2021 os dados da execução da despesa demonstram que ela está abaixo da execução de 2015. De uma conta de déficit de 558,23 milhões em 2018, o estado passou a superávit de R\$ 870,66 milhões em 2019.

Quadro 94 – Variação da execução da despesa - 2015 a 2021

DESPESAS LIQUIDADAS TOTAL	2015	2017	2018	2019	2021	P% 2015	P.% 2017	P.% 2018	P% 2019	Var.% 2021/15
Receitas (exceto intra-orçamentárias) (VIII)	12.766.795	16.808.633	17.199.442	18.337.920	24.186.965	88,95	92,42	92,07	88,39	89,45
Receita Corrente	11.310.212	14.695.288	15.703.206	15.912.287	19.240.707	78,8	80,8	84,06	76,7	70,12
Receitas de Capital	1.456.583	2.113.345	1.496.236	2.425.633	4.946.258	10,15	11,62	8,01	11,69	239,58
Despesas Intra-Orçamentárias (IX)	1.586.261	1.378.730	1.481.546	1.537.308	2.070.818	11,05	7,58	7,93	7,41	30,55
Subtotal das Despesas (X) = (VIII + IX)	14.353.056	18.187.363	18.680.987	19.875.228	26.257.783	100	100	100	95,8	82,94
Subtotal com Refinanciamento (XII) = (X + XI)	14.353.056	18.187.363	18.680.987	19.875.228	26.257.783	100	100	100	95,8	82,94
Superávit (XIII)	-	-	-	870.686	2.337.275					
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.353.056	18.187.363	18.680.987	20.745.915	28.595.058	100	100	100	100	99,23

Fonte: SISOT/SEPLAG. Dados do 6º semestre RREO. Anexo I

Entretanto, um dado interessante é o conjunto da conta déficit e superávit. De um déficit de R\$ 558,23 milhões em 2018 para um superávit de R\$870,68 milhões em 2019. O estado saiu rapidamente da calamidade financeira no início de 2019 para um superávit no final de 2019. As receitas correntes e capital tiveram comportamento crescente e contínuo no período de 2015-2021 não indicando queda de arrecadação.

3.8.3. DESPESA DE PESSOAL - 2017 A 2018

No Quadro 94 temos os dados da execução geral do orçamento de 2015-2019, desagregado por tipo de despesa.

No quadro 95 as despesas estão detalhadas por grupo, onde as despesas de pessoal e encargos sociais cresceram 33,35%, no período de 2015-2017, sendo a média do período 11,11% aa. No período de 2015-2018 o aumento registrado foi de 49,02%, com média anual de 12,25% ao ano, isso significa que as despesas correntes de pessoal e encargos cresceram em 2018 mais que a média dos anos anteriores.

Em 2018 ocorreu um crescimento atípico das despesas de pessoal, enquanto a despesa total crescia 30,15% (variação de 2015-2018) a despesa de pessoal crescia 49,02%.

Quadro 95 – Crescimento das despesas de pessoal - 2015 a 2019

Em R\$ 1000,00

DESPESAS LIQUIDADAS TOTAL	2015	2017	2018	2019	P% 2015	P% 2017	P% 2018	P% 2019	V% 2017/15	V% 2018/15	V% 2019/18
Despesas (exceto intra-orçamentárias) (VIII)	12.766.795	16.808.633	17.199.442	18.337.920	88,90	92,42	92,07	88,39	31,66	34,72	6,62
Despesas Correntes	11.310.212	14.695.288	15.703.206	15.912.287	78,80	80,8	84,06	76,7	29,93	38,84	1,33
Pessoal e Encargos Sociais	7.850.716	10.469.005	11.699.029	12.005.952	54,70	57,56	62,63	57,87	33,35	49,02	2,62
Juros e Encargo da Dívida	472.790	380.613	399.427	474.778	3,30	2,09	2,14	2,29	-19,5	-15,52	18,86
Outras Despesas Correntes	2.986.706	3.845.670	3.604.751	3.431.557	20,80	21,14	19,3	16,54	28,76	20,69	-4,8
Despesas de Capital	1.456.583	2.113.345	1.496.236	2.425.633	10,10	11,62	8,01	11,69	45,09	2,72	62,12
Investimentos	848.904	1.452.517	975.903	1.837.619	5,90	7,99	5,22	8,86	71,11	14,96	88,3
Inversões Financeiras	10.876	6.887	475	485	0,10	0,04	0	0	-36,68	-95,63	1,96
Amortização da Dívida	596.804	653.942	519.857	1.504.543	4,20	3,6	2,78	7,25	9,57	-12,89	189,42
Despesas (exceto intra-orçamentárias) (IX)	1.586.261	1.378.730	1.481.546	1.537.308	11,10	7,58	7,93	7,41	-13,08	-6,6	3,76
Subtotal das Despesas (X) = (VIII + IX)	14.353.056	18.187.363	18.680.987	19.875.228	100,00	100	100	95,8	26,71	30,15	6,39

DESPESAS LIQUIDADAS TOTAL	2015	2017	2018	2019	P% 2015	P% 2017	P% 2018	P% 2019	V% 2017/15	V% 2018/15	V% 2019/18
Subtotal com Refinanciamento (XII) = (X + XI)	14.353.056	18.187.363	18.680.987	19.875.228	100,00	100	100	95,8	26,71	30,15	6,39
Superávit (XIII)	-	0	-	870.686	0,00	0	0	4,2			
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.353.056	18.187.363	18.680.987	20.745.915	100,00	100	100	100	26,71	30,15	11,05

Fonte: SISOT/SEPLAG. Dados do 6º semestre RREO. Anexo I

3.8.4. INVESTIMENTO DO GOVERNO - 2015 A 2021

O investimento público no orçamento de 2015 representava 6,04% do valor total do orçamento em 2015. Em 2018, o investimento caiu para 5,38%. Em 2019 o investimento saltou para 8,86% e atingiu R\$ 3,84 bilhões, representando 13,43% em 2021. Comparado a 2015 o investimento mais que dobrou.

Quadro 96 - Investimento - 2015 a 2021

Em R\$ 1000,00

RECEITAS TOTAL **	2015	2018	2019	2021	V% 2018/15	V% 2019/18	V% 2021/19
Receitas (exceto intra-orçamentárias) (I)	12.486.394.952	16.669.987.898	19.143.579.350	26.480.512.651	33,51	14,84	38,33
Receita Corrente (I)	12.206.794.738	16.076.313.034	18.050.017.132	25.983.855.348	31,7	12,28	43,95
Receitas Despesas Intra-Orçamentárias (II)	1.568.978.372	1.452.763.383	1.602.335.277	2.114.545.603	-7,41	10,3	31,97
Subtotal das Receitas (III)=(I+II)	14.055.373.324	18.122.751.281	20.745.914.626	28.595.058.254	28,94	14,47	37,83
DESPESAS LIQUIDADAS TOTAL	2015	2018	2019	2021	Var 2021/19	Var 2021/15	Var 2021/19
Despesa de Capital	1.456.583.302	1.496.235.511	2.425.632.702	4.946.257.540	2,72	62,12	103,92
Investimentos	848.903.570	975.903.456	1.837.618.872	3.841.385.372	14,96	88,3	109,04
% despesa investimento sobre RT	6,04	5,38	8,86	13,43	-	-	-

Fonte: SISOT/SEPLAG. Dados do 6º semestre RREO. Anexo I

3.8.5. QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

No quadro 95 temos os dados da execução geral do orçamento de 2015-2019, desagregado por tipo de despesa.

As informações apresentadas nesta seção constam dos dados publicados pela SEPLAG no Boletim de indicadores de pessoal do Poder Executivo. O boletim apresenta os dados separados por tipo de vínculo que foram coletados com base na remuneração de novembro de 2011. Assim, considerou-se que o quantitativo e a remuneração dos anos anteriores ao ano de 2021 dizem respeito também ao mês de novembro de cada ano, permitindo comparação. A fonte indicada no boletim é: Sistema Estadual de Administração de Pessoas – SEAP, Relatório NG 39 (relatório mensal da folha de pagamento do SEAP).

No gráfico 26 nota-se que em 2015 o quantitativo de pessoal no estado era de 94.286 servidores incluindo todos os vínculos ativos e inativos. Em 2017 o quantitativo de servidores aumentou para 107.806, sendo esse aumento do número de servidores em 13.520. Em 2017 e 2019 também manteve-se o crescimento do número de servidores.

Em 2020, o total de servidores foi reduzido para 103.617, mas voltou a crescer em 2021 para 110.753 servidores.

Os dados de inativos (aposentados e pensionistas) passaram de 24.338 servidores em 2015 para 28.320 em 2019, crescimento de 16,36%. Neste período o número de servidores efetivos se manteve constante, porém o número de inativos aumentou.

3.8.5.1. DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL

Nesse tópico foram analisadas três variáveis tendo como base o Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre publicado no site da SEFAZ:

1. Variação da despesa de pessoal ativo Poder Executivo - 2015-2021;
1. Variação do crescimento da Receita Corrente Líquida - RCL - 2015-2021;
2. Indicadores de despesas de pessoal sobre a RCL - 2015-2021.

Na primeira variável o crescimento da despesa líquida de pessoal ativo, especialmente nos anos de 2015-2021. Na segunda, a variação da receita corrente líquida e por último, alguns indicadores da despesa de pessoal do Poder Executivo.

No quadro 98 observa-se que o crescimento das despesas de pessoal foi concentrado nos anos de 2017 e 2018. Em 2017 o aumento foi de 12,53% e em 2018 37,98%. A despesa de pessoal e encargos passou de R\$ 6,3 bilhões em 2017 para R\$ 8,8 bilhões em 2018.

Quadro 97 – Crescimento da folha de pagamento de ativos e inativos - 2015 a 2020

Anos	Ativos	Diferença	Var.% em relação período anterior
2015	5.791.517.009	-	-
2016	5.675.960.966	-115.556.043	-2,00
2017	6.386.985.005	711.024.039	12,53
2018	8.813.069.563	2.426.084.558	37,98
2019	8.979.892.557	166.822.994	1,89
2020	9.031.634.534	51.741.978	0,58
2021	9.224.562.866	192.928.332	2,14

Fonte: SISOT/SEPLAG

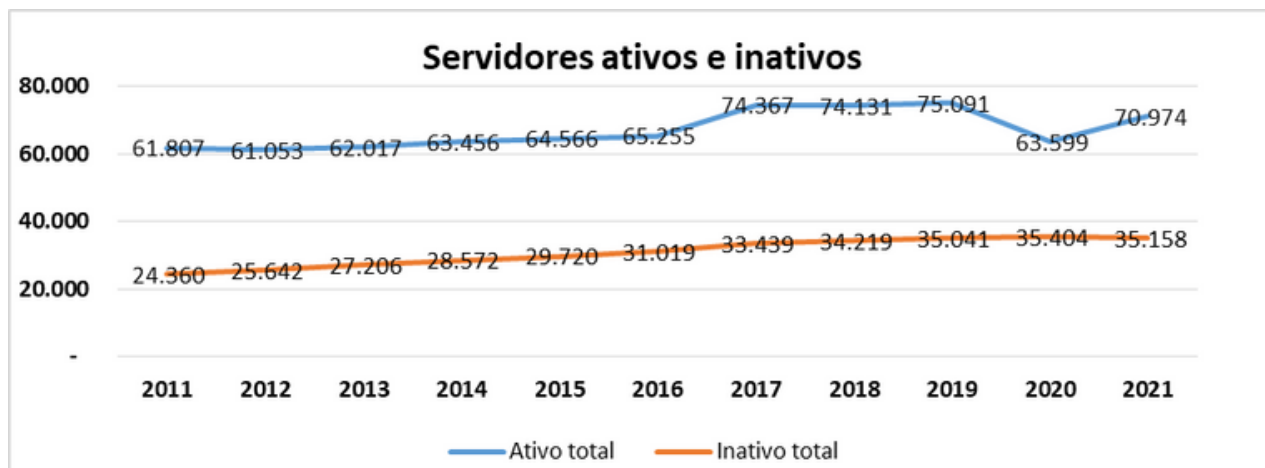
No quadro 97 observa-se o crescimento das despesas com inativos e pensionistas. Em 2016 com incremento de 22,41% e em 2017 com 29,43%. O número de inativos e pensionistas cresceu 5.321 entre os anos de 2015 e 2019. O aumento de inativos em 2018 responde por R\$ 587,48 milhões.

Quadro 98 – Despesa líquida de pessoal – Inativos - 2015 a 2021

Anos	Despesa inativos	Diferença do ano anterior	Var.%
2015	2.235.720.607	0	0
2016	2.736.753.922	501.033.315	22,41
2017	3.394.614.055	657.860.133	51,84
2018	3.982.098.868	587.484.813	78,11
2019	4.290.195.583	308.096.715	91,89
2020	4.679.128.510	388.932.928	109,29
2021	4.975.755.674	296.627.163	122,56

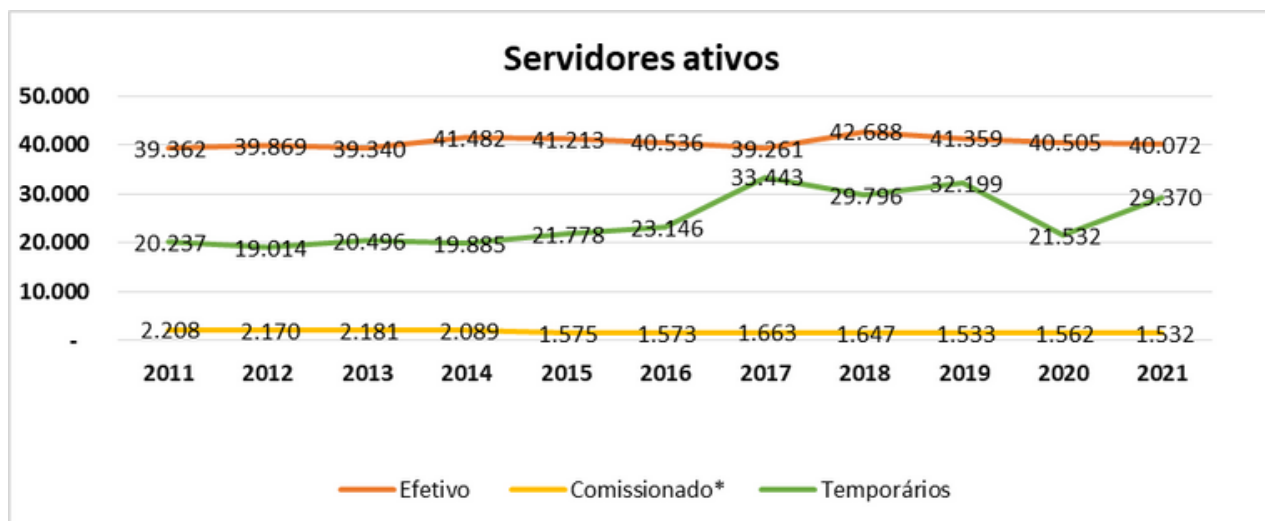
Fonte: SISOT/SEPLAG - Dados RGF 3º quadrimestre

Gráfico 26 – Crescimento do número de servidores ativos e inativos total do Poder Executivo - 2011 a 2021



Fonte: Boletim de dados de pessoal Poder Executivo.

Gráfico 27 – Crescimento do número de servidores temporários do Poder Executivo - 2011 a 2021



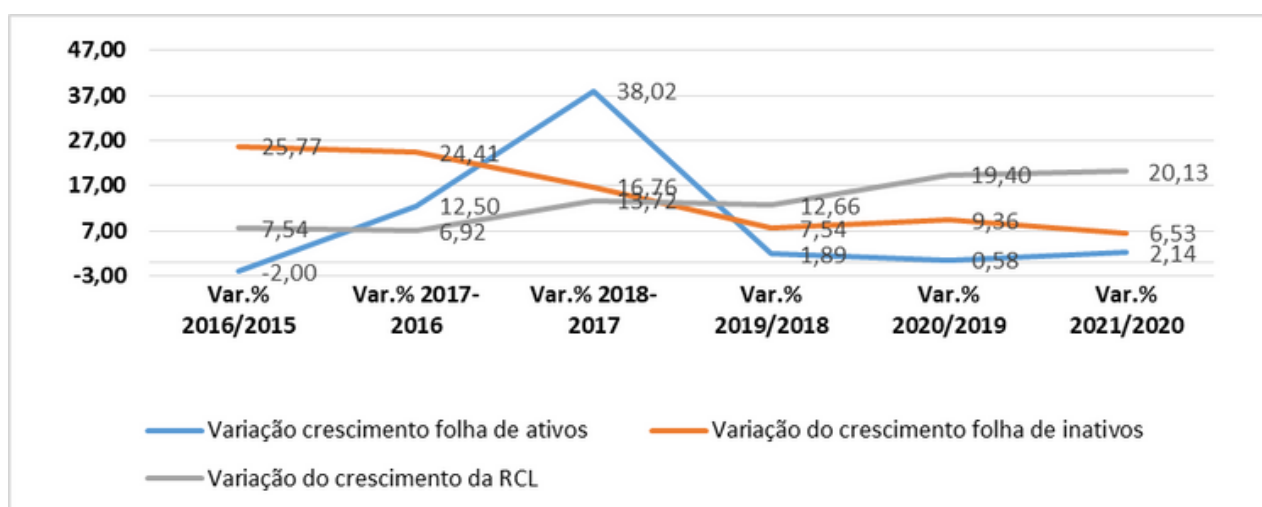
Fonte: Boletim de dados de pessoal Poder Executivo.

Quadro 99 – RCL e limites da despesa líquida de pessoal – 2015 a 2021

Anos	RCL	Var.% período	% Limite RCL
2015	11.644.440.523	-	48,75
2016	12.522.756.874	7,54	45,33
2017	13.389.766.593	6,92	47,7
2018	15.223.276.761	13,69	57,88
2019	17.145.216.862	12,63	52,38
2020	20.481.972.453	19,46	44,1
2021	24.604.584.741	20,13	37,49

Fonte: SISOT/SEPLAG

A Receita Corrente Líquida – RCL (valor calculado a partir dos dados da arrecadação) apresentou crescimento de 6,92% em 2017, 13,72% em 2018, 12,66% em 2019, 19,40% em 2020 e 20,13% em 2021. A variação positiva da RCL demonstra que não houve queda de arrecadação no estado.

Gráfico 28 – Indicadores de despesa de pessoal do Poder Executivo - 2015 a 2020

Fonte: SISOT/SEPLAG

No quadro 100 apresentamos os dados da execução orçamentária registrado no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do estado de Mato Grosso - FIPLAN para o grupo 1. Os dados são da despesa de pessoal e encargos brutos do Poder Executivo registrados nos anos de 2017 e 2018, por unidade orçamentária, comparativamente. No grupo 1 foram destacados os elementos: pagamento de inativos, pensões, pagamento de contrato temporário, outros benefícios previdenciários, pagamento de civil, pagamento de militar, obrigações patronais e ressarcimento de pessoal requisitado por unidade orçamentária. Os registros apresentam crescimento de R\$ 1,30 bilhões para despesa de pessoal e encargos bruto para o ano de 2018.

Quadro 100 – Pagamento de despesas pessoal FIPLAN - 2017 e 2018

Cód UO	2017	2018	Diferença (2018-2017)
11305	2.795.077.436	3.254.025.011	458.947.575
14101	1.901.443.810	2.300.145.038	398.701.228
19101	1.970.881.991	2.164.618.550	193.736.559
21601	670.128.715	746.923.658	76.794.943
18101	377.594.070	433.519.096	55.925.026
16101	393.535.841	427.816.002	34.280.161
12401	106.433.965	137.940.820	31.506.855
26201	290.145.843	317.580.232	27.434.389
17303	153.630.164	180.692.272	27.062.109
27101	101.801.342	118.597.305	16.795.963
30101	186.033.835	199.521.134	13.487.298

Cód UO	2017	2018	Diferença (2018-2017)
19301	78.532.984	86.957.387	8.424.403
11101	56.561.237	63.106.144	6.544.907
9101	52.674.698	58.319.555	5.644.857
6101	39.349.806	43.183.270	3.833.464
10101	91.200.048	93.674.703	2.474.654
22101	41.450.594	43.377.600	1.927.006
4101	14.887.369	16.678.618	1.791.249
17501	11.306.975	12.920.401	1.613.427
5101	15.339.085	16.887.038	1.547.953
11303	3.653.260	4.651.292	998.032
12101	7.145.216	8.104.446	959.229
23101	16.345.019	17.293.504	948.485
4304	12.014.346	12.946.664	932.318
4301	9.884.679	10.775.077	890.398
17502	1.576.811	2.232.506	655.695
4105	4.255.969	4.898.472	642.502
17101	17.571.929	18.183.770	611.841
12502	2.258.227	2.743.018	484.791
18201	3.044.746	3.390.322	345.577
4104	1.676.558	1.869.929	193.371
20501	5.249.866	5.441.370	191.505
4106	757.894	946.967	189.074
26202	2.398.831	2.560.415	161.584
4303	865.422	942.430	77.008
28501	966.510	976.830	10.320
20401	106.599.662	96.469.466	-
20101	59.341.815	58.747.357	-
25101	43.455.957	36.279.574	-
28101	26.974.216	26.033.596	-
26101	25.027.648	24.880.753	-
17302	12.656.290	12.593.648	-
13101	9.771.228	9.039.935	-
17301	6.808.419	6.784.302	-
4107	1.579.028	1.273.096	-
7101	2.400.293	904.063	-
Total geral	9.732.289.647	11.087.446.636	1.355.156.989

Fonte: SISOT/SEPLAG

O quadro 101 apresenta os números do quadro de servidores do Poder Executivo. Os inativos cresceram de 29.720 para 35.041 mil em 2019, crescimento de 17,90%, o que demonstra o crescimento da folha de inativos e pensionistas em 587,48 milhões em 2018.

O número de servidores efetivos registrou queda de 41.213 para 40.505 mil em 2020. Os servidores temporários foram de 21.778 em 2015 para 33.443 mil em 2017, crescimento de 53,56%.

Quadro 101 – Quantitativo de servidores do Poder Executivo - 2015 a 2021

Servidores	2015	2016	2017	V% (2017/15)	2019	V.% (2019/15)	2020	V% (2020/15)	2021	var. % 2020/20
1. Inativos	29.720	31.019	33.439	12,51	35.041	17,9	35.404	19,13	35.158	18,3
1.1 Aposentados	24.338	25.452	26.874	10,42	28.320	16,36	28.616	17,58	28.175	15,77
1.2 Pensionistas	5.382	5.567	6.565	21,98	6.721	24,88	6.788	26,12	6.983	29,75
2. Ativos	69.463	70.227	78.886	13,57	79.767	14,83	68.213	-1,8	75.595	8,83
2.1 Efetivos	41.213	40.536	39.261	-4,74	41.356	0,35	40.505	-1,72	40.072	-2,77
2.2 Efetivos comissionados	4.897	4.972	4.519	-7,72	4.659	-4,86	4.614	-5,78	4.621	-5,64
2.3 Exclusivamente comissionados e cargo eletivo	1.575	1.573	1.663	5,59	1.553	-1,4	1.562	-0,83	1.532	-2,73
2.4 Temporários	21.778	23.146	33.443	53,56	32.199	47,85	21.532	-1,13	29.370	34,86
Total	99.183	101.246	112.325	13,25	114.808	15,75	103.617	4,47	110.753	11,67

Quadro 102 – Despesas com pessoal contratado temporários - 2015 a 2021

Ano	Quantitativo de servidores temporários	Despesa pessoal contrato temporário mensal	Var.% Mensal	Var.% Mensal Acumulada
2015	21.778	44.482.240	0	-
2016	23.146	54.788.279	23,17	23,17
2017	33.443	70.510.005	28,70	51,87

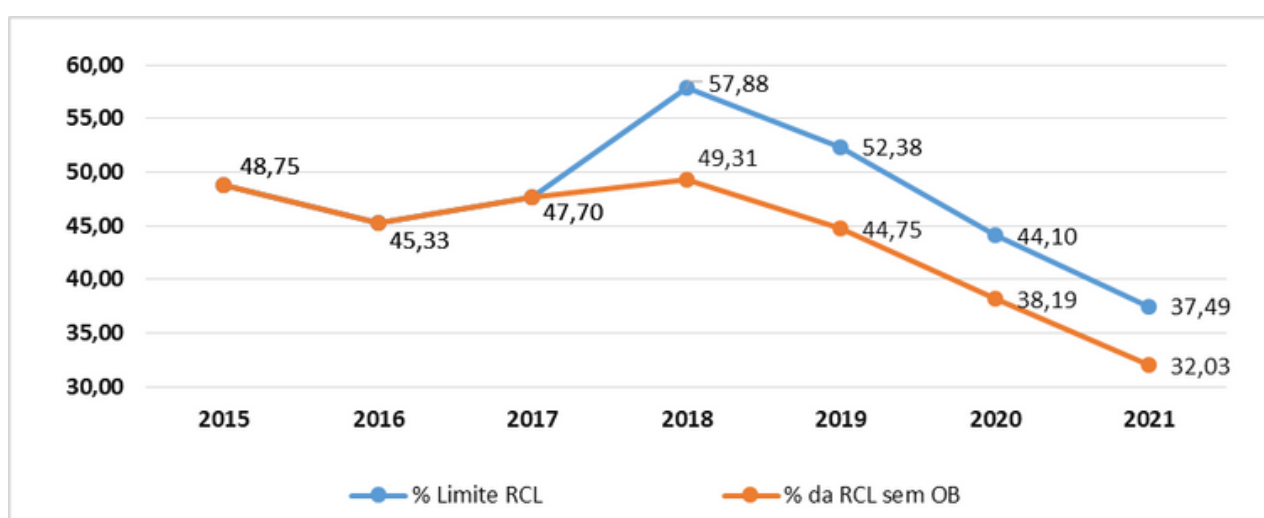
Ano	Quantitativo de servidores temporários	Despesa pessoal contrato temporário mensal	Var.% Mensal	Var.% Mensal Acumulada
2018	29.796	71.354.715	1,20	53,06
2019	32.199	73.468.818	2,96	56,03
2020	21.532	53.921.680	-26,61	29,42
2021	29.370	73.678.900	36,64	66,06

Fonte: SISOT/SEPLAG. Dados do boletim de pessoal.

Quadro 103 – Contabilização das obrigações patronais - 2018 a 2021

Anos	Despesa de ativos	Obrigações Patronais	RCL	% Limite RCL usado	% da RCL das O.P	% da RCL sem O.P
2015	5.791.517.008,73	-	11.644.440.523	49,74	0	49,74
2016	5.675.960.966,00	-	12.522.756.874	45,33	0	
2017	6.386.985.004,67	-	13.389.766.593	47,70	0	47,70
2018	8.813.069.563,00	1.303.964.739	15.223.276.761	57,89	8,57	49,33
2019	8.979.892.556,64	1.307.797.065	17.145.216.862	52,38	7,63	44,75
2020	9.031.634.534,36	1.209.148.949	20.481.972.453	44,10	5,90	38,19
2021	9.224.562.866,25	1.343.372.771	24.604.584.741	37,49	5,46	32,03

Fonte: SISOT/SEPLAG

Gráfico 29 – % de comprometimento da despesa pessoal na RCL - 2015 a 2021

Fonte: SISOT/SEPLAG

3.8.6. PREVIDÊNCIA DO ESTADO

No quadro 104 consta que as despesas previdenciárias do estado de Mato Grosso quase dobraram no período de 2015-2021, saindo de R\$ 1,9 bilhões em 2015 para R\$ 3,6 bilhões em 2021. O crescimento dessas despesas com aposentados e pensionistas atingiu pico no biênio 2017-2018.

O ano 2017 apresentou crescimento de 29,43% em relação a 2016, em 2018 cresceu 26,27% sobre 2017. As despesas previdenciárias só reduziram seu crescimento a partir de 2019 quando cresceram 13,75%.

Quadro 104 – Resultado previdenciário – 2015 a 2021

Anos	Receita previdenciária	Despesas Previdenciárias	Resultado previdenciário	Aporte
2015	1.617.310.387	1.933.950.286	-716.726.657	553.640.731
2016	1.944.162.708	2.351.232.719	-810.729.809	722.504.305
2017	1.996.557.387	2.756.899.514	-1.236.748.613	841.356.136
2018	2.762.329.623	3.781.807.531	-1.007.955.196	1.135.761.952
2019	3.687.661.996	3.988.755.119	-1.324.624.056	1.132.005.039
2020	3.664.998.212	4.217.471.018	-552.472.806	538.243.389
2021	4.096.514.970	3.659.597.086	-396.673.321	736.028.504

Fonte: SISOT/SEPLAG. Dados RRE- 6º bimestre

3.8.7. DESBUROCRATIZAÇÃO, SIMPLIFICAÇÃO E GOVERNO DIGITAL

3.8.7.1. DESBUROCRATIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO

Diminuir a burocracia na Administração Pública, tornando-a mais dinâmica e simples, não é uma pretensão de gestões recentes no Brasil. Ainda no fim da década de 1970, foi publicado o Decreto nº 83.740, de 18 de julho de 1979, que instituiu o Programa Nacional de Desburocratização⁷⁵. Quase vinte e seis anos depois veio o Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005⁷⁶, que instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA.

Doze anos mais tarde, nova norma – o Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017⁷⁷ – dispôs sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos. E, logo na sequência, pouco mais de um ano depois, foi publicada a Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018⁷⁸, que racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.

Essa grande quantidade de normas, que remonta aos últimos quarenta anos, mostra que o governo brasileiro tem mantido a pauta da desburocratização nas discussões sobre a melhoria da sua atuação, porém, sem avanços que tenham chegado a se entranhar na cultura, tanto da Administração Pública quanto da população em geral.

⁷⁵ Decreto nº 3.740, de 18 de julho de 1979. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d83740.htm. Acesso em 22/12/2022.

⁷⁶ Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5378.htm#art14. Acesso em 22/12/2022.

⁷⁷ Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9094.htm#art25. Acesso em 22/12/2022.

⁷⁸ Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13726.htm. Acesso em 22/12/2022.

Desde o início da discussão sobre a desburocratização no Brasil, entende-se que parte desse esforço está relacionado à restrição de exigências processuais, que devem limitar-se àquilo que é razoável em face do confronto entre o risco e o custo para gerenciá-lo.

O Decreto nº 83.740/1979, em seu artigo 3º, apresentava como objetivo da desburocratização “abreviar a solução de casos (...) mediante (...) a simplificação do trabalho administrativo e a eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco”.

De forma idêntica, a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017⁷⁹, que dispôs sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, estabeleceu como uma das diretrizes a serem observadas na prestação de serviços públicos a “eliminação de formalidades e de exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido”.

Menos de um ano depois, foi também publicada a Lei nº 13.726/2018, com o objetivo de racionalizar atos e procedimentos administrativos “mediante a supressão ou a simplificação de formalidades ou exigências desnecessárias ou superpostas, cujo custo econômico ou social, tanto para o erário como para o cidadão, seja superior ao eventual risco de fraude”.

Note-se que o equilíbrio e a razoabilidade na relação entre custo e risco sempre constituíram ponto basilar no aspecto conceitual da discussão. No entanto, houve também dispositivos legais que se preocuparam com aspectos mais práticos da desburocratização e da simplificação.

A Lei nº 13.460/2017, prescreveu, por exemplo: a autenticação de documentos e o reconhecimento de firma, em regra, como atos do próprio agente público, vedando a exigência de procedimentos cartoriais; a utilização de linguagem simples e compreensível; a vedação da exigência de nova prova sobre fato já provado.

⁷⁹ Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm. Acesso em 23/12/2022.

Já a Lei nº 13.726/2018 estabeleceu várias restrições a exigências nos processos públicos, especialmente no tocante a documentos que os cidadãos sempre tiveram que apresentar às repartições, muitas vezes sem um motivo plausível. Assim, foram dispensadas, por exemplo: a exigência de reconhecimento de firma em cartório, devendo o próprio agente administrativo fazê-lo; a exigência de certidão de nascimento e de título de eleitor; a exigência de certidões emitidas pelo próprio Poder titular do processo; a exigência de nova prova sobre fato já provado. Note-se que a preocupação do legislador nesse instrumento legal era racionalizar as exigências documentais, cujo excesso há muito tempo é um problema reconhecido nos processos públicos.

Mesmo em face da profusão de normas que tratam de desburocratização e simplificação, seus reflexos na prestação de serviços públicos ainda não são satisfatoriamente observáveis. Isto significa que a burocracia irracional ainda é responsável por muitos processos morosos e custosos, tanto para a Administração Pública quanto para o cidadão.

Um dos processos que serve de paradigma da eficiência é o de abertura de empresas. De acordo com o relatório do Índice de Cidades Empreendedoras de 2017⁸⁰, naquele ano gastava-se em média 62 dias para uma empresa ser regularizada e poder funcionar. Essa média foi calculada levando em consideração os dias corridos necessários para a resolução de seis processos, todos necessários à abertura de uma empresa: obtenção do NIRE (Número de Identificação de Registro de Empresas); emissão do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica); obtenção de IE (Inscrição Estadual); obtenção de IM (Inscrição Municipal); Alvará de Funcionamento; AVCB (Alvará do Corpo de Bombeiros).

Essas informações demonstram não apenas o tempo necessário para se iniciar um negócio legalmente, mas também chamam a atenção para a quantidade de processos, em órgãos distintos, que precisam ser executados. A burocracia para o início de um negócio fez com que o Brasil ocupasse a 138ª posição no ranking Doing Business 2020⁸¹, em relação ao indicador “Abertura de empresas”.

⁸⁰ Índice de Cidades Empreendedoras, Brasil 2021. Disponível em <<https://ice.enap.gov.br/>>. Acesso em 22/12/2022.

Figura 29 – Posição do Brasil no ranking - 2020

Tópicos	DB 2020 Classificação	DB 2020 Pontuação	DB 2019 Pontuação	Mudança na pontuação (pontos percentuais)
Global	124	59.1	58.6	↑ 0.5
Abertura de empresas✓	138	81.3	80.3	↑ 1
Obtenção de alvarás de construção	170	51.9	52.1	↓ 0.2
Obtendo eletricidade	98	72.8	72.8	..
Registro de propriedades✓	133	54.1	51.9	↑ 2.2
Obtenção de crédito	104	50.0	50.0	..
Proteção dos investidores minoritários	61	62.0	62.0	..
Pagamento de impostos	184	34.4	34.4	..
Comércio internacional	108	69.9	69.9	..
Execução de contratos	58	64.1	64.1	..
Resolução de insolvência	77	50.4	48.5	↑ 1.9

✓ = Fazendo reforma de negócios tornando mais fácil fazer negócios. X = Mudança tornando mais difícil fazer negócios.

Fonte: site do The World Bank⁸²

A burocracia exagerada gera impactos negativos na capacidade governamental para a realização de investimentos. A necessidade de manter em funcionamento processos demorados e com muitas exigências de documentos e pontos de controle traz consigo a necessidade de arcar com despesas de manutenção das respectivas unidades administrativas executoras. Assim, a melhoria da capacidade de investimento governamental passa pelo aumento da eficiência administrativa, e esta depende da racionalização, desburocratização e simplificação de processos.

⁸¹ Ranking Doing Business. Disponível em <<https://archive.doingbusiness.org/en/rankings>>. Acesso em 22/12/2022.

⁸² The World Bank – Doing Business – Brasil. Disponível em <https://archive.doingbusiness.org/pt/data/exploreconomies/brazil>. Acesso em 03/01/2023.

3.8.7.2. GOVERNO DIGITAL

Não obstante o longo tempo em que este tema tem sido tratado no Brasil, há cerca de dez anos um novo capítulo foi iniciado: o da implantação do Governo Digital como meio de promover a desburocratização e simplificação.

Graças aos avanços tecnológicos da contemporaneidade, as atuais discussões sobre o assunto estão fortemente ligadas à ideia de transformar digitalmente os serviços. A tecnologia da informação vem desenvolvendo e aprimorando constantemente diversas soluções que permitem obter, usar e compartilhar dados, além de automatizar processos, inclusive os decisórios, fazendo com que vários procedimentos não dependam de intervenção humana. Ferramentas capazes de assegurar a veracidade e a autenticidade de dados e informações permitem a diminuição da burocracia em processos, tornando-os mais simples e ágeis, especialmente quando são adequadamente transformados em serviços digitais.

No tocante à normatização, já é considerável a produção legislativa brasileira sobre o uso da tecnologia para a transformação de processos e serviços públicos. A Lei nº 13.460/2017 estabelece, como uma de suas diretrizes, a aplicação de soluções tecnológicas para simplificar processos e procedimentos de atendimento ao usuário.

O Decreto nº 9.756, de 11 de abril de 2019⁸³, instituiu, no âmbito do Governo Federal, o portal único “gov.br” e dispôs sobre unificação de canais digitais, buscando concentrar a oferta de serviços públicos e informações em um único ambiente, facilitando a busca e o acesso pelo cidadão.

A Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020⁸⁴, dispôs sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, solução essencial para a criação de autosserviços digitais (serviços totalmente on-line, sem qualquer etapa presencial), incluindo a dispensa de atos cartoriais. E, por fim, a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, dispôs sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública, sendo considerada a principal norma sobre o tema no país.

⁸³ Decreto nº 9.756, de 11 de abril de 2019. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9756.htm. Acesso em 23/12/2022.

⁸⁴ Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14063.htm. Acesso em 23/12/2022.

No tocante à política de Governo Digital, o Brasil tem demonstrado avanços. Em 2022, o país estava na 49ª posição no *E-Government Development Index*⁸⁵, indicador que avalia 193 países. A posição do Brasil nesse ranking tem sido instável, variando entre a 44ª e a 59ª nos últimos dez anos. Porém, sua pontuação vem crescendo constantemente, passando de 0,616 para 0,791 no mesmo período.

3.8.8. ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, conhecida como lei de acesso à informação, regulamentou o inciso XXXII do art. 5º, do inciso II do § 3º do art. 37 da Constituição Federal. A partir da publicação desta lei à União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estão obrigados a disponibilizar acesso à informação aos cidadãos. Diante da obrigação o estado de Mato Grosso publicou o Decreto nº 806 de 22 de janeiro de 2021 regulamentando a aplicação da Lei Federal nº 12.527 no âmbito do Poder Executivo do estado.

As atribuições de gestão de acesso à informação e transparência do Poder Executivo Estadual estão na atribuição da Controladoria Geral do Estado - CGE. A Controladoria coordena as atividades de transparência em dois canais. A transparência ativa por meio do Portal Transparência (www.transparencia.mt.gov.br) e a transparência passiva, por meio do e-SIC, vinculado ao sistema de ouvidoria Fale Cidadão.

Transparência ativa:

São aquelas disponibilizadas pelos órgãos e entidades, independente de solicitação, utilizando principalmente a Internet. Essa divulgação de dados é também conhecida como transparência ativa. A disponibilização de informações de interesse público, além de facilitar o acesso dos cidadãos e de reduzir o custo com a prestação de informações, evita o acúmulo de pedidos de acesso sobre temas semelhantes.

Transparência passiva:

A transparência passiva, por outro lado, depende de uma solicitação do cidadão. Ela ocorre por meio dos pedidos de acesso à informação. Desse modo, o órgão ou entidade deve se mobilizar no sentido de oferecer uma resposta à demanda.

⁸⁵ UN E-Government Knowledgebase. Disponível em <https://publicadministration.un.org/egovkb/en-us/data-center>. Acesso em 23/12/2022.

3.8.8.1. PORTAL TRANSPARÊNCIA

O Portal Transparência é o mecanismo pelo qual o cidadão pode solicitar acesso e obter dados e informações de seu interesse. De 2019 a 2022 a CGE acumulou mais de 4,8 milhões de acessos, tendo registrado mais de 1.080 atualizações no período, entre melhorias de layout, manutenções e correções. Entre elas, destacam-se:

- Portal Covid-19: Informações sobre contratações emergenciais, legislação, monitoramento de casos, execução orçamentária, vacinas etc.
- Dados abertos: Publicação, em dados abertos, das informações sobre receitas, despesas e transferências de recursos entre entes da federação.
- Transmissão de sessões de licitação: No período de 2019 a 2022, foram transmitidas ao vivo 398 sessões de licitação pelo Portal Transparência, em atendimento à Lei nº 10.851/2019.
- A compilação de dados mostrou que os assuntos mais procurados no quadriênio foram lotação e remuneração dos servidores estaduais, despesas, contratos e boletins de monitoramento dos casos de Covid-19.

Gráfico 31 – Total de visitas 2019 a 2022



Fonte: SAOGT-CGE E MTI

3.8.8.2. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

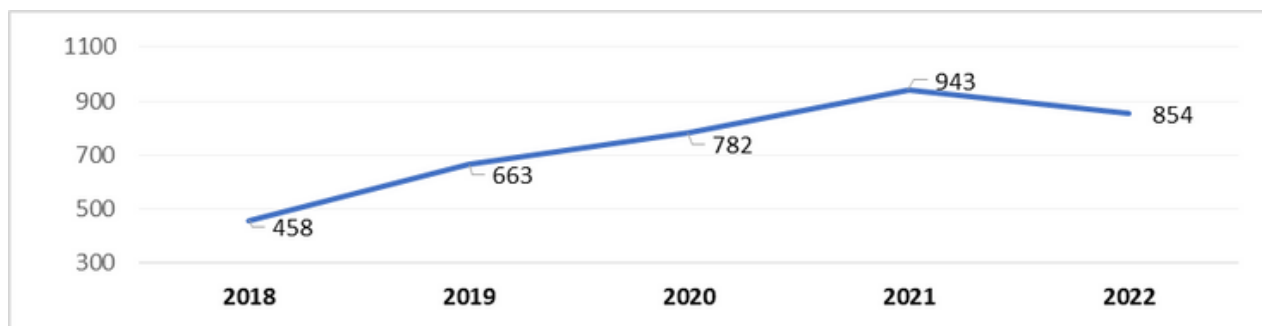
A CGE recebeu 3.242 pedidos de informação com base na Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei Federal nº 12.527/2011) entre 2018 e 2022. Do total de pedidos, uma média de 62% dos foram respondidos no prazo (30 dias). Se considerar o prazo dentro do exercício, os atendimento subiram para 72%, ou seja, a informação foi

fornecida, o que demonstra que o Estado tem cumprido a lógica de que a transparência é a regra e o sigilo é a exceção.

O que tem se observado, a partir dos dados dos indicadores, é que tem ocorrido um aumento de demandas de informações e de acessos ao portal de informações anualmente. Também se verifica que **o tempo resposta das solicitações de informações tem sido em cerca de 60% atendido em até 30 dias.**

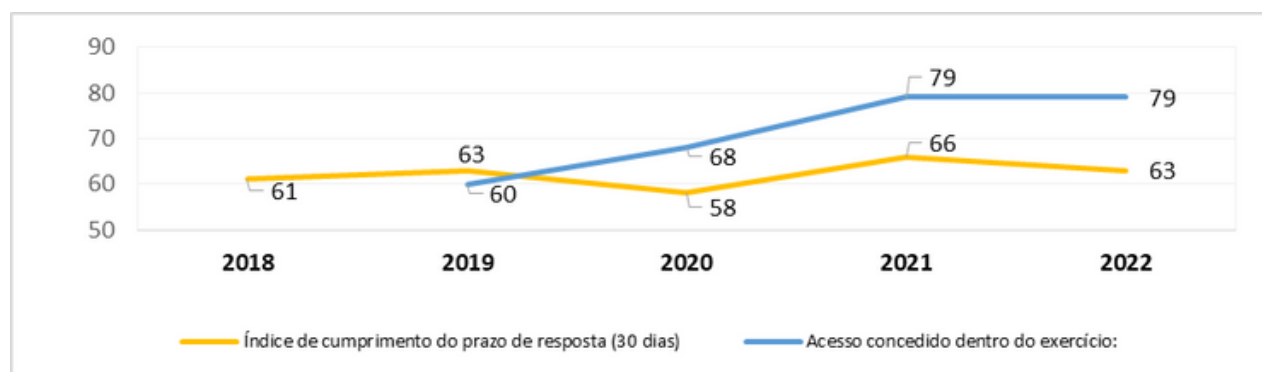
De fato, os dados dos indicadores são bons, mas existe ainda 28% das solicitações de informações que não estão sendo atendidas dentro do exercício, podendo ser esse um desafio para a CGE.

Gráfico 32 – Pedidos de informação - 2018 a 2022



Fonte: SAOGT-CGE E MTI

Gráfico 33 – Tempo de resposta a solicitação de informação - 2018 a 2022



Fonte: SAOGT-CGE E MTI

3.8.8.3. INDICADOR DE TRANSPARÊNCIA

A Escala Brasil Transparente – Avaliação 360° é uma inovação na tradicional metodologia de avaliação da transparência pública adotada pela CGU. Na EBT –

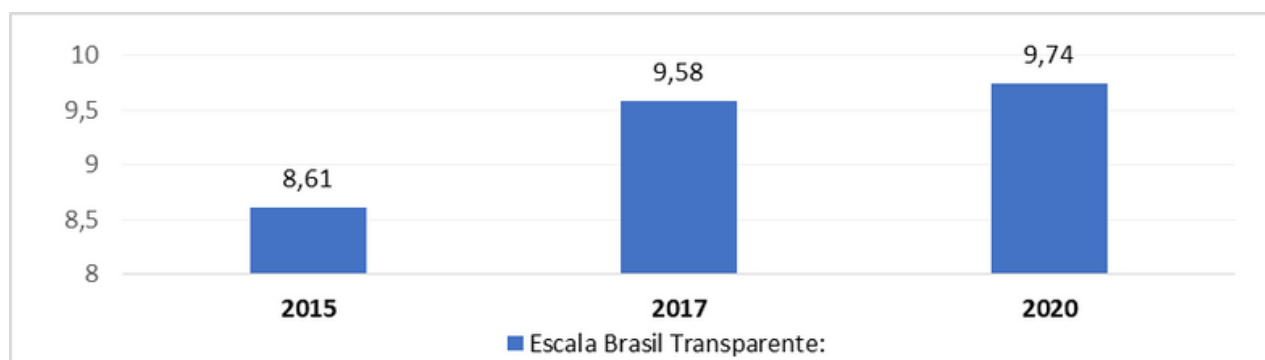
Avaliação 360° houve uma mudança para contemplar não só a transparência passiva, mas também a transparência ativa (publicação de informações na internet).

Nesta avaliação foram incorporados aspectos da transparência ativa como a verificação da publicação de informações sobre receitas e despesas, licitações e contratos, estrutura administrativa, servidores públicos, acompanhamento de obras públicas e outras. Com a aplicação da EBT como prática institucional, a CGU pretende aprofundar o monitoramento da transparência pública e possibilitar o acompanhamento das ações implementadas por estados e municípios na promoção do acesso à informação.

A CGU atribuiu nota 9,74 à transparência do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, o que o colocou na faixa de estados com conceitos altos, já que a nota média foi 8,84. A pesquisa foi realizada entre abril e dezembro de 2020.

- Mato Grosso subiu da 15ª para a 9ª posição na 4ª edição da Escala Brasil Transparente, avaliação da Controladoria Geral da União (CGU) que mede o grau de transparência pública dos Estados e dos Municípios brasileiros com mais de 50 mil habitantes.

Gráfico 34 – Posição no Ranking – 2015 a 2020



Fonte: https://mbt.cgu.gov.br/publico/avaliacao/escala_brasil_transparente/66

3.8.8.4. OUTRAS AVALIAÇÕES DE TRANSPARÊNCIA

Nos últimos anos a transparência do estado foi avaliada por diversas ONGs e entidades.

Transparência Internacional - Covid-19: Foram avaliados o conteúdo, a atualização e o formato de apresentação das compras emergenciais no Portal

Transparência, no portal oficial, no portal de compras e nas redes sociais (Facebook e Instagram) do governo do estado. À medida em que o estado foi aprimorando a publicidade das compras emergenciais da Covid-19 no Portal Transparência, Mato Grosso evoluiu do conceito “bom” para “ótimo” nas avaliações feitas pela organização não-governamental "Transparência Internacional – Brasil⁸⁶".

Programa Nacional de Transparência Pública - Atricon⁸⁷: O Portal Transparência de Mato Grosso foi classificado como “Ouro” na avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública, realizada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). O estado de Mato Grosso alcançou o índice de 92,19%, o 5º melhor do país. A média nacional entre os Poderes Executivos Estaduais foi de 82,53%. Só quem ultrapassou o índice de 75% recebeu selos: Diamante (95% a 100%), Ouro (85% a 94%) e Prata (75% a 84%).

3.8.8.5. DESAFIOS DA TRANSPARÊNCIA - 2023-2027

1. Desenvolvimento do novo Portal transparência, com mais ferramentas visuais, apresentando de forma simplificada as informações, além de atender aos padrões de acessibilidade. Ampliação das informações disponibilizadas em formato de dados abertos.

2. Melhoria nos índices de cumprimento de prazo de resposta de pedidos de informação e do fornecimento das informações, por meio de trabalhos desenvolvidos com as ouvidorias setoriais e com os servidores do Poder Executivo.

3.8.9. INOVAÇÃO EM PRÁTICA PÚBLICAS

No Brasil, o termo inovação se popularizou a partir dos anos 70, com as propostas de modernização do estado. Entretanto, as práticas burocráticas e os procedimentos administrativos não conseguem acompanhar os avanços tecnológicos e as novas formas de prestação de serviço. O mundo mudou e segue mudando, e o governo precisou mudar também. É claro que o estado não precisa acompanhar todas as iniciativas implementadas pelo setor privado. Todavia, é papel do estado fornecer serviços públicos compatíveis de acordo com as necessidades de cada época.

⁸⁶ <https://transparenciainternacional.org.br/ranking/>

⁸⁷ <https://radar.tce.mt.gov.br/extensions/atricon2/atricon2.html>

Para melhor compreensão e considerando a existência de conceitos e abordagens variados aplicados ao tema, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE procura homogeneizar os conceitos em seu documento referencial, denominado Manual de Oslo⁸⁸, definindo inovação como “serviços, produtos, processos ou métodos novos ou significativamente melhorados, devendo ser novos para a organização, embora possam ter sido desenvolvidos por outros.” (OCDE/FINEP, 2004). Ou seja, para o estado inovar, é preciso trazer melhoria contínua dos seus processos e serviços, inclusive no que tange a atualização do ordenamento jurídico⁸⁹.

Para o contexto do serviço público, a inovação é vista como a implementação de uma mudança significativa na maneira como a organização opera ou nos produtos que oferta⁹⁰. E para que esta nova visão pudesse ser implementada, foi necessário uma mudança de visão no ordenamento jurídico brasileiro a criando novas leis e atualizando as existentes.

Deste modo, a Constituição Federal recebe a Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015, que deu relevância à inovação no ordenamento jurídico brasileiro, porque passou a equipará-la à ciência e tecnologia, em seu Capítulo IV. Além disso, a Constituição Federal passou a prever a obrigatoriedade de o estado promover a inovação e conceder meios e condições especiais de trabalho para a formação de profissionais nas áreas de ciência, Deste modo, a Constituição Federal recebe a Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015, que deu relevância à inovação no ordenamento jurídico brasileiro, porque passou a equipará-la à ciência e tecnologia, em seu Capítulo IV. Além disso, a Constituição Federal passou a prever a obrigatoriedade de o estado promover a inovação e conceder meios e condições especiais de trabalho para a formação de profissionais nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação⁹¹. A Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, considerada o marco legal da inovação, estabelece “medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação

⁸⁸ http://www.finep.gov.br/images/a-finep/biblioteca/manual_de_oslo.pdf.

⁸⁹ SILVA, W. F. da. Intraempreendedorismo Inovador no Setor Público: Pesquisa e Propostas Para Política Pública Institucional. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação, Ponto Focal Cuiabá, para a obtenção do título de Mestre.

⁹⁰ BRANDAO, S. M; BRUNO-FARIA, M. F. Inovação no setor público: análise da produção científica em periódicos nacionais e internacionais da área de administração. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 227-248, Fev. 2013.

⁹¹ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 14/02/2023.

tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do País(...)⁹².

A promulgação da Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, que estabelece que a inovação é um dos meios a serem utilizados para o aumento da eficiência da administração pública⁹³, também chamada de Lei do Governo Digital, determina como princípio “a promoção do desenvolvimento tecnológico e da inovação no setor público”.

Em um recorte menor, trazendo para o ordenamento jurídico mato-grossense, a inovação recebe duas abordagens, quais sejam (i) Lei Complementar nº 297, de 7 de janeiro de 2008, que *“estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, em ambiente produtivo, visando alcançar autonomia tecnológica, capacitação e o desenvolvimento científico e tecnológico do estado de Mato Grosso, nos termos dos arts. 352 e 353 da Constituição do Estado de Mato Grosso”*; e, (ii) Lei Complementar nº 612, de 28 de janeiro de 2019, que *estabelece a competência da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão para gerir o “sistema central de inovação em práticas públicas”*.

3.8.9.1. INOVAÇÕES EM PRÁTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DE MATO GROSSO

Nos últimos anos, a inovação deixou de ser associada somente à tecnologia e os governos passaram a reconhecer e introduzir em seus processos de trabalho, práticas inovadoras como forma de aperfeiçoar, simplificar e agilizar os serviços oferecidos.

Sendo assim, o governo entendeu que era necessário focar e direcionar seus esforços para uma gestão de pessoas mais eficiente e engajada, afinal, são elas que constroem e executam o processo de inovação e transformação digital. Deste modo, iniciativas como o “Concurso Inovação no Setor Público”, promovido anualmente, desde 1996, pela Escola Nacional de Sendo assim, o governo entendeu que era necessário focar e direcionar seus esforços para uma gestão de pessoas mais eficiente e engajada, afinal, são elas que constroem e executam o processo de

⁹² Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm. Acesso em: 14/02/2023.

⁹³ Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14129.htm. Acesso em: 14/02/2023.

inovação e transformação digital. Deste modo, iniciativas como o “Concurso Inovação no Setor Público”, promovido anualmente, desde 1996, pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) foram sendo implementadas como forma de valorização, reconhecimento e disseminação de boas práticas⁹⁴.

No cenário mato-grossense, a Lei Complementar estadual nº 612, de 28 de janeiro de 2019, regulamentada pelo Decreto nº 1.200, de 16 de dezembro de 2021, “Institui a Política de Inovação em Práticas Públicas no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso”. O decreto objetiva desenvolver e sistematizar ambientes propícios à inovação, articular pessoas, instituições públicas e privadas para atuarem de forma coletiva e colaborativa objetivando o estímulo ao desenvolvimento de práticas inovadoras no setor público:

- A. Criação do prêmio estadual de inovação em práticas públicas;
- B. Criação do laboratório central de inovação em práticas públicas.

Este Decreto é fruto de trabalho de pesquisa realizado com servidores públicos do estado de Mato Grosso, que identificou que o baixo grau de intraempreendedorismo e inovação se deve a fatores como a rigidez de normas, insegurança jurídica, a cultura resistente a mudanças, falta de reconhecimento, pouca autonomia, centralização de informações e tomada de decisões, descontinuidade de projetos, falta de estrutura dedicada ao intraempreendedorismo⁹⁵.

Em 2018 o Observatório de Inovação no Setor Público (OPSI)⁹⁶, realizou avaliação sobre o sistema de inovação do serviço público brasileiro. Nesta avaliação foi identificado que é necessário adotar pilares nos quais as habilidades comportamentais, muito mais difíceis de serem avaliadas, sejam priorizadas como um conjunto de competências para a liderar e inovar.

Percebendo a importância de modernizar o estado, simplificar processos e trazer eficiência ao serviço público, e pensando também no desenvolvimento das habilidades comportamentais e atitudinais dos servidores públicos, o governo começou a criar unidades específicas para o desenvolvimento de soluções inovadoras com foco no setor público.

⁹⁴ <https://enap.gov.br/pt/pesquisa-e-conhecimento/concursos-e-premiações/26-concurso-inovação>. Acesso em: 14/02/2023

⁹⁵ SILVA, W. F. da. Intraempreendedorismo Inovador no Setor Público: Pesquisa e Propostas Para Política Pública Institucional. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação, Ponto Focal Cuiabá, para a obtenção do título de Mestre.

⁹⁶ <https://oecd-opsi.org/> acesso em: 26/02/2023

Deste modo o governo federal se inspira no Chile que em 2015⁹⁷ criou o primeiro Laboratório Governamental da América Latina, e lançou em 2017 o GNOVA-laboratório de inovação do governo em parceria com a Dinamarca, espaço de colaboração, criação e design de serviços públicos. Este modelo deu tão certo que no mapeamento realizado em 2020 pelo pesquisador Hironobu Sano⁹⁸, foram identificadas em todo o Brasil, 43 unidades denominadas “laboratórios de inovação”.

À vista disso, a Lei do governo digital nº 14.129, de 29 de março de 2021, descreve em sua redação a finalidade e conceitua no art. 4º, VIII; laboratório de inovação como “espaço aberto à participação e à colaboração da sociedade para o desenvolvimento de ideias, de ferramentas e de métodos inovadores para a gestão pública, a prestação de serviços públicos e a participação do cidadão para o exercício do controle sobre a administração pública”.

Conseqüentemente, o governo de Mato Grosso, com o olhar atento ao cenário nacional e as tendências dos novos modelos de trabalho, publica o Decreto estadual nº 1.350, de 13 de abril de 2022, criando a unidade de laboratório de inovação vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Ainda sobre o Decreto estadual nº 1.200, de 16 de dezembro de 2021, é esperado conforme seu art. 6º que novos ambientes promotores da inovação, para a criação, absorção, difusão e transferência de tecnologia e boas práticas sejam instituídos nas demais unidades administrativas com vistas ao intraempreendedorismo.

A proposição destas iniciativas em Mato Grosso aponta um novo olhar para a inovação das práticas públicas, visando a melhoria no desempenho organizacional do estado⁹⁹.

Espera-se para os próximos anos que a crescente atualização do ordenamento jurídico para a inovação; a implementação de novos modelos de trabalho; a cooperação para execução de projetos intersetoriais; a gestão humanizada pautada em habilidades comportamentais independente de cargo ou carreira; a promoção e reconhecimento de servidores; a autonomia para criar; a capacitação em áreas de

⁹⁷ <https://www.lab.gob.cl/> Acesso em: 14/02/2023.

⁹⁸ Sano, Hironobu Laboratórios de inovação no setor público: mapeamento e diagnóstico de experiências nacionais / Hironobu Sano Brasília: Enap, 2020. 45p. (cadernos ENAP, 69)

⁹⁹ SILVA, W. F. da. Intraempreendedorismo Inovador no Setor Público: Pesquisa e Propostas Para Política Pública Institucional. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação, Ponto Focal Cuiabá, para a obtenção do título de Mestre.

criatividade, inovação e metodologias ágeis; a promoção da experimentação e risco calculado, favoreçam a criação de grandes e novos projetos para a prestação de serviços eficientes, simplificados e acessíveis a todos os usuários do sistema.

Destaca-se que os desafios que devem permear a próxima gestão:

- A. Consolidação do prêmio estadual de inovação em práticas públicas como prática de busca por inovação no ambiente público;
- B. Fortalecimento do laboratório central de inovação em práticas públicas inovadoras;
- C. Desenvolvimento do ordenamento jurídico de forma a favorecer as práticas de inovação.

3.8.10. REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATO GROSSO

A Previdência no Estado de Mato Grosso foi instituída por meio da Lei 1.614/81, quando criou o Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso - IPEMAT e competia ao Instituto assegurar aposentadoria e pensão dos servidores efetivos e de vínculos temporários, serventuários da justiça, bem como a reforma, reserva e pensão dos militares. A lei também garantia a assistência médica e hospitalar aos seus contribuintes e seus dependentes, tudo isso amparado a uma fonte de receita que previa uma alíquota de 6% (seis pontos percentuais) da remuneração efetivamente recebida mas não superior a 5 (cinco) salários mínimos.

Em 1972, por meio da Lei 3.315/72, a alíquota dos Servidores Públicos passou para 8% (oito pontos percentuais) e para os Funcionários Públicos foram mantidos os 6% (seis pontos percentuais). A Lei 3.519/74 alterou a base de cálculo de 5 (cinco) salários mínimos para o máximo 20 salários mínimos. Em 1979 a lei 4.056/79 definiu que os beneficiários para efeitos de pensão e assistência médica seriam os filhos até 25 anos que estejam estudando.

As regras e benefícios vigentes à época são inimagináveis para os dias atuais, ter uma previdência e um plano de saúde contribuindo com apenas 6% (seis pontos percentuais) sobre o equivalente a 5 (cinco) salários mínimos de sua remuneração era algo possível somente por causa do conjunto de fatores favoráveis a acumulação de recursos. As características da massa de segurados, tais como a expectativa de vida abaixo dos 60 anos, um baixíssimo número de inativos para um grande número de contribuintes com uma relação ativo/inativo chegou a atingir

quase 8, o que significa que tínhamos 8 pessoas trabalhando e contribuindo para cada aposentado/pensionista, hoje a relação é de 1,2.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu no art. 194 a Seguridade Social compreendendo um conjunto de direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social. Em seu art. 195 trouxe as fontes de financiamento deste sistema, sendo específica com relação à Previdência, definindo as Contribuições Previdenciárias do Segurado e Patronal, que são espécie tributária, como recursos de natureza vinculada.

Por sua vez, a Previdência está dividida em 3 (três) regimes: Regime Geral (iniciativa privada), Regime Próprio (servidores públicos) e Regime Complementar (privado e público).

A seguir serão abordados os cenários referentes à Pré-Reforma da Previdência, bem como o Pós-Reforma.

3.8.10.1. DADOS SOBRE A PREVIDÊNCIA DE MATO GROSSO PRÉ-REFORMA

Esta informação é referente a massa de aposentados do MTPREV anterior à Reforma da Previdência no âmbito Estadual, ou seja, é um retrato de 2019. Conforme dados apresentados, a idade média ao se aposentar é de 56 anos de idade, considerando as aposentadorias especiais de professores e agentes de segurança.

Figura 30 - Aposentados e pensionistas por faixa etária - 2019

Características dos Aposentados do RPPS/MT*

Idade na concessão da aposentadoria		
Faixa Etária (anos)	Aposentados	%
Abaixo de 45	2.073	7,21
45 - 50	4.229	14,72
50-55	9.580	33,36
55-60	6.405	22,30
60-65	4.347	15,13
Acima de 65	2.082	7,28
Total	28.716	100

A idade média na aposentadoria nos últimos 4 anos foi de **56 anos.**

Figura 31 - Características de aposentados RPPS/MT - 2022

Características dos Aposentados do RPPS/MT*

Média do Benefício de aposentadoria por faixa salarial			
Faixa salarial	Média Valor R\$	Quantidade Benefícios	%
Até R\$ 2.000,00	1.181,63	2.483	8,66
R\$ 2.000,01 - R\$ 3.5000,00	2.866,92	1.771	6,16
R\$ 3.500,01 - R\$ 5.000,00	4.325,40	3.563	12,40
R\$ 5.000,01 - R\$ 8.000,00	6.997,94	12.617	43,94
R\$ 8.000,01 - R\$ 12.000,00	9.707,96	4.192	14,60
R\$ 12.000,01 - R\$ 20.000,00	15.827,67	2.474	8,62
Acima de R\$ 20.000,00	27.174,16	1.616	5,62
TOTAL		28.716	100

Tempo médio de duração da Aposentadoria **28 anos.**



Fonte: MTPREV, DRP – Diretoria de Receitas Previdenciárias

Destacamos neste quadro o tempo médio de duração de um benefício de aposentadoria que chega a 28 anos no estado de Mato Grosso. Se levarmos em consideração os 56 anos de idade média ao se aposentar trazidos no primeiro quadro, a idade média do aposentado ao se findar o benefício de aposentadoria atingiria 84 anos, ou seja, acima da expectativa de vida prevista pelo IBGE em 2019 que era de 76,6 anos.

O cenário fiscal pré-reforma apresentava-se extremamente grave e preocupante, pois o déficit financeiro anual crescia exponencialmente e o déficit atuarial atingiu quase 60 bilhões de reais e já comprometia 50% (cinquenta pontos percentuais) do PIB do Estado de Mato Grosso, conforme gráfico 35:

Gráfico 35 - Déficit financeiro e atuarial do RPPS/MT- 2019



Obs.: Nos anos de 2013 e 2014 houve a incorporação de ativos imobilizados no cálculo atuarial, por isso apresentou um leve superávit atuarial.

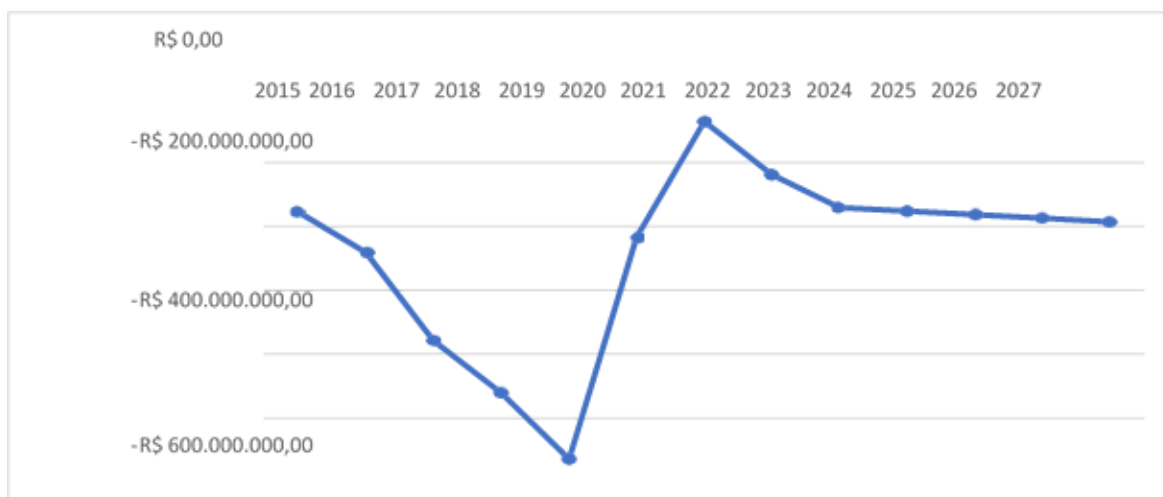
Figura 3: Gráfico serial colunas com a evolução do déficit atuarial em MT.

Fonte: MTPREV, DRP – Diretoria de Receitas Previdenciárias

Fonte: MTPREV, DRP – Diretoria de Receitas Previdenciárias

Ainda sobre o déficit financeiro, no ano de 2019 o resultado foi de aproximadamente 1,4 bilhão. Isto significa que mesmo após a contabilização de todas as receitas previdenciárias (Contribuição Segurado, Contribuição Patronal e Receita de Compensação Previdenciária - COMPREV) deduzidos os pagamentos de todos os benefícios previdenciários (Aposentadorias e Pensões) durante o ano de 2019 faltou aos cofres da Previdência aproximadamente 1,4 bilhão de reais que foram repassados a título de aporte financeiro do Tesouro Estadual para cobertura do déficit.

Gráfico 36 - Déficit financeiro e prognóstico – 2015 a 2027



Fonte: MTPREV, DRP – Diretoria de Receitas Previdenciárias

3.8.10.2. REFORMA DA PREVIDÊNCIA APROVADA POR MEIO DA E.C. 103/2019

Quando pensamos em reforma da previdência, logo nos vem à mente as alterações mais recentes, neste caso especificamente a EC 103/2019. Ficou cristalizado no senso comum que a referida reforma alcançou somente o RGPS (iniciativa privada) e os servidores públicos federais, deixando os servidores de Estados e Municípios de fora, devendo os mesmos promoverem suas alterações.

No entanto, não é de toda a verdade esta afirmação, pois alguns pontos que foram tratados na reforma federal alcançaram a todos os entes federados, com normas de eficácia plena e aplicabilidade imediata e mediata (2 anos de prazo).

Trataremos abaixo acerca das principais normas que estão em vigência deste a promulgação da EC 103/2019 e que afetam todos os entes federados.

Aumento da alíquota de contribuição previdenciária subiu para 14%

A combinação do § 4º do art. 9º com o art. 11 demonstra claramente que a alíquota mínima a ser praticada por todos os entes federados é de 14%, senão vejamos:

*§ 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **não poderão** estabelecer **alíquota inferior** à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui **déficit** atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social.*

Art. 11. Até que entre em vigor lei que altere a alíquota da contribuição previdenciária de que tratam os arts. 4º, 5º e 6º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, **esta será de 14 (quatorze por cento). (grifos nossos)**

• EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO.

O equilíbrio financeiro e atuarial será demonstrado por meio de um plano de custeio, que nada mais é do que uma lei aprovada na Assembleia Legislativa que demonstra objetivamente como se dará o financiamento do déficit financeiro e atuarial. Não raras as vezes foi veiculada na imprensa matéria demonstrando que a previdência do Estado de Mato Grosso apresentou um déficit financeiro em 2019 de 1,3 bilhão e um déficit atuarial na ordem de 60 bilhões de reais.

A exigência constitucional está prevista no § 1º do art. 9º da EC 103/2019, transcrito abaixo:

§ 1º O equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência social deverá ser comprovado por meio de garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das despesas projetadas, apuradas atuarialmente, que, juntamente com os bens, direitos e ativos vinculados, comparados às obrigações assumidas, evidenciem a solvência e a liquidez do plano de benefícios.

No sentido de dar condições para que os estados e municípios tivessem tempo hábil para promover os respectivos ajustes em suas legislações sem ter que sofrer as penalidades previstas no próprio texto constitucional, a Secretaria de Previdência editou a portaria 1.348/2019 onde o prazo para comprovação do atendimento as exigências foram postergadas para 31/07/2020, conforme definido no art. 1 transcrito abaixo:

Art. 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios terão o prazo até 31 de julho de 2020 para adoção das seguintes medidas, em cumprimento das normas constantes da Lei nº 9.717, de 1998, e da Emenda Constitucional nº 103, de 2019:

- comprovação à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho:

da vigência de lei que evidencie a adequação das alíquotas de contribuição ordinária devida ao RPPS, para atendimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, aos arts. 2º e 3º da Lei nº 9.717, de 1998, e ao inciso XIV do art. 5º da Portaria MPS nº 204, de 2008; da vigência de norma dispendo sobre a transferência do RPPS para o ente federativo da responsabilidade pelo pagamento dos benefícios de incapacidade temporária para o trabalho, salário- maternidade, salário- família e auxílio-reclusão, para atendimento ao disposto no § 3º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, no inciso III do art. 1º da Lei nº 9.717, de 1998, e no inciso VI do art. 5º da Portaria MPS nº 204, de 2008.

- encaminhamento dos documentos de que trata o art. 68 da Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, relativos ao exercício de 2020, para atendimento ao disposto no § 1º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, ao inciso I do art. 1º e ao parágrafo único do art. 9º da Lei nº 9.717, de 1998, e ao inciso II e a alínea "b" do inciso XVI do art. 5º da Portaria MPS nº 204, de 2008.

Parágrafo único. O pagamento dos benefícios a que se refere a alínea "b" do inciso I do art. 1º, dentro do prazo de adequação estabelecido na legislação do ente, limitado ao prazo referido no caput, não será considerado para fins da verificação do atendimento ao inciso VI do art. 5º da Portaria MPS nº 204, de 2008.

Como comentado anteriormente, o não atendimento das exigências de alterações nas normas previdenciárias dentro dos prazos estabelecidos ensejará em severas restrições aos Estado, conforme previsão Constitucional no inciso XIII do art 167, também promovido pela EC 103/2019, onde trata-se das vedações, senão vejamos:

XIII - a transferência voluntária de recursos, a concessão de avais, as garantias e as subvenções pela União e a concessão de empréstimos e de financiamentos por instituições financeiras federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na hipótese de descumprimento das regras gerais de organização e de funcionamento de regime próprio de previdência social.

As principais alterações com prazos de 2 anos, a partir da data da promulgação da EC 103/2019, para implantação são:

A) Regime de Previdência Complementar - Encaminhar e aprovar em Lei a criação de Previdência Complementar, com plano de benefícios aprovado pela Secretaria de Previdência, do Ministério da Economia;

B) Unidade Gestora Única - Também são 2 anos de prazo para que o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (todos os Poderes e Órgãos Autônomos) seja administrado por uma Unidade Gestora Única.

C) Modelo utilizado para promover a Reforma da Previdência no Estado de Mato Grosso. Diante da aprovação da Reforma no âmbito federal, por meio da E.C 103/2019, ficou definido que o modelo a ser utilizado em Mato Grosso seria o de replicar integralmente as regras federais. Neste sentido a reforma da previdência em MT foi dividida em 3 fases:

Primeira: Consistia em aprovar na primeira etapa a elevação da alíquota de contribuição previdenciária de 11% para 14% e o aumento da base de contribuição dos inativos que passaram a contribuir com proventos que superam 1 (um) salário mínimo e não mais o teto do regime geral.

Segunda: aprovar a alteração das regras de concessão de benefícios, a premissa utilizada foi replicar integralmente as regras aprovadas em âmbito federal e foi promovida por meio de alteração constitucional. Outra alteração obrigatória é a criação do Regime de Previdência Complementar.

Terceira: consiste na aprovação do plano de custeio, que nada mais é do que definirem lei a forma de financiamento do saldo remanescente dos déficits financeiro e atuarial.

Segundo estudos atuariais, a aprovação das fases anteriores impacta significativamente na queda do déficit atuarial, com uma projeção de sair de 60 bilhões para aproximadamente 28 bilhões de reais. Daí a necessidade de se promover as respectivas alterações nas normas previdenciárias.

Diante deste cenário, houve a aprovação da Lei Ordinária nº 11.643/2021, que estabeleceu o plano de custeio no Estado de Mato Grosso. Sendo realizado a segregação de massas entre Plano Financeiro e Plano Previdenciário.

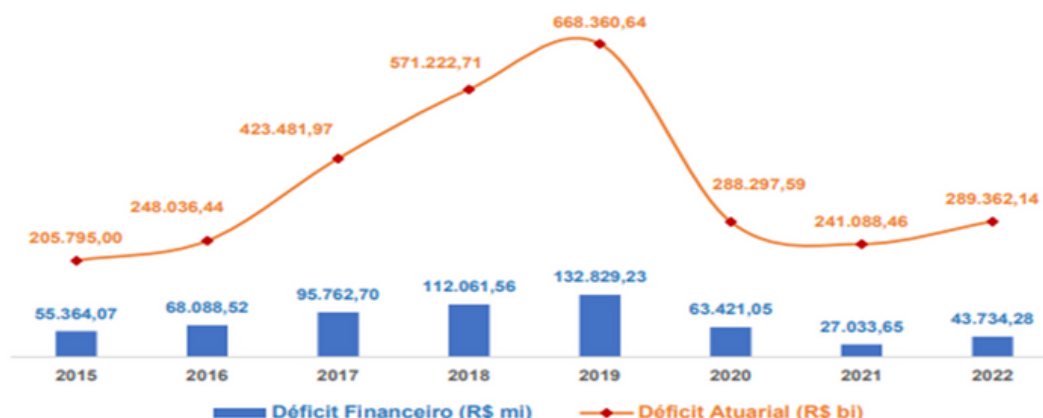
3.8.10.3. RESULTADOS OBTIDOS COM A REFORMA DA PREVIDÊNCIA NO ESTADO DE MATO GROSSO – PÓS REFORMA.

Figura 32 - Impacto pós reforma – 2022 a 2027



Fonte: MTPREV,DRP – Diretoria de Receitas Previdenciárias

Conforme painel acima, o conjunto de medidas normativas da reforma da previdência no Estado de Mato Grosso proporcionou uma queda brusca no Déficit Atuarial e Financeiro, onde teve redução de mais de 50% nos dois casos, sendo que o Atuarial saiu de 56 bilhões de reais em 2019 para 24,1 bilhões de reais em 2021 (somente civis) e o Financeiro saindo de 1,3 bilhão de reais em 2019 para 0,3 bilhão de reais em 2021.

Gráfico 37 - Déficit financeiro e atuarial – 2015 a 2027

Gráficos serial em linha representando a evolução do déficit atuarial e serial coluna representando a evolução do déficit financeiro em MT. (Os dados compreendidos entre 2020 a 2022 estão excluindo os militares)
 Fonte: MTPREV, DRP – Diretoria de Receitas Previdenciárias

O Plano de Custeio do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Mato Grosso - RPPS/MT, visa trazer a sustentabilidade financeira e atuarial do sistema de previdência. Dessa forma, foram criados dois planos distintos, a saber:

- A) Plano Financeiro;
- B) Plano Previdenciário.

O Plano Financeiro será estruturado em regime de repartição simples, fechado e em extinção, enquanto o Previdenciário será estruturado em regime de formação de reservas matemáticas.

Assim sendo, o Plano Financeiro será destinado aos segurados do Regime Próprio de Mato Grosso de todos os Poderes e Órgãos Autônomos que ingressaram no serviço público até a data 31 de dezembro de 2013, assim como os aposentados e pensionistas com benefícios concedidos até 31 de dezembro de 2017.

Noutro giro, o Plano Previdenciário será destinado aos segurados do Regime Próprio de Mato Grosso de todos os Poderes e Órgãos Autônomos que ingressaram no serviço público a partir de 01 de janeiro de 2014, assim como os aposentados e pensionistas com benefícios concedidos a partir de 01 de janeiro de 2018 até a data de promulgação da referida lei.

Em atendimento a Lei que instituiu o plano de custeio acima mencionado e, considerando a data de corte, a composição dos planos previdenciário e financeiro, ficaram divididos na seguinte proporção:

Quadro 106 – Composição do Plano Previdenciário - 2022

Discriminação	Quantidade
Servidores Ativos	11.398
Servidores Aposentados	2.884
Pensionistas	711
TOTAL	14.993

Fonte: MTPREV

Quadro 107 – Plano Segregado – Composição do Plano Financeiro

Discriminação	Quantidade
Servidores Ativos	31.029
Servidores Aposentados	23.465
Pensionistas	5.457
TOTAL	59.948

Fonte: MTPREV

Passados 3 (três) anos da reforma no Estado, os ajustes finos estão acontecendo, de forma a buscar a diminuição dos efeitos rigorosos que ela trouxe, principalmente para aqueles que já estavam aposentados e foram chamados a contribuir, pois aumentou a base de contribuição e alíquotas previdenciárias. Os debates sobre o tema, a educação previdenciária e o envolvimento da sociedade são necessários para que qualquer que seja a decisão tomada daqui por diante, seja uma decisão consciente e ciente de seus efeitos.



Governo de
**Mato
Grosso**